



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Leonardo Nogueira Alves

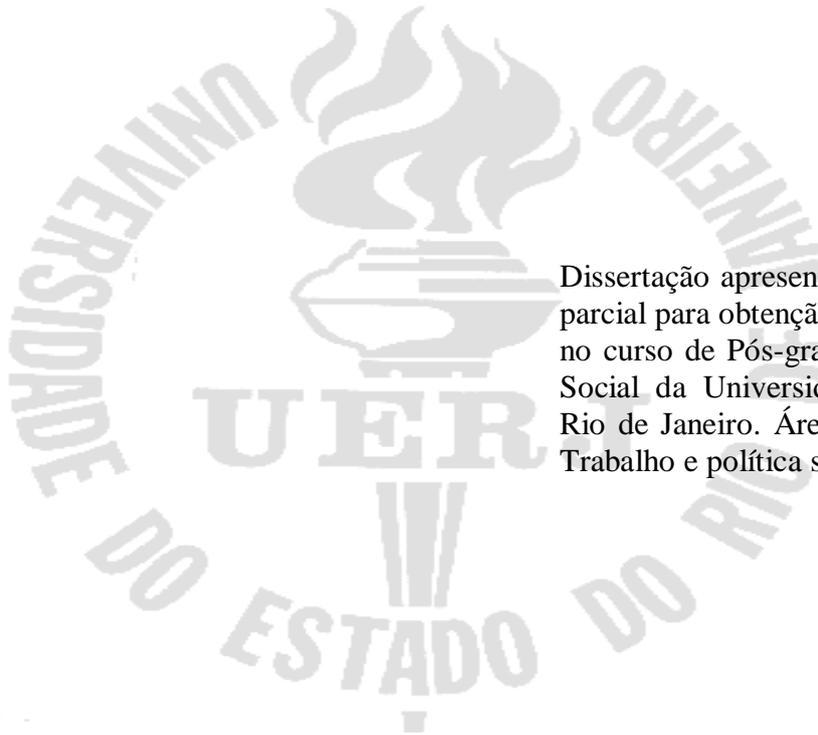
Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil

Rio de Janeiro

2017

Leonardo Nogueira Alves

Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e política social

Orientadora: Prof^a Dra Valéria Lucília Forti

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

T474 Alves, Leonardo Nogueira
Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil / Leonardo Nogueira
Alves. – 2017.
250f.

Orientadora: Valeria Lucília Forti.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Divisão do trabalho por sexo – Brasil - Teses. 2. Relações de gênero –
Teses. 3. Serviço Social – Teses. I. Forti, Valéria Lucília. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 331-055.2(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação,
desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Leonardo Nogueira Alves

Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no curso de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e política social.

Aprovada em: 06 de março de 2017.

Banca Examinadora:

Profª Dra. Valéria Lucília Forti(Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Profª Dra. CleierMarconsin

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Profª Dra. Vanessa Bezerra de Souza

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

Às águas de Yemanjá que se transformaram no único alento possível, porque “perto de muita água tudo é feliz”, parafraseando Guimarães Rosa.

“Por que deixam um menino que é do mato
Amar o mar com tanta violência?”
Manoel de Barros

AGRADECIMENTOS

Abracei o mar na lua cheia [...]. Escolhi melhor os pensamentos, pensei Abracei o mar [...]. E na hora marcada Dona Alvorada chegou para se banhar. E nada pediu, cantou pro mar. E nada pediu. Conversou com o mar. E nada pediu. E o dia sorriu... Uma dúzia de rosas, cheiro de alfazema, presentes eu fui levar. E nada pedi. Entreguei ao mar. E nada pedi. Me molhei no mar. E nada pedi. Só agradei... (Agradecer e Abraçar, Vevé Calazans e Gerônimo Santana)

Agradecer, ter o que agradecer!

Evidentemente, estas palavras soam como um privilégio num “tempo em que os homens renunciam”, como outrora disseste Sophia de Mello. Ou, nas palavras de Drummond, “num tempo de divisas, tempo de gente cortada”. Essa sintonia entre o mineiro e a lusitana comandou e comanda o ritmo do meu desassossego. E falando em desassossego, quando Pessoa nos indicava, pelos cais de Alfama afora, que “viver não é preciso”, do lado de cá, nas bandas das *gerais*, do grande sertão, Rosa alertava que “viver é muito perigoso”. A síntese que ousou recorrer com base na poesia e na prosa de Drummond, Sophia, Pessoa e Guimarães Rosa é, no mínimo, angustiante. No entanto, contraditoriamente, reconfortante. A literatura é um convite aos que pretendem suspender, por um segundo que seja, o “tempo dividido” que vivemos. “É, um homem guarda poemas porque sabe que em qualquer momento vai ter que fazer-se à corrida: subitamente tudo arde e então a única possibilidade é o desvio”, conforme a sensata Matilde Campilho expressou. Nestes e noutros versos, o regozijo é certo. Aos poetas da minha vida, minha sede inesgotável e os meus singelos agradecimentos.

A conclusão de mais um ciclo na minha formação profissional e humana reascende alegrias e tristezas que embalaram os últimos dois anos. Num “tempo de meio silêncio, de boca gelada e murmúrio, palavra indireta, avisona esquina”, num tempo em que “o espião janta conosco”, nas palavras do Drummond, tive a oportunidade de compartilhar os inúmeros sorrisos e as incontáveis lágrimas com pessoas incríveis que fazem parte dessa caminhada.

Desde o momento que eu me preparava para a seleção do mestrado contei com o afeto dos/as que me incentivaram e vibraram pelo resultado. Agradeço à Thaisa, Flavio, Alan por participarem e tornarem mais agradável o momento da seleção. Não posso deixar de mencionar as inúmeras acolhidas e a imensurável hospitalidade de Michelly, Evelyne e Pedro que me apoiaram e me incentivaram desde o início.

E quando é destino dado, a vida se encarrega de preencher com afetuosidade as dissonâncias típicas da cidade grande. Agradeço à Taci por todo zelo dispendio, diariamente, na tentativa de construção de um aconchego em meio ao purgatório da beleza e do caos. Pel

inúmeras conversas, revisões, sugestões (boa parte acolhidas, rs) debates e embates. Agradeço à querida Renatinha pelo carinho imediatamente demonstrado com a espontaneidade que lhe é peculiar. Agradeço novamente à querida Evelyne (Vevé) pela solidariedade em momentos fundamentais e pela companhia sempre reconfortante.

Aos meus amigos e amigas que, mesmo limitados/as pelas lonjuras do tempo e do espaço, mantêm a afetuosidade. À Marília e Ana por terem acompanhado cada momento, dos mais amargos aos mais doces, insistindo na possibilidade de um “cantar de manhã que estremeça os remansos quietos do porvir”, como almejava o Lorca. Ao Lucas Bezerra pela certeza de um sorriso e pelo companheirismo dispêndio em todos os momentos. Aos amigos que Teófilo Otoni uniu: Gabi, Bel, Farley, Andréia e Preta: “agradecer os amigos que fiz e que mantêm a coragem de gostar de mim, apesar de mim”.

Agradeço à minha família, Rosália, Adeilton e Amanda por terem sido fundamentais na pessoa que eu sou e sou imensamente grato pelo carinho e atenção da minha prima Didi.

Agradeço ao Alan pelas correções e à Carol pela tradução do resumo para o inglês.

À professora Valéria pela disponibilidade de orientar esta dissertação. Agradeço pelo seu compromisso e rigor que impulsionaram a feitura deste trabalho. Sem dúvidas, seu olhar zeloso e contundente contribuiu para meu aprendizado e aprimoramento acadêmico.

À professora Mirla Cisne por ter disponibilizado participar da banca de qualificação do projeto que deu origem a esta dissertação.

Às professoras Vanessa Bezerra e Cleier Marconsin por participarem da banca de qualificação e da defesa desta dissertação. Agradeço pela disponibilidade e pelas contribuições.

Agradeço à UERJ por tudo que me ensinou e ainda ensina. Agradeço, especialmente, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social pelo aprimoramento intelectual, acadêmico e profissional. Às queridas Érica, Silvana e Thamires agradeço pelo carinho e pela empatia. Aos professores e às professoras que ministraram disciplinas no curso de mestrado. Ao professor Ney e Elaine Marlova pela vivência no estágio docente e por demonstrarem o sentido da pedagogia da autonomia. À professora Silene por ter sido prestativa em momentos fundamentais da finalização deste ciclo. Agradeço também à Ana Inês pelas prosas mineiras e cigarros de palha.

À FAPERJ e seu programa “Aluno nota 10” que me possibilitou concluir esta dissertação, financiando o último ano do mestrado.

Agradeço a Deus e Oxalá, santos e guias espirituais por sempre me apontarem o caminho com festejo e fé. À celeridade e à astúcia de Exu. À proteção e às armas de Ogum. ...

vastidão de Yemanjá e suas águas claras e turvas, calmas e retumbantes. Aos pretos velhos, caboclos, às pombas-gira e às ciganas que não me deixam esquecer o prazer da vida.

Aos sujeitos coletivos que resistem e insistem na construção do socialismo. Meus agradecimentos à Consulta Popular, ao Levante Popular da Juventude e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e à Escola Nacional Florestan Fernandes pela partilha e inúmeras trocas que em grande parte são incorporadas neste trabalho. À todas e todos que sofrem e lutam para romper as amarras das relações patriarcais de gênero, “raça”/etnia e classe.

Aos que produziram os conhecimentos que me apropriei para este estudo, especialmente às mulheres feministas.

Aos que insistem e resistem em ocupar as fileiras da pós-graduação diante de todas as adversidades postas.

Mestre, são plácidas
Todas as horas
Que nós perdemos,
Se no perdê-las,
Qual numa jarra,
Nós pomos flores. [...]
Assim saibamos ,
Sábios incautos,
Não a viver,
Mas decorrê-la,
Tranquilos, plácidos, [...]
Colhamos flores.
Molhemos leves
As nossas mãos
Nos rios calmos,
Para aprendermos
Calma também.

Ricardo Reis(Fernando Pessoa)

Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

Guimarães Rosa

Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas.

Clarice Lispector

Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas.

Roberto Mendes, Capinam

RESUMO

ALVES, Leonardo Nogueira. *Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil*. 2017. 250 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O modo de produção capitalista maduro está, intrinsecamente, atrelado à dinâmica do patriarcado e do racismo. A tríade capitalismo-racismo-patriarcado conforma a sociabilidade atual e determina o *modus operandi* das relações entre homens e mulheres. Assim, nesta sociedade se erguem, por meio da divisão sexual do trabalho, relações patriarcais de gênero que estão intimamente associadas à dinâmica do capital e suas necessidades de produção e reprodução social. A partir desta constatação, desenvolve-se na presente dissertação um debate sobre as determinações das relações patriarcais de gênero que repercutem no Serviço Social brasileiro dando ênfase à divisão sexual do trabalho e à relação do feminismo com o atual projeto profissional crítico, doravante denominado projeto ético-político. Objetiva-se compreender como esta profissão incorporou, nos últimos dezesseis anos, os estudos sobre a categoria “gênero” no âmbito da produção do conhecimento na área. Para alcançar o objetivo proposto, após a construção do referencial teórico, realiza-se um levantamento dos grupos de pesquisa da área cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que discutem “gênero” e dos artigos publicados nos periódicos de excelência da área no período de 2000 a 2015. Seleciona-se como amostra de pesquisa os artigos dos líderes e/ou vice-líderes dos grupos de pesquisa que estão inseridos nas universidades com pós-graduação em Serviço Social que, por sua vez, estão entre os trabalhos sistematizados após a pesquisa nos periódicos. A análise dos artigos foi realizada a partir da sistematização por áreas temáticas e por apreensão das categorias divisão sexual do trabalho; patriarcado; articulação das relações patriarcais de gênero, “raça”/etnia, classe e utilização das expressões relações de gênero; relações sociais de sexo e relações patriarcais de gênero. Por fim, analisa-se as interpretações que identificaram os vínculos entre o Serviço Social e as relações patriarcais de gênero.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho. Relações patriarcais de gênero. Serviço Social. Gênero.

ABSTRACT

ALVES, Leonardo Nogueira. Gender Patriarchy-based relations and the Social Work in Brazil 2017. 250 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The mature capitalist mode of production is, intrinsically, connected to the dynamics of Patriarchy and Racism. The triad capitalism-racism-patriarchy conforms the present sociability and determinates the *modus operandi* of relations between men and women. Therefore, in this society emerge, by means of the sexual division of labor, gender Patriarchy-based relations that are intimately associated with the capital dynamics and its needs for production and social reproduction. From this observation, in this dissertation is developed a debate on the patriarchal gender relationships determinations that reverberate in the Brazilian Social Work, with emphasis on the sexual division of labor and the affairs between the Feminism and the current critic professional project, henceforth named ethical-political project. The main goal in this work is to acknowledge how this career has incorporated, in the last sixteen years, the studies on the “gender” category in the scope of the area knowledge production. In order to achieve the proposed objective, after the built of a theoretical reference, it is performed a data survey in the research groups registered in the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (National Science and Technology Development Board) that discuss “gender”, and in the articles published on the periodicals of excellence in the field, in the period from 2000 to 2015. As a research sample, articles from the leaders or vice-leaders of research groups which are inserted in the universities with a Social Work post-graduation program were selected; articles that, in its turn, are among the works systematized after the research on the periodicals. The analysis of the articles was performed starting from the systematization of theme areas and by the apprehension of the categories sexual division of labor; patriarchy; the articulation of the gender patriarchy-based relations, “race”/ethnics, class and the use of the gender relations expressions; sexual-based social relations and the gender patriarchy-based relations. Lastly, the interpretations that identified the links between the Social Work and the gender patriarchy-based relations are analyzed.

Key-words: Sexual Division of Labor. Gender Patriarchy-based Relations.Social Work.Gender.

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|---|-----|
| Tabela 1 | – Total de grupos de pesquisa por região..... | 169 |
| Tabela 2 | – Programas de Pós-graduação na área do Serviço Social (2015) por região..... | 170 |
| Tabela 3 | – Grupos de Pesquisa em Universidades com PPG separados por Região e IES..... | 172 |
| Tabela 4 | – Total de artigos por periódico..... | 177 |
| Tabela 5 | – Lista de Grupos de Pesquisa/CNPq com produção nos periódicos A1, A2 e Temporalis..... | 179 |
| Tabela 6 | – Artigos publicados pelos grupos selecionados..... | 181 |
| Tabela 7 | – Artigos selecionados para análise..... | 182 |
| Tabela 8 | – Quadro de artigos selecionados por periódico e área temática..... | 185 |

LISTA DE SIGLAS

| | | |
|----------|---|---|
| ABESS | – | Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social |
| ABEPSS | – | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| AIDS/HIV | – | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida |
| CAPES | – | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBAS | – | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais |
| CBCISS | – | Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais |
| CBO | – | Classificação Brasileira de Ocupações |
| CEDEPSS | – | Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social |
| CID | – | Classificação Internacional de Doenças |
| CNPq | – | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CPI | – | Comissão Parlamentar de Inquérito |
| ENFF | – | Escola Nacional Florestan Fernandes |
| EUA | – | Estados Unidos da América |
| FINEP | – | Financiadora de Estudos e Projetos |
| FUFPI | – | Fundação Universidade Federal do Piauí |
| FUFSE | – | Fundação Universidade Federal de Sergipe |
| GTP | – | Grupo de Trabalho e Pesquisa |
| IDG | – | Índice de Desenvolvimento de Gênero |
| LGBT | – | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros |
| MTE | – | Ministério do Trabalho e Emprego |
| OMS | – | Organização Mundial da Saúde |
| ONG | – | Organização Não Governamental |
| PBF | – | Programa Bolsa Família |
| PL | – | Projeto de Lei |
| PFL | – | Partido da Frente Liberal |
| PSDB | – | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSDOR | – | Partido Social Democrata Operário Russo |
| PT | – | Partido dos Trabalhadores |
| PUC-RJ | – | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| PUC-RS | – | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul |
| PUC-SP | – | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |

| | |
|--------|--|
| SNPG | – Sistema Nacional de Pós-graduação |
| SPD | – Partido da Social Democracia Alemã |
| SPM | – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres |
| SUAS | – Sistema Único da Assistência Social |
| UCPEL | – Universidade Católica de Pelotas |
| UCSAL | – Universidade Católica de Salvador |
| UECE | – Universidade Estadual do Ceará |
| UEL | – Universidade Estadual de Londrina |
| UEPB | – Universidade Estadual da Paraíba |
| UERJ | – Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UERN | – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte |
| UFAL | – Universidade Federal de Alagoas |
| UFAM | – Universidade Federal do Amazonas |
| UFF | – Universidade Federal Fluminense |
| UFMA | – Universidade Federal do Maranhão |
| UFMT | – Universidade Federal de Mato Grosso |
| UFPA | – Universidade Federal do Pará |
| UFPE | – Universidade Federal de Pernambuco |
| UFRJ | – Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFRN | – Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| UFRGS | – Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRPE | – Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| UFSC | – Universidade Federal de Santa Catarina |
| UFV | – Universidade Federal de Viçosa |
| UFVJM | – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri |
| UNB | – Universidade Nacional de Brasília |
| UNESCO | – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura |
| UNESP | – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho |
| URSS | – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|------------|
| | INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 1 | A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: DETERMINAÇÕES MATERIAIS PARA A EMERGÊNCIA DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO..... | 23 |
| 1.1 | A constituição da divisão sexual do trabalho..... | 24 |
| 1.2 | A Divisão sexual do trabalho e o modo de produção capitalista..... | 36 |
| 1.2.1 | <u>A relação entre o capital e o trabalho sob o modo de produção capitalista.....</u> | 37 |
| 1.2.2 | <u>Divisão sexual do trabalho e desenvolvimento capitalista.....</u> | 42 |
| 1.3 | Tendências contemporâneas da divisão sexual do trabalho..... | 48 |
| 2 | RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO: PRESSUPOSTOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO MATERIALISTA-ONTOLÓGICA..... | 56 |
| 2.1 | A categoria gênero e suas implicações teóricas e políticas..... | 57 |
| 2.2 | Relações patriarcais de gênero: a construção de uma alternativa analítica..... | 61 |
| 2.2.1 | <u>A dimensão heterossexista das relações patriarcais de gênero.....</u> | 70 |
| 2.3 | Perspectivas de análise da articulação das relações patriarcais de gênero, raça e classe..... | 76 |
| 2.3.1 | <u>Patriarcado-racismo-capitalismo: dinâmica da exploração/dominação no pensamento de Heleieth Saffioti.....</u> | 79 |
| 2.3.2 | <u>A perspectiva francófona da “consustancialidade das relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe”</u> | 83 |
| 2.4 | Materialismo histórico dialético e feminismo: uma relação profícu..... | 86 |
| 2.4.1 | <u>A contribuição de Lênin e o feminismo socialista.....</u> | 91 |
| 3 | SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO..... | 97 |
| 3.1 | A emergência do Serviço Social no Brasil..... | 99 |
| 3.1.1 | <u>Determinações da divisão sexual do trabalho e o Serviço Social no Brasil.....</u> | 105 |
| 3.2 | O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social do trabalho e o significado social da profissão..... | 117 |
| 3.3 | Atual projeto profissional crítico e feminismo..... | 127 |
| 3.3.1 | <u>A renovação do Serviço Social no Brasil.....</u> | 128 |
| 3.3.2 | <u>O atual “Projeto Ético-Político” do Serviço Social: tensões e desafios.....</u> | 130 |
| 3.3.3 | <u>Feminismo e Serviço Social: possíveis conexões no processo de construção do</u> | |

| | | |
|-------|--|-----|
| | <u>atual projeto profissional crítico</u> | 140 |
| 4 | PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO | 151 |
| 4.1 | A produção do conhecimento no Serviço Social e suas particularidades | 151 |
| 4.1.1 | <u>A interlocução do Serviço Social com o campo de estudos feminista</u> | 158 |
| 4.2 | A construção teórico-metodológica da pesquisa | 162 |
| 4.3 | A produção do conhecimento a partir das áreas temáticas | 184 |
| 4.3.1 | <u>Organização das mulheres e reflexões feministas</u> | 185 |
| 4.3.2 | <u>Trabalho</u> | 195 |
| 4.3.3 | <u>Família, políticas sociais e violência contra as mulheres</u> | 198 |
| 4.3.4 | <u>Sexualidade e identidade de gênero</u> | 205 |
| 4.3.5 | <u>Serviço Social</u> | 209 |
| 4.4 | A compreensão das categorias que subsidiam a discussão das relações patriarcais de gênero | 212 |
| 4.4.1 | <u>Divisão sexual do trabalho e patriarcado</u> | 213 |
| 4.4.2 | <u>Utilização das categorias gênero, relações sociais de sexo e/ou relações patriarcais de gênero</u> | 216 |
| 4.4.3 | <u>Perspectivas de articulação das categorias classe, “raça”/etnia com as relações patriarcais de gênero</u> | 224 |
| 4.4.4 | <u>A análise do Serviço Social a partir do “gênero”</u> | 221 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 229 |
| | REFERÊNCIAS | 237 |

INTRODUÇÃO

Este é o tempo
Da selva mais obscura [...].
Este é o tempo em que os homens renunciam

*Sophia de Mello*¹

Passarei a vida entoando uma flor, pois não sei cantar
nem a guerra, nem o amor cruel, nem os ódios organizados,
e olho para os pés dos homens e cismo.

Esculturas de ar, minhas mãos
te modelam nua e abstrata
para o homem que não serei.

*Carlos Drummond de Andrade*²

É inegável o quão desafiador o atual contexto histórico tem se revelado àqueles/as que, num verdadeiro esforço de responder a esta conjuntura, buscam superar tais desafios com a clareza de que tal empreitada deve ter por pressupostos, pelo menos, duas tarefas: o esforço teórico em apreender as determinações da realidade e a construção de ações políticas verdadeiramente emancipadoras, que visem a transformação do *status quo*. A indissociabilidade destas tarefas decorre da unidade característica da própria *práxis social* que pressupõe a unidade dialética entre teoria e prática. Numa perspectiva histórica e ontológica, da qual partilhamos nesta dissertação, o ser social é eminentemente o ser da *práxis*, pois, é portador de uma capacidade de produzir, reproduzir e, assim, transformar a sua própria realidade. É dotado de capacidade teleológica que o possibilita dar respostas concretas aos desafios e carecimentos que se apresentam na cotidianidade da vida. Na sociedade comandada pelo capital, as barreiras que se apresentam ao pensamento e à ação política dificilmente serão superadas se não levarmos em consideração este duplo desafio.

¹ MELLO, Sophia de. Este é o tempo. In: _____. *Antologia*. Lisboa: Moraes Editores, 1970, p. 153.

² ANDRADE, Carlos Drummond. Contemplação no banco. In: _____. *Antologia Poética*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 161.

A sociabilidade capitalista, ao tornar-se hegemônica, ocupou todas as esferas da vida social ao ponto de, em decorrência do ímpeto expansionista tão característica deste modo de produção, já não existir relação social que não esteja imersa nas legalidades e constrações próprias do capitalismo contemporâneo. Expressão disto é o fato de que, sob a égide desse modo de produção, as relações de dominação/exploração em decorrência do gênero, da sexualidade e da “raça”/etnia são reeditadas obedecendo às necessidades de maior controle e exploração do capital.

No capitalismo, as diferenças são transformadas em desigualdades e, recorrentemente, utilizadas para justificar e naturalizá-las, sem questionar os seus fundamentos. A complexidade desse processo leva-nos a perceber que, na sociedade capitalista é impossível construir a plena igualdade entre sujeitos portadores de diferenças que deveriam ser apreendidas como componente da diversidade humana. A história não é um processo linear e registra inúmeras formas de resistências construídas por homens e mulheres, dentre as quais destacamos as tentativas de ruptura com as formas de exploração/dominação desta sociedade capitalista, patriarcal e racista. Tentativas estas que sempre estiveram (e estarão) vinculadas a uma análise concreta da realidade social.

A análise dos processos de luta e resistência demanda, antes de tudo, que se explicita como as relações sociais são conformadas a partir da contradição fundamental entre as classes sociais para que, então, se agregue novas determinações capazes de caracterizar as demais dimensões que compõem a realidade social.

Por acreditarmos que “as posições teóricas [...] não tem apenas um valor especulativo [podendo orientar] escolhas políticas” (COLLIN, 2009, p. 66), partimos da compreensão de que o patriarcado, o racismo e o capitalismo se relacionam de forma recíproca ou, nos termos cunhados por Saffioti (2004), patriarcado-racismo-capitalismo formam um “*novelo*” que permite certa mobilidade entre estas formas de dominação, sem que isto signifique que um prescindia dos demais. Na elaboração das feministas materialistas francófonas, as relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe são consubstanciais e coextensivas, conforme destacam as análises de Falquet (2008; 2013), Devrux (2011) e Cisne (2013; 2014) (esta última trata-se de uma pesquisadora brasileira que parte das primeiras para desenvolver suas análises). O que quer dizer que, sendo estas relações indissociáveis, os projetos históricos que vislumbram a

possibilidade de ruptura com a ordem social capitalista deve pressupor o enfrentamento ao patriarcado e ao racismo.³

É importante evidenciar que a construção dessa perspectiva de análise pode-se dizer uma expressão da relação umbilical que se construiu no processo de formação acadêmica do pesquisador no Serviço Social (graduação e mestrado) e com o desenvolvimento de um vínculo do mesmo com os movimentos sociais. A aproximação com esta temática tem origem na participação dos encontros de formação política organizados por movimentos sociais que atuavam em Minas Gerais (dentre estes, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Marcha Mundial das Mulheres e o Movimento dos Atingidos por Barragens), mais especificamente, o “Curso de Realidade Brasileira” e o “Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais”. Estes espaços propiciaram o amadurecimento em torno da compreensão das relações patriarcais de gênero, levando em conta as determinações do sistema capitalista.

Nos últimos dois anos o interesse por esta temática consolidou-se com a conjunção de dois fatores: os estudos empreendidos no curso de mestrado (nas disciplinas e na construção da pesquisa) e na parceria desenvolvida com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) na condição simultânea de educando e de educador em seus cursos de formação política voltado aos/às militantes dos movimentos sociais da América Latina. As indagações compartilhadas nos cursos da referida instituição foram de grande relevância no desenvolvimento do estudo aqui apresentado.

Neste sentido, a nossa formação profissional e política, inerente a nossa construção social, se interpôs na tentativa de compreender o modo como o Serviço Social e as relações patriarcais de gênero estão imbricadas. Metodologicamente, optamos por construir esse caminho a partir da forma como a profissão construiu esse processo no âmbito da produção do conhecimento.

Esta dissertação articula-se com o marco teórico que fundamenta a formação profissional em Serviço Social - a categoria questão social.⁴ Acreditamos que desvelar as

³ Embora consideremos o racismo como elemento fundamental para compreender a realidade brasileira, assim como, identificamos a centralidade da articulação das relações de “raça”/etnia com as relações patriarcais de gênero e de classe na sociedade brasileira, não nos delimitaremos esse componente do “novo” para análise nesta dissertação. Priorizaremos a articulação entre as relações patriarcais de gênero e de classe identificando o papel da sexualidade na configuração do patriarcado. Para um aprofundamento desta temática, verificar: Davis, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016; HOOKS, Bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. *Revista brasileira de ciência política*, Brasília, n. 16, jan/abril, p. 193-210, 2015.

⁴ Com base nas Diretrizes Curriculares de 1996, um dos pressupostos norteadores da concepção de formação profissional é a concepção de que o “Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas

opressões que atravessam as relações entre os homens e as mulheres, ou seja, desvendar as relações patriarcais de gênero contribui para o reconhecimento das expressões da questão social e, com isso, pode potencializar a qualificação da intervenção profissional.

Este estudo também vai ao encontro dos princípios que norteiam a formação acadêmico-profissional, tal como o “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social” (ABESS, 1996, p. 06). Assim, afirmamos que uma rigorosa compreensão teórico-metodológica da realidade não pode prescindir de uma efetiva compreensão das determinações das relações patriarcais de gênero.

Além disso, coadunamos com as concepções teóricas e políticas da categoria profissional no período recente, especialmente, no que diz respeito à necessidade de construir uma análise que não desarticule as relações patriarcais de gênero e as relações de classe. Assim sendo, de acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (2014, p. 238-239), “como um dos acúmulos teóricos possibilitados pelo seminário,⁵ destacamos a concepção de “consustancialidade” e de “coextensividade” das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe”. A perspectiva construída para esta pesquisa leva em conta a proposta de articulação da dimensão de classe, raça/etnia e gênero, sendo incorporado em nossa análise tanto a ideia do novo “patriarcado-racismo-capitalismo” proposto por Saffioti (2004), quanto a ideia da “consustancialidade das relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe”, difundida no Serviço Social brasileiro, especialmente, a partir de Cisne (2013, 2014).

Também levamos em consideração a necessidade de avançar na sistematização da produção do conhecimento na área, conforme a síntese do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP/ABEPSS) que é responsável pelo acompanhamento da temática do gênero.

O levantamento do estado da arte das produções na área do GTP tem se constituído como um desafio devido à incipiência de publicações nos periódicos de maior circulação em Serviço Social, mesmo mapeando o aumento de grupos de pesquisa

contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” ABESS (1996, p. 05). No que diz respeito a compreensão sobre a questão social, compartilhamos com a afirmação de Yamamoto (2009, p. 77): “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]”.

⁵ Em referência a um Seminário organizado pelo “Grupo temático de pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social – GTP da ABEPSS com participação dos eixos gênero e sexualidades.

vinculados ao Serviço Social registrados no CNPq e das produções em eventos como CBAS e ENPESS [...] (ABEPSS, 2014, p. 240).

Além do que, indicado pela ABEPSS, compreendemos que a importância das relações patriarcais de gênero não pode ser reduzida apenas ao âmbito da formação profissional e à produção do conhecimento. Ao contrário, destacar o papel das relações patriarcais de gênero no âmbito de uma profissão iminentemente feminina é um fator necessário para compreendermos, inclusive, os traços da subalternidade que evidentemente se mostram no Serviço Social. Ao discutir a estrutura sincrética do Serviço Social, no final dos anos 1980, Netto (2009) já apontava que a discussão da profissão em face das lutas feministas se constitui campo de estudo promissor, por exemplo.

Já Yamamoto (2008) ressalta o papel dos estereótipos atribuídos às mulheres na conformação da imagem social da profissão. Cisne (2012, p. 47) ressalta no livro intitulado “Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social” o papel das relações de gênero no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro. A autora explicita que a profissão “[...] configurou-se como uma alternativa de trabalho para as mulheres adequado às qualidades femininas exigidas pela sociedade patriarcal”.

Além disso, cabe enfatizar que o Serviço Social construiu um projeto profissional que tem como premissa a articulação com um projeto de sociedade verdadeiramente emancipatório, expressando isso no Código de Ética Profissional vigente (1993), na Lei de Regulamentação (1993) e nas Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação (1996). Entre um dos princípios norteadores do atual Código de Ética profissional, destacamos a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”.⁶ Esse princípio, fundamentalmente, norteia a proposta deste trabalho e acreditamos que, com o estudo deste tema, é possível contribuir para a materialização de tal princípio na formação e no exercício profissional, ampliando os horizontes de incidência do projeto profissional entre os/as assistentes sociais.

Também ressaltamos que esta dissertação é parte de um movimento que tem como pressuposto a “crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo quanto da vulgarização marxista”, esforço que Yamamoto (2011) aponta como necessário para a crítica aos fundamentos da vida social e do Serviço Social. Ou seja, visamos potencializar o combate ao conservadorismo na sociedade que também possui expressão na reprodução do machismo, do

⁶Apesar de não desconhecermos a indissociabilidade dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do assistente social, atestamos este princípio, sem qualquer demérito dos demais.

sexismo, da homo-lesbo-transfobia, tanto quanto buscamos incorporar as contribuições do método materialista histórico dialético para compreender as determinações atuais das relações patriarcais de gênero.

Assim, diante da pertinência desse debate para a profissão, delimitamos como nosso objetivo compreender como o Serviço Social brasileiro incorporou os estudos sobre a categoria gênero em sua produção do conhecimento nos últimos 16 anos. Para expor o conjunto de problemáticas com os quais nos deparamos, dividimos este trabalho em quatro capítulos.

Para que se compreenda o significado das relações patriarcais de gênero é necessário realizar um estudo dos seus fundamentos, observando as contribuições da crítica da economia política para apreender a base material destas relações de opressão. Neste sentido, no primeiro capítulo privilegiamos o debate acerca da divisão sexual do trabalho, sua gênese, desenvolvimento e dinâmica na ordem capitalista. No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, buscamos explicitar a dialética relação entre o capital e o trabalho, com base em Marx (2013), e a conformação de uma divisão sexual do trabalho que, embora pretérita ao capitalismo, adquire um significado peculiar na reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Tal significado diz respeito à produção e à reprodução das relações sociais capitalista. Com estas considerações, identificamos a divisão sexual como uma expressão da divisão social do trabalho e as tendências que esta assume com as novas configurações do capitalismo.

No segundo capítulo, o ângulo de análise prioritário será a relação entre a divisão sexual do trabalho e o patriarcado como determinações elementares para compreender a conformação das relações sociais. A fundamentação e compreensão do patriarcado e, com isso, das relações patriarcais de gênero, assentam-se numa abordagem ontológica do desenvolvimento do ser social. Tendo em vista a construção dessa reflexão em torno da divisão sexual do trabalho e do patriarcado, abordaremos duas contribuições distintas, ainda que convergentes em muitos aspectos, sobre a articulação das categorias gênero, “raça”/etnia e classe social. Destacaremos tanto o pioneirismo do feminismo marxista de Saffioti (2004) quanto à contribuição do feminismo materialista francófono para romper com uma visão monolítica das relações de dominação de classe. Dentre estas perspectivas salientaremos a noção de “novelo” (simbiose) do patriarcado-racismo-capitalismo e a consubstancialidade das relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe.

Finalizaremos este capítulo com um debate sobre a potência da relação entre o feminismo e o materialismo histórico dialético, afinal, a articulação do marxismo com o

feminismo é histórica, sendo as formulações marxistas pioneiras no que diz respeito à problematização das desigualdades entre os homens e as mulheres. Exemplo disso foi a elaboração feita por Lênin (que incorporaremos no estudo) diante da Revolução Russa e do feminismo socialista que se constituiu na transição do século XIX para o século XX.

No terceiro capítulo, realizamos uma mediação entre a compreensão das relações patriarcais de gênero e o Serviço Social. Para isso, expusemos o processo de emergência do Serviço Social inscrito na divisão social do trabalho a partir da dinâmica imposta pelo Imperialismo. A constituição de uma categoria profissional composta, majoritariamente, por mulheres e com um público usuário das políticas sociais, notadamente, feminino ⁷ requisita um olhar para esta profissão que incorpore na sua análise a marca das relações patriarcais de gênero.

Diante de todos os elementos apresentados, as relações patriarcais de gênero constituem-se elemento a ser incorporado aos estudos que se dedicam à compreensão dos desdobramentos da emergência e institucionalização do Serviço Social. Além disso, o trabalho e a formação profissional de assistentes sociais estão atrelados à dinâmica das relações patriarcais de gênero, pois, estas atravessam todas as esferas da vida social. Tendo como base material a divisão sexual do trabalho, as relações patriarcais de gênero repercutem na escolha da carreira profissional, na imagem e autoimagem dos agentes profissionais (IAMAMOTO, 2008; 2010). As relações patriarcais de gênero também impactam diretamente na conformação da subalternidade da profissão diante daquelas consideradas historicamente masculinas. Contudo, percebemos que estes aspectos carecem de maior tratamento pela categoria profissional. Neste debate, nos propomos a articular a formação e o trabalho dos/as assistentes sociais e ressaltar a necessidade de apreensão do significado das relações patriarcais de gênero, tendo como parâmetro o atual projeto profissional crítico construído pelo Serviço Social brasileiro.

⁷ Mesmo sem acesso a uma pesquisa sobre a caracterização do público usuário dos serviços prestados pelos/as assistentes sociais, especialmente nas políticas sociais, acreditamos que diante do resgate da centralidade da família na proteção social podemos afirmar que há uma prevalência do público feminino nesses atendimentos. Mioto (2009, p. 142) afirma que “a proteção social no Brasil configurou-se ao longo de sua história por um caráter fortemente familista”. A autora também afirma que há uma centralidade do papel da família nas políticas de Seguridade Social, particularmente a saúde e a assistência social. Também podemos perceber que a centralidade do papel da família recai prioritariamente sobre as mulheres. Teixeira (2009) ressalta, por exemplo, o Programa Bolsa Família que tem como orientação a destinação do benefício de transferência de renda preferencialmente as mulheres. Com isso, há também o peso do compromisso com as condicionalidades exigidas pelo programa no âmbito da saúde e educação. Em suma, a centralidade das famílias nas políticas sociais possui forte marca das relações patriarcais de gênero.

Para isso, buscaremos perceber se há conexão entre a construção do atual projeto profissional e o feminismo, tendo vista o processo histórico de renovação do Serviço Social brasileiro. Neste sentido, compreendemos que vincular o debate do feminismo ao referido projeto profissional do Serviço Social brasileiro, nos possibilita captar que esta articulação pode aprofundar ainda mais a perspectiva de emancipação humana presente neste projeto.

No quarto capítulo, problematizaremos a construção do conhecimento no âmbito do Serviço Social destacando seus traços marcantes e a sua interlocução com a tradição marxista. Também dedicamo-nos à pesquisa realizada sobre a produção do conhecimento no Serviço Social acerca do tema gênero, nos últimos dezesseis anos. Desse modo, o capítulo apresentará o percurso teórico-metodológico empreendido na pesquisa e os resultados da mesma. Portanto, após a delimitação e a problematização dos aspectos quantitativos e qualitativos da amostra, será apresentado um breve panorama da produção teórica, explicitando as principais áreas estudadas, suas referências teóricas e as tendências que conformam a produção do conhecimento. Buscamos explicitar a pertinência desta discussão, do ponto de vista teórico e político, visando contribuir com o campo de estudos emergente sobre relações patriarcais de gênero e Serviço Social.

Esperamos que as discussões travadas ao longo desta dissertação contribuam com o Serviço Social brasileiro e com os homens e mulheres que não se curvam diante das imposições e constrangimentos impostos pelas relações patriarcais de gênero.

1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: DETERMINAÇÕES MATERIAIS PARA A EMERGÊNCIA DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética *sociedade capitalista* e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual inserem. Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores os membros de uma sociedade historicamente dada.

*Heleieth Saffioti*⁸

Para que se compreenda os fundamentos sócio-históricos das relações patriarcais de gênero é necessário buscar na sua base material as condições que a tornam viável e necessária para a reprodução da ordem capitalista.

Nesta lógica de raciocínio, buscamos construir uma abordagem privilegiando a elaboração marxiana acerca do trabalho e suas determinações na sociedade de classes, explicitando a condição de dominação-exploração da relação entre o capital e o trabalho e, com isso, suas repercussões na vida social. Também identificaremos as particularidades da divisão social do trabalho, percebendo a possibilidade de pensarmos uma divisão sexual do trabalho. Neste aspecto reside uma das principais contribuições do feminismo que se vale do materialismo histórico dialético.

Dessa afirmação destacam-se dois elementos: o trabalho é a base da histórica do ser social e um ponto de partida central para explicitar as relações de dominação/exploração, assim como uma chave para vislumbrar a possibilidade de emancipação de homens e mulheres. Em decorrência dessa ideia, apreender a divisão sexual do trabalho pode potencializar a compreensão do significado do trabalho na contemporaneidade, explicitando as particularidades dessas relações de dominação/exploração decorrentes do capitalismo patriarcal.

Assim sendo, apresenta-se a seguir, uma breve sistematização da compreensão marxista e feminista materialista acerca da divisão sexual do trabalho e a sua imbricação com

⁸ SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 60. Texto originalmente publicado em 1969.

a dinâmica que assume o desenvolvimento capitalista. Também serão destacadas as tendências que a divisão sexual do trabalho assume na realidade brasileira.

1.1 A constituição da divisão sexual do trabalho

A compreensão de que, ao longo da história humana, ergueu-se uma divisão sexual do trabalho que fundamenta e materializa o caráter opressor das relações sociais constituídas entre homens e mulheres é um legado que deve ser apreendido no bojo da literatura e do movimento feminista. Propomo-nos dialogar com este acervo teórico disponível e com as indicações contidas nas obras de Marx e de Engels, buscando construir uma abordagem crítica fundamentada no materialismo histórico dialético, pois, acreditamos que o debate da “*divisão sexual do trabalho*”⁹ deve ser apreendido a partir da fundamentação de Marx e Engels sobre o papel do trabalho na sociedade capitalista. Contudo, embora nosso objetivo também seja realizar uma interlocução com a abordagem de Marx e Engels, há que se ressaltar que estes autores procuraram explicitar a emergência e o papel da “divisão social do trabalho”. Entretanto, cabe destacar que, posteriormente, os estudos feministas, especialmente os de inspiração socialista, irão avançar nas análises sobre as determinações do trabalho das mulheres no capitalismo valendo da contribuição de Marx e da tradição marxista.

Tomemos como exemplo esse debate na Ideologia Alemã e n’O Capital. No que diz respeito às suas contribuições na Ideologia Alemã, a abordagem da *divisão sexual do trabalho* surge inicialmente com a caracterização do papel da família – que se constitui numa relação social. Desse modo, há o reconhecimento de que o surgimento de novas relações sociais advindas desse modelo e do crescimento populacional é uma condição relevante para apreender o curso do desenvolvimento histórico da humanidade.

Para caracterizar a divisão do trabalho, Marx busca articular os processos simultâneos que levaram o trabalho, a linguagem e a consciência a se desenvolverem de forma intrínseca,

⁹ Quando a compreensão da “divisão sexual do trabalho” se remeter ao pensamento de Marx e Engels utiliza-se em fonte itálica, tendo em vista que estes autores não construíram sua abordagem explicitando a existência de uma divisão sexual do trabalho nos termos defendidos aqui. Cabe destacar, conforme Kergoat (2009, p. 67) que “essa noção [de divisão sexual do trabalho] foi primeiramente utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição ‘complementar’ das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que estudavam. Lévi-Strauss fez dela mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família. Mas as antropólogas feministas foram as primeiras que lhe deram um conteúdo novo, demonstrando que traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres”.

produzindo, assim, as condições históricas de uma possível divisão do trabalho. O autor também aponta o surgimento de novas necessidades e o crescimento populacional como condições essenciais. É com estas considerações que Marx e Engels (2007) ao se referirem à constituição da divisão do trabalho, se remetem à *divisão sexual do trabalho*. Para os autores,

(...) desenvolve-se a divisão do trabalho, que **originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual** e, em seguida, divisão do trabalho que, **em consequência de disposições naturais** (por exemplo, a força corporal), necessidades casualidades etc. etc., desenvolve-se por si própria ‘naturalmente’. **A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual** (MARX; ENGELS, 2007, p. 35, grifos nossos).

Na citação, Marx e Engels reconhecem a existência prematura de certa divisão do trabalho, caracterizada pelas particularidades de homens e mulheres. Para os autores, a diferenciação biológica (ato sexual, força física) é o principal elemento que conforma essa divisão. Contudo, os autores afirmam que a divisão do trabalho só existe efetivamente com a separação do trabalho material e do trabalho espiritual, exemplificada por eles como o surgimento de funções de intelectuais e sacerdócio.

Noutra passagem, os autores esclarecem que a divisão do trabalho se baseia na “divisão natural do trabalho na família (MARX; ENGELS, 2007, p. 36)” e, em seguida, problematizam a distribuição desigual entre os produtos do trabalho e a propriedade privada. Para Marx e Engels, a primeira expressão de propriedade privada assenta-se na família, em que mulheres e filhos estão sob a posse do homem. Marx e Engels (2007) também ressaltam a divisão do trabalho no interior de uma nação a partir da separação entre indústria e comércio, assim como a separação entre o campo e a cidade.

Na abordagem de Marx em *O Capital*, os aspectos do significado da *divisão sexual do trabalho* são reafirmados na sua compreensão acerca da divisão do trabalho. Para Marx (2013, p. 425),

Numa família ou, com o desenvolvimento ulterior, numa tribo, surge uma divisão natural-espontânea do trabalho fundada na diferença de sexo e de idade, portanto, sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o aumento da população e, especialmente, com o conflito entre diversas tribos e a subjugação de uma tribo por outra. Por outro lado, (...) a troca de produtos surge nos pontos em que diferentes famílias, tribos e comunidades entram mutuamente em contato (...).

Outro ponto relevante que captamos nesta mesma afirmação é a centralidade das relações de troca para apreender a divisão do trabalho. O próprio Marx (2013, p. 426)

complementa que “a divisão social do trabalho surge (...) da troca entre esferas de produção originalmente distintas e independentes entre si”.¹⁰ Cabe notar que a ênfase de Marx nesta passagem sobre o peso da diferença sexual é um ponto questionado no âmbito dos estudos feministas. A noção de diferença sexual como marcador responsável por relegar homens e mulheres a papéis distintos na divisão do trabalho já representa percepções sociais sobre os seres humanos e já envolve mediações mais complexas do que a ideia de natureza.

Também é necessário resgatar algumas indicações de Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, obra publicada em 1884, quase 40 anos após a redação dos textos que compõem a “Ideologia Alemã”, divulgada apenas em 1933. O autor busca demonstrar a relação da *divisão sexual do trabalho* com a propriedade privada,

De acordo com a divisão do trabalho na família de então, cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso; conseqüentemente, era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e, em caso de separação levava-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava os seus utensílios domésticos (ENGELS, 2010, p. 75).

Apesar das limitações desta obra de Engels,¹¹ é importante destacarmos que a divisão do trabalho na família também se desdobrava na divisão da posse dos instrumentos de trabalho. Este é um aspecto que terá grande repercussão nos estudos feministas acerca da exploração das mulheres, especialmente entre as feministas materialistas que percebem a

¹⁰ “A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam: no ponto de seu contato com comunidades estrangeiras ou com membros de comunidades estrangeiras. A partir de então, as coisas que são mercadorias no estrangeiro também se tornam mercadorias na vida interna da comunidade. Sua relação quantitativa de troca é, a princípio, inteiramente acidental. (...) A constante repetição da troca transforma-a num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzida para a troca” (MARX, 2013, p. 162).

¹¹ “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” influenciou grande parte dos estudos feministas, especialmente a partir da década de 1960 com o surgimento dos estudos sobre patriarcado. Posteriormente inúmeras críticas foram tecidas a Engels por ter se baseado em estudos antropológicos dos grupos primitivos que o levaram a homogeneizar as experiências destes grupos e supor a existência de uma formação social matriarcal. Algumas críticas se dirigem ao fato do autor confundir matrilinearidade com matriarcado. A ideia de matriarcado foi cunhada a partir da identificação de uma devoção remota a uma Deusa. De acordo com Sofferetal (2009, p. 256-257) “a ideia de Deusa está intimamente associada à convicção de que até cerca de seis mil anos atrás, a sociedade humana era matriarcal. A ideia do matriarcado primitivo foi concebida por um jurista e historiador suíço, Johann Jakob Bachofen, que apregoou, perto do fim do século XIX, que houve três fases ‘evolutivas’ na sociedade humana: a promiscuidade primitiva, seguida do matriarcado, que foi substituído pelo atual patriarcado”. Tal análise foi oxigenada nos século XX por Marija Gimbutas, lituana exilada nos Estados Unidos. Além disso, há críticas ao papel que homens e mulheres ocuparam na divisão do trabalho. Trat (2014, p. 363) explicita que “trata-se, ali, não de uma descrição fiel da divisão do trabalho pelos antropólogos, mas de um verdadeiro mito, o do homem-caçador. Os antropólogos reconhecem, hoje, o importante papel exercido pelas mulheres na alimentação das sociedades caçadoras-coletoras, graças à colheita ou à coleta de pequenos animais, e seu papel também decisivo nas primeiras formas de agricultura. (...) contraditoriamente à ideia desenvolvida por F. Engels, as mulheres nunca se dedicaram exclusivamente às tarefas domésticas”.

centralidade da divisão sexual do trabalho para a conformação das relações de opressão, conforme Tabet (2014).

Em suma, as indicações de Marx e Engels nos permitem apreender a importância da relação entre os homens e as mulheres no desenvolvimento histórico da humanidade, seja no ato da procriação (vide o papel do aumento da população), seja na divisão de tarefas da produção social ou na relação com o surgimento da propriedade privada.¹²

Consideramos que, ainda que Marx e Engels não se remetam diretamente à divisão sexual do trabalho, os autores perceberam que a divisão do trabalho na família foi um momento histórico decisivo, viabilizando nosso entendimento e defesa, de que **a divisão sexual do trabalho é uma expressão da divisão do trabalho, ou seja, um embrião da divisão social do trabalho posteriormente maturada**. Levando-se em conta essa premissa, cabe observarmos a citação de Lukács (2013, p. 162), que amplia as formulações de Marx e Engels, esclarecendo que,

A divisão do trabalho está baseada originalmente na diferenciação biológica dos membros do grupo humano. O afastamento da barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resoluta e pura do ser social expressa-se sobretudo no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominantemente nela, degradando os momentos biológicos à condição de momentos secundários. Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho.

Dessa forma, é necessário retermos a impossibilidade de determinar com precisão em que medida a divisão do trabalho obtinha determinações exclusivamente biológicas, tendo em vista que o trabalho já carrega em si a condição de incessante afastamento das barreiras naturais e a consequente predominância dos momentos de sociabilidade. A apreensão da divisão sexual do trabalho nos proporciona identificar que o modo como cada sociedade organizava a sua produção e a sua reprodução social determinava qual o papel que homens e mulheres desempenhavam. Ou seja, as suas características físicas não foram um determinante isolado e estanque no processo de emergência da divisão sexual do trabalho,

Em suma, ainda que não coloquemos em demérito as contribuições de Marx e Engels (2007) e de Marx (2013), consideramos que não podemos reduzir a divisão sexual do trabalho às diferenças biológicas. Contudo, jamais devemos nos esquivar que, em última instância, existe um vínculo dialético ineliminável entre as dimensões orgânica, inorgânica e social que

¹² Alguns aspectos da elaboração de Marx e de Engels serão retomados no segundo capítulo ao discutirmos a conformação das relações patriarcais de gênero.

compõem o ser humano que implica análise de suas determinações e reciprocidades, conforme as indicações de Lukács na obra “Ontologia do ser social”.

O que nos cabe apreender, a partir do método de análise materialista histórico dialético, é a existência de um fio condutor entre as formas pretéritas de divisão sexual do trabalho e as formas hodiernas de exploração e dominação das mulheres. Ou seja, características extremamente atuais que subsistem na história, mesmo com a transição dos modos de produção social. Retomemos o argumento de Engels (2010) que, posteriormente, é desenvolvido por Tabet (2014) acerca do papel da posse dos instrumentos de trabalho na história da humanidade.

Para Engels (2010), vigorava, nas sociedades que vivam da caça e da coleta, uma divisão sexual do trabalho em que os homens eram responsáveis pelo trabalho externo de procura e fabricação de instrumentos para a realização das suas atividades de caça. Engels (2010) também acrescenta que nestas sociedades houve uma transição, com o surgimento da propriedade privada, do direito de herança materno para o direito de herança paterno. Para o referido autor, as sociedades primitivas eram organizadas com base na matrilinearidade (sistema de filiação/parentesco em que a ascendência materna é base da organização social e familiar) e, posteriormente, passam a se organizar com base na patrilinearidade. Esse momento foi caracterizado pelo autor como uma grande derrota para o sexo feminino, ou seja, o triunfo do direito paterno sobre o direito materno. Aquilo que já era posse do homem passa a ser transferido ao seu filho mais velho. A herança transmitida de pai para filho privava as mulheres de terem acesso aos instrumentos e meios de trabalho disponíveis para a produção e reprodução social.

Tabet (2014) sugere, em publicação que data de 1979,¹³ que a discussão sobre o papel dos instrumentos utilizados por homens e mulheres em suas atividades não haviam sido considerados de maneira adequada pelos estudos antropológicos.¹⁴ A constatação de que os homens estavam mais dispostos fisicamente para a caça e a produção de instrumentos de trabalho e as mulheres para a coleta e o cuidado com a prole contribuiu para uma compreensão de que havia cooperação e complementaridade destes trabalhos. Essa noção

¹³ A formulação original desta discussão encontra-se em: TABET, Paola. *Les mains, les outils, les armes*. Paris: L’Homme, juillet-décembre, 1979. Para este trabalho, utilizamos a tradução da versão ampliada in: TABET, Paola. *La construction sociale de l’inégalité des sexes*. Des outils et des corps. Paris: L’Harmattan, 1998. A tradução utilizada encontra-se na publicação intitulada “O patriarcado desvendado”, conforme referência disponível nesta dissertação.

¹⁴ Tabet (2014) se refere às contribuições de antropólogos estadunidenses e franceses de grande importância, dentre estes, Bernard Arcand, Georg Peter Murdock, Maurice Godelier, Raymond Firth e Leroi Gourhn.

produziu uma percepção rasteira de que havia uma plena harmonia e ausência de conflitos, pois, cada um e cada uma fazia aquilo que lhe cabia devido à sua condição natural posta.¹⁵ Tal perspectiva de análise, sem as devidas mediações, pode incorrer em equívocos que ocultam a dimensão dos conflitos que existiam naquele período.

Para Tabet (2014, p. 104),

A noção de complementaridade é usada, portanto, no sentido específico positivo de uma divisão equilibrada, não orientada, de tarefas quase equivalentes e certamente igualmente importantes, na qual, apesar de algumas tentativas de formulação mais sofisticadas, se destaca (para não dizer se celebra) a naturalidade e, portanto, a total necessidade desta divisão, e se considera como um fato dado que ela seja baseada nas 'limitações naturais' impostas às mulheres.

O aspecto mais preocupante dessa constatação é a transposição mecânica da ideia de complementaridade e reciprocidade para a análise de sociedades que claramente possuem relações sociais entre homens e mulheres não-igualitárias. Em suma, adotar esse modelo como parâmetro de análise universal contribuiu para encobrir diversas tensões e conflitos advindos da divisão sexual do trabalho.

Tabet (2014) defende que a divisão sexual do trabalho não é nem harmônica e nem neutra, ao contrário, a divisão do trabalho que se utiliza das desigualdades socialmente fundadas entre homens e mulheres são assimétricas e produzem relações de dominação. Faz-se necessário descortinar o véu aparente das imposições biológicas para evidenciar o caráter social da divisão sexual do trabalho. Ou seja, “é necessário analisar a divisão sexual do trabalho como relação política entre os sexos” (TABET, 2014, p. 108).

Compartilhamos do posicionamento desenvolvido por Tabet (2014), que elucida sobre a existência de uma diferença quantitativa e qualitativa dos instrumentos disponíveis aos homens e às mulheres. Trata-se da chamada situação de subequipamento das mulheres, traduzida na produção e reprodução social desde as sociedades caçadoras e coletoras até a sociedade altamente industrializada, produzindo, assim, um *gap* tecnológico¹⁶ entre homens e mulheres.

¹⁵Guillomin (2014) fará considerações fundamentais sobre o discurso de natureza e seus desdobramentos para as relações sociais, notadamente para o processo de apropriação das mulheres pelos homens.

¹⁶ A expressão originária da língua inglesa “*technological gap*” é utilizada nos estudos sobre gestão e inovação tecnológica que pretendem mostrar uma situação de atraso entre econômico e tecnológico de países e empresas. Acreditamos que Tabet (2014) se apropria dessa expressão para expressar as lacunas e diferenças quantitativas e qualitativas do domínio dos instrumentos de trabalho pelas mulheres ao longo da história.

No curso histórico de desenvolvimento da humanidade a problemática da produção e reprodução não pode ser compreendida se não levarmos em consideração o papel dos instrumentos utilizados no trabalho. A mão foi o primeiro instrumento de trabalho utilizado pelos seres humanos. No entanto, conforme sinaliza Engels (2013), a mão humana foi transformada pelas necessidades históricas da humanidade produzir e reproduzir a sua existência por meio do trabalho. Neste processo, a mão deixa de ser o único instrumento de trabalho e passa a transferir sua capacidade motora e força para outros instrumentos de trabalho, como por exemplo, a roda, o arco-flecha e instrumentos utilizados na tecelagem e na modelagem de cerâmica. Na atualidade, a força motriz do ser humano pode apenas dar um ponto de partida para a execução de variadas atividades desempenhadas por máquinas, sem com isso prescindir de todo o trabalho já cristalizado naqueles processos.¹⁷

A utilização dos instrumentos de trabalho na história propiciou a homens e mulheres maior domínio sobre a natureza. Ao mesmo tempo, a maior apropriação da natureza diversifica e complexifica a produção e a reprodução social ampliando as objetivações de homens e mulheres. Também é importante sinalizar que inúmeros instrumentos de trabalho possuem funções análogas às armas. Para nós, a manipulação e a propriedade de armas, dos instrumentos de trabalho complexos e, posteriormente, das máquinas, está umbilicalmente ligado às formas de poder de determinada sociedade.

Assim, Tabet (2014) questiona que homens e mulheres vivenciaram, ao longo da história da humanidade, formas e apropriações distintas e desiguais dos instrumentos de trabalho.

É preciso questionar o que significou e o que significa até hoje o fato de um sexo ter tido acesso à possibilidade de estender-se além do próprio corpo físico com instrumentos que ampliam enormemente seu domínio sobre as coisas e sobre a sociedade e que o outro sexo tenha ficado, ao contrário, limitado ao próprio corpo, às operações a mãos nuas ou, em todo caso, aos instrumentos mais simples de cada sociedade (TABET, 2014, p. 111).

Dado esse problema analisado pela autora, é preciso construir uma abordagem que não cristalize a compreensão já difundida nos estudos antropológicos de que a apropriação

¹⁷ Cabe salientar, conforme Engels (2013, p. 15), que “a mão não é apenas o órgão de trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini”.

diversificada e desigual dos instrumentos se deve ao simples fato de os homens e as mulheres exercerem papéis distintos nas sociedades de caça e coleta.

Tabet (2014) irá defender duas posições fundamentais sobre a gênese e manutenção da divisão sexual do trabalho. A autora compreende que a designação das mulheres para determinados trabalhos e sua exclusão de outros se deve aos instrumentos utilizados nestas atividades. Em seguida, afirma que nas formas de controle dos instrumentos de produção é que devemos apreender a objetividade da divisão sexual do trabalho.

O percurso analítico empreendido pela autora demonstra que a inferioridade do “equipamento feminino” é perceptível desde a constituição das sociedades que viviam da caça e da coleta. A partir dos estudos antropológicos Tabet (2014) verifica que mesmo na execução de atividades mais complexas as mulheres utilizavam instrumentos mais rudimentares, como por exemplo, quando as mulheres se ocupavam da caça de animais de pequeno e médio porte. Ao estudar as atividades de coleta, pesca, caça e agricultura a autora concluiu que são “os instrumentos utilizados que determinam a atribuição de diversas atividades às mulheres ou sua exclusão delas” (TABET, 2014, p. 113). Assim, a propriedade e o domínio técnico dos instrumentos de trabalho são elementos fundamentais para que se perceba o monopólio dos homens sobre determinadas atividades.

Se retomarmos as configurações da divisão sexual do trabalho nas sociedades coletoras é possível perceber a predominância (não necessariamente exclusividade) das mulheres na execução dessas atividades. Entretanto, Tabet (2014) demarca a diferença dos instrumentos utilizados por homens e mulheres na coleta. O machado, por exemplo, era utilizado largamente por homens. Às mulheres cabiam instrumentos mais simples como cavadeiras e recipientes para o transporte do material coletado. A questão central que nos cabe apreender é que desde o período histórico da coleta os instrumentos de trabalho que são análogos às armas não eram largamente utilizados pelas mulheres, embora possa haver exceções como, por exemplo, no caso dos povos *Yamanas*.¹⁸ Nesta sociedade predominavam instrumentos rudimentares tanto aos homens quanto às mulheres na coleta de moluscos. No

¹⁸“Os Yamanas foram o grupo étnico mais austral do mundo. Marítimos caçadores-coletores passaram grande parte de sua vida acima de sua *anan* (canoa de casca de árvore) ou em pequenos e precários acampamentos de cabanas de peles e varas em frente ao mar. [...] O habitat dos Yamanas foram os canais localizados ao sul da Terra do Fogo, e os contatos culturais não eram muito tranquilos, com kaweskar e Selk'nam” [outros povos que viviam nesta região]. Tradução nossa. “Los yámanas fueron la etnia más austral del mundo. Cazadores-recolectores marítimos, pasaban gran parte de su vida arriba de su *anan* (canoa de corteza de árboles) o en pequeños y precarios campamentos de chozas de pieles y armazón de palos a orillas del mar. [...] El hábitat de los yámanas eran los canales ubicados al sur de la Tierra del Fuego, y tenían contactos culturales, no muy pacíficos, con los kawéskar y con los selk'nam”. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-93793.html>>. Acesso em novembro de 2016.

entanto, Tabet (2014) destaca as diversificadas tarefas que cabiam às mulheres, demarcando, neste caso, o processo de apropriação do tempo, ao perceber que o descanso e o tempo livre não eram destinados às mulheres como aos homens. Desse modo, apreender o significado da divisão sexual do trabalho, desde os seus primórdios, implica reconhecer as condições de dominação que dela derivam.

Já nas atividades de caça, predominantemente masculina, Tabet (2014) destaca o desenvolvimento destas técnicas associadas ao surgimento e aperfeiçoamento de determinados instrumentos para a guerra. A autora percebe que, embora tanto os homens quanto às mulheres participassem das atividades de caça, cabiam aos homens a caça de grandes mamíferos e às mulheres a caça de animais silvestres de pequeno porte. Destacam-se as atividades mais complexas de caça, que constantemente exigiam um trabalho cooperado e que também envolviam tanto os homens quanto às mulheres. Dessa forma, Tabet (2014, p. 135) conclui que “não é a caça que é vedada às mulheres, mas sim as armas, e com isso precisamente uma fase inteira do desenvolvimento tecnológico, que se concretiza nos instrumentos de caça (e de guerra)”.

No âmbito da pesca, Tabet (2014) constata maior participação das mulheres nestas atividades, contudo, a autora também percebe o subequipamento das mulheres mesmo nas sociedades em que as mulheres trabalham na pesca em proporção maior que os homens. O exemplo utilizado pela autora se refere ao uso e construção das embarcações. Os meios de transportes mais aperfeiçoados e complexos são utilizados pelos homens e as mulheres, dentre estas, as *Yamanas* e as *Kapauku* (povo de origem africana) utilizam canoas mais rudimentares.

No que diz respeito à agricultura, Tabet (2014) identifica um aprofundamento da cooperação entre homens e mulheres na realização das atividades de produção e reprodução social. O trabalho desenvolvido para as atividades de subsistência passam a ser desempenhados em conjunto. No entanto, a autora também ressalta que a distribuição das tarefas ainda é ligada ao manejo dos instrumentos de trabalho como, por exemplo, o uso preponderante dos homens do arado. Sobre as assimetrias postas pela divisão sexual do trabalho na agricultura a partir da propriedade e domínio dos instrumentos e técnicas de trabalho, Tabet (2014, p. 147) acrescenta que,

O papel dos instrumentos masculinos é considerado ‘estratégico’ para a produção agrícola, na medida em que criam as condições iniciais indispensáveis para o cultivo do terreno. [...] A tarefa masculina torna-se ‘estratégica’ na medida em que, se os homens podem efetuar a sequência feminina e o inverso não é verdadeiro, ou seja, se as mulheres não podem realizar a sequência masculina, as mulheres acabam

dependendo dos homens. Trata-se, portanto, de uma noção política, mais do que técnica ou econômica, ligada ao caráter das relações entre os sexos.

Cabe sinalizar que Tabet (2014) não reduz as relações de exploração/dominação, a qual se submetem as mulheres, ao monopólio dos homens em determinados instrumentos. No entanto, concordamos com a autora quando esta percebe que o controle dos meios de produção (e reprodução) da vida é primordial, afinal, “o controle da produção e da sociedade exige também o controle direto dos instrumentos ligados à produção” (TABET, 2014, p. 158). Essa relação de apropriação dos instrumentos mais complexos e “estratégicos” produz, em grande medida, a manutenção da divisão sexual do trabalho.

Também é importante ressaltar os impactos no campo simbólico e da construção da masculinidade. O duplo papel dos instrumentos masculinos (utilizados nas atividades de subsistência e também como armas nas batalhas e guerras) forja e coaduna com a pretensa e natural virilidade e força atribuída aos homens.

Em suma, Tabet (2014) questiona a tese de que existem naturalmente atividades femininas e masculinas. A autora nos mostra que devemos apreender o significado dos instrumentos de trabalho necessários para a realização de determinadas atividades e, com isso, explicitar o modo como homens e mulheres se apropriaram desses instrumentos na história da humanidade. O que aludíamos anteriormente nos leva a compreender que não podemos homogeneizar as experiências históricas num quadro em que aos homens cabia a caça e às mulheres a coleta. Ao contrário, devemos nos apropriar das nuances, explicitando assimetrias existentes entre homens e mulheres na realização das mesmas atividades necessárias para a produção e reprodução social. Com isso, Tabet (2014) também demonstra que o monopólio dos homens em determinadas atividades e o controle de determinados instrumentos de produção possibilita identificar as condições objetivas de manutenção da divisão sexual do trabalho e a apropriação das mulheres pelos homens.

Considerando o papel fulcral que a divisão sexual do trabalho desempenhou e desempenha na construção da sociabilidade entre homens e mulheres, inúmeras pensadoras feministas buscaram compreender os significados e os desdobramentos desta divisão para as relações sociais. A tradição feminista materialista francesa apreendeu na divisão sexual do trabalho a base estruturante das relações sociais de sexo.¹⁹

De acordo com Kergoat (2009, p. 67),

¹⁹ “As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema” (KERGOAT, 2009, p. 71).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Tal divisão não se limita a definição de papéis no mercado de trabalho. Essa divisão acomete o conjunto da vida social. Estabelece também uma divisão sexual do poder, portanto, determina quem deve ocupar os principais postos de decisão política, seja no conjunto do aparato das instituições burguesas, seja nas experiências de organização e resistência da classe trabalhadora. Feita estas considerações, ressaltamos que a divisão sexual do trabalho é uma forma historicamente determinada, e para compreendê-la na atualidade é necessário observar que a sociedade contemporânea produz-se e reproduz-se a partir das leis e tendências do movimento do capital.

Com a hegemonia do capitalismo, a divisão sexual do trabalho opera um mecanismo que resguarda prioritariamente aos homens o espaço da produção social e às mulheres o espaço da reprodução. Especialmente o espaço do lar e do trabalho doméstico, mas não só, destina preferencialmente às mulheres ao conjunto de atividades consideradas menos qualificadas como as tarefas de cuidado, por exemplo, as das áreas da pedagogia, da nutrição, do serviço social, do secretariado e da enfermagem.

Isso significa, inclusive, que há uma distinção entre o espaço público (produção) e o espaço privado (reprodução). Marx (1978) já advertia que a produção capitalista é simultaneamente reprodução de relações sociais capitalistas, ou seja, compõe uma unidade dialética que apenas didaticamente podemos separar. Chabaud e Fougeyrollas-Schwebel (1986) destacam que não se deve cristalizar o entendimento desses dois momentos (produção e reprodução) como espaços exclusivos de cada sexo, pois as mulheres sempre estiveram nos espaços de produção social.

Kergoat (2009) também chama a atenção para que se perceba a dinâmica da divisão sexual do trabalho por meio do princípio de separação e de hierarquização²⁰, ou seja, separação dos trabalhos femininos e masculinos e hierarquização valorativa dos trabalhos desempenhados por homens e mulheres.

²⁰ Em seus estudos sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil, Japão e França, Hirata (2012, p. 74-75) no oferece o seguinte exemplo, “a indústria de vidro é, desde sua origem, fundamentalmente masculina, e as mudanças tecnológicas recentes apenas acentuam essa composição sexuada de mão-de-obra. De fato, a clivagem simbólica entre o setor quente, considerado nobre e que compreende o forno e a fabricação, onde qualificação e experiência no trabalho são exigidas, e o setor frio, considerado menos nobre e que compreende a ‘escolha’ (o controle e a inspeção dos defeitos do vidro) e a embalagem, limitou a presença de mulheres ao setor frio desde a origem da industrialização”.

Noutras palavras,

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Para Devrux (2011, p. 13), a “divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo”²¹. Considera-se que a divisão sexual do trabalho se manifesta tanto no âmbito da produção quanto no da reprodução. Por isso, é possível concluir que esta é uma determinação essencial para compreender a divisão social do trabalho. Do mesmo modo, é necessário reconhecermos o papel que cumpre a divisão sexual do trabalho na lógica de produção e de reprodução das relações sociais capitalistas. Para Hirata e Kergoat (2007, p. 597), “torna-se então coletivamente ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno”. Cisne (2012) ressalta que a naturalização dos papéis estabelecidos a homens e mulheres atende diretamente a interesses do capital, maximizando seus lucros, ao diminuir os custos da reprodução da força de trabalho, e acrescenta que,

Sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicariam em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital (CISNE, 2012, p. 115-116).

É necessário destacar que o salário corresponde aos custos da reprodução da força de trabalho ou, nas palavras de Marx (2006, p. 112), “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho”. Desse modo, a não remuneração e a invisibilidade do trabalho

²¹ Há uma tensão no âmbito da crítica da economia política acerca do trabalho produtivo, ou do caráter produtivo do trabalho doméstico e/ou na improdutividade deste. Diante dessas questões, opta-se por resgatar as considerações de Marx (1978, p. 75): “trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos em trabalho produtivo, falamos, pois, de trabalho socialmente determinado, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho”.

doméstico funcionam como suporte à exploração do capital sobre a força de trabalho.²² Esse peso recai sobre os ombros das mulheres trabalhadoras com maior força, ainda que mobilize todo o conjunto da classe que vive do seu próprio trabalho.

Por outro lado, a divisão sexual do trabalho também tensiona o conjunto da luta de classes, à medida que as mulheres lutaram (e lutam) pela socialização das tarefas de cuidado, especialmente na luta por políticas públicas como creches, lavanderias, escola integral, soberania alimentar etc. Assim, recolocam uma tensão entre classes dominantes e o Estado para atender tais demandas.

Em suma, Souza-Lobo (2011) mostra a importância da incorporação dos estudos acerca da divisão sexual do trabalho como paradigma de análise. Para ela,

A ideia de que a divisão sexual do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob o ângulo que integra dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais (SOUZA-LOBO, 2011, p. 152).

Feita essas considerações acerca do entendimento da divisão sexual do trabalho e sua pertinência para compreendermos a sociabilidade do tempo presente, buscar-se-á apontar algumas considerações acerca do desenvolvimento do capitalismo, explicitando o papel da divisão sexual do trabalho neste processo.

1.2 A Divisão sexual do trabalho e o modo de produção capitalista

A compreensão da divisão sexual do trabalho sob a égide do modo de produção capitalista implica um esforço de depuração das tendências e legalidades particulares da sociabilidade comandada pelo capital. Apontamos no item anterior que a divisão sexual do trabalho não é um processo histórico que emerge com a sociedade burguesa. No entanto,

²² “As atividades desenvolvidas pelas mulheres no espaço doméstico garantem, entre outras coisas, a manutenção de ‘trabalhadores(as)’ para o mundo do trabalho assalariado, bem como a reprodução de futuros trabalhadores(as) que acabam por se constituir enquanto força de trabalho disponível para o capital. Dessa forma, as atividades não remuneradas realizadas pela dona de casa (como, por exemplo, a comida a roupa lavada/passada, a limpeza da casa etc.) têm papel relevante na redução dos custos da reprodução da força de trabalho, mantendo o seu próprio valor em patamares mais baixos” (NOGUEIRA, 2006, p. 183).

perceberemos que o capitalismo se relaciona de forma peculiar com esta particularidade da divisão social do trabalho.

Essa constatação fica evidente quando percebemos o papel do trabalho das mulheres no processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo. Essa consideração também pode ser apreendida quando levamos em contas as tendências gerais da divisão sexual do trabalho na sociedade contemporânea e sua contribuição na garantia da exploração, dos superlucros e na reprodução das relações sociais capitalistas.

Neste item procuraremos discutir as características que assume a relação entre o capital e o trabalho, explicitando suas contradições inelimináveis de exploração e alienação da força de trabalho. Em seguida, explicitaremos as tendências de desenvolvimento do capitalismo, a partir da “Lei Geral de Acumulação” e seus rebatimentos no trabalho feminino, requisitado como forma de garantir a rentabilidade do capital.

1.2.1 A relação entre o capital e o trabalho sob o modo de produção capitalista

Tendo em vista a centralidade da produção e reprodução material da vida social, aspecto que comparece nas obras marxianas²³, é necessário compreender o modo de produção capitalista a partir do curso histórico da exploração do trabalho. No entanto, essa conclusão não é simples, pois requer uma apreensão das determinações da sociabilidade capitalista e suas manifestações particulares como o surgimento da mercadoria, da alienação, da mais-valia etc.

Na obra “O Capital”, Marx nos apresenta uma vasta sistematização acerca dos fundamentos e do desenvolvimento do capitalismo, especialmente a partir da sua manifestação na Europa. Esse legado, fonte de desdobramentos teórico-políticos, explicitou a lógica de funcionamento desta sociabilidade comandada pelo capital.

²³ “O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades [comer, beber, morar, vestir], a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Marx inicialmente explicita que a mercadoria é um elemento primordial para compreender esta sociedade,²⁴ pois “a riqueza onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar” (2013, p. 113). Se a riqueza no capitalismo apenas “aparece” como uma coleção de mercadorias, isso significa que é necessário apreendermos o significado da riqueza além da sua aparência.

Marx compreende a mercadoria como uma coisa que satisfaz necessidades humanas. Ela conjuga em si tanto valor de uso quanto valor de troca, ou seja, as mercadorias respondem às necessidades de uso e consumo, mas, também, cumprem um papel de equivalente nas trocas de determinados valores de uso. A dimensão do valor de troca das mercadorias é determinante na sociedade capitalista e a “abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias” (MARX, 2013, p. 115).

Em sua elaboração teórica que busca ir além da aparência, Marx (2013, p. 116) faz a seguinte afirmação:

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso. **Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho.** (...) Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos que não mais se distinguem um dos outros, sendo todos reduzidos a um trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (grifos do autor).

O fato de Marx (2013) apontar que as mercadorias são produtos do trabalho humano fundamenta-se na sua elaboração acerca da teoria do valor que apreende não só o papel do trabalho na produção da riqueza como também o papel da exploração do trabalho, e, por conseguinte, a apropriação privada do trabalho. Desse modo, Marx (2006, p. 96) aponta que “o valor das mercadorias é determinado pelo valor do trabalho ou o valor do trabalho é a medida geral do valor”.

²⁴ Para Marx (1978, p. 97, grifos do autor.), “a *mercadoria* como forma elementar da riqueza burguesa, foi nosso ponto de partida, a premissa da gênese do capital. Em troca, *as mercadorias* apresentam-se agora como *produto do capital*. (...) Além disso, a troca desenvolvida de mercadorias e a *forma da mercadoria* como forma social, necessária e geral do próprio produto, são apenas o resultado imediato do *processo capitalista de produção*”. Também deve ser levado em consideração que Marx faz uma ressalva importante sobre a distinção do seu método de investigação e o seu método de exposição. Em suas palavras: “sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo a sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor tal adequadamente o movimento do real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori” (MARX, 2013, p. 90).

O trabalho é, pois, substância do valor das mercadorias. É quantidade de trabalho social²⁵ materializado em produtos. A grandeza do valor dessas mercadorias está disposta na quantidade e no tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.

Contudo, é trabalho abstrato, inserido em determinada divisão social do trabalho. Explicita-se, assim, o duplo caráter do trabalho na sociedade comandada pelo capital. Ou seja, trabalho útil que produz valores de uso e o trabalho abstrato que produz valores de troca. A manifestação desse caráter duplo do trabalho encontra na divisão social do trabalho suas bases de sustentação histórica. Para Marx (2013, p. 120), “tal divisão é a condição de existência da produção de mercadorias (...). Numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria (...) desenvolve-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho”.²⁶

Marx (1978) adverte que não é o trabalhador individual que ganha centralidade neste contexto de desenvolvimento do capitalismo, mas, ao contrário, é uma crescente capacidade de trabalho social que dá sustentação ao processo de trabalho.

Em suma,

Para produzir uma mercadoria, deve-se investir nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para seu consumo, produz um produto, mas não uma mercadoria. (...) Mas para produzir uma mercadoria, não só é preciso produzir um artigo que satisfaça uma necessidade social qualquer, mas também o trabalho, nele incorporado, deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho investido pela sociedade. Tem de estar subordinado à divisão de trabalho dentro da sociedade (MARX, 2006, p. 99).

Também é importante ressaltarmos que Marx procura desenvolver uma abordagem ontológica acerca do trabalho e seu papel na construção da sociabilidade humana como condição ineliminável da vida humana, independentemente das formações sociais.

Nessa direção, Engels (2013 p. 13) também ressalta que se pode “afirmar que o trabalho é condição básica e fundamental da vida humana (...) [pois] podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Apreende-se, então, vínculos ontológicos entre o trabalho e o desenvolvimento do ser social. Marx também destaca que o trabalho possui uma dimensão

²⁵ “Quando dizemos que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho incorporada ou cristalizada nela, queremos nos referir à quantidade de trabalho necessária para produzir essa mercadoria numa dada situação social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma determinada intensidade social média e com uma destreza média do trabalho utilizado” (MARX, 2006, p. 103).

²⁶ Importante esclarecer que, se para Marx, a divisão social do trabalho é essencial para dar condições à produção de mercadorias, contudo, o seu inverso não se aplica. Ou seja, a produção de mercadorias não é a condição para existência da divisão social do trabalho.

teleológica, onde homens e mulheres previamente conseguem idealizar o fruto do seu trabalho, distinguindo-se dos demais seres vivos, mesmo que produzam algo.

No processo de trabalho homens e mulheres operam um esforço de produzir valores de uso, seguindo determinadas finalidades. De acordo com Marx, no capitalismo o processo de trabalho se manifesta em dois fenômenos particulares. O primeiro indica que a classe trabalhadora está sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho. O segundo evidencia que o produto é propriedade do capitalista e não do produtor direto, ou seja, da classe trabalhadora. Tais aspectos são fundamentais para constituir o que Marx chama de processo de valorização.

O processo de valorização vai além da formação simples do valor de uso dos produtos. À medida que o capitalista tem o controle da força de trabalho e se apropria do produto do trabalho, a formação do valor se manifesta como formação da mais-valia, ou seja, absorção, pelo capitalista, do trabalho não pago aos/as produtores/as das mercadorias.

De acordo com Marx (2013, p. 273), “o processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias”.

A produção de mercadorias esconde seu caráter fetichista e alienado dos/as produtores/as para com os frutos do trabalho. A produção de mercadorias invisibiliza o trabalho de homens e mulheres. Para Marx (2013, p. 148), “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que são, isto é, não como relações diretamente sociais, entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”.

Na obra “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844”, Marx (2005, p. 317) explicita a relação entre o trabalho alienado e a propriedade privada. Para isso, compreende que a questão central é compreender a propriedade privada nas condições e desdobramentos da alienação do trabalho. Em suas palavras, “a propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência, necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo próprio”.

A alienação do trabalho tem efeitos bárbaros, denunciados por Marx no século XIX. Ela se expressa a partir de várias perspectivas, dentre elas, na alienação do/a trabalhador/a com o fruto de seu trabalho, alienação na própria atividade produtiva, na relação com a própria humanidade, ou seja, com o próprio desenvolvimento do ser social e, por fim, na relação de estranhamento entre os próprios seres humanos.

São esses os constrangimentos que a mercantilização do trabalho e das relações sociais impõem à humanidade. Evidentemente, esse fardo histórico recai visceralmente sob os ombros da classe trabalhadora. Marx é “cirúrgico” ao apontar que,

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 2015, p. 304, grifos do autor).

O esforço empreendido por Marx demonstra que a alienação do trabalho se manifesta em múltiplas determinações na vida social. Não é um aspecto que se reduz ao estranhamento dos/as produtores/as e do produto do trabalho. A relação dialética entre o capitalista e o/a trabalhador/a perpetua-se à medida que a existência de um é condição para existência do outro. Em síntese, poderíamos dizer que tal processo é umas das faces da desumanização da humanidade.

O fetichismo da produção de mercadorias e a apropriação privada dos produtos do trabalho, a extração de mais-valia,²⁷ conforma um processo que, simultaneamente, aliena a classe trabalhadora. Em síntese, a produção intelectual de Marx responde ao seguinte questionamento: de onde surge o caráter enigmático do produto do trabalho ao assumir a forma mercadoria?

Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza do valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 2013, p. 147).

²⁷ Didaticamente Marx (2013, p. 293) explica que “o tempo de trabalho necessário é a parte da jornada de trabalho em que se dá essa reprodução, e trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo (...) o segundo período de trabalho em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho. Do mesmo modo (...) é indispensável para a compreensão do mais-valor entendê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado”. Marx (2013, p. 390) ainda considera que a lógica de exploração do capital se expressa no que ele chamou de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. “O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre duas partes da jornada de trabalho, chamo de mais-valor relativo”.

Esse processo não se encerra exclusivamente na produção das mercadorias, mas, ao contrário, extrapola tais espaços, pois é a base material da produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista.

A relação de dominação-exploração do trabalho pelo capitalista assume outras faces, tal como a particularidade da exploração da força de trabalho das mulheres, negros/as, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), jovens etc.

Para Harvey (2011), o capitalismo procura se relacionar com o conjunto das diferenças sociais com o objetivo de controlar o trabalho e garantir suas condições de lucratividade. Para isso, o capital se apropria das “diferenças” e ao naturalizá-las contribui para ampliar o conservadorismo presente na sociedade. Este processo também busca fragmentar a classe trabalhadora dinamizando e ampliando as formas de exploração e dominação do capital, especialmente no que diz respeito à força de trabalho das mulheres, negros/as e LGBT.

A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. (...) A história da acumulação primitiva implicou a produção e títulos de superioridade ‘natural’ e, portanto, baseadas na biologia, que legitimou as formas de poder hierárquico e de classe em face das alegações religiosas ou seculares do status de igualdade perante os olhos de Deus ou do Estado (...) o capital não foi de maneira nenhuma relutante em explorar, se não promover, fragmentações (...) (HARVEY, 2011, p. 57-58).

Diante das condições descritas na citação, podemos inferir que é necessário compreender como o capital se relaciona com o trabalho, ao operar as diferenças como mediações para perpetuar sua dominação. Para isso, é imprescindível compreendermos alguns elementos da divisão sexual do trabalho no processo de desenvolvimento e consolidação das relações capitalistas.

1.2.2 Divisão sexual do trabalho e desenvolvimento capitalista

Para conhecermos as características do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo é necessário apreender sua lógica determinante. Esse esforço, empreendido por Marx em *O Capital*, busca captar as principais determinações do movimento do capital, explicitando suas tendências invariáveis, ou seja, os elementos *sinequa non* para sua produção e reprodução enquanto modo de vida capitalista.

Avaliamos que a lógica da acumulação capitalista permanece a mesma, se considerarmos suas tendências invariáveis. Marx (2013) percebeu que o processo de desenvolvimento do capitalismo se trata de uma reprodução ampliada da acumulação de capital, ou seja, a mais-valia produzida pelo capitalista é sempre reempregada para a produção de novas mercadorias dando continuidade ao processo de exploração da força de trabalho, sua característica permanente e incessante.

A acumulação capitalista evidencia sua tendência à concentração e à centralização. Trata-se de uma tendência em que o capital procura concentrar uma “massa de capital” cada vez maior, para garantir as condições de extração de mais-valia e ao mesmo tempo centralizar-se, pois possibilita a fusão de vários capitais, ou seja, a centralização de capitais que ocorre pela fusão de grandes aglomerados capitalistas. Sobre esses efeitos, Marx (2013, p. 703) afirma que “as massas de capital fundidas entre si da noite para o dia por obra da centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente, convertendo-se, com isso, em novas e poderosas alavancas da acumulação social”.

O movimento da acumulação de capital, na perspectiva da sua reprodução ampliada, também explicita outras contradições. Pois, à medida que necessita ampliar a produção e extração de mais-valia, incrementa sua parcela de capital constante, modificando a razão entre capital constante e variável.²⁸

Marx (2013, p. 704-705) sintetiza essa tendência ao demonstrar que,

Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume de capital total, mas por seu componente variável, ela decresce progressivamente com o crescimento do capital total em vez de (...) crescer na mesma proporção dele. (...) Ao aumentar o capital global, também aumenta, na verdade, seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nela incorporada, porém em proporção cada vez menor. (...) Para absorver um número adicional de trabalhadores de uma dada grandeza (...) requer-se, antes de mais nada, uma acumulação acelerada de capital total em progressão crescente. Essa acumulação e centralização crescentes (...) promovem a diminuição novamente acelerada de seu componente variável em comparação com seu componente constante.

Dessa forma, há uma tendência permanente de diminuição da composição orgânica do capital, ou seja, diminuição da proporção de capital variável (força de trabalho) em relação à proporção de capital constante. Esse processo cria consequências trágicas para o conjunto da

²⁸ De acordo com Marx (2013), o capital constante corresponde à parte do capital que se converte em meios de produção (matérias-primas, instrumentos, matérias auxiliares – meios de trabalho) que não altera a sua grandeza de valor no processo de produção. O capital variável corresponde à força de trabalho, “reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar”. Ver Capítulo VI de O Capital, intitulado, “Capital constante e capital variável”.

classe trabalhadora. A diminuição de capital variável no ciclo de acumulação cria um excedente de trabalhadores que não serão absorvidos na economia capitalista.

Esse é um processo que cria um conjunto de contradições na sociedade, pois “a acumulação capitalista produz constantemente (...) uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2013, p. 705). Marx chamará esta população de “exército industrial de reserva”, mecanismo essencial na dinâmica da produção capitalista, que contribui, inclusive, para regular o valor da força de trabalho, ou seja, os salários.²⁹ Essa massa de trabalhadores/as desocupados serve como força de trabalho reserva do capital, que pode ser mobilizado, a qualquer momento, a depender das necessidades da reprodução ampliada do capital, podendo, inclusive, substituir a força de trabalho ocupada. Revela-se assim, uma intrínseca relação entre a constituição do exército industrial de reserva e a luta de classes.

Em síntese, Marx (2013, p. 719) afirma que, “quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor do seu crescimento e, portanto também a grandeza absoluta do proletariado (...) tanto maior será o exército industrial de reserva”. Reproduz-se com isso, não só uma população excedente, mas, uma gradativa deterioração das condições vida da classe trabalhadora por meio da ampliação do pauperismo.

A dinâmica do exército industrial de reserva possui relação com a divisão sexual do trabalho. Com o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria as mulheres e as crianças foram requisitadas a se inserirem no mercado de trabalho, conforme Marx (2013) aponta em *O Capital*. Tal inserção revela, além dos traços da precarização, uma relação de subalternidade, pois o pagamento das mulheres era (e ainda é) nitidamente inferior aos dos homens que desempenhavam (e desempenham) as mesmas funções. A inserção das mulheres na economia capitalista também explicitou a “tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter” (MÉSZÁROS, 2011 p. 272).³⁰

²⁹ “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p. 712).

³⁰ Para Harvey (2011, p. 58), “(...) mesmo após quase meio século de campanha pelo princípio ‘salário igual para trabalho igual’ o fosso salarial entre homens e mulheres não desapareceu, mesmo nos Estados Unidos, onde as pressões têm sido provavelmente mais fortes”. Saffioti também aponta esta tendência ao fazer uma digressão histórica. Para a autora, “embora o confinamento da mão de obra feminina às tarefas não qualificadas torne difícil a comparação entre os salários dos homens e das mulheres, há evidências suficientes de discriminação salarial em benefício da força de trabalho masculina. (...) Mesmo na União Soviética, único país em que a

Mandel (1982) apreende um duplo aspecto no processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Assim, o autor menciona que, ao mesmo tempo em que contribui na recomposição do exército industrial de reserva, as mulheres recebem as piores remunerações. Em suas palavras,

Devem ser levadas em conta, entre outros aspectos, as consideráveis flutuações no emprego feminino e de jovens de menos de 21 que, juntamente com os trabalhadores estrangeiros, atuam como amortecedores na reconstituição desse exército de reserva. (...) É importante enfatizar o duplo do fundo adicional de força de trabalho representado pelas mulheres casadas e pelos jovens assim como pelos trabalhadores imigrantes [contexto estadunidense] (...) na preservação ou reconstrução de um exército industrial de reserva do trabalho. De um lado, as flutuações em seu nível de emprego são muito maiores do que no caso dos trabalhadores ‘estáveis’, ‘chefes de família’. De outro, recebem muito menos por sua força de trabalho, uma vez que a burguesia cinicamente pressupõe que sua renda seja apenas um ‘complemento’ ao ‘orçamento familiar’ (MANDEL, 1982, p. 127-128).

Desse modo, percebe-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho significou mudanças tanto no âmbito da ocupação da força de trabalho quanto na dinâmica do exército industrial de reserva. Isso repercutiu, sem dúvidas, nas formas de organização da classe trabalhadora, como por exemplo, na sindicalização das mulheres e na sua inserção em partidos comunistas, conforme apontam Kollontai (1913) e Saffioti (2013). A inserção das mulheres no mercado de trabalho demonstra uma tensão simultânea entre as conquistas do movimento feminista e as necessidades do capital. Esta tensão se expressou, inclusive, na criticada inserção das mulheres no mercado de trabalho por parte de teóricos marxistas. Análises acerca do desemprego masculino, da piora das condições de vida familiar e da demanda do capital pelo trabalho menor remunerado acabaram ganhando centralidade em detrimento da apreensão do protagonismo das mulheres, seja nas lutas pela inserção no mercado de trabalho, seja na sua respectiva atuação política.

Paul Singer (1979), baseando-se especialmente na leitura de Engels em “A situação da classe operária na Inglaterra”,³¹ acabou reproduzindo alguns desses argumentos engodos. Preocupado com a degradação das condições de vida da classe trabalhadora, o referido autor nos alerta para os impactos que teve a inserção da mulher no mercado de trabalho após a Revolução Industrial.

paridade absoluta entre a remuneração do homem e da mulher foi atingida, havia ainda, no período de 1920 a 1930, diferenças salariais, embora reduzidas” (SAFFIOTI, 2013, p. 103-104).

³¹ Acerca dessa obra, Andrade (2011, p. 22) afirma que “Engels revela-se ainda dividido entre a condenação moral da exploração da mão de obra feminina e infantil e a efetiva compreensão deste aspecto relevante do processo histórico”.

É que o emprego feminino impede que as mães cuidem das crianças pequenas, o que, junto com as deploráveis condições de nutrição e higiene, faz com que a mortalidade infantil suba a níveis extremamente altos no meio operário (...). A família proletária foi seriamente minada pela grande extensão do trabalho feminino e do trabalho infantil a ponto de impossibilitar serviços domésticos essenciais à reposição do trabalhador (SINGER, 1979, p. 123).

Ao constatar que a inserção da mulher no mercado de trabalho acompanha um processo simultâneo de degradação das condições de vida da família operária, o autor repõe o “ranço histórico” de responsabilização das mulheres pelo cuidado da família ou, noutros termos, pela responsabilidade de trabalhar no lar para garantir a reprodução da força de trabalho.³²

Esse “ranço histórico” sob os ombros das mulheres já havia sido apreendido, inclusive, pelo próprio Engels ao se voltar à educação que as mulheres recebiam. Para ele, “as donzelas aprendiam apenas a fiar, tecer, e coser e, quando muito, a ler e escrever” (ENGELS, 2010, p. 85).³³ Neste sentido, é valioso resgatar a afirmação de Saffioti (2013, p. 96) que, para as mulheres, “ter um emprego significa (...) muito mais que receber um salário, (...) significa participar da vida comum”.³⁴

Frente aos argumentos até aqui expostos, é importante retermos a assertiva de Marx em *O Capital* ao problematizar os impactos da relação de assalariamento dos membros da família operária (homens, mulheres e crianças).³⁵ Mesmo com alguns limites de análise, Marx aponta quatro aspectos que nesta discussão são essenciais. No primeiro percebe que a inserção das mulheres e crianças como força de trabalho na grande indústria usurpou parte do tempo em família, seja da mulher no âmbito do trabalho doméstico, seja das crianças para a recreação. O segundo aspecto aponta que o capital, ao requisitar o trabalho do conjunto da família, tende a rebaixar os salários do homem e dividi-los entre sua família. O terceiro evidencia que, para o capital aumentar o número de trabalhadores e diminuir os salários,

³² Ao longo do texto, Singer (1979) problematiza e dá consequência aos apontamentos de Marx e Engels. Contudo, em tal passagem explicita divergência com o entendimento acerca do papel que cumpre a divisão sexual do trabalho, ao não explicitar, criticamente, os impactos dessas novas condições na vida das mulheres. Em suma, tal crítica não desqualifica o pensamento do autor, mas visa apreender os limites e as possibilidades de sua reflexão teórica.

³³ Não estamos descaracterizando o pensamento do autor segundo o qual às mulheres trabalhadoras a realidade era diferente em virtude das contradições de classe. Contudo, estamos nos remetendo à percepção de que a socialização feminina carrega estes traços como naturais.

³⁴ Biroli (2014, p. 38) também resgata que “ainda que se faça a crítica à idealização do trabalho remunerado por parte do feminismo, a relação entre acesso ao trabalho e cidadania permanece incontornável”.

³⁵ Singer (1979) também se vale dessas considerações de Marx, especialmente do capítulo 13 de *O Capital*, intitulado: “Maquinaria e grande indústria”.

aumentará a mais-valia produzida, ou seja, a inserção da família na maquinaria e na grande indústria se ampliará em favor das possibilidades de exploração do capital. E, por fim, o quarto aspecto aponta uma tendência contraditória,

Como certas funções da família, por exemplo, cuidar das crianças e amamentá-las, etc., **não podem ser inteiramente suprimidas**, as mães de famílias confiscadas pelo capital tem de arranjar quem as substitua em maior ou menor medida. **É necessário substituir por mercadorias prontas os trabalhos domésticos** que o consumo da família exige, como costurar, remendar etc. **A um dispêndio menor de trabalho doméstico corresponde, portanto, um dispêndio maior de dinheiro**, de modo que os custos de produção da família operária crescem e contrabalançam a receita aumentada (MARX, 2013, p. 469, grifos nossos).

Consideramos que os quatro aspectos mencionados permanecem atuais para que possamos pensar a divisão sexual do trabalho no capitalismo contemporâneo. Desta última consideração de Marx, ou seja, do quarto aspecto citado, podemos extrair duas questões essenciais. A primeira se refere à percepção de que, ao diminuir o tempo de trabalho doméstico, haveria a necessidade de construir outras possibilidades para supri-lo. Singer (1978) contribui com a discussão deste aspecto ao perceber o papel do avanço tecnológico na reprodução da força de trabalho e que os “novos produtos” tecnológicos contribuíssem para encurtar o tempo destinado ao trabalho doméstico.

Outro aspecto dessa última citação de Marx diz respeito ao entendimento de que para garantir o menor dispêndio de trabalho doméstico é necessário dispor de dinheiro para a aquisição de mercadorias que visam substituir as tarefas antes executadas manual e prioritariamente pelas mulheres. Uma possível aquisição deliberada de mercadorias que visam substituir o trabalho doméstico pode acarretar aumento dos custos de reprodução da força de trabalho, implicando salários mais altos para corresponder às necessidades de reprodução da família. No desenvolvimento do capitalista a tendência é inversa, procura-se diminuir os custos da reprodução da força de trabalho. Desse modo, garantir a plena socialização das tarefas domésticas com a substituição de mercadorias também é um dos limites do capital.

Dessa forma, concordamos com Saffioti (2013, p. 73), pois “não cabe falar de competição entre os sexos, nem dos presumíveis efeitos deletérios para os homens da penetração das mulheres no mercado de trabalho”.

Feita estas considerações sobre as imbricações da análise entre as tendências de desenvolvimento do capitalismo e a divisão sexual do trabalho faz-se necessário abordarmos algumas tendências que assume o desenvolvimento capitalista e seus impactos nas configurações da divisão sexual do trabalho.

1.3 Tendências contemporâneas da divisão sexual do trabalho

No decorrer do século XX é possível apreender inúmeras transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que se expressam no âmbito do trabalho, da luta de classes e das políticas sociais. As grandes crises econômicas e as crises cíclicas do capital, o processo de reestruturação produtiva, a ascensão neoliberal e as contrarreformas que regridem os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora caracterizam parte dessas transformações. Contudo, as regras básicas do desenvolvimento capitalista, a exemplo da “Lei geral de acumulação capitalista”, continuam a operar de forma invariante.

Lênin (2012) identificou que, na transição do século XIX para o século XX, o capital assumia um caráter Imperialista. Ele se propôs a compreender as novas determinações do modo de produção capitalista em sua fase avançada, madura, levando em conta as mudanças do final do século XIX. Para isso, buscará apreender os aspectos econômicos e políticos dessa nova fase de acumulação e expansão do capitalismo, sob a hegemonia do monopólio. Explicitou em sua obra o papel dos monopólios, do capital financeiro (compreendido como a fusão do capital bancário e do capital industrial), a formação das oligarquias financeiras, exportação de capitais e por fim a partilha do mundo entre nações e empresas.

Mandel (1982) percebe que no século XX, momento que o autor identifica como capitalismo tardio, é impossível o capital prescindir do Estado. Essa relação fica explícita a partir das necessidades do capital em garantir suas taxas de superlucros, pois, ainda que se percebam inúmeras variações na taxa de mais-valia no decorrer do século XX, o capital busca permanentemente salvaguardar suas taxas de lucro e rendimento. Para Mandel (1982), o aumento da taxa de mais-valia tem relação direta com a luta de classe. Basta apreender o significado das guerras,³⁶ assim como da ascensão dos regimes totalitários, tais como o nazismo e o fascismo.

A centralidade do papel do Estado é explicitada por Mandel em vários momentos da sua obra “O capitalismo tardio”. Para o autor, a atuação do Estado assume as seguintes

³⁶ Harvey (2011, p. 164) também destaca o papel das guerras. Para ele, “as guerras entre os Estados na geografia histórica do capitalismo têm sido episódios retumbantes de destruição criativa. Não só infraestruturas físicas são destruídas, mas também são dizimadas forças de trabalho, devastados os ambientes, reinventadas as instituições, interrompidas as relações sociais e criados os tipos de novas tecnologias e formas organizacionais (...). A reconstrução após as guerras absorve o excedente do capital e mão de obra”.

características: cria as condições necessárias da produção capitalista, reprime as resistências à sua ordem social, promove uma integração da classe dominante, administra os ciclos de crise, assume parcela dos custos do processo produtivos pela via dos planejamentos econômicos etc. Com isso, diante das requisições do capital, o Estado aprofunda sua função como esteio do capital privado.³⁷

Mandel caracteriza como “tardio” esse momento do capitalismo em sua fase madura e consolidada, em que “a empresa multinacional tornou-se a forma organizativa determinante do grande capital” (MANDEL, 1982, p. 223). No capitalismo tardio há tendência à supercapitalização, ou seja, há tendência de mercantilização das diversas áreas da vida social, como por exemplo, os serviços essenciais de educação, de saúde, de segurança pública. Tal tendência é acompanhada com o enorme crescimento do setor de serviços.³⁸

Mandel (1982) salienta também que a generalização da produção de mercadorias implica um constante desenvolvimento da divisão social do trabalho. O autor complementa que,

Sob crescente socialização objetiva do trabalho, (...) uma divisão cada vez maior do trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sobre as tendências à atomização. (...) *Tecnicamente*, uma divisão crescente do trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das funções *intermediárias*: daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral (MANDEL, 1982, p. 269, grifos do autor).

As mulheres ocuparam grande parte dos novos postos de trabalho dos setores em expansão, decorrente da ampliação das funções intermediárias, especialmente nos postos mais precarizados, conforme se pode perceber nos estudos de Abílio (2014) e Nogueira (2006). Reivindicação histórica do movimento feminista, a acelerada ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho vem acompanhada de subcontratação combinada com baixa

³⁷ Conforme anotações de aula da disciplina “Capitalismo e Trabalho”, ministrada pela profa. Rosângela Barbosa, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

³⁸ Mandel (1982) aponta seis elementos essenciais do capitalismo tardio, a saber, “novos produtos, acumulação e concentração – autofinanciamento e supercapitalização, superlucros, maior intercâmbio entre os países imperialistas, substituição de exportação de mercadorias por exportação de capitais, especialização e racionalização do controle do capital” (Fonte: anotações de aula, disciplina “Capitalismo e Trabalho”, ministrada por Rosângela Barbosa – 26/06/2015).

remuneração. Tal situação motivou, inclusive, “[...] o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa” (HARVEY, 2012, p. 146).³⁹

Ao analisar as transformações no mundo do trabalho ocorridas no decorrer do século XX, Harvey (2012) percebe a constituição de dois regimes de acumulação e regulação social – o fordismo e a acumulação flexível.

De acordo com Harvey (2012, p. 119), o período de

(...) 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano. O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza.

Estas mudanças no regime de acumulação que nos referíamos anteriormente estão associadas a crise político-econômica que se aprofunda nos anos 1970. Esta crise demonstrou a incapacidade do regime fordista em assegurar os superlucros do capital. A alternativa à crise, empreendida pelo capital, não se restringiu às mudanças de gestão da produção no interior das fábricas, embora seja imprescindível, mas inaugurou um ciclo de alternativas societárias que se expressaram na chamada “reestruturação produtiva” e no neoliberalismo⁴⁰.

Harvey (2011) destaca que as crises são inevitáveis e necessárias para a retomada da valorização do capital. Funcionam como mecanismo que busca restaurar o equilíbrio visando minorar as contradições do desenvolvimento capitalista. Para o autor, as crises funcionam como “racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável” (HARVEY, 2011, p. 65). Harvey reforça ainda que as respostas à crise mantêm relação com a correlação de forças entre as classes.

A ascensão do regime de acumulação reafirma a relação do capital com a divisão sexual do trabalho, mais particularmente em seus princípios de hierarquização e diferenciação, conforme Kergoat (2009).

Harvey (2011, p. 89-90) observa que,

³⁹“A esse respeito, Harvey menciona que, “(...) parece de fato importante acentuar o grau até o qual a acumulação flexível tem de ser considerada uma combinação particular e, quem sabe, nova de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação do capital” (HARVEY, 2012, p. 184).

⁴⁰ “Há uma concordância geral de que a mudança tem a ver com as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas a partir da recessão de 1973. A desindustrialização, o desemprego disseminado e aparentemente ‘estrutural’, a austeridade fiscal aos níveis tanto nacional quanto local, tudo isso ligado a uma tendência ascendente do neoconservadorismo e a um apelo muito mais forte (...) à racionalidade do mercado e à privatização (...)” (HARVEY, 2005, p. 168).

(...) os capitalistas usam o poder das diferenças sociais em seu próprio benefício ao máximo. As questões de gênero, muitas vezes, tornam-se vitais no chão da fábrica, assim como as questões de etnia, religião, raça, e preferência [orientação] sexual. (...) são as mulheres que carregam o peso da exploração capitalista e cujo talento e capacidades são utilizados ao extremo, em condições muitas vezes semelhantes à dominação patriarcal. (...) Em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho (...).

O modo como o capitalismo utiliza a divisão sexual do trabalho para manter o seu lucro assume diversas características e demonstra a capacidade de mobilidade do capital para lidar com tais diferenças, especialmente entre homens e mulheres, mas não só, mobilizando os elementos da “raça”/etnia e orientação sexual para garantir as condições de exploração. Kergoat e Hirata (2007), a partir da realidade francesa, sistematizaram algumas tendências da divisão sexual no capitalismo contemporâneo. Para as autoras, com as tendências de precarização e flexibilização do trabalho, aparecem certo “nomadismo de tempo” para as mulheres, que assumem, cada vez mais, trabalhos espaçados durante o dia (e/ou semana) para manter sua sobrevivência.

As autoras evidenciam ainda, outra tendência que está assentada na relação entre o norte e o sul. Ou seja, mostram que há certo avanço das mulheres do norte, no que se refere aos postos de trabalho mais qualificados e melhores remunerados e que estão sendo compensados com o trabalho precário de mulheres imigrantes, que, paulatinamente, estão se deslocando para a Europa.

Para Kergoat e Hirata (2007, p. 602),

Duas relações sociais entre mulheres, inéditas historicamente, estabelecem-se dessa maneira: uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe servil; uma relação de concorrência entre mulheres, todas precárias, mas precárias de maneira diferente, dos países do Norte e dos países do Sul (...). As relações étnicas começam assim a ser remodeladas através das migrações femininas e da explosão dos serviços a particulares.

As autoras também ressaltam que esta nova dinâmica da divisão sexual do trabalho tem relação explícita com a proliferação do setor de serviços,⁴¹ que Mandel (1982) já delimitava. A ampliação desse setor tem possibilitado, cada vez mais, que as mulheres de

⁴¹ “(...) o deslocamento da classe trabalhadora para o setor de serviços indicava a predominância do trabalho feminino e de remuneração desigual” (ABÍLIO, 2014, p. 84).

classes abastadas ou aquelas que ocupam funções executivas de nível superior, deleguem a outras mulheres funções que foram naturalizadas como femininas.⁴²

No Brasil, a constante feminização da população economicamente ativa data dos anos 1980. Nogueira (2006) aponta que a tendência de crescimento da participação das mulheres no mercado trabalho se deu pela via do acesso ao setor de serviços.⁴³ Abílio (2014) mostra que, nos países de terceiro mundo, o setor de serviços vem acompanhado de implicações, tais como: desqualificação, salários baixos, rotatividade elevada e prevalência de mulheres. A autora também ressalta o traço marcante da informalidade no mercado de trabalho brasileiro como elemento do modelo de acumulação do capital à brasileira. Portanto, a informalidade não deve ser tomada como atraso, mas como característica de nossa formação socioeconômica.

Abílio (2014, p.75) destaca também a flexibilidade como marca do trabalho das mulheres na sociedade brasileira. Em suas palavras, “a flexibilização se caracteriza pela desregulamentação do trabalho, a qual muitas vezes passa pelo reconhecimento e pela legislação do Estado, não tendo, assim, o caráter de ilegalidade”. Desse modo, a autora apreende que pobreza, desigualdade social e informalidade são elementos que caminham juntos na sociedade brasileira.

No quadro da informalidade e da flexibilização, Nogueira (2006) procura se atentar para o crescimento dos postos de trabalho no segmento de *telemarketing*,⁴⁴ que é ocupado majoritariamente por mulheres.

Nogueira (2006) sugere que a ampliação deste setor no Brasil, que se dá a partir dos anos 1990, tem relação umbilical com o neoliberalismo e a privatização do setor de telecomunicações e com o desenvolvimento da informática. Além disso, cita, para tanto, a

⁴² “As relações de gênero também se apresentam de uma forma inédita: a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses dos países do Norte (e em inúmeros países urbanos do Sul, mas, nesse caso, trata-se de movimentos migratórios internos no país em questão) e permite igualmente maior flexibilidade das mulheres em relação à demanda de envolvimento das empresas. Em um plano mais geral, isso permite às sociedades do Norte fazer vista grossa a uma reflexão sobre o trabalho doméstico” (KERGOAT; HIRATA, 2007, p. 602).

⁴³ “A constituição histórica do trabalho feminino, portanto, adapta-se muito bem à flexibilidade exigida em redes de produção e de distribuição que se transnacionalizam e que se utilizam em larga escala do trabalho desqualificado, desprotegido e de baixa remuneração (...) as caracterizações tradicionalmente associadas ao trabalho feminino se adequam perfeitamente às demandas do trabalhador flexível em geral” (ABÍLIO, 2014, p. 87).

⁴⁴ “Telemarketing é toda e qualquer atividade desenvolvida através de sistemas de telemática e múltiplas mídias, tendo como objetivo as ações padronizadas e contínuas de marketing. O telefone é seu principal veículo de trabalho” (NOGUEIRA, 2006, p. 34).

aprovação do “Código de Defesa do Consumidor”, que dava aparato jurídico às vendas via telefone. De acordo com a autora, este setor mobiliza cerca de vinte bilhões de dólares anuais no Brasil, configurando-se num elemento essencial para garantir a concorrência e a competitividade capitalista.

As mulheres contratadas por este serviço estão expostas a uma rotina exaustiva. As ações rotineiras e obrigatórias deste setor podem gerar desdobramentos como lesões musculares, lesões no aparelho auditivo, nódulos vocais. Além disso, o controle excessivo por parte da gerência e a exigência de metas abusivas demonstram a perversidade desse espaço de trabalho majoritariamente ocupado por mulheres.

Ao analisar outra situação, Abílio (2014) procura mostrar a face também perversa das trabalhadoras do sistema de vendas diretas do setor de cosméticos, mais especificamente, das trabalhadoras da empresa Natura. Abílio (2014) percebe que “*flex é feminino*”, cunhando esta expressão, para designar a prevalência da flexibilidade das relações de trabalho que a maior parte das mulheres se insere. Para autora, há um exército de revendedoras “*Brasil a fora*” que são invisibilizadas diante da exploração de seu trabalho e sem proteção do Estado.

Diante dessas considerações, pode-se apreender que a divisão sexual do trabalho cumpre um papel fundamental no capitalismo contemporâneo. Isso porque contribui para rearranjar novas formas de gestão da força de trabalho das mulheres, para recompor o exército industrial de reserva, garantindo a exploração da força de trabalho a partir de uma relação espúria entre o capitalismo e o conservadorismo, que reforçam uma predisposição inata das mulheres aos trabalhos de cuidado.

Concordamos com Hirata e Kergoat (2008, p. 06-07), ao criticar as análises que não reconhecem o papel que cumpre as relações sociais de gênero para compreender o mundo do trabalho.

Os iniciadores da sociologia do trabalho partem de um modelo assexuado de trabalho, seu tema – o homem – sendo elevado implicitamente como universal. Este modelo foi fortemente questionado desde os anos setenta pela problemática da divisão sexual do trabalho: tratava-se de reconceituar o trabalho, pela inclusão neste conceito: 1) do sexo social (do gênero); 2) do trabalho doméstico. Ele é assim ampliado ao trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil, no trabalho informal. Trabalho profissional e doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados como categorias indissociáveis.

Assim, considera-se pertinente explorar as contradições de gênero e classe para compreender não só as particularidades da opressão das mulheres, mas para que se compreenda, numa perspectiva de totalidade, o conjunto da sociedade burguesa, em sua fase

madura e consolidada. Não é por acaso que Mészáros (2011, p. 224) identifica a importância do movimento feminista, afirmando que a emancipação das mulheres “comprova ser o calcanhar de Aquiles do capital”.

Por isso, parte-se do pressuposto de que a percepção da divisão sexual do trabalho é uma potência essencial para desvendar a realidade contemporânea numa perspectiva de totalidade. A relação entre o capital e o trabalho se efetiva num contexto em que a diversidade humana é apropriada para os interesses gerais da reprodução da sociabilidade capitalista. Mulheres, negros/as, indígenas, gays, lésbicas, pessoas trans, migrantes, jovens, idosos etc. são características utilizadas para potencializar a exploração da força de trabalho, conforme o pensamento de Harvey (2011).

Neste aspecto reside o papel central que cumpre a divisão sexual do trabalho. Ao hierarquizar e invisibilizar o trabalho feminino, e, na mesma proporção, estabelecer o que deve ser trabalho das mulheres, o capital revigora suas possibilidades de exploração do conjunto da classe trabalhadora.

Num contexto de crise do capital, segmentos da classe trabalhadora são imediatamente impactados. A percepção de que a feminização do mercado de trabalho está atrelada às tendências de flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho reafirmam o papel que as mulheres ocupam na divisão social e técnica do trabalho.

Além da percepção da inserção precária que a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres, também é necessário atentarmos para a dinâmica do papel da divisão sexual na esfera da reprodução social, tema debatido por Nogueira (2006) e que ainda requer maior diálogo e aprofundamento.

Em suma, percebe-se que a divisão sexual do trabalho é uma particularidade da divisão social do trabalho, determinante nos ciclos de acumulação do capital, seja com a inserção das mulheres como força de trabalho disponível ao capital, seja nos momentos de crise nos quais esta força de trabalho foi mobilizada de forma precária.

Ir à raiz dessa problemática, conforme Marx (2010) já delimitava o sentido da radicalidade, requer a percepção da dinâmica indissociável das relações de gênero e de classe. Noutros termos, torna-se necessária a percepção de que as relações capitalistas estão “enoveladas” às relações patriarcais, nos termos de Heleieth Saffioti. A superação das relações de classe não deve estar dissociada da necessidade de superação das desigualdades de gênero, pois estas estão imbricadas ao ponto de interferirem uma na outra.

Feita estas considerações sobre a divisão sexual do trabalho e a conformação do papel que homens e mulheres cumprem na produção e reprodução das relações sociais capitalistas, é

necessário expor a nossa compreensão dos vínculos entre trabalho, divisão sexual do trabalho e a conformação de relações patriarcais de gênero. Se a divisão sexual do trabalho é uma condição essencial para a persistência das relações patriarcais de gênero, esta, por sua vez, não se esgota nesta constatação.

2 RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO: PRESSUPOSTOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO MATERIALISTA-ONTOLÓGICA

De modo geral, [...] a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais [...]. O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro.

*Heleieth Saffioti*⁴⁵

A compreensão das relações patriarcais de gênero é fundamental para que se possa construir uma abordagem da totalidade das relações sociais. O modo como os homens e as mulheres vivenciam sua sociabilidade tem sido marcado por inúmeras manifestações de desigualdade e resistências. Tais manifestações têm sido apreendidas na literatura que versa desta temática majoritariamente a partir da caracterização da categoria “relações de gênero”, conforme amplamente difundido com a elaboração da historiadora estadunidense Joan Scott.

A acepção contemporânea sobre as relações entre homens e mulheres na atual sociedade capitalista tem sido estudada por inúmeras abordagens teóricas que vão desde as pós-estruturalistas às de caráter materialista, passando pela influência de pensadores como Michel Foucault e Friedrich Engels.

Neste capítulo buscaremos construir uma análise sobre as relações patriarcais de gênero. A partir das contribuições do feminismo marxista e do feminismo materialista francófono será fundamental explicitar a nossa tentativa de construção de uma análise ontológica das relações patriarcais de gênero e sua imbricação com as relações de classe.

Também apontaremos a necessidade de considerarmos os desdobramentos da sexualidade e das relações de raça/etnia a partir da caracterização das perspectivas teóricas que partem do pressuposto de que as relações patriarcais de gênero, “raça”/etnia e classe são indissociáveis. Por fim, procuramos explicitar as convergências entre feminismo e materialismo histórico dialético, exemplificando, do ponto de vista teórico-prático, a potência dessa articulação, conforme destacamos com a experiência do feminismo socialista.

⁴⁵ SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: moderna, 1987, p. 16.

2.1 A categoria gênero e suas implicações teóricas e políticas

Ao objetivarmos compreender o surgimento e o desenvolvimento da categoria gênero nos deparamos com a complexa fase em que se encontra o capitalismo pós-1960. As mudanças operadas na lógica de produção e reprodução da vida social impactaram diretamente a produção do conhecimento. Tais mudanças foram captadas por alguns como um momento necessário de transição no próprio ordenamento capitalista que exigia uma nova postura para conhecer a realidade. Esta posição pressupunha que todos os esquemas analíticos fundados com o advento da modernidade estavam postos em xeque, tendo vista seu vínculo umbilical com a ideia de uma emancipação dos homens e mulheres pautada em valores universais. Notadamente, Santos (1996) defendeu estas teses, sendo considerado um dos principais intelectuais da contemporaneidade.

Numa explícita crítica ao “modo de vida” estabelecido com a modernidade, Santos (1996) defende que as transformações no capitalismo em curso colocam a transição paradigmática num campo aberto, que na falta de um nome mais apropriado, convencionou-se caracterizá-lo como pós-modernidade. Longe de romper com a dinâmica de funcionamento do capital, a pós-modernidade, além de reivindicar uma nova leitura da realidade social, desconectada principalmente do marxismo, propõe a necessidade de reconhecer não só o fim da primazia das relações de classe social para explicar as contradições da sociedade, como também se coloca na defesa dos padrões de resistência emergentes, tais como negros/as, homossexuais, mulheres etc.

Santos (1996) inclusive debita ao movimento feminista o fim desta primazia da classe social, à medida que o feminismo ganhou contornos relevantes na sociedade no final da década de 1960. No entanto, o reconhecimento e as lutas contra a opressão da mulher têm um forte vínculo com as ideias socialistas e com a noção de emancipação geral do proletariado. As lutas travadas pelas mulheres socialistas já no século XIX corroboram essa afirmativa.

Noutra direção política, a partir do pensamento de Harvey (2012) percebemos a existência dessas mudanças no regime de acumulação e no modo de regulação social. Com isso, identificamos que estas transformações se vinculam necessariamente à transição do regime de acumulação fordista para um regime denominado pelo autor como “flexível”. Tal análise não pressupõe a existência de mudanças apenas no campo da produção. Ao contrário, um regime de acumulação está sempre interligado com um regime de produção e reprodução do conjunto da vida social, nas suas necessidades, na ideologia etc.

A problemática entre modernidade e pós-modernidade ganhou outros contornos. Se Santos (1996) identificava a pós-modernidade como um processo de superação (com continuidades) do projeto da Modernidade, Harvey (2012) salientava a necessidade de uma análise da própria construção heterogênea da modernidade. O projeto da Modernidade foi sempre permeado por contradições, fissuras e divergências internas. Aquele projeto advindo com a Revolução das Luzes (e todos os seus valores universais) não estava posto de forma homogênea no período em que Santos (1996) reclamava a transição paradigmática.

Harvey (2012) nos mostra que há transformações neste projeto. E que tais mudanças acompanharam o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ao levar em conta estas mudanças, identifica a consolidação do projeto “Modernista” atrelado às transformações advindas com o fordismo (regime de acumulação que requisita um modo de vida baseado na produção em massa, consumo em massa e intervenção Estatal baseada no postulado keynesiano) já na transição do século XIX para o século XX.

Por isso, ao se deparar com a realidade dos anos 1960/1970, Harvey (2012) identifica que não se trata de uma ruptura com a Modernidade, mas com o projeto em curso do “modernismo fordista”. Desse modo, o autor nos mostra que de fato existe uma realidade com novas determinações sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais. Contudo, esta realidade, ao expressar uma reação ao modernismo, implica o reconhecimento do pós-modernismo como uma condição histórica.

É neste contexto, e influenciado pelas diversas correntes de pensamento, que a produção do conhecimento, até então fundado na questão da mulher e nos estudos sobre patriarcado passam a construir uma formulação que hoje é compreendida como “gênero”. Numa clara reação às perspectivas de naturalização das desigualdades pela via das diferenças biológicas entre os sexos, surge um esquema explicativo que perdura até hoje e que se baseia na diferença sexo/gênero.

É necessário enfatizar que sem a existência de um sujeito coletivo que reivindicasse o fim da opressão, provavelmente não existiria os “estudos de gênero”. Ou seja, sem a existência de um movimento de mulheres organizadas que tencionaram ao longo da história (não apenas a partir de 1960) a relação de dominação/exploração ao qual estavam submetidas, possivelmente o debate de gênero não teria enraizado na academia e na ciência como um todo.

A aceção do termo “gênero” foi construída no âmbito acadêmico, com influências do movimento feminista, em meados da década de 1970, possibilitando substituir os estudos sobre as “mulheres” [*women's studies*] em voga até este período. Ao acusar os estudos sobre

as mulheres de serem profundamente essencialistas, a construção teórica em torno do gênero visava contrapor as explicações biologizantes sobre as diferenças entre os homens e as mulheres e, posteriormente, abarcou os estudos sobre sexualidade, expressões de masculinidades e feminilidades. O cenário colocado, especialmente no contexto estadunidense, buscava construir uma categoria de análise mais fluida – inclusive problematizando a categoria “patriarcado” – considerado como um modo a-histórico (e totalizante) para compreender as diversas experiências vivenciadas por homens e mulheres.

Os “estudos de gênero” [*genderstudies*] estão inseridos num contexto em que a crise político-econômica dos anos 1960/1970 impactou diretamente o pensamento social. A chamada “crise dos paradigmas” e das grandes teorias da modernidade repercutiu nos estudos de gênero. Com a necessidade de negar os estudos sobre as mulheres (fortemente influenciados pelo estruturalismo),⁴⁶ as formulações de gênero são influenciadas pelas ideias que relativizam as relações de poder, o papel do Estado, invocam uma perspectiva individualista dos sujeitos e negam o movimento da tríade singularidade-particularidade-universalidade para compreender as relações sociais.⁴⁷

Para as correntes pós-estruturalistas (que hegemonomizam este debate), a ideia de universalidade das relações de exploração-dominação (por exemplo: noção de sistema capitalista – burguesia/proletariado, patriarcado – homem/mulher) torna-se totalizante e inconsistente, a exemplo da possibilidade de encararmos a sociedade como uma experiência universal de relações “patriarcais-racistas-capitalistas”, conforme Saffioti (2004). Scott (1989, p. 04), por exemplo, rejeitava o que a própria denominava como “ladainha classe, raça e gênero”, afirmando que a categoria de classe estava vinculada às determinações econômicas, ao contrário de raça e gênero que não presumiam causalidade econômica. Assim, a autora já no início do seu ensaio advoga a partir da incompatibilidade das correntes feministas que afirmam a necessária articulação entre classe, gênero e raça.

⁴⁶ Coutinho (2010, p. 16) apreende o estruturalismo como uma expressão decadente do pensamento burguês contemporâneo “incapaz de aceitar a razão dialética, a dimensão histórica da objetividade, a riqueza humanística da práxis”.

⁴⁷ Num estudo sobre a teoria do processo de trabalho, Francisco e Cardoso (1999, p. 18) apontam questões que também são pertinentes para o debate em tela. Para elas, as “abordagens microsociológicas não devem prescindir e se autonomizar das relações fundantes da sociedade capitalista que estruturam a forma como se produzem e se reproduzem a vida social nesta sociedade. Em outras palavras, deve-se efetuar a crítica às interpretações estruturalistas e deterministas da relação sociedade/indivíduo, presentes em interpretações marxistas como àquelas vinculadas ao pensamento Althusseriano, sem reduzir, contudo, o conceito de totalidade de Marx a noções totalitárias que implodem a ação dos sujeitos no palco da história”.

Em suma, para estas correntes há ênfase na experiência singular e particular, em detrimento do que poderíamos caracterizar como perspectiva de totalidade. Em decorrência disso, a categoria gênero foi se tornando mais palatável à medida que se distanciava da explicitação das relações de poder, conforme Cisne (2013) percebe.

No Brasil, a inserção do conceito de gênero se generaliza na década de 1990, a partir da tradução do artigo de Joan Scott, professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de Altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. O artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”⁴⁸ foi publicado na revista “Educação & Realidade”, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta publicação, notadamente pós-estruturalista, influenciou a grande parte dos estudos de gênero posteriores no Brasil. Ao dialogar com o Scott (1987), no que diz respeito ao seu conceito de gênero, Saffioti (2004, p. 111) analisa que “ela valoriza excessivamente o discurso (sem o sujeito)”. Assim, em seus estudos, Saffioti não concebe as relações de gênero dissociadas do patriarcado.

Numa direção teórica e política diferente da qual foi proposta por Scott (1989), objetivamos compreender a categoria gênero a partir do materialismo histórico dialético que pressupõe a análise da totalidade e a constante apreensão e denúncia das relações de dominação-exploração. Ou seja, pressupomos que o estudo das relações sociais de gênero não podem se furtar de explicitação das relações de opressão entre homens e mulheres. Do mesmo modo, tais estudos não podem prescindir de uma “análise concreta da realidade concreta”, ou seja, não podem ignorar os imperativos da sociedade capitalista que conformam determinado modelo de relações sociais determinado pela sua lógica.

Outrossim, é necessário empreender um esforço de elaboração de uma perspectiva que problematize as relações de gênero à luz do desenvolvimento histórico do ser social. Ou seja, é necessário buscar construir uma abordagem ontológica das relações de gênero, conforme as pistas já indicadas por Saffioti (2004). Neste sentido, a compreensão das relações de gênero não se limitará a apreciações neutras e genéricas, uma vez que, associada ao modo pelo qual se conforma as relações de dominação/exploração. Nesta perspectiva, utilizaremos a

⁴⁸ Embora a publicação pioneira no Brasil esteja localizada na Revista “Educação e Realidade”, consultamos a seguinte versão para este trabalho: SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Acesso em: Setembro de 2013. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em julho de 2014.

caracterização elaborada por Saffioti (2004), onde a autora cunhou o termo “ordem patriarcal de gênero”, para designar as relações sociais de gênero amalgamadas na trama do patriarcado.

Portanto, a categoria gênero é permeada por contradições que demarcam os limites e as possibilidades do seu uso. Em nosso trabalho, apontamos que a utilização da categoria gênero associada ao patriarcado, conforme Saffioti (2004), em tese, consegue historicizar a categoria sexo e com isso, demarcar explicitamente as relações de poder. Contudo, o uso generalizado do gênero (ou o seu abandono por algumas correntes pós-estruturalistas que negam sexo e gênero) pode “dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie atual do capitalismo atual, via uma postura *blasé*, de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, explorações de classe ao insistirem no abstrato [...] sem nomear poderes e privilégios de classe ou de raça” (CASTRO, 2001, p. 102).

Diante dos argumentos que expusemos, é possível concluir que para fundamentar essa perspectiva que associa gênero humano, desenvolvimento social e as “relações patriarcais de gênero” será preciso construir uma reflexão que extrapola os chamados “estudos de gênero” notadamente influenciados pelo pós-estruturalismo.

2.2 Relações patriarcais de gênero: a construção de uma alternativa analítica

O esforço que se pretende realizar neste item parte da premissa de que é necessário buscar na gênese do ser social, assim como no seu desenvolvimento histórico, os aspectos fundantes das relações sociais de gênero e, do mesmo modo, os elementos que demonstram a conformação das relações patriarcais de gênero na cena contemporânea.

Para isso, com base na ontologia do ser social, de György Lukács, e na sua incorporação pelos estudos feministas (notadamente a elaboração de Heleieth Saffioti), apreende-se que: 1) o processo histórico de objetivação do ser social é mutável e permeado de contradições, 2) nesse percurso, há uma permanência do complexo categorial orgânico e inorgânico na estrutura do ser. Contudo, isso ocorre num processo de constante recuo das barreiras naturais e com determinação social em última instância, 3) a gênese das experiências de dominação/exploração das mulheres deve ser localizada na divisão sexual do trabalho e seus desdobramentos (propriedade privada, trabalho excedente), levando-se em conta que a

“consciência dominada”⁴⁹ das mulheres também decorre da divisão do trabalho e das formas de práxis social que incidem sobre a consciência, e, por fim, 4) as relações de igualdade entre os homens e as mulheres se constituem em um dos termômetros que podem identificar, na perspectiva da emancipação humana, o grau civilizatório da humanidade.

Estes quatro eixos de análise que acabamos de citar não serão esgotados na presente discussão, haja vista a complexidade que os envolve. Assim, pretendemos apenas garantir a problematização destes pontos, buscando interagir com um debate ainda em construção no âmbito dos estudos feministas e também na própria tradição marxista. Portanto, prosseguiremos apontando alguns indicativos que são fundamentais nesta análise.

O ponto de partida dessa linha de raciocínio assenta-se na compreensão de que homens e mulheres são seres sociais que se relacionam a partir da necessidade de produção e reprodução da vida social. Marx e Engels (2007) explicitam que este pressuposto ontológico se traduz na sua concepção materialista, histórica e dialética da realidade. Os autores delimitam três momentos históricos, sendo o primeiro a busca de condições para produção e a reprodução da própria vida humana, o segundo se referindo à permanente geração de novas necessidades e, por fim, o terceiro se referindo à construção da sociabilidade dos seres humanos, abarcando o papel da procriação entre homens e mulheres. Neste processo de produção e reprodução da existência humana e a construção da sociabilidade entre seres humanos, podemos extrair que há, mesmo que embrionariamente, relações sociais entre indivíduos que mais tarde foram designados como homens e mulheres. Tais aspectos, tomados em sua caracterização efetivamente genérica, estão presentes nos primórdios da constituição do ser social.

Lukács (2012, p. 345) percebe que no processo de produção e reprodução da própria existência do ser humano há uma “simultânea dependência e independência de seus produtos e processos específicos em relação aos atos individuais que, no plano imediato, fazem com que eles surjam e prossigam”. Há uma relação entre a teleologia e a causalidade que não pode ser compreendida de forma mecânica. Marx *apud* Lukács já delimitava que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (LUKÁCS, 2012, p. 345).

⁴⁹ Saffioti (2004) utiliza essa expressão com base na elaboração da feminista materialista francesa Nicole-Claude Mathieu, em seu texto “Quand ceder n’est pas consentir”, publicado originalmente em 1985, disponível na versão: MATIEU, Nicole-Claude. *L’anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes Éditions, 1991.

O desenvolvimento do ser social é permeado por contradições e tensões ao longo história. São os seus limites, desafios e potencialidades que traduzem a consolidação desse ser historicamente determinado. O ser social precisa se autoproduzir em condições concretas e somente nesse processo este tipo de ser alarga suas possibilidades, ampliando seu campo de objetivações e necessidades. Para Lukács (1969, p. 05), o ser humano,

[...] [se] torna um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente ele generaliza, transformando em perguntas seus carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los, e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações bastante articuladas.

Feita estas considerações sobre o caráter processual do desenvolvimento histórico do ser social e do modo como os seus carecimentos são traduzidos em respostas diante da realidade concreta, é possível notarmos que este processo repercute na conformação das relações de gênero. Um exemplo neste sentido que pode ser apreendido na elaboração de Marx e Engels diz respeito ao papel da procriação, da relação entre os sexos, em que decorre uma dupla dimensão: simultaneamente uma relação social e natural. Ou seja, o ato da procriação faz com que homens e mulheres busquem meios não só para satisfazer suas necessidades de produção e reprodução, mas também da sua prole. Decorre dessa relação social um embrião das necessidades de cooperação entre os indivíduos, explicitando o caráter social que se complexifica diante da procriação que não pode ser tomada exclusivamente como relação natural.

Nas palavras de Marx e Engels (2007, p. 34),

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade.

Acerca deste último apontamento, exposto por Marx e Engels (2007) na obra “A ideologia alemã”, pode-se realizar um paralelo com o pensamento de Lukács (2012, p. 285) que afirma surgir “tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. [uma] dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base”. Lukács percebe que há uma interação entre complexos orgânico, inorgânico e social que conformam a totalidade do ser social. Contudo, o curso de desenvolvimento da humanidade é caracterizado pelo afastamento dos seres sociais das suas barreiras naturais.

Lukács (2010, p. 42) exemplifica o caráter deste “afastamento” das barreiras naturais, mostrando que “aquelas funções do seu ser que permanecem sempre naturalmente fundadas, no curso do desenvolvimento da humanidade se socializam cada vez mais. Basta pensarmos na nutrição e na sexualidade, nas quais esse processo aparece de forma evidente”.⁵⁰ Assim, há em última instância uma determinação social que se faz presente, embora haja uma prioridade ontológica na reprodução biológica da espécie humana.

Em outros termos,

[...] se queremos [...] proceder com uma crítica ontologicamente rigorosa, devemos entender que certamente se verifica um ininterrupto afastamento da barreira natural, mas jamais a sua supressão completa; o homem, membro ativo da sociedade, motor de suas transformações e de seus movimentos progressivos, permanece, em sentido biológico, um ente ineliminavelmente natural: sua consciência [...] está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo [...] a base biológica do seu corpo permanece intacta também na sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 130).

Diante do que dissemos, cabe destacar que esta transformação, entendida como mudanças na natureza orgânica, inorgânica e no próprio ser, é realizada por meio do trabalho. Compartilhamos da elaboração dos autores que percebem o trabalho como relação ineliminável do metabolismo entre os homens (e as mulheres) e a natureza (MARX, 2013), como condição fundamental da vida humana (ENGELS, 2013) e, noutros termos, como essência de tudo que é novidade no ser social (LUKÁCS, 2013). Dessa forma, compreende-se que o trabalho é uma categoria essencial para captarmos o fundamento e a constituição do ser social.⁵¹

Com a emergência do ser social, o trabalho pode ser apreendido por dupla determinação: “o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] [assim como] as forças da natureza são transformados em meios de trabalho” (LUKÁCS, 2012, p. 286).

⁵⁰ Acerca da sexualidade, Lukács (2013, p. 174) afirma que “a atração sexual recíproca jamais perderá o seu caráter essencialmente corporal, biológico, mas com a intensificação das categorias sociais o relacionamento sexual acolhe cada vez mais conteúdos, que de fato alcançam uma síntese mais ou menos orgânica na atração física, mas que possuem em relação a esta um caráter – direta ou mediatamente – humano-social heterogêneo”.

⁵¹ “Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo – ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário – precisamente no plano ontológico –, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto” (LUKÁCS, 1969, p. 06).

Ao criar as condições da sua própria reprodução, podemos apreender que o ser social é essencialmente um ser prático, criativo. Vázquez (2011) explicita que, ao produzir-se socialmente no tempo, o ser social também se caracteriza como um ser histórico.

Contudo, se neste processo detecta-se o papel do trabalho na gênese do ser social, este, por sua vez, não se esgota nem se reduz no trabalho. A compreensão de Lukács sobre trabalho se desdobra na percepção de que existem formas de práxis social, que, embora tenham como modelo o trabalho, se complexificam e se distinguem no sentido mais originário e restrito do trabalho. Em suma, Lukács identifica que há um pôr teleológico primário – no qual o trabalho é uma atividade entre o homem e a natureza e envolve a transformação dos objetos naturais em valores de uso e, de outro lado, há a posição teleológica secundária, que são formas mais desenvolvidas de práxis social que envolvem a ação sobre a consciência de indivíduos ou grupos.

Acerca do que dissemos, é importante ressaltar ainda, que as posições teleológicas primárias e secundárias devem ser analisadas de modo dialético em constante reciprocidade. O próprio Lukács (2013) destaca que, em última instância, a posição teleológica secundária, ou práxis social, incide na consciência de outros homens como forma de mediação para a produção de valores de uso.

Para Lukács, a práxis social só surge num momento em que o trabalho se torna social, no sentido de que há necessidade de cooperação e divisão do trabalho para garantir as condições de produção e reprodução social.

Neste sentido, a caracterização de Lukács sobre posições teleológicas secundárias, cooperação e divisão do trabalho conflui em formas de organização da produção da vida e de intervenção na consciência dos seres humanos. Esta é uma chave de análise importante para compreendermos a subordinação das mulheres. Saffioti (2004), por exemplo, argumenta que é possível perceber a “consciência dominada” das mulheres a partir da caracterização do que Lukács identifica como posição teleológica secundária.

O desdobramento da percepção de Saffioti (2004) sobre a “consciência dominada” das mulheres só pode ser apreendido com o entendimento do papel que cumpre a cooperação e a divisão do trabalho. Na perspectiva da autora, essa caracterização está atrelada a compreensão do patriarcado, enquanto um modo de apropriação objetiva e subjetiva do trabalho, dos produtos do trabalho e do corpo das mulheres. O patriarcado, por sua vez, explicita o grau de dominação/exploração das mulheres, evidenciando duas dimensões material e subjetiva.

Tendo em vista a pertinência da divisão sexual do trabalho e da propriedade privada, é necessário retomar algumas contribuições para que se perceba a relação destas como

elementos basilares das relações patriarcais de gênero. No que diz respeito à repartição do trabalho, ao longo do desenvolvimento histórico do ser social, pode-se apreender que há notoriamente uma divisão com base nas características sexuais.

Nas palavras de Lukács (2010, p. 90),

Naturalmente, a divisão inicial de trabalho ainda é bastante natural, por exemplo, entre homem e mulher. Mas também aqui já se vê que mesmo **tal vínculo natural não pode ter o caráter absoluto, insuperavelmente biológico, do mundo animal.** Biologicamente, um homem está totalmente em condições de apanhar amoras ou cogumelos e, a partir das lendas das amazonas da Antiguidade até Joana d'Arc e as heroínas das guerras civis, há incontáveis documentos mostrando que por razões sociais, não por sua incapacidade biológica, a mulher era excluída das ocupações masculinas dentro da divisão de trabalho. Incluindo esses casos extremos, **toda divisão de trabalho é, desde logo, social, e o desenvolvimento das forças produtivas, e com ele o desenvolvimento da própria divisão do trabalho, a torna sempre predominantemente social**(grifos nossos).

Assim, a conformação de uma verdadeira divisão sexual do trabalho, fundada na diferenciação do papel dos homens e mulheres na produção e reprodução, constitui-se manifestação da divisão social do trabalho. Esta, por sua vez, possui inúmeras características, tais como: classe, raça, idade, orientação sexual e identidade de gênero.

Partimos da premissa de que a subordinação das mulheres adquire um contorno essencial com a generalização do excedente e da sua apropriação privada, pois este contexto determina-se diante da formação de uma divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho pode expressar tanto a base material do que Saffioti (1987, 2004 e 2013) caracteriza como patriarcado, quanto a base das relações sociais de sexo teorizada pelo feminismo materialista francês. Desse modo, o trabalho e a divisão sexual do trabalho são categorias essenciais para compreendermos o debate das relações patriarcais de gênero.

Diante dessas considerações, é importante retomar a síntese elaborada por Cisne (2013, p. 122) ao afirmar que,

De acordo com Engels, anterior ao surgimento da propriedade privada, muitas sociedades possuíam uma organização matrilinear. Posteriormente à propriedade privada, as formações sociais tornam-se predominantemente patriarcais, pautadas na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, filhos (as), escravos e bens materiais ligados à produção. **Se não temos dados históricos com os quais podemos provar que é com a propriedade privada que ocorre origem da subordinação da mulher, não temos dúvida que, a partir dela, o patriarcado se torna uma grande determinação estrutural** (grifos nossos).

Contraditoriamente, no curso do desenvolvimento histórico da humanidade, no qual surgem a propriedade privada e a divisão sexual do trabalho, há também a percepção de que a marca ontológica das relações de gênero é insuprimível, abrindo possibilidades para que se vislumbre novas relações humanas. Afinal, o desenvolvimento histórico do ser social mostrou que a sociabilidade amplia incessantemente os horizontes, ou seja, tais relações tendem a se tornar cada vez mais complexas.

Marx (2015, p. 343) atribui às relações entre os homens e as mulheres um sentido ontológico ao afirmar que “a relação necessária, natural, imediata do homem com o homem é a relação do homem com a mulher”. Costa (2012, p. 89) também destaca que Lukács, apoiado em Marx, “[...] atribui à relação entre os sexos uma decisiva importância para expressar o grau de civilização atingindo pelo desenvolvimento humano genérico”.

Lukács (2013) ressalva que a palavra “natural” na passagem de Marx, citada anteriormente, não reduz a natureza biológica, mas enquanto uma dimensão de valor, designando intenção espontânea do ser social. Deve-se levar em conta que tal consideração de Marx é parte de sua reflexão sobre a constituição dos aspectos mais gerais do ser social e sua sociabilidade primeira, estabelecida na relação imediata entre os seres humanos.

No âmbito dos estudos feministas, Saffioti (2011, p. 85), inspirada em Marx, afirma que,

Reificando a mulher, reifica-se também o homem, pois quem se satisfaz com um objeto, perdeu toda a humanidade. **A verdadeira libertação da mulher é encarada por Marx, portanto, como o processo geral da humanização de todo o gênero humano.** É por isso, que o tipo de relação entre os sexos se lhe afigura como o índice de desenvolvimento da humanidade do homem (grifos nossos).

Desse modo, tem-se uma direção explícita que o grau de desenvolvimento civilizatório da humanidade depende da conquista de igualdade efetiva entre os homens e as mulheres. A problemática da opressão feminina é algo que atravessa toda e qualquer perspectiva que visa ao pleno desenvolvimento da humanidade e de suas potencialidades.

Também é importante destacar, de acordo com Cisne (2013, p. 163), que o socialista utópico francês Fourier⁵² havia sido a inspiração de Marx para apreender o papel da relação entre os sexos no processo de emancipação.

⁵² “Fourier foi o primeiro a vislumbrar nas transformações do relacionamento sexual, nas relações entre homens e mulheres, na posição ocupada pela mulher na sociedade, o critério e o respectivo nível de desenvolvimento do gênero humano” (LUKÁCS, 2013, p. 175).

Marx, ancorando-se no pensamento de Fourier, defende que a transformação de uma sociedade é determinada pela relação entre o progresso da mulher diante da liberdade. Para Fourier, a mudança de uma época histórica, pautada nessa relação, aparece de modo mais evidente ‘na relação entre a mulher e o homem’, quando há ‘a vitória da natureza humana sobre a brutalidade’. Daí decorre o famoso pensamento, muitas vezes difundido como sendo de Marx: ‘o grau da emancipação feminina constitui a pauta natural da emancipação geral’ (FOURIER *apud* MARX, 2009a, p. 220).⁵³

No início do século XX, em plena Revolução Russa, Lênin faz um pronunciamento que coaduna com estas afirmações. Para Lênin (1980, p. 81), “o proletariado não pode lograr a liberdade completa sem conquistar a plena liberdade para a mulher”.

Apesar dessas afirmações sobre o papel das relações de gênero como elemento que detecta o grau civilizatório da humanidade, é necessário captarmos as mediações que esclarecem como a sociabilidade humana forjou relações de dominação/exploração das mulheres pelos homens.

Ao realizarmos este estudo sobre a produção e a reprodução da vida social, concordamos com Haug (2007) que todas as práticas da sociedade estão submetidas a relações de gênero. Portanto, ao tentarmos compreender e explicar a sociedade é necessário incluir a análise das relações de gênero.

Antes de darmos prosseguimento a esta problemática, cabe destacar que, para Vinagre (2011, p. 53),

[...] interessa apreender na totalidade da realidade social a diversidade humana, a partir dos eixos estruturadores do poder dominante na sociedade [...]. Importa desvelarmos os sujeitos no seu processo de inserção histórica e real na totalidade social, sob determinadas condições concretas de experiências e vínculos sociais de pertencimento – de classe, gênero, orientação/expressão sexual, raça/etnia, geração [...].

É em busca da apreensão da totalidade das relações sociais, visando não cair em análises fragmentadas que inibem a perspectiva de emancipação humana que se prioriza o estudo dos fundamentos das relações patriarcais de gênero. Neste caminho é possível vislumbrar a possibilidade da sua superação.

Assim, apreender a totalidade da realidade social requer a apreensão das relações sociais de gênero (incluindo sexualidade), raça e classe. Tais considerações são tematizadas

⁵³ Texto citado por Cisne (2013): MARX, Karl. “Proudhon”. In: MARX e ENGELS. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2009.

por Saffioti (1987, 2004), Kergoat (2010), Falquet (2008), que apontam caminhos distintos, mas, possivelmente convergentes. Tanto a análise de Saffioti acerca da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, quanto as análises feministas materialistas francesas acerca da consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe podem contribuir para o desvelamento da realidade social.

Para compreendermos a categoria patriarcado, é necessário um exercício de compreensão semântica desta palavra. De acordo com Delphy (2009, p. 174), “patriarcado vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). [...] O patriarcado é literalmente autoridade de pai”. Para a autora, a palavra patriarcado é muito antiga e teve vários sentidos ao longo da história,⁵⁴ dentre estes, no final do século XIX a partir da influência das teorias evolucionistas e, posteriormente, com a segunda onda do feminismo, assumindo, em alguma medida, a noção que entendemos hoje. Para Pateman (1993, p. 39), “o renascimento do movimento feminista organizado, no final dos anos 1960, trouxe o patriarcado de volta ao uso corrente popular e acadêmico”.

Em uma abordagem feminista, patriarcado significa “formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (DELPHY, 2009, p. 173). Nesta direção, compreende-se o patriarcado como um modo de vida em que a dominação das mulheres se expressa por meio de uma hierarquia que torna subalterno as representações femininas, sendo estas construídas socialmente. De acordo com Cisne (2013), o patriarcado se configura com bases materiais e simbólicas, como um sistema de apropriação das mulheres.

Evidentemente que esta relação de dominação-exploração não se esgota no sexo, mas requer conjuntamente a perceber a indissociabilidade das relações de classe e raça. Para Saffioti (2004), é necessário explicitar que o poder é macho, branco, rico e heterossexual.

Na contemporaneidade, a divisão sexual do trabalho é aliada prioritária da manutenção da mulher no espaço privado. Ela se manifesta no trabalho doméstico, tido como invisível, mas sem o qual seria impensável a reprodução da família, onde mulheres diariamente são responsabilizadas pelas tarefas do lar. Essa relação é legitimada pelo modo de produção capitalista vigente, que se apropria do trabalho não pago das mulheres, no âmbito do trabalho doméstico. Ou seja, não remunerar o trabalho doméstico é subtrair seu custo na reprodução da

⁵⁴ De acordo com Delphy (2009, p. 173), “antes do século XIX e da aparição de um sentido ligado à organização global da sociedade, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da igreja, seguindo o uso dos autores sagrados, para os quais patriarcas são os primeiros chefes de família que viveram, seja antes, seja depois do dilúvio. Este sentido ainda é encontrado, por exemplo, na Igreja Ortodoxa, na expressão ‘o patriarca de Constantinopla’”.

vida do trabalhador. Para Saffioti (2004, p. 105), “há, sem dúvida, uma economia doméstica, ou domesticamente organizada, que sustenta a ordem patriarcal”.

Destaca-se que a divisão sexual do trabalho é parte constitutiva do patriarcado, que se expressa não só materialmente (produção da riqueza, divisão do trabalho), mas também no campo da consciência, dos valores e da subjetividade, pois conforma papéis sociais, naturaliza estereótipos etc.

Afinal, no conjunto do pensamento de Heleieth Saffioti, estas relações explicitam mecanismos de dominações-exploração. Esta constatação parte do pressuposto de que não se deve cristalizar a dominação como desdobramento político e a exploração como desdobramento econômico, como ocorre com algumas formulações feministas. Com isso, Saffioti já demarca sua opção teórica em não desvencilhar as relações de opressão decorrentes das relações de gênero e raça/etnia das determinações de classe da sociedade capitalista. A autora tece críticas à concepção que autonomiza política e economia, inibindo mediações entre estas, pois constituem faces de um mesmo processo.

Dessa forma, ao delimitar alguns pressupostos para compreendermos as relações sociais de gênero a partir de uma perspectiva ontológica, afirma-se que é essencial partirmos do desenvolvimento histórico do ser social e, com isso, buscarmos os nexos que traduzem a gênese das relações de dominação-exploração.

A necessidade de compreendermos a gênese, o desenvolvimento, a consolidação e a crise das relações patriarcais de gênero é um desafio que só pode ter êxito à luz do materialismo histórico dialético. Este também é um desafio da práxis que não se contenta em produzir conhecimentos especulativos, mas que se coloca diante da possibilidade histórica de contribuir para transformar a realidade.

2.2.1 A dimensão heterossexista das relações patriarcais de gênero

A sexualidade é parte fundamental da vida humana e sempre foi uma experiência integrante da sociabilidade entre homens e mulheres. Embora a compreensão da sexualidade implique o reconhecimento do fator orgânico/biológico inerente aos seres humanos, é nas determinações sociais que devemos compreender a forma pelo qual homens e mulheres vivenciam sua sexualidade. Assim, compreendemos que a sexualidade é determinada pela

forma como cada sociedade se organiza e se estrutura. Ou seja, existe um forte vínculo entre a sexualidade e as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais de cada época.

De acordo com Prado e Machado (2008, p. 15 e 16),

Nossos hábitos sexuais dependem exclusivamente da construção social das relações entre/pelos seres humanos, relações que não existem em contextos abstratos, mas que estão sempre amalgamados pela concretude dos contextos culturais, geopolíticos padrões morais e posições sociais.

No entanto, embora a sexualidade seja uma parte fundamental da vida humana, esta tem sido tratada de forma reduzida à medida que inúmeras formas de controle impõem sobre a experiência sexual de homens e mulheres padrões e normas que ao longo da história cerceiam a vivência plena da sexualidade. A história da humanidade nos mostra que a vivência da sexualidade sempre foi profundamente diversa. Práticas hoje denominadas como heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade eram comuns em povos culturalmente diferentes e geograficamente distantes.

Nas sociedades que viviam da caça e da coleta a tensão colocada para a vivência da sexualidade estava relacionada à busca pelo prazer e às condições necessárias para assegurar um ritmo sustentável para a procriação, tendo em vista que o cuidado com a prole é algo fundamental no processo de humanização. De acordo com Stearns (2010), a atividade sexual era precoce e havia pluralidade de parceiros e várias sociedades caçadoras-coletoras. Registra-se também, desde este período, monogamia e monogamia em série (fidelidade por um parceiro/a por um determinado momento). Também neste momento temos uma diferenciação da atividade sexual antes e depois da gravidez. Além disso, destacam-se os registros de práticas sexuais que hoje seriam denominadas de homossexualidade e bissexualidade.

A bissexualidade praticada abertamente também era comum. Entre os nativos norte-americanos, certas tribos realizavam (e ainda realizam) um rito de iniciação em que, ao primeiro sinal de puberdade, meninos eram levados para dormir na casa de homens, onde um tio materno era encarregado de penetrá-los, de modo a torná-los fortes e enchê-los de sêmen para que se tornassem homens férteis. [...] Vale dizer que havia grande variedade de região para região, o que complica qualquer tipo de generalização, mas, ao que parece, muitos grupos caçadores-coletores não impunham limites estritos entre o que chamaríamos de características e comportamentos heterossexuais e homossexuais, e demonstravam fascínio pela sexualidade e pelo poder que acompanhava a capacidade de combinar aspectos sexuais de ambos os gêneros (STEARNS, 2010, p. 25).

Com o advento da agricultura outras determinações se colocaram para a vivência da sexualidade, pois partimos da premissa de que as mudanças na forma de organização social impactam diretamente a vivência da sexualidade. A partir do domínio da agricultura, Stearns

(2010) destaca alguns elementos que nos ajudam a compreender as mudanças em torno da sexualidade, tais como: residência fixa, o domínio do ciclo de fertilidade da terra, diminuição do controle da natalidade, a delimitação de propriedade, a produção de excedente, a delimitação do direito de herança, o rigor com a paternidade e as melhores condições para a reprodução social.

Estes elementos colocaram novos desafios para a vivência da sexualidade que, paulatinamente, começava a proibir relações sexuais entre parentes próximos e a incentivar as práticas heterossexuais visando garantir a reprodução (mesmo convivendo com outras práticas sexuais) e controlar a sexualidade feminina, conforme indicava o Código de Hamurabi, em 1700, antes da era cristã, ao tornar “legal” o direito dos homens às concubinas e amantes, desde que não fossem mulheres casadas. A noção de adultério instituída imputava às mulheres um comportamento monogâmico e aos homens a possibilidade de conviver com várias parceiras sexuais.

Stearns (2010) destaca que todas as sociedades agrícolas desenvolveram em maior ou menor proporção a subordinação das mulheres, fundando uma ordem patriarcal. Além disso, o autor percebe a existência de nuances no modo de vivenciar a sexualidade conforme a classe social, explicitando que “as classes superiores desfrutavam de oportunidades sexuais bastante diferentes daquelas disponíveis para a massa geral da população, incluindo, mais uma vez no caso dos homens, um maior número de parceiras sexuais” (STEARNS, 2010, p. 37).

Com o erguimento dos primeiros grandes impérios, como por exemplo, China, Grécia, Roma, Pérsia e Índia podemos identificar três elementos comuns da experiência sexual: a delimitação das diferenças entre a sexualidade feminina e masculina, ou seja, a regulação do comportamento sexual e social das mulheres; a distinção da possibilidade de vivência da sexualidade entre as classes sociais da época e, por fim, a tentativa de conciliar o prazer sexual e a reprodução, com ênfase na limitação da quantidade de filhos.

Cabe ressaltar que neste período a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo – especialmente entre homens – sempre esteve presente, inclusive nas representações artísticas, na mitologia e até mesmo em crenças religiosas. No entanto, com o advento das primeiras grandes religiões (budismo, cristianismo e islamismo) a homossexualidade e a bissexualidade passaram a ser condenadas na história.

Daí em diante surge uma percepção que perdura até os dias atuais. A homossexualidade e a bissexualidade passam a ser consideradas pecado. Mesmo resguardando suas particularidades, todas as grandes religiões atuaram para controlar a sexualidade de alguma maneira: proibindo o sexo pré-marital, coibindo o adultério,

normatizando a forma de obter prazer sexual, condenando o sexo não-vaginal e proibindo a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo.

As grandes religiões influenciaram a atuação dos grandes impérios no âmbito da criação de códigos para cada sociedade, influenciando diretamente nas regras morais e nas legislações que começavam a ser construídas. Havia uma necessidade de erguer punições sociais para além das punições espirituais normatizadas por estas religiões. Assim, a homossexualidade passa a ser tratada como crime passível de inúmeras punições.

As primeiras legislações que puniam as práticas homossexuais na história surgiram na esteira da visão construída pelas grandes religiões sobre a forma mais coerente de exercer a sexualidade, com forte ênfase no sexo para procriação. A repressão dos Estados e da Igreja acontecia diante de um contexto de modernização da sociedade em que a vivência da sexualidade humana experimentava mudanças como as grandes navegações e a ascensão do comércio em escala mundial, o crescimento da urbanização, as ideias renascentistas, a reforma protestante, o início da revolução industrial, dentre outros acontecimentos que marcaram profundamente as sociedades da época e, com isso, também influenciaram as formas de vivenciar a sexualidade.

Tais mudanças geraram uma forte reação conservadora e moralista, na Europa, contudo, espraiando para todo o mundo. A medicina foi um alibi utilizado para justificar as necessidades de controle da sexualidade humana. Associaram as doenças venéreas à imoralidade e a homossexualidade à perversão. A medicina atuou para justificar cientificamente que a homossexualidade era uma doença. Iniciara-se uma verdadeira “medicalização do sexo” com forte legitimação da visão moral-religiosa sobre a prática da homossexualidade. Tal visão influencia já no século XX a Organização Mundial da Saúde (OMS), que nos anos 1970 incluiu a homossexualidade na Classificação Internacional de Doenças (CID). Apenas em 1990 a OMS deixou de considerar a homossexualidade como uma doença mental.

Com estas considerações, podemos perceber que a humanidade sempre se deparou com constrangimentos e restrição em suas formas de viver a sexualidade. Ao mesmo tempo, as inúmeras possibilidades de viver a sexualidade sempre marcaram a nossa história. Mesmo diante da repressão, seja pela igreja, medicina ou pelo Estado, as práticas não-heterossexuais sempre foram constantes em diferentes momentos históricos, pois a sexualidade abarca uma multiplicidade de formas de expressar e experimentar o afeto e a atração sexual seja entre homens, entre mulheres ou entre homens e mulheres.

Feito este breve resgate histórico da sexualidade em distintos momentos históricos, é necessário compreender as bases que fundamentam a visão restrita da vivência da sexualidade pela humanidade. Devemos, portanto, esquivar-se do determinismo biológico e do reducionismo da sexualidade à genitália de homens e mulheres e, com isso, incorporar os aspectos sociais, culturais, econômicos e simbólicos que conformam a compreensão da sexualidade.

Ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade engendraram-se relações desiguais entre homens e mulheres com base na divisão sexual do trabalho, como sinalizado anteriormente neste capítulo. A conformação das relações patriarcais de gênero na história implicou um controle sobre a sexualidade humana, com fortes restrições para as mulheres e controle do sexo não reprodutivo. Assim, a ordem patriarcal de gênero impõe um modo de vida heterossexual aos homens e mulheres.

De acordo com Borrillo (2010, p. 31),

A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior.

A sexualidade é naturalizada pelas relações patriarcais de gênero, como se fosse exclusivamente uma determinação biológica. Para Welzer-Lang (2001, p. 467), “o heterossexismo é a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade. O heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual”. O heterossexismo organiza o modo pelo qual homens e mulheres vivem a sua sexualidade e, portanto, é um dos pilares fundamentais das relações patriarcais de gênero.

Numa leitura heterossexista da realidade,

[...] as mulheres, em decorrência de suas capacidades maternas, seriam mais altruístas, mais amáveis e menos ambiciosas que os homens, elas mostrariam maior sensibilidade e seriam muito mais atenciosas para com os outros. Por sua vez, os homens, de natureza mais agressiva, estariam mais bem dotados para a vida fora de casa, o comércio e a política (BORRILLO, 2010, p. 91).

O heterossexismo atua engessando as fronteiras que foram definidas como papéis (im)postos aos homens e mulheres. Valendo-se de uma pretensa determinação natural, o heterossexismo extrapola o mero controle da sexualidade. Ao contrário, atua para organizar o

conjunto das relações sociais prescrevendo os modos de ser homem e de ser mulher necessários para a preservação das relações patriarcais de gênero.

Cabe destacar que há uma “lógica binária que serve de estrutura para a construção da identidade sexual [que] funciona por antagonismo: assim, o homem é o oposto da mulher, enquanto o heterossexual opõe-se ao homossexual” (BORRILLO, 2010, p. 88). O referido autor acrescenta que “o cúmulo da falta de virilidade consiste em assemelhar-se à feminilidade” (2010, p. 88). A personalidade masculina é construída em negação e oposição a personalidade feminina. O autor destaca que a construção do ser homem é permeado pelo reforço de uma “virilidade”, demonstração de força, impossibilidade de demonstrar fraquezas e vulnerabilidades, contenção dos sentimentos etc. A virilidade é construída ao longo da formação dos meninos como um atributo a ser conquistado.

‘Em vez de ser obtida automaticamente, a virilidade deve ser construída, digamos, fabricada. O homem é, portanto, uma espécie de artefato e, como tal, ele corre sempre o risco de ser defeituoso’⁵⁵. A carência mais grave do maquinismo destinado a fabricar a virilidade é a produção de um veado. Ser homem significa ser rude (e até mesmo grosseiro), competitivo, bagunceiro, ser homem implica menosprezar as mulheres e detestar os homossexuais. O caráter mais evidente da masculinidade permanece a heterossexualidade [...]. Fortalecer a homofobia é, portanto, um mecanismo essencial do caráter masculino (BORRILLO, 2010, p. 89).

A vivência de relações não heterossexuais tem promovido diversas formas de preconceitos e discriminações, conforme discutido anteriormente. As expressões dessas formas de discriminação são conhecidas como homofobia, lesbofobia e bifobia. Tais construções também impactam a emergência da transfobia, que, embora seja decorrente da não-aceitação da identidade de gênero das pessoas trans e não necessariamente sua orientação sexual, tem como fundamento os desdobramentos do sexismo.

É importante ressaltar que há particularidades nas formas de manifestação da lesbofobia, que implica o peso histórico da invisibilidade da sexualidade das mulheres, como se não fosse possível duas mulheres se relacionarem sem um homem.⁵⁶ Além disso, também é necessário perceber que esses fundamentos patriarcais-heterossexistas estão correlacionados com as relações étnico/raciais e de classe social. Desse modo, faremos a seguir um esforço de

⁵⁵ O texto entre aspas é parte de uma citação de Badinter (1992) *apud* Borrillo (2010). BADINTER, É. *XY de l'identité masculine*. Paris: Odile Jacob, 1992.

⁵⁶ Para este debate, verificar as contribuições de FALQUET, Jules. *Breve reseña de algunas teorías lésbicas*. Primera edición. México: Fem-e-libros, 2004; WITTIG, Monique. *El pensamiento heterossexual y otros ensayos*. Madrid: Editorial Egales, 2006. Texto Original: *The Straight Mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

aproximação com perspectivas teórico-metodológicas que têm como primazia a necessidade de compreender as relações patriarcais de gênero, as relações de classe e as relações étnico/”raciais” de um modo articulado. Tais perspectivas nos auxiliam a compreender as relações sociais em seu movimento complexo e dialético combatendo, assim, os particularismos e a fragmentação da realidade social.

2.3 Perspectivas de análise da articulação das relações patriarcais de gênero, raça e classe

Ao compreendermos os contornos que adquirem as relações patriarcais de gênero, o feminismo construiu inúmeras análises que pretendem articular outras dimensões das relações sociais, mais notadamente aquelas recorrentes da classe social, “raça”/etnia, sexualidade e geração.

Dentre as inúmeras possibilidades de apreender analiticamente o debate sobre a articulação dessas relações que acabamos de citar, optamos pelas análises de Heleieth Saffioti e das feministas materialistas francófonas. Acreditamos que tais perspectivas conseguem traduzir a articulação de três relações fundamentais e estruturantes para a compreensão das relações sociais: *as relações patriarcais de gênero, “raça”/etnia e classe*.

Estas perspectivas verificam a indissociabilidade dessas dimensões, o que avaliamos fator essencial para potencializar uma práxis verdadeiramente emancipatória, que tenha como horizonte estratégico a superação do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Para estas perspectivas analíticas, é possível construir uma unidade de classe, sexo/gênero (incluindo sexualidade) e “raça”/etnia que combata toda e qualquer forma de dominação/exploração.

Contudo, é necessário explicitar algumas questões que demarcam as diferenças entre estas elaborações, pois, embora partam do pressuposto de que tais relações estão imbricadas na realidade social, elas possuem suas diferenças.

A elaboração de Heleieth Saffioti, por exemplo, conserva uma interlocução com o método materialista histórico dialético, o que identificamos ser expressão da sua articulação direta com os pensamentos de Marx e Engels. Em “A mulher na sociedade de classes” Saffioti já demarca sua percepção de que o capitalismo operou uma profunda mudança na vida das mulheres. Em muitas passagens desta obra, inclusive a autora transparece que a questão da

mulher seria um desdobramento da luta de classes, uma visão que explicita inúmeras divergências no campo do feminismo brasileiro.⁵⁷

Numa espécie de encruzilhada, Saffioti buscou se diferenciar tanto do feminismo liberal da chamada “segunda onda”,⁵⁸ como das elaborações marxistas influenciadas por uma leitura estruturalista do pensamento de Marx. Além disso, a autora teve que empreender um diálogo fraterno com Engels, explicitando os limites e avanços da obra “Origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Em nossa opinião, Saffioti se lançou no desafio de construção de uma análise que evitava reproduzir os esquemas do marxismo de seu tempo. Salientamos que isso ocorreu num contexto onde havia uma parca publicação sobre a questão da mulher e diante de um contexto de restrição aos textos de Marx e Engels, seja pela vivência em um regime ditatorial, seja pelas poucas traduções da obra desses pensadores neste período.

Já as feministas materialistas francófonas não privilegiaram a interlocução com o pensamento de Marx, embora em suas formulações os elementos do método de análise materialista histórico e dialético estejam explícitos. A compreensão de que as relações sociais de sexo estão associadas à dinâmica da divisão sexual do trabalho, a caracterização do caráter histórico e dinâmico dessas relações e a percepção do movimento de produção e reprodução das relações sociais se demonstram como possíveis articulações entre o marxismo e o feminismo materialista francês.

Anne-Marie Devreux (2011) demonstra a importância e pertinência da categoria das relações sociais de sexo para o enriquecimento do marxismo.⁵⁹ De acordo com a autora,

⁵⁷ Dentre autoras que explicitam críticas à interlocução de Saffioti com o pensamento marxiano, consultar: PINTO, Celi Regina Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril/2014.

⁵⁸ De acordo com Silva (2013, p. 84) “várias estudiosas têm adotado a divisão histórica das manifestações do movimento feminista em três momentos, chamados de fases ou ondas do feminismo. A primeira onda corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos – voto, trabalho etc. nos séculos XVIII e XIX e início do XX. A segunda onda corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, quando a preocupação com a igualdade estendeu-se das leis aos costumes, focalizando temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho etc. A categoria “gênero” começa a ser empregada de forma mais expressiva nesse período. A terceira onda começou em 1990, quando as estratégias foram repensadas, as mulheres buscam mudanças culturais, criticam a imagem feminina propagada pelos meios de comunicação em massa e exigem reconhecimento social”. No que diz respeito especificamente ao feminismo da segunda onda, podemos visualizá-lo a partir de três grandes tendências, subdividas por Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 147) como “feminismo radical, socialista e liberal”, contudo, isso não significa que essas três grandes correntes se expressam de forma homogênea.

⁵⁹ Para Delphy (1984, p. 160), “o feminismo necessariamente modifica o ‘marxismo’ de diversas maneiras: primeiro, porque é impossível para ele aceitar a redução do marxismo somente à análise do capital; segundo, uma vez que a luta entre trabalhadores e capitalistas não é a única luta, esse antagonismo não pode mais ser

[...] para esse campo de estudo, os sistemas de representação [...] são tão importantes quanto às práticas da divisão do trabalho e do poder, tão importantes quanto a dimensão material da dominação dos homens sobre as mulheres. Reciprocamente o material é tão importante quanto o ideal, o que rompe com a concepção exposta por Pierre Bourdieu⁶⁰ sobre a dominação masculina (DEVREUX, 2011, p. 07).

Mesmo não partindo do marxismo, o feminismo materialista francês se propõe a contribuir com estes estudos, à medida que promove um esforço de “sexualizar” suas categorias de análise ou, conforme Kergoat (1986), quando busca retomar suas categorias para potencializar a luta dos/as dominados/as.

Feita estas considerações, podemos destacar dois elementos que convergem tanto nas análises do feminismo materialista francês quanto no feminismo marxista de Saffioti. O primeiro diz respeito à percepção de que a articulação das relações sociais de sexo/gênero, “raça”/etnia e classe ao expressarem relações de dominação-exploração contribuem com a reprodução do sistema capitalista e, com isso, impõem consequências para o conjunto da classe trabalhadora.

O segundo elemento diz respeito à prioridade atribuída à categoria trabalho para a compreensão das relações sociais. Com isso, tanto o feminismo materialista francês quanto o feminismo marxista de Heleieth Saffioti contribuem, no âmbito da produção do conhecimento e das lutas, para repor e revigorar as análises acerca do papel que cumpre o trabalho na vida social, especialmente com os estudos desenvolvidos sobre a divisão sexual do trabalho.

Feitas essas considerações, nos dois próximos itens serão apresentados alguns elementos basilares acerca das duas perspectivas que acabamos de nos referir pela importância de articularem as dimensões de sexo/gênero, “raça”/etnia e classe, contribuindo para conhecermos a realidade numa perspectiva de totalidade.

tomado como a única dinâmica da sociedade; e terceiro, porque também modifica a análise do capital *de dentro*. O reconhecimento da existência do patriarcado – ou, para aqueles que ficam chocados com esse termo, da divisão sexual (que ninguém pode negar e que, para mim, é uma e a mesma coisa) – torna evidente que ‘a classe trabalhadora’ descrita por marxistas e caracterizada por eles como ‘teoricamente assexual’ é profunda e verdadeiramente sexuada, e não somente numa maneira empírica e contingente” (grifos do autor).

⁶⁰ Para maior aproximação com o debate verificar: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

2.3.1 Patriarcado-racismo-capitalismo: dinâmica da exploração/dominação no pensamento de Heleieth Saffioti

A contribuição de Heleieth Saffioti para a sociologia e para os estudos feministas é extremamente ampla e diversa. O estudo do patriarcado, do gênero, da violência doméstica, da mulher na formação socioeconômica brasileira etc. são aspectos notórios no conjunto do seu pensamento.

Assim sendo, pretendemos neste item do capítulo destacar um elemento que, paulatinamente, ganhou notoriedade no conjunto da sua obra: a compreensão da articulação do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Essa perspectiva analítica está implícita desde as suas formulações iniciais, como por exemplo, em sua tese de doutorado intitulada “A mulher na sociedade de classes: realidade e mito”, defendida em meados dos anos 1960, e, posteriormente adquire maior relevo nas obras “O poder do macho” e “Gênero, patriarcado, violência”, nos anos 1987 e 2004, respectivamente.⁶¹

Para iniciarmos a abordagem do tema propriamente, consideramos necessário fazer duas ressalvas que caracterizam e particularizam o pensamento de Saffioti. A percepção de que o patriarcado-racismo-capitalismo explicita uma **relação de dominação-exploração** é a primeira delas. Esta constatação da autora parte do pressuposto de que não se deve cristalizar a dominação como desdobramento político e a exploração como desdobramento econômico. Com isso, Saffioti já demarca sua opção teórica em não desvencilhar as relações de opressão, decorrentes das relações de gênero e raça/etnia, das determinações de classe da sociedade capitalista. Saffioti (2004) tece críticas à concepção que autonomiza política e economia, inibindo, inclusive, mediações entre elas. Assim, a autora afirma não constituírem faces de um mesmo processo.

O segundo destaque que fazemos consiste em explicitar que Saffioti reconhece, assim como Marx, que **a produção e a reprodução constituem momentos de um mesmo processo**. Sobre o movimento de produção e reprodução das relações sociais, Saffioti (1988, p. 143) sintetiza:

⁶¹ Destaca-se que a tese defendida por Saffioti sobre a existência de uma “simbiose” entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo está publicada no trabalho de sua autoria, intitulado: “Força de trabalho feminina: no interior das cifras”, publicado em 1985 pela Revista Perspectivas, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Saffioti destaca que a apresentação deste trabalho havia sido realizada em 1984, num congresso da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) na antiga Iugoslávia. Como não tivemos acesso a este texto, trabalhamos com a noção de “simbiose” destes sistemas a partir da obra “O poder do macho”, publicada em 1987.

[...] *produção e reprodução* constituem faces de um mesmo sistema produtivo, uma vez que todo modo de produção não pode prescindir da produção de meios de subsistência, nem da reprodução dos seres humanos. A especificidade do sistema de *produção-reprodução* permite não apenas distinguir um modo de produção do outro, como também compreender e explicar as diferentes manifestações, ao longo da história, de um mesmo modo de produção (grifos do autor).

Essas duas perspectivas que ressaltamos são essenciais para compreendermos o debate do patriarcado-racismo-capitalismo. São ressalvas, portanto, valiosas e desvencilharmos a análise mecânica da interpretação da autora; pois a elaboração feminista, inclusive, influenciada por correntes marxistas, constantemente reproduziu os engodos da segmentação entre a política e a economia, entre a produção e a reprodução.

Heleieth Saffioti não foi a primeira feminista a articular gênero e classe social. O feminismo socialista clássico, entre as quais comparecem Flora Tristan, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, também havia protagonizado essa articulação, desde o século XIX. Além disso, a própria Saffioti (2004, 2013) reconhece que Fourier, Marx e Engels já apontavam em suas análises acerca do socialismo e do comunismo, que o grau de emancipação geral da sociedade está subordinado à emancipação da mulher. Também é importante ressaltar a elaboração de August Bebel, em 1879, um dos fundadores do socialismo alemão, que publicou o primeiro livro marxista sobre a questão da mulher (CISNE, 2013). A obra “A mulher e o socialismo” foi um marco importante para a organização das mulheres proletárias.

Apesar desta constatação, o pioneirismo de Saffioti com a análise do patriarcado-racismo-capitalismo na realidade brasileira é incontestável. Ao defender sua tese, orientada por Florestan Fernandes em plena ditadura militar brasileira, Saffioti, numa profícua interlocução com o materialismo histórico dialético, afirma que:

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para optarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente determinada (SAFFIOTI, 2013, p. 60).

Com essa afirmativa, Saffioti demarca a primazia das relações sociais de produção (entendida em seu processo de reprodução) como fator determinante para o estabelecimento e a manutenção das relações de dominação/exploração. Desse modo, a autora demarca a impossibilidade de compreendermos as relações de gênero e raça desconexas da dinâmica da produção social. Para a autora, as categorias sexo, raça, idade não apresentam autonomia das

relações socioeconômicas e culturais. Tais categorias se inserem em “totalidades parciais” (as classes sociais), mas não são um desdobramento espontâneo da estrutura de classes (SAFFIOTI, 2013).

É importante frisar que comparece em Saffioti uma percepção da heterogeneidade dessas relações. Contudo, mesmo percebendo que determinadas categorias não são desdobramentos das relações econômicas, a autora ressalta que estas servem aos interesses da classe dominante. De acordo com Saffioti (2013, p.123), “o domínio masculino sobre as mulheres, não diretamente vinculado à estrutura econômica da sociedade, acaba por servir aos interesses daqueles que detêm o poder econômico”.

Assim, para pensar a articulação da relação de gênero e de classe social, a autora parte da centralidade da produção social, percebendo que o capitalismo se utiliza dos elementos da histórica subalternização da mulher, em virtude de uma pretensa inferioridade biológica.

O esforço da autora em compreender a relação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo também está assentado numa necessidade de explicitar o papel que estes cumprem para conservar os privilégios e o poder de determinado segmento. Saffioti (2013, p. 82) percebe que “preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação de capital”.

Em Saffioti (1987, p. 16), a noção de poder explicita as mediações decorrentes do patriarcado-racismo-capitalismo. De acordo com a autora, “a sociedade não está dividida entre os homens dominadores de um lado e as mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens”. Essa afirmação da autora reforça que seu entendimento das relações de dominação/exploração não se reduz ao gênero, mas necessariamente se articula à dimensão de raça e classe.

Todas as questões exploradas até aqui remetem a uma indagação necessária. O que seria o patriarcado-racismo-capitalismo na elaboração de Saffioti? É importante destacar que, embora ela tivesse demarcado claramente essa noção de articulação (que consiste em seu pioneirismo), não há uma definição sistemática do seu entendimento acerca do que seria o patriarcado-racismo-capitalismo, com exceção das vastas caracterizações do patriarcado. Para Saffioti, o gênero, a classe social e a raça/etnia são subestruturas de um “nó/novelo” formado a partir da conjunção patriarcado-racismo-capitalismo. Saffioti parte da premissa de que é necessário compreender a particularidade dessas relações de exploração-domação, mas que é impossível construir uma abordagem de totalidade segmentando cada um destes. Ela nos indaga com a seguinte questão:

Como separar o patriarcado, o racismo e o capitalismo se, na prática, na realidade cotidiana, na luta diária pela sobrevivência, não é possível distinguir como independentes, capazes de atuação autônoma, estes três sistemas de dominação-exploração que se fundiram ao longo da história? (SAFFIOTI, 1987, p. 88).

Saffioti (1987) irá caracterizar o patriarcado como o sistema de dominação-exploração mais antigo do mundo. Para ela, o patriarcado é um modo/sistema específico das relações de gênero, expressão das características de dominação-exploração das mulheres pelos homens.⁶² Tendo em vista que o patriarcado e o racismo são experiências anteriores ao capitalismo, Saffioti (1987, p. 60) faz a seguinte afirmação:

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo.

Quase vinte anos depois da publicação da obra que acabamos de citar, *O Poder do Macho*, Saffioti (2004, p. 125) também realiza o mesmo esforço de pensar a dinâmica das relações patriarcais, capitalistas e racistas.

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura de um nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada um de seus componentes. Não que cada uma dessas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. [...] novelo - patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída.

É necessário destacar que, para Saffioti (1987), esta “simbiose”, ou este “nó”, não é pacífico, nem harmônico, pelo contrário, é um processo contraditório, que cria um sujeito oprimido que tem em si o potencial coletivo de subversão.

Por fim, Saffioti (1987, p. 67) faz o seguinte destaque: “esses três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais”. Ou seja, a autora oferece insumos às lutas sociais que visam à emancipação da humanidade, pois nos esclarece que sem reconhecer o caráter desse nó, é impossível derrotar este sistema de dominação-exploração, uma vez que “a concepção da

⁶² De acordo com Saffioti (2004, p. 57) “1- não se trata de uma relação privada, mas civil; 2- dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres [...]; 3- configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4- tem uma base material; 5- corporifica-se; 6- representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”.

simbiose patriarcado-racismo-capitalismo muda inteiramente a estratégia de luta das classes trabalhadoras” (SAFFIOTI, 1987, p. 94).⁶³

2.3.2 A perspectiva francófona da “consustancialidade das relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe”

A ideia da consustancialidade das relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe parte do pressuposto de que é impossível compreendermos estas relações de forma desarticulada. Na concepção feminista materialista, estas relações são interdependentes e com isso, devem ser apreendidas como estruturantes das práticas sociais entre os homens e as mulheres.

Danièle Kergoat (2010) afirma que, desde os anos 1970-1980, em sua abordagem no campo da sociologia do trabalho e na sua atuação militante feminista e sindicalista, emprega conceitos como “consustancialidade e coextensividade (...) para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)” (KERGOAT, 2010, p. 93).⁶⁴

Para Kergoat (2010, p. 94),

[...] as relações sociais são *consustanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se co-produzem mutuamente (grifos da autora).

Dessa forma, para uma compreensão das relações sociais, que leve em conta a gênese e o desenvolvimento dos seus conflitos, é necessário que se estabeleça conexões entre estas relações que são consustanciais e coextensivas. Ao analisar a dinâmica dessas relações,

⁶³ A análise de Silva (2011, p. 59) confirma tal afirmativa. “Para efetivação do projeto de emancipação humana é necessário, então, a luta concomitante (envolvendo as dimensões econômica, política, cultural e ideológica) contra todas as formas de exploração e opressão, o que inclui contrapor-se a todas as formas de preconceito, discriminação, arbítrio e violência (simbólica e física)”.

⁶⁴ É importante ressaltar que tal perspectiva está no bojo da formulação do feminismo materialista francês que desde a década de 1970 procura compreender as relações de dominação/exploração entre os homens e as mulheres. Para Curiel e Falquet (2014), estudiosas como Christine Delphy, Monique Wittig, Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu são essenciais para a compreensão do feminismo materialista. Desse modo, tais autoras também contribuem para fundamentar a noção de consustancialidade e coextensividade das relações sociais.

Kergoat (2010) destaca também que não existem contradições principais e secundárias, ou seja, não há uma relação mais importante do que outra.

Kergoat (2010) destaca ainda três elementos balizadores de sua análise: o primeiro diz respeito à compreensão de que as relações sociais de sexo, “raça” e classe se configuram como relações sociais de produção, pois essas também se traduzem em formas de exploração e de dominação (material e ideológica). O segundo elemento indica a necessidade de percebermos o caráter histórico e dinâmico dessas relações, expressando tanto continuidades como rupturas. O terceiro elemento evidencia a existência de aspectos invariantes no funcionamento das relações sociais, que, embora instável em determinado tempo e território, expressam características universais, tais como a existência da divisão sexual do trabalho e sua lógica de separação e hierarquização do trabalho de homens e de mulheres (KERGOAT, 2009, 2010).

Em suma, a ideia de consubstancialidade das relações sociais é um modo de leitura das relações sociais que permite destacar o “entrecruzamento dinâmico” dessas relações, viabilizando mobilidade, ajustes e reciprocidade e, com isso, sustentando a produção e a reprodução dessas relações mutuamente.

Entre as feministas materialistas francesas, esta perspectiva de análise das relações sociais se destaca com os estudos sobre o trabalho de cuidados [*care*]. Tais estudos apontam a prevalência de mulheres, trabalhadoras, negras e imigrantes, explicitando as tendências da divisão sexual do trabalho no mundo, por meio da relação entre o norte e o sul.

Destacamos também que esse campo do feminismo tem se desafiado problematizar essas formulações diante dos desafios contemporâneos. Exemplo disso são as indicações de Falquet (2008), que afirma a necessidade de repensar as relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe diante das condições impostas pela “globalização neoliberal”. Para a autora, há uma reorganização da divisão do trabalho e, destacadamente, do “trabalho considerado feminino”. Para Falquet (2008, p. 123), há um processo de “reorganização da divisão do trabalho provocada pela globalização neoliberal e, mais particularmente, do ‘trabalho considerado feminino’, que, simultaneamente, modifica as relações sociais de sexo, ‘raça’ e classe”.

No entanto, a própria autora percebe que as formulações que ela se vincula, a saber, o materialismo histórico, o feminismo materialista francês e o anti-imperialismo são insuficientes para abarcarem esses novos desafios. Com isso, Falquet (2008) busca recuperar e ressaltar a importância das análises do feminismo negro, lésbico, proletário e notadamente do hemisfério sul.

O trabalho continua sendo a principal chave de análise dessas autoras. As mudanças no mundo do trabalho são problematizadas não apenas como desdobramento das relações entre as classes, mas também a partir das relações sociais de sexo e “raça”/etnia. Ao caracterizar o “trabalho desvalorizado” (na fronteira entre a remuneração e a não-remuneração) ela percebe a centralidade do racismo e do sexismo. Inclusive Falquet (2008), que percebe a tendência do racismo contemporâneo que opera uma “fusão” entre “raça”/etnia e classe, no qual a figura do imigrante é salutar. Para a autora (2008), a fronteira entre a escravidão e o assalariamento se apoia nas políticas migratórias de cunho racista.

Falquet (2008) destaca também que as políticas migratórias estão promovendo uma verdadeira internacionalização da reprodução social, ao alocar prioritariamente as mulheres nas tarefas do *care* e do trabalho desvalorizado. Outro destaque dessa tendência da “gestão sexuada das migrações” pode ser percebido também nas novas tecnologias de reprodução, como nos casos de Israel e alguns países asiáticos e nas políticas de controle demográfico.⁶⁵

A heterossexualidade também é apreendida pela autora como mecanismo de conformação de poder para a naturalização dos sexos, das “raças” e classes e, com isso, auxilia as políticas dos Estados e organismos internacionais. Ressalta-se que, para Falquet (2008), a heterossexualidade é compreendida como uma instituição social, não apenas reduzida à pulsão e interesse sexual.

Em suma, “[...] o sexo, ‘raça’ e a classe são mobilizadas e reorganizadas para construir uma nova divisão social do trabalho ao nível da família, de cada Estado e do conjunto do globo” (FALQUET, 2008, p. 128).

A partir dessa perspectiva de análise, Cisne (2014) ressalta que, devido ao caráter estruturante das relações de dominação/exploração decorrentes das relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe as respostas devem ser coletivas, implicando a organização do sujeito político coletivo. Especialmente pela via dos movimentos sociais e partidos políticos, com posicionamento em favor da classe trabalhadora, e que lutam pelo fim de todas as formas de exploração/dominação.

⁶⁵ “[...] a noção ambígua de ‘superpopulação’, muito criticada pelas feministas do sul, esconde uma teoria racista, sexista e profundamente perversa que apresenta as mulheres latinas, indígenas, negras, árabes e asiáticas como ‘muito prolíficas’ e, portanto, responsáveis por sua própria pobreza, responsáveis pela fome no mundo e pressão sobre o meio ambiente” (Tradução nossa) Texto original: “[...] lanociónambigua de ‘sobrepoblación’, muy criticada por las feministas delsur, esconde una teoría racista, sexista y profundamente perversa, que presenta a lasmujeres latinas, indígenas, negras, árabes y asitáticas como ‘demasiado prolíficas’ y por tanto culpables de supropria pobreza, responsablesdelhambre em el mundo y de lapresión sobre elmedio ambiente” (FALQUET, 2003, p. 30).

É nos termos apontados, especialmente por Falquet (2008) e Kergoat (2010), que se pode apreender a noção de consubstancialidade das relações sociais. Kergoat (1986) já percebia o esforço do feminismo materialista francês para construir novos (ou reapropriar de velhos) instrumentos/conceitos de análises, capazes de captar a dinâmica das relações sociais. Dessa forma, compreendemos que a perspectiva de consubstancialidade das relações sociais contribui para repor no plano teórico e político a necessidade de relacionar sexo, “raça”/etnia e classe nos processos que visem a transformação social.

2.4 Materialismo histórico dialético e feminismo: uma relação profícua

E cada instante é diferente, e cada
homem é diferente, e somos todos iguais.

*Carlos Drummond de Andrade*⁶⁶

A longa elaboração de Marx e Engels nos legou uma visão de mundo e um método de análise da realidade, que se projetou na história como a perspectiva que encara a necessidade de transformação radical do modo como a sociedade capitalista está organizada. Essa premissa também influenciou o vasto e heterogêneo pensamento feminista, seja do ponto de vista das formulações teóricas, seja das suas ações prático-políticas. Portanto, é impossível pensar a constituição do movimento e do pensamento feminista sem remontarmos sua relação com a teoria social crítica e com o movimento socialista/comunista iniciado no século XIX.

Para Castro (2001, p. 99), “tanto no marxismo como no feminismo haveria a preocupação por questionar relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder”. Essa afirmação se manifesta na atuação de feministas do leste europeu, tais como, Flora Tristan, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, entre outras.⁶⁷ Mas também no

⁶⁶ ANDRADE, Carlos Drummond. Os últimos dias. In: _____. *Antologia Poética*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 45.

⁶⁷ As iniciativas de construção do feminismo socialista e com isso, da articulação gênero e classe, correspondem às primeiras iniciativas de articulação da luta das mulheres com o operariado. Iniciado por Flora Tristan, em seu livro “União operária”, a militante sugere a necessidade de articulação da luta feminista com a luta de classe. Contudo, no próprio movimento de trabalhadores existia resistência às reivindicações das mulheres. Clara Eissner Zetkin (1857-1933) nasceu na Alemanha e desenvolveu um grande trabalho à frente do movimento de mulheres socialistas, enquanto participava ativamente do Partido da Social Democracia Alemã – SPD. Clara ficou conhecida mundialmente pela sua militância pelo direito de voto das mulheres. Teve uma atuação de destaque na conferência que instituiu o Dia Internacional das mulheres, além de atuar como dirigente das mulheres na Segunda Internacional Comunista. Ela rompe com o SPD durante a I Guerra Mundial, quando o SPD vota favorável à participação da Alemanha na guerra. Alexandra Kollontai (1872-1953) nasceu na Rússia.

conjunto de formulações do chamado feminismo socialista – campo diverso, que assume inúmeras características a partir das configurações dos movimentos socialistas e comunistas, especialmente nos Estados Unidos, Europa e América Latina.

As afinidades teóricas entre o marxismo e o feminismo possuem um campo vasto e promissor, especialmente diante da atual conjuntura em que o feminismo é demasiadamente influenciado pelo pós-modernismo, na esteira do chamado “pós-feminismo”.⁶⁸

Holmstrom (2014) busca delimitar a importância dos estudos de Marx para compreender a problemática das relações sociais de gênero. Para ela,

Os elementos fundamentais da teoria de K. Marx são muito valiosos: sua metodologia, sua concepção da história como uma sucessão de modos de produção definidos pelo ponto de vista de suas relações de classe, a desconstrução das hierarquias pretensamente naturais, sua teoria da ideologia e seu apreço à autoemancipação (HOLMSTROM, 2014, p. 344).

Dessa forma, desvelar o aparente, historicizar o real e saturar de condições materiais as ideias são premissas básicas para o feminismo que se propôs, ao longo da história, subverter os papéis de gêneros naturalizados, visibilizar o trabalho feminino tido como inferior e invisível, e desconstruir o chamado aparato de dominação masculina.

Para isso, foi necessário que o feminismo construísse uma crítica à cisão entre o espaço público e o espaço privado. Esta reflexão foi necessária, pois, historicamente, as mulheres foram relegadas aos espaços privados (espaço doméstico) e os homens aos espaços públicos (política, sociedade) (KERGOAT, 2009). Para Biroli (2014, p. 32), “a dualidade entre o público e o privado nas formas criticadas pelo feminismo continua, no entanto, na base

Foi militante do Partido Social Democrata Operário Russo (PSDOR) e teve um papel muito importante como uma das dirigentes da Revolução Russa de 1917. Após a tomada do poder pelos bolcheviques, assumiu o posto de Ministra de Estado, como Comissária da Saúde do governo soviético, sendo a primeira mulher do mundo a ocupar um cargo como este. Autora de diversos livros tais como, “A mulher e a nova moral sexual”, “Romance e Revolução”, “A mulher moderna e a classe trabalhadora”, “Amor vermelho”. Para mais informações da trajetória dessas militantes, ver GONZÁLEZ, Ana I. Alvarez. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. Tradução Alessandra Ceregatti (et al.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁶⁸ Não cabe para este trabalho realizar uma incursão às premissas teóricas defendidas pelas correntes pós-feministas, contudo, convém ressaltar algumas características predominantes. De acordo com Castro (2001, p. 98), o “pós-feminismo toma formato de movimento a partir de 1990 – não somente na Europa, onde se iniciara, mas também nos EUA [Estados Unidos da América]. Critica-se o que se identificaria como ‘postura feminista’, isto é, o ‘policiamento’ da sexualidade e a redução da mulher à vítima. E afasta-se de conceitos como patriarcado, das distinções entre o feminino e o masculino e da ênfase em relações entre tais constructos. Também se recusa o conceito de gênero, por considerar que levaria ao ocultamento da homo e da bissexualidade. Celebram-se as diferenças culturais (o que herda também do pós-estruturalismo) e, na esteira do pós-modernismo, rejeita-se o capitalismo, no plano discursivo e o marxismo, caricaturado como perspectiva ‘economicista’ e totalizante que, ao enfatizar a igualdade, tenderia a homogeneizar experiências e a considerar que só haveria um sujeito na revolução, o proletariado (aliás, revolução termo também abolido do léxico dos ‘pós’, seria uma ‘meta narrativa’ incompatível com uma ideologia que preza o ‘eterno presente’).”

de muitas das abordagens teóricas predominantes”. A crítica à dicotomia “público e privado” suscitou inúmeras reflexões, tais como a de Chabaud e Fougeyrollas-Schwebel (1986), que exploraram as definições mecânicas que não compreendiam a relação recíproca entre produção e reprodução social.

Acerca da problemática entre o público e o privado, Andrade (2011) analisa o pensamento de Marx e explicita que,

A ruptura com hegelianismo foi o passo fundamental que permitiu a Marx a construção teórica de uma contundente crítica à cisão entre as esferas pública e privada, reproduzida pelos pensadores modernos. Tal cisão confinava as mulheres ao espaço doméstico e reservava exclusivamente ao homem o *status* de cidadão, dotado de virtudes cívicas indispensáveis à moralidade pública (ANDRADE, 2011, p. 13).

Além disso, Andrade (2011) ainda compreende que o afastamento de Marx em relação ao pensamento de Hegel também pode ser percebido em sua compreensão acerca do papel das mulheres. Em determinados momentos as mulheres são percebidas como servas e propriedade dos homens e em outros momentos (com o aumento das mulheres no mercado de trabalho) passam a ser reconhecidas pela sua função no exército industrial de reserva, encaradas como mulheres trabalhadoras e proletárias.

Biroli (2014) destaca que o feminismo mostrou que é impossível desarticular as esferas “público e privado” quando se tem como norte a construção de outra forma de sociedade. Dessa maneira, o feminismo e o marxismo caminham na mesma direção social ao problematizar a dicotomia entre o público e o privado.

Noutra direção de raciocínio, também é importante destacar a incorporação dos estudos de Engels (2010), que propiciaram um generalizado acúmulo no pensamento feminista acerca da crítica à naturalização do papel atribuído às mulheres. A demonstração do papel das mulheres na divisão do trabalho e sua relação com a propriedade privada influenciaram vastamente as formulações feministas.⁶⁹

É importante retermos que a divisão do trabalho na família também se desdobrava na divisão da posse dos instrumentos de trabalho. Este aspecto influenciará as feministas socialistas/marxistas e as feministas materialistas francesas que percebem a centralidade da chamada divisão sexual do trabalho nas relações sociais de sexo. Essa imbricação teórico-política do feminismo com o marxismo é permeada de contradições, inclusive no que diz respeito ao modo como o feminismo desdobrou o pensamento de Marx e Engels.

⁶⁹ Esta temática já obteve tratamento neste capítulo, especialmente no item “A classe operária tem dois sexos”.

Christine Delphy, por exemplo, teórica do campo do feminismo materialista francês, que formulou a partir da ideia dos sistemas duais [*dual system*], incorpora a centralidade da apropriação do trabalho das mulheres para caracterizar a existência de um modo de produção doméstico – o chamado patriarcado. Contudo, tal autora, promove uma dicotomia entre o capitalismo e o patriarcado, dificultando apreendê-los em sua dinâmica indissociável, conforme critica Andrade (2011).

Feita estas considerações, consideramos necessário abordar as elaborações do pensamento feminista marxista brasileiro, que procuraram e procuram compreender a realidade valendo-se do método materialista histórico dialético. Merece destaque o pioneirismo de Heleieth Saffioti, que, na década de 1960, empreendeu um estudo sobre a mulher na realidade brasileira. Sua obra intitulada “A mulher na sociedade de classes: realidade e mito”, orientada por Florestan Fernandes, é percussora da articulação das relações de gênero, raça e classe, no Brasil. É importante destacar que esta obra precede formulações importantes do feminismo marxista e materialista mundial, o que reforça o pioneirismo de Saffioti.

Saffioti (2004) nos deixou o seguinte questionamento: como restabelecer a unidade do ser humano sem recorrer a uma abordagem ontológica? Com isso, em seu último livro publicado em vida, intitulado “Gênero, patriarcado e violência”, Saffioti reafirma a importância de uma articulação entre o feminismo e a “ontologia materialista histórica dialética”, que recusa os rumos atrativos da pós-modernidade, a qual fragmenta a realidade, se opondo a uma perspectiva de totalidade.

No campo do Serviço Social brasileiro, têm sido relevantes as elaborações de Cisne (2012, 2014) e de Souza (2014, 2015). Mirla Cisne, ao se inspirar nas elaborações do feminismo materialista francês, tem contribuído para repor a importância do método materialista histórico dialético para o estudo das relações sociais de sexo. A autora parte da premissa da “consustancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe” para pensar a contemporaneidade. Sua interlocução com as feministas materialistas francesas tem contribuído, no âmbito da categoria profissional e dos movimentos sociais, para repor a concepção de que o feminismo é uma “contribuição indispensável ao socialismo”.

Ao fazer uma opção teórico-política, Cisne utiliza prioritariamente o termo relações sociais de sexo ao invés de relações de gênero. Para ela, as “relações sociais de sexo nomeiam explicitamente os sujeitos, enquanto gênero evita mencioná-los e os eufemiza. Além disso, em francês (como no português), gênero é uma palavra polissêmica, o que leva a uma definição vaga ou incerta do conceito” (CISNE, 2014, p. 141). Em sua argumentação ela inclusive

retoma a contribuição de Saffioti que, apesar de utilizar o termo gênero, também percebe o seu caráter essencialmente neutro, genérico e, possivelmente, a-histórico.

Em suma, as considerações de Cisne (2013, 2014) pela utilização prioritária das “relações sociais de sexo” podem ser sintetizadas:

1. A utilização do conceito de gênero dificulta a compreensão da problemática das relações sociais de sexo, à medida que oculta o sujeito político mulher, especialmente, quando apartado da categoria patriarcado;
2. A categoria gênero, pouco oferece de “arma crítica”, se desvinculada das relações de “raça”/etnia, classe, sendo a palavra gênero incorporada deliberadamente, inclusive pelos organismos internacionais e pela agenda neoliberal, quando apartada do patriarcado. Com isso, perde seu potencial de denunciar as relações de opressão, pois gênero isoladamente é mais palatável;
3. A categoria relações sociais de sexo explicita o antagonismo que se constitui a partir das relações entre homens e mulheres. Para esta formulação, há um evidente antagonismo entre grupos de homens e de mulheres que se expressam em relações de opressão;
4. Como as relações sociais de sexo são estruturantes, as respostas devem ser coletivas, o que implica a organização do sujeito político coletivo (movimentos sociais e partidos políticos, com posicionamento de classe, que lutam pelo fim de todas as formas de exploração/dominação).

Souza (2014) tem, também, se colocado no mesmo desafio de compreender e explicar as relações de gênero a partir do materialismo histórico dialético. Contudo, realiza esse movimento priorizando estabelecer contato com o campo do feminismo socialista clássico.

Para Souza (2014, p. 18),

É possível dizer que as desigualdades de gênero foram, a princípio, objeto de análise e de preocupação dos(as) marxistas, sendo que, a partir do pós-68, o marxismo foi, aos poucos, perdendo terreno na discussão do gênero, que passou a ser hegemônica pelas vertentes ligadas à pós-modernidade.

De acordo com Souza (2014), o marxismo foi pioneiro na discussão de gênero, ao tratar o tema como a “questão da mulher”.

Se tomarmos o gênero como um fenômeno histórico e social em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, devendo ser pensado como uma categoria, e se considerarmos que as categorias, segundo o método materialista-histórico de análise da realidade, são portadoras de dois níveis, o gnosiológico e o histórico-ontológico, pode-se dizer que o fenômeno do gênero, no período histórico

em que foi apreendido pelos(as) marxistas (final do século XIX e início do século XX), ainda não havia se manifestado em toda a sua complexidade, em parte pela ainda parca organização política das mulheres, o que obviamente limitou a apreensão do fenômeno ou, dito de outra forma, limitou o desenvolvimento da categoria em seu aspecto gnosiológico (SOUZA, 2014, p. 18).

Para a referida autora, a ausência de determinações explícitas de gênero enquanto “relações sociais”, limitou o marxismo apreender este fenômeno. Ou seja, tais determinações não se apresentavam no plano histórico-ontológico. Souza (2014) percebe que foram as feministas não marxistas que desenvolveram a compreensão da dimensão relacional do gênero. Contudo, para ela, o método materialista seria mais adequado para compreender as relações de gênero, pois se vale da perspectiva de totalidade e da história para desvendar e desnaturalizar os fenômenos sociais.

Consideramos que pensar a relação do pensamento feminista com o materialismo histórico dialético é um campo promissor inesgotável diante de um histórico de tensões, avanços e limites. Para tanto, conhecermos e retomarmos o leito histórico das experiências de articulação do feminismo com o marxismo é essencial. A partir desse “leito histórico” é possível pensar alguns caminhos para compreendermos as relações sociais de gênero. Este desafio deve articular-se tanto ao marxismo quanto ao feminismo, repondo uma articulação necessária para se abarcar a totalidade das relações sociais, reafirmando a necessidade da emancipação da humanidade.

2.4.1 A contribuição de Lênin e o feminismo socialista

Meu canto se renova
E recomeço a busca
Dum país liberto
Duma vida limpa
E dum país justo

*Sophia de Mello*⁷⁰

A relação entre o feminismo e o socialismo demonstra, simultaneamente, a firme atuação das mulheres socialistas e a significativa inflexão dos partidos comunistas às pautas de reivindicação das mulheres.

⁷⁰ MELLO, Sophia de. Essa gente. In: _____. *Antologia*. Lisboa: Moraes Editores, 1970, p. 201.

Deflagrada a Revolução Russa, as trabalhadoras organizadas vislumbravam a possibilidade de colocar em xeque a opressão que as mulheres vivenciavam, associadas à ideia de transformação da sociabilidade burguesa. Goldman (2014) ressalta que um ano após a tomada do poder pelos/as revolucionários/as foi ratificado um novo Código sobre casamento e família, que na prática amplia direitos das mulheres, objetivando a promoção da autonomia das mulheres em relação aos homens.

Uma questão essencial que se coloca na transição comunista é a conservação ou extinção da família. Já nos primeiros meses da Revolução Russa, em 18 de dezembro de 1917, um decreto dos “comissários do povo” facilitou as regras do divórcio, possibilitando às famílias proletárias a possibilidade da separação.

Para Kollontai (1982), a família na sociedade russa representava as ruínas de um passado em permanente destruição que a própria dinâmica do capitalismo (industrialização, urbanização) provocava. Para ela, a emergência e o crescimento do trabalho assalariado das mulheres contribuíam para o ostracismo dos papéis que homem e mulheres estabeleciam para a reprodução familiar. Neste aspecto, a principal preocupação de Kollontai (1982) é demonstrar como a gama de tarefas e produtos que eram executados pelas mulheres foram, paulatinamente, substituídos pelos trabalhos manufaturados. Contudo, essas condições geraram outra contradição. Para Kollontai (1982, p. 50), “o capitalismo pôs nos ombros da mulher uma carga que a esmaga, fez dela uma assalariada, sem ter diminuído o seu trabalho de dona de casa e de mãe”. Ela problematiza que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e sua consequente ausência do espaço doméstico provocaram uma degradação do padrão de vida das famílias, tal como Engels aponta em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”.

Por isso, Kollontai (1982) defende a necessidade de socialização e responsabilização do Estado e da sociedade para com as tarefas originalmente vinculadas às famílias, especialmente as tarefas domésticas. Defende a necessidade de construir cozinhas e restaurantes comunitários, lavanderias, escolas públicas etc. A autora problematiza também que alguns desses equipamentos, embora já existissem nos grandes centros capitalistas, não eram destinados às famílias trabalhadoras. Em suma, a questão do ócio e do tempo livre é essencial para pensar a libertação das mulheres da sua histórica subordinação.

Mesmo diante da abolição das leis que legitimavam a inferioridade das mulheres, estas continuavam escravas domésticas porque estavam presas a uma mesquinha economia doméstica que lhes embrutecia e oprimia.

Para Lênin (1919, p. 2),

A verdadeira emancipação da mulher, o verdadeiro comunismo, só começará onde e quando comece a luta das massas (dirigida pelo proletariado, que detém o poder do Estado), contra a pequena economia doméstica, ou melhor, onde comece a transformação em massa dessa economia na grande economia socialista.

Embora já existissem nos países capitalistas experiências de creches e restaurantes populares, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estes equipamentos tornaram-se atrelados a uma perspectiva de emancipação das mulheres a partir da socialização do trabalho doméstico.

Sensível à luta e aos direitos das mulheres, Lênin participa de vários encontros das mulheres operárias, sempre procurando reconhecer os avanços, os limites e, sobretudo, os desafios postos à organização dessas mulheres em face ao triunfo da revolução. Em pronunciamento realizado na “Conferência das mulheres operárias”, Lênin expõe algumas tarefas gerais que julga serem necessárias para a atuação das mulheres operárias. Contudo, Lênin faz uma autocrítica acerca do modo como a revolução estava lidando com o papel que cumpre estas iniciativas, como por exemplo, as dificuldades da imprensa soviética em divulgar e mostrar a importância dos restaurantes populares e das creches.

Lênin afirma que o poder soviético enfrentou, desde o início, a questão da subalternidade das mulheres. Para ele, todo Estado operário que vislumbre a construção do socialismo deverá também cumprir essa tarefa. Conforme o seu pensamento, a questão inicial era abolir as legislações que institucionalizam a subalternidade feminina.

Lênin ressalta que os Estados democráticos europeus considerados mais adiantados e desenvolvidos não foram capazes de avançar em relação aos direitos das mulheres. Esta afirmação reside na sua premissa de que onde há capitalismo há privilégios para os homens. Desse modo, tais democracias são simultaneamente incapazes de subverter tanto a miséria do operariado quanto a condição de dupla escravidão das mulheres. Para Lênin, “[...] o poder soviético, como poder dos trabalhadores, realizou nos primeiros meses de sua existência, a reviravolta mais decisiva na legislação sobre a mulher” (LÊNIN, 1919a, p.02). Contudo, o próprio Lênin aponta que só alterar a legislação não é suficiente, pois estas mudanças são apenas o começo. Para ele, um passo decisivo na construção da igualdade entre homens e mulheres é a socialização do trabalho doméstico. Para Lênin, este trabalho deveria ser responsabilidade do Estado para que as mulheres pudessem participar, assim como os homens, do trabalho produtivo geral.

Dirigindo-se às mulheres trabalhadoras, Lênin (1919a, p. 4) afirma que

Todas vós sabeis que, mesmo quando existe plena igualdade de direitos, essa opressão da mulher continua de fato a subsistir, porque sobre ela cai todo o peso do trabalho doméstico que, na maior parte dos casos, é o trabalho menos produtivo, mais pesado, mais bárbaro. É um trabalho extremamente mesquinho que não pode contribuir, no mínimo que seja, para o desenvolvimento da mulher.

Lênin reconhece que o início do socialismo na República Soviética depende da completa libertação das mulheres do trabalho doméstico, ou seja, da sua condição de escravas domésticas. Para isso, aponta a necessidade de construir um conjunto de equipamentos públicos tais como: refeitórios e creches que contribuiriam neste processo de libertação feminina.

Lênin também realiza uma crítica à baixa participação das mulheres na política, inclusive naquelas sociedades mais avançadas e “democráticas”, sendo uma tarefa da revolução socialista tornar a vida pública/política acessível às mulheres. Ao mesmo tempo, Lênin percebe que este movimento deve estar acompanhado de uma inserção das mulheres em distintos ramos, tais como: no exército vermelho, nas fazendas agrícolas experimentais, na construção de restaurantes, abastecimento e distribuição de alimentos etc.

Num pronunciamento em 1919, “O poder soviético e a situação da mulher”, Lênin busca mostrar como o poder soviético e o capitalismo incorporam a “questão da mulher”. Para Lênin, as acusações de que o poder soviético solapou a democracia é um equívoco, pois o grande feito da revolução foi ampliar a democracia para a grande maioria explorada. A democracia construída, por meio da Revolução Russa, é a democracia da ampla maioria do povo.

Um aspecto que particulariza a diferença entre a democracia socialista e a democracia burguesa é a posição das mulheres nessas duas formas de democracia instituídas nas sociedades. Em nenhuma república burguesa as mulheres gozam de plena igualdade jurídica e autonomia. Liberdade e igualdade entre os homens e as mulheres são inviáveis na democracia burguesa.

Nas palavras de Lênin (1919b, p.3),

Em dois anos, em um dos países mais atrasados da Europa, o poder soviético fez pela emancipação da mulher, por sua igualdade com o sexo ‘forte’, mais do que haviam feito todas as repúblicas avançadas, cultas, ‘democráticas’ do mundo inteiro, no curso de cento e trinta anos.

Para Lênin, o domínio do capital e os vícios burgueses impediram estas repúblicas “democráticas” de avançarem em relação aos direitos das mulheres, como, por exemplo, na reformulação da legislação opressora vigente em relação ao casamento e ao divórcio.

Diante do crescimento da participação das mulheres nas eleições do Soviete de deputados operários de Moscou, Lênin retoma numa carta “Às Operárias” que o Poder Soviético foi o primeiro a abolir legislações que legitimavam a subalternidade das mulheres. Lênin cita o exemplo da legislação que privilegiava o homem na esfera do direito matrimonial, ou seja, traçava vantagens que garantia ao homem acesso à propriedade. Assim, concordamos que, com Lênin, ao afirmar que “onde existem latifundiários, capitalistas e comerciantes, não pode existir a igualdade entre o homem e a mulher, nem mesmo diante da lei” (LÊNIN, 1920, p. 01).

Contudo, para a construção da igualdade entre os homens e as mulheres na República soviética, não basta igualdade diante da legislação. Para Lênin, é necessário igualdade de fato, inclusive, deve-se garantir a participação das mulheres na gestão das empresas públicas e da administração do Estado.

Lênin explicita a necessidade da ampliação da participação das mulheres na política, independentemente de serem das fileiras de seu próprio partido. Em suas próprias palavras,

Elegeri, portanto, para o Soviete um maior número de operárias, tanto como comunistas como sem partido. Desde que uma operária seja honesta, conscienciosa e dê bom rendimento no trabalho, que importa que não pertença ao partido? Elegeri-a para o Soviete de Moscou! Mais operárias para o Soviete de Moscou! Demonstre o proletariado moscovita que está disposto a fazer tudo, e que tudo faz para lutar até a vitória, para lutar contra a velha desigualdade, contra o antigo aviltamento burguês da mulher! (LÊNIN, 1920, p. 02).

Em suma, Lênin (1920) afirma que o proletariado não alcançará a emancipação completa se não for conquistado primeiro a completa emancipação das mulheres.

Outro aspecto fundamental da revolução de outubro é caracterizado por Lênin como a capacidade de atrair setores da população oprimidos pelo capitalismo. Para Lênin, não é possível atrair as massas para a política se as mulheres não forem atraídas. Na sociedade burguesa, as mulheres vivenciam desigualdades em relação aos homens tanto pela legislação quanto pela escravidão doméstica.

O primeiro passo da Revolução Russa foi abolir toda legislação de que legitima a subalternidade das mulheres. O segundo passo, consistiu na abolição da propriedade privada das terras, das fábricas e usinas. Para Lênin (1921, p. 02), “essa abolição, e somente ela, abre caminho para a emancipação completa e efetiva da mulher, para sua libertação da ‘escravidão doméstica’, porque assinala a passagem da mesquinha e fechada economia doméstica para a grande economia socializada”. Lênin ressalva que essa transição não é fácil, pois implica desconstruir relações de opressão arcaicas que enrijecem a sociedade.

Neste sentido, percebemos que Lênin captou que o avanço das reivindicações feministas dependia do vigor da Revolução Russa, mas, simultaneamente, afirmava que a consolidação do processo revolucionário dirigido pelos trabalhadores/as dependia da ampla mobilização das mulheres e da garantia dos seus direitos.

A perspectiva de construção do comunismo visando superar as amarras da sociabilidade capitalista também deveria extinguir as formas de dominação das mulheres. É nesta direção que Lênin buscou guiar os rumos do início da Revolução. No entanto, os rumos assumidos pela Revolução não foram os mesmos assumidos publicamente. Goldman (2014) percebe, inclusive, que os compromissos libertários em relação às mulheres e à família foram, paulatinamente abandonados.

Diante do exposto, cabe ressaltar que o legado do feminismo socialista e o compromisso político de Lênin com a luta das mulheres permanecem válidos e necessários na conjuntura atual, em que há evidente avanço do conservadorismo. Na América Latina, por exemplo, é comum entre os movimentos sociais, notadamente os que se reivindicam do campo socialista e comunista, assumirem esse “leito histórico” e se guiarem a partir dessa inspiração libertária.

3 SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO

A formação moral da mulher, nos moldes conservadores, lhe confere “virtudes” que passam a compor determinados papéis: educada para assumir uma responsabilidade na educação moral e cívica dos filhos, a mulher é potencialmente formada para profissões que se legitimam socialmente como “profissões femininas”, das quais se exige mais um perfil adequado a padrões morais conservadores, do que propriamente qualidades técnicas e intelectuais.

*Maria Lúcia Barroco*⁷¹

Mas por que *uma associação que reúne moças da sociedade* se ocuparia de problemas da classe operária?

*Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho*⁷²

Nos capítulos anteriores buscamos fundamentar a construção das relações patriarcais de gênero na sociedade, levando em conta que tais relações implicam consequências para o conjunto das relações humanas e às práticas sociais engendradas ao longo da história da humanidade.

Neste capítulo, analisaremos o Serviço Social brasileiro, buscando incorporar as determinações das relações patriarcais de gênero nessa profissão. Para isso, privilegiaremos dois eixos essenciais. O primeiro diz respeito às determinações da divisão sexual do trabalho no capitalismo brasileiro e suas implicações para a profissionalização do Serviço Social. O segundo eixo de análise procura verificar a relação do atual projeto profissional crítico com o feminismo nas suas expressões enquanto movimento social e visão de mundo.

Cabe ressaltar que, ao longo dos últimos trinta anos, o Serviço Social brasileiro passou por profundas transformações no âmbito da produção do conhecimento. Parcelas significativas dessas mudanças estão relacionadas à interlocução da profissão com o pensamento de Marx e com o conjunto da tradição marxista.

⁷¹BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, p. 78, 2010.

⁷²IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 29ª Edição. São Paulo: Cortez, p. 173, 2009.

Nesse processo de reformulação das suas concepções teóricas e frente a uma conjuntura de intensas mobilizações pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização da sociedade brasileira, o Serviço Social brasileiro enfrentou a presença do conservadorismo e as visões fatalistas e messiânicas em face do exercício profissional. É neste contexto que a interpretação da profissão, a partir da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais, é difundida e, posteriormente, incorporada por grande parte da categoria.⁷³ Essa concepção é um legado que remete à obra “Relações sociais e Serviço Social no Brasil”, de autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho.

Ao ressaltar a importância dessa concepção teórico-metodológica desenvolvida por Iamamoto (2009), mas também visando ampliar estas análises do ponto de vista da incorporação do estudo das relações patriarcais de gênero, subdividiremos este capítulo em três itens fundamentais.

Apresentaremos as condições sócio-históricas que determinaram a emergência do Serviço Social, profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Para isso, apresentaremos as configurações do capitalismo monopolista e as mudanças operadas no âmbito das classes sociais e do Estado. Explicita-se, então, a emergência da profissão e o seu significado social na dinâmica da produção e da reprodução das relações sociais capitalistas.

Também estabeleceremos uma interlocução com a concepção da divisão sexual do trabalho, no âmbito dos estudos feministas, para compreendermos as particularidades da profissão. Além disso, destacamos, no âmbito da produção do conhecimento do Serviço Social, as discussões que remetem às determinações da divisão sexual do trabalho, para que se torne possível compreender a inserção majoritária das mulheres nesta profissão, assim como os elementos que explicitam os traços de subalternidade profissional diante de outras áreas.

Em seguida, apresentaremos o debate desenvolvido nos últimos trinta anos sobre a concepção do Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho coletivo. Privilegiamos a discussão que remonta a caracterização dos processos de trabalho em que se insere o/a assistente social e a centralidade do debate sobre o trabalho nos serviços.

⁷³ No que diz respeito à incorporação da interpretação desenvolvida por Marilda Iamamoto, é necessário fazer a seguinte ressalva: “a ampla difusão dessa análise do Serviço Social como profissão situada na divisão do trabalho, com foco no seu significado social no processo de reprodução das relações sociais, tornou-se de domínio público na categoria, assumida na linguagem cotidiana de parcelas significativas de profissionais e amplamente difundida na formação universitária. Contudo, ela não foi acompanhada, em igual medida, da apropriação das bases teórico-metodológicas que a sustentam” (IAMAMOTO, 2011, p. 415).

Evidentemente, as concepções abordadas não se desvinculam de uma análise ontológica do trabalho.

Por fim, faremos alguns apontamentos sobre a construção do atual projeto profissional crítico do Serviço Social e as possíveis conexões com o feminismo. Para isso, buscamos retomar as bases de construção desse projeto, ou seja, a caracterização da renovação da profissão no Brasil e a construção do chamado Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro. Também demonstraremos alguns elementos que atestam possíveis encontros e desencontros da construção desse projeto com o feminismo.

3.1 A emergência do Serviço Social no Brasil

Para localizarmos historicamente a emergência do Serviço Social no Brasil é necessário apreendermos as configurações do estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista que tornaram possível a institucionalização dessa profissão. Para nós, a análise desse processo deve ser apreendida no bojo das relações entre as classes sociais em determinada fase do capitalismo, exigindo, por essa razão, uma efetiva compreensão da questão social no início do século XX. Buscaremos realizar este exercício a seguir.

Nas palavras de Yamamoto (2009, p. 76), “a compreensão da profissão de Serviço Social implica no esforço de inseri-la no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado”. Ou seja, a autora reafirma a necessidade de compreender essa profissão vinculada aos processos macrosociais que forjam a necessidade do Serviço Social e lhe atribuem um sentido peculiar. Ao considerar esta afirmação, partiremos das contribuições de Netto (2009) e Yamamoto (2009) para localizar a emergência do Serviço Social na divisão social do trabalho na fase monopolista do capitalismo.

O capitalismo monopolista teve início nas últimas duas ou três décadas do século XIX. Neste estágio do capitalismo as primeiras formas de concentração e centralização do capital se expressaram nos cartéis e trustes, possibilitando a moderna estrutura das indústrias e das finanças. Tais configurações estão associadas ao contexto de conflitos internacionais globais que disputam territórios e riquezas.

De acordo com Netto (2011), a inserção brasileira no capitalismo monopolista será pautada por suas particularidades advindas do processo de formação social. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi marcado por um constante processo de

superação e continuidades com as características adquiridas da colonização. Por isso, a inserção brasileira na dinâmica do capitalismo internacional não prescinde desses traços históricos. Para o autor, três “linhas de força” foram essenciais para afirmar esta particularidade histórica:

[...] arcabouço de atividades econômicas básicas internas cujo eixo de gravitação era o mercado externo [...]; a ausência de uma nuclear ruptura com o estatuto colonial, [...] constituição, no quadro posto pelas duas condições acima citadas e, sobretudo, pelas circunstâncias próprias dadas pelo imperialismo, de uma estrutura de classes [...] (NETTO, 2011 p. 17).

Estes três elementos acima citados, irão desencadear a particularidade histórica brasileira. No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo foi marcado por uma conservação de aspectos que nos países capitalistas centrais foram exterminados, como tarefa própria deste processo. Podemos exemplificar com o dilema da questão agrária brasileira. Até os dias atuais permanece um modelo marcado pelas grandes monocultoras (especialmente soja, cana-de-açúcar e milho) e pelo latifúndio, enquanto nos países do centro: França, Inglaterra, Estados Unidos e Japão, por exemplo, romperam com o latifúndio e executaram reformas estruturais. No Brasil, além destas reformas não terem sido realizadas, a dinâmica interna buscava integrar esses traços ao sistema.

No que diz respeito ao processo de consolidação do capitalismo monopolista, Braverman (1987, p. 216) destaca que,

[...] o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura de poder estatal.

Para Netto (2009), a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, nos últimos vinte anos do século XIX, impacta diretamente nas formas de ação do Estado diante da questão social. Ao atingir sua fase madura, o capitalismo reforça e renova suas formas de produzir a exploração e a alienação em proporções cada vez mais generalizadas. Netto (2009) percebe que o capitalismo monopolista potencializa as contradições da fase concorrencial ao mesmo tempo em que incorpora novos aspectos para atender a sua necessidade basilar de maximização dos lucros, ou seja, aumento da produção de mais-valia.

No campo da economia política, Netto (2009) destaca tendências como o aumento dos lucros nos setores monopolizados, aumento da acumulação de capital, tendência ao

subconsumo e crescimento do investimento nos setores de maior concorrência. Estas tendências repercutem diretamente no aumento do “exército industrial de reserva”, confirmando a “lei geral da acumulação capitalista”, na qual Karl Marx percebe a crescente necessidade de economia de “trabalho vivo” para maximizar os lucros e controlar a força de trabalho.

São também notórias no capitalismo monopolista as tendências de “supercapitalização”⁷⁴ (dificuldades de valorização do capital acumulado) e de parasitismo da vida social (expresso na generalização da burocracia e na distinção entre o proprietário e o gerente dos grupos monopolizados). Além disso, o modelo autonomizado e concorrencial (em que o proprietário dos meios de produção corresponde à empresa capitalista) deixa de ser hegemônico no capitalismo contemporâneo (Mandel *apud* Netto, 2009).

Nas palavras de Braverman (1987, p. 221), “a empresa como uma forma desfaz o vínculo direto entre o capital e seu proprietário individual, e o capitalismo monopolista ergue-se sobre sua forma”. Abrem-se precedentes para o surgimento de organizadores/administradores da classe capitalista, que não possuem, necessariamente, os vínculos com a propriedade das empresas monopolistas. Em geral, a parcela de gerentes do capital é requisitada dos próprios celeiros abastados. Contudo, isso não significa que, eventualmente, não possam ascender pessoas de outras origens.

Essas peculiaridades do capitalismo monopolista incidem internacionalmente na divisão do trabalho, exacerbando a contradição entre a produção social e a apropriação privada da riqueza. Acirram-se os conflitos entre as classes sociais antagônicas - a burguesia e o proletariado -, demandando o aprofundamento do papel do Estado enquanto um agente “extraeconômico” para atuar em prol dos interesses da elite que se beneficia dessa ordem social.

Tal agente “extraeconômico” nada mais é do que o Estado e seus aparatos institucionais. Mandel (1982, p. 333) resume as funções do Estado no capitalismo em três pontos centrais:

- 1) Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante, 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas [...] através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário; 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade

⁷⁴ Para Mandel (1982, p.224) “a acumulação e a concentração crescentes do capital no período do capitalismo monopolista coloca uma grande quantidade cada vez maior de capital à disposição das grandes empresas oligopolistas e monopolistas, por meio dos superlucros que realizam. As consequências são o autofinanciamento e a supercapitalização”.

continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas.

Embora essas funções referidas já tenham sido largamente debatidas na tradição marxista, Mandel (1982) ressalta que a atuação do Estado para garantir as condições gerais da produção carece, ainda, de maior tratamento. Afinal, no capitalismo monopolista o peso da ação estatal notoriamente ganha destaque, explicitando a impossibilidade de o capitalismo prescindir do Estado.

Sem prejuízos analíticos no que diz respeito ao papel do Estado na manutenção da ordem capitalista, pois sua atuação não pode ser creditada apenas ao período monopolista, sem dúvidas, é nesta fase que a ação do Estado adquire uma relevância significativa. Para Netto (2009), o Estado deixa de atuar de forma episódica, reprimindo o proletariado e garantindo a preservação da propriedade privada, para uma intervenção sistemática e contínua, em que o controle da força de trabalho passa a combinar de forma mais aprimorada a coerção e o consenso.

Nota-se que a ascensão do capitalismo monopolista coincide historicamente com o avanço da capacidade de organização do proletariado, especialmente, com a deflagração da Revolução Russa de 1917 e seus impactos em vários países. Dessa forma, neste período se redesenham não só o papel do Estado, mas também as projeções das classes sociais antagônicas. O avanço da organização do proletariado em escala mundial não poderia ser apenas reprimido com o uso da força militar, embora não prescindisse dessa.

Mandel (1982) ressalta que é neste contexto que o Estado amplia, significativamente, as legislações de cunho social, visando atender à crescente capacidade de reivindicação do proletariado. Quanto a isso, disserta que,

Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração (MANDEL, 1982, p. 338).

Por meio do que acaba de nos explicitar, Mandel (1982) percebe o duplo caráter da ampliação da legislação social nos países capitalistas: não pode ser apreendida apenas como concessão do grande capital, nem como uma conquista exclusiva do proletariado. A ampliação dessas legislações atende, contraditoriamente, interesses de ambas as classes sociais. Contudo, ressaltamos que é com o aumento da legislação social que o Estado procura atender a exigência do capital no que diz respeito ao controle da força de trabalho ocupada e

excedente, afinal, com a crescente organização do proletariado em todo o mundo, a repressão não poderia ser a única forma de intervenção do Estado.

[...] para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista, ele [Estado] deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-históricos. O alargamento de sua base de sustentação e legitimação sociopolítica, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permiti-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho (NETTO, 2009, p. 27, grifos do autor).

É no bojo destas contradições da luta de classe e do desenvolvimento do capitalismo que o Estado é “capturado pela lógica monopólica”. Tanto as respostas da burguesia quanto do Estado (que atende aos interesses burgueses) se moverão no sentido de garantir as condições para a acumulação e reprodução ampliada do capital. Nessas condições, são gestadas as primeiras formas de intervenção do Estado na “questão social” e suas expressões na vida social para além da repressão.

A questão social deve ser compreendida como uma contradição insuprimível da sociedade capitalista. Gestada no bojo da contradição entre o capital e o trabalho, ou seja, entre a produção cada vez mais social e a apropriação privada da riqueza, a questão social reflete os traços de uma sociedade em que a apropriação do trabalho alheio é condição *sinequa non* da sua existência. A questão social também deve ser apreendida como manifestação e publicização dos antagonismos entre as classes, expressando a luta e a resistência da classe que vive do seu próprio trabalho.

Noutros termos,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO, 2009, p. 77).

Diante do cenário político e econômico apresentado, no qual impera a lógica do capitalismo monopolista, o Estado é forçado a alargar suas bases de intervenção na chamada questão social. Percebemos na citação de Iamamoto (2009) que era necessário ir além da caridade e da repressão. Como demonstramos anteriormente, a ampliação das bases de legitimidade do Estado propiciou um aumento de legislações e políticas de cunho social, obrigando-o a incorporar reivindicações dos segmentos proletarizados.

Todavia, se é apenas diante deste cenário que podemos apreender a emergência da política social pública como instrumento utilizado pelo Estado burguês para administrar as expressões

da questão social, garantindo-lhe uma imagem de Estado ‘social’ e mediador de interesses conflitantes, cabe destacar que sua implementação se dará de forma fragmentada, reiterando um traço moralizador ao encarar a questão social e suas expressões como problemas individuais.⁷⁵

Com estas considerações, concordamos com Netto (2009) ao afirmar que apenas diante da ordem monopólica e, com a emergência das políticas sociais públicas como parte de intervenção do Estado nas sequelas da questão social, que podemos apreender a emergência do Serviço Social. Para o autor, “o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 2009, p. 74).

Embora Netto (2009) perceba uma relação de continuidade e de ruptura com as práticas de “evolução da ajuda”, “racionalização da filantropia” e “organização da caridade”, a profissionalização que caracteriza o Serviço Social se dá por uma necessidade imanente da ordem monopólica que vislumbra alargar as bases da dominação burguesa e controlar a força de trabalho ocupada e excedente.

Para Netto (2009), abre-se um mercado de trabalho para agentes executores terminais de políticas sociais, dentre os quais encontra-se os/as assistentes sociais. É a ordem monopólica que instaura uma divisão social (e técnica) do trabalho, demandando um/a profissional que tenha competência profissional para mediar as ações de enfrentamento da questão social.

Nas palavras de Iamamoto (2009, p. 77),

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinavam novas *necessidades sociais* e *novos impasses* que passam a exigir *profissionais especialmente qualificados* para o seu atendimento, segundo os parâmetros de ‘racionalidade’ e ‘eficiência’ inerentes à sociedade capitalista (grifos do autor).

A autora ressalta que o pano de fundo da emergência do Serviço Social no Brasil deve ser localizado no desenvolvimento capitalista industrial e na expansão urbana a partir das configurações que assume a formação e a expansão do proletariado e da burguesia. Esse processo ocorre mediante a hegemonia do capital industrial e financeiro, em meados da década de 1930.

⁷⁵ Para Netto (2009, p. 32), “[...] a intervenção estatal sobre a ‘questão social’ se realiza, [...] fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a ‘questão social’ como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente a contradição capital/trabalho – que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa”.

Com o objetivo de atender prioritariamente os segmentos mais pauperizados da população, os/as assistentes sociais atuam na prestação de serviços sociais no âmbito das políticas sociais públicas. É necessário destacar que tais serviços sociais são “parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado e pelas classes dominantes” (IAMAMOTO, 2009, p. 92). No entanto, o Estado, especialmente por meio do recolhimento de impostos, devolve à população uma parcela desse valor com a oferta de serviços sociais. Em suma, estes serviços são “uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade [...] sob a forma transmatada [*sic*] de serviços sociais” (*idem*).

O processo de institucionalização do Serviço Social está intrinsecamente vinculado à expansão dos serviços sociais e das grandes instituições assistenciais vinculadas ao Estado. Desse modo, não podemos pensar a atuação profissional desvinculada das instituições em que se processa esse trabalho. As novas modalidades de intervenção na questão social exigiam um/a profissional qualificado/a, apto/a à “ádua tarefa de conciliar o inconciliável” (IAMAMOTO, 2009, p. 87). É diante deste contexto que emerge o Serviço Social, profissão socialmente legitimada e legalmente sancionada na realidade brasileira.

A seguir, discutiremos alguns elementos sobre o processo de institucionalização da profissão nos marcos da divisão sexual do trabalho. Este aspecto contribuirá tanto para a apreensão das determinações das relações patriarcais de gênero no Serviço Social quanto para adensar a compreensão da profissão como uma modalidade de trabalho inserida na divisão social e técnica do trabalho, assim como o significado social do trabalho do/a assistente social na sociedade capitalista. Este aspecto será discutido no item 3.2 deste capítulo.

3.1.1 Determinações da divisão sexual do trabalho e o Serviço Social no Brasil

Compreender as determinações da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista e particularizar o Serviço Social é um exercício necessário para examinar como esta profissão é atravessada pelas relações patriarcais de gênero.

Esta premissa não se limita a verificar o percentual superior de mulheres que exercem a profissão do Serviço Social em relação ao número de homens. Embora a verificação da ampla maioria de mulheres na profissão seja fator significativo, nossa análise visa compreender as determinações da divisão sexual do trabalho no conjunto das práticas sociais,

assim como o seu papel decisivo para conformar as relações sociais de produção e de reprodução na sociedade capitalista.

Dessa forma, apreender os significados da divisão sexual do trabalho é também apreender a base histórica que determina e dá conteúdo material às relações patriarcais de gênero, ou seja, as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade capitalista burguesa regida pela lógica do patriarcado.

A análise destas determinações pode potencializar a compreensão do Serviço Social como profissão inserida numa divisão social, sexual e técnica do trabalho, assim com, permite conhecer as dimensões que “enovelam”⁷⁶ os/as sujeitos/as que exercem esta profissão, ou seja, os/as trabalhadores/as que compõem esta categoria profissional.

Com o objetivo de situar as múltiplas determinações pelas quais a divisão sexual do trabalho incide sobre o processo de profissionalização do Serviço Social, explicitaremos alguns elementos sobre a entrada da força de trabalho feminina na dinâmica do capitalismo brasileiro.

Costumeiramente, no âmbito da sociologia do trabalho, a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi analisada sob a ótica do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, da integração e da desintegração dos empregos femininos. Em geral, essas análises procuram demarcar de forma dualista o estágio de desenvolvimento do capitalismo e seus processos peculiares na realidade brasileira como a industrialização e a urbanização. Embora percebamos que estas associações entre estágios e processos específicos de desenvolvimento e emprego feminino, do ponto de vista analítico, sejam extremamente necessários, concordamos com Souza-Lobo (2011), no que diz respeito à sua crítica sobre a construção de modelos gerais que não consideram a dinâmica e a mobilidade da divisão sexual do trabalho.

Feitas essas considerações, julgamos pertinente verificarmos na historiografia o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Ao ter como referência o estudo de Saffioti (2013) sobre o trabalho feminino no Brasil de 1872 a 1960 e o estudo de Madeira e Singer (1975), que analisa o período de 1920 a 1970, procuraremos perceber as tendências históricas da ocupação das mulheres no mercado de trabalho, para apreendermos as particularidades que incidem sobre o Serviço Social como uma profissão majoritariamente feminina.

⁷⁶ Expressão desenvolvida por Saffioti (2004) para tratar a relação entre o capitalismo, o racismo e o patriarcado. A autora utiliza a expressão “novo” para se remeter o modo pelo qual as relações sociais são marcadas pelas relações patriarcais de gênero, “raça”/etnia e classe social.

De acordo com Saffioti (2013), as mulheres da classe trabalhadora, assim como as mulheres das camadas mais pauperizadas em outras formações socioeconômicas, sempre desempenharam um papel importante na produção e na reprodução social. Para a autora, com a consolidação do capitalismo industrial, as funções econômicas e produtivas que as mulheres desempenhavam no período pré-capitalista ganham evidência, embora, simultaneamente, as mulheres fossem marginalizadas da produção de bens. Contudo, defende que houve um aproveitamento parcial da força de trabalho das mulheres neste processo de transição e uma diminuição dos postos de trabalho em funções produtivas ocupadas pelas mesmas, como o ocorrido no Brasil entre 1872 e 1960.

Assim sendo, de acordo com Saffioti (2013, p. 340), é possível afirmar que “o desenvolvimento da indústria no Brasil não acarretou, como não provocou em outros países, maior participação da mulher na força de trabalho efetiva da nação”. Singer (1979) acrescenta ainda que, diferentemente dos países capitalistas europeus e dos Estados Unidos, no Brasil sequer houve um crescimento significativo do percentual de mulheres na indústria até os anos 1960, permanecendo as mulheres, majoritariamente, nos postos de trabalho doméstico.

Também acreditamos que não se pode apreender a “marginalização” da força de trabalho das mulheres reduzindo-a a aspectos morais que legitimam os preconceitos tradicionais. Há que se privilegiar as determinações postas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que repõe em sua dinâmica o desemprego e o subemprego de forma constante. Além disso, o capital procura ampliar suas formas de apropriação e produção de mais-valia, ao incorporar o trabalho das mulheres. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 343), “o emprego de mulheres sempre permitiu a apropriação de maior *quantum* de mais-valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos”. A autora ainda ressalta que a concepção de que o trabalho feminino é subsidiário ao trabalho masculino reforça a aceitação das mulheres pelos baixos salários.

A dinâmica de inserção da força de trabalho feminina é um processo que está intimamente atrelada à consolidação do capitalismo brasileiro, particularmente com a formação do mercado de trabalho no Brasil. Barbosa (2008) defende que só podemos pensar num mercado de trabalho brasileiro a partir de 1930, quando é possível visualizar a existência de um mercado interno e de uma base produtiva.

Madeira e Singer (1975) destacam, por exemplo, mudanças no âmbito da agricultura. Inicialmente, houve uma significativa substituição das mulheres nas lavouras por homens, até meados dos anos 1950. Posteriormente, com a mecanização de algumas atividades, decresce também o percentual de homens na agricultura. Contudo, a autora e o autor ressaltam que tais

tendências podem ser verificadas nas grandes propriedades, pois na agricultura de subsistência verifica-se grande absorção de força de trabalho, especialmente das mulheres. Percebe-se também que, embora a população que vive no campo diminua (haja vista o crescente do êxodo rural), há um aumento do número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, especialmente as mulheres. Acrescentam ainda que,

Neste tipo de agricultura, o trabalho feminino é importante, mas mantém suas características tradicionais: é uma extensão da atividade doméstica, realizada de forma rudimentar e pouco produtiva, dando lugar, não poucas vezes, à superexploração tanto da mulher como das crianças (MADEIRA; SINGER, 1975, p. 39).

Outra tendência apreendida por Madeira e Singer (1975) é que o processo de saída das mulheres do campo, notadamente a partir da década de 1940, coincide com as mudanças no processo de industrialização no Brasil, tais como, substituição de atividades artesanais por fabris, expansão da indústria de bens intermediários e de capitais em relação à indústria têxtil, por exemplo, que absorvia grande parte das mulheres. Essas mudanças impactam diretamente no percentual de mulheres que ocupam postos de trabalho no setor secundário (industrial), tal como Saffioti (2013) apreendeu ao criticar a redução de postos de trabalho de 1872 a 1960. Entretanto, Madeira e Singer (1975) chamam atenção para que se perceba a emergência de postos de trabalho decorrentes do processo de industrialização que absorveria notadamente as mulheres, como por exemplo, a expansão das atividades administrativas e burocráticas.

Neste período, o capitalismo monopolista estava em plena consolidação e suas estratégias, conforme já aludimos no primeiro item, repercutiram em todas as esferas da vida, inclusive na divisão sexual do trabalho. Em sintonia com as tendências de burocratização da vida social e com a expansão do setor terciário (serviços), conforme Mandel (1982), a divisão sexual do trabalho adquiriu contornos específicos nesta fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Madeira e Singer (1975) percebem que é no setor terciário que significativo contingente de mulheres passa a ter acesso ao mercado de trabalho. Para a autora e o autor, a expansão dos serviços de consumo coletivo absorveu parcela significativa de mulheres, sobretudo as que possuíam qualificação⁷⁷ nas atividades de serviços. Destaca-se que neste

⁷⁷ Sobre a expansão do setor de serviços e a absorção da força de trabalho qualificada das mulheres, Saffioti (2013, p. 84) destaca que, “à medida que as economias nacionais se desenvolvem, cresce enormemente o setor terciário de atividades econômicas, passando a absorver maiores efetivos. Nesses países, as mulheres dos estratos médios, cuja educação era inteiramente negligenciada, tiveram estendido seu período de escolarização, o que lhes possibilitou o exercício de ocupações auxiliares nos serviços de escritório e vendas”.

momento há uma ampliação significativa da malha estatal e privada no âmbito da educação, saúde, previdência social, assistência social e administração pública. A autora e o autor também percebem o aumento de atividades do setor terciário vinculado diretamente às exigências do processo de industrialização como, por exemplo, a expansão do comércio e dos serviços e instituições de crédito. Ao ampliar esta perspectiva de análise, Saffioti (2013, p. 85) observa que, “localiza-se no setor terciário o maior número de ocupações exercidas em tempo parcial, regime de trabalho mais vulnerável aos efeitos das crises econômicas”.

Também é importante observar que o trabalho feminino cumpriu um papel importante na preservação do exército industrial de reserva. Mandel (1982) apreende o trabalho feminino após a década de 1950 sob dois ângulos: primeiro percebe grandes flutuações das mulheres no mercado de trabalho. Em seguida, apreende que as mulheres “recebem muito menos por sua força de trabalho, uma vez que a burguesia cinicamente pressupõe que sua renda seja apenas um ‘complemento’ ao orçamento familiar” (MANDEL, p. 128).

Todos esses processos são acompanhados pelos dilemas do desemprego e do subemprego na realidade brasileira. Ressalta-se que também no âmbito do setor de serviços cresce o número de trabalhadoras domésticas. No que diz respeito à histórica e hegemônica concentração de mulheres no âmbito do trabalho doméstico, convém ressaltar a problemática desenvolvida por Souza-Lobo (2011) de que há uma conexão entre a ausência de serviços públicos que responderia às necessidades de reprodução social e a permanência das mulheres como responsáveis por estes serviços.

A precariedade das formas socializadas de reprodução social no nível da sociedade e do Estado reforçam o papel das mulheres nessa esfera sob um duplo aspecto: para as mulheres dos setores populares, o trabalho doméstico é estratégia de sobrevivência ao mesmo tempo em que se cria uma demanda privada de serviços domésticos assalariados (p. 168).

A partir das determinações do desenvolvimento capitalista e da divisão social, sexual e técnica do trabalho o Serviço Social emerge no Brasil. Como já aludimos anteriormente, o processo de institucionalização da profissão está totalmente imbricado com as requisições do capitalismo monopolista ao exigir um alargamento das funções do Estado para administrar as expressões da questão social. A emergência do Serviço Social está visceralmente ligada ao processo de ampliação do setor de serviços, especialmente aqueles prestados pelo Estado por meio das políticas sociais públicas.

Diante da exigência histórica dessa profissão na divisão social e técnica do trabalho, as mulheres são requisitadas a comporem os quadros técnicos do Serviço Social. Seria um

acaso? Efetivamente não! A partir dos anos 1930, com a redução dos postos de trabalho das mulheres no setor secundário, conforme Saffioti (2013), Madeira e Singer (1975), as mulheres ocuparam, paulatinamente, os empregos do setor terciário, dentre estes, na função de assistentes sociais nas instituições públicas, privadas e filantrópicas. Iamamoto e Carvalho (2009, p. 167) acrescentam que, “é nesse período, também, que a incorporação da mulher à força de trabalho urbana deixa de ser ‘privilégio’ das famílias operárias, passando a atingir também parcelas da pequena burguesia”. Tal conjuntura é amparada por um contexto de ampliação da intervenção do Estado, para além da repressão, e com o alargamento das legislações de cunho social que instituíam políticas sociais, tais como: previdência social, saúde, educação e assistência social.

As pioneiras do Serviço Social, oriundas da pequena burguesia, coadunam com a ideologia patriarcal dominante, no que diz respeito ao papel das mulheres na sociedade e, a partir da formação profissional católica contribuem para forjar a imagem que se requisita de uma assistente social. Cisne (2012, p. 48) acrescenta que a “vinculação de características, os papéis e/ou qualidades do gênero feminino, foi incorporada com naturalidade por parte das assistentes sociais”. Iamamoto e Carvalho (2009, p. 171-172), ao analisarem as teses produzidas pelas pioneiras, percebem que,

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a *consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades*. Incapazes de romper com essas representações, o apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses (grifos dos autores).

Iamamoto e Carvalho (2009) esclarecem que no surgimento do Serviço Social no Brasil confluíram ações de “obras sociais” com o “novo apostolado social” que tinham como objetivo atuar junto ao proletariado que se formava nas áreas urbano-industriais. As primeiras atividades de formação, desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), eram destinadas às mulheres jovens, com formação em estabelecimentos religiosos.

A inserção prioritária de mulheres na emergência do Serviço Social reforçava a tese de que havia uma predisposição natural das mulheres para desempenharem tarefas educativas e caridosas com as massas pauperizadas.

Para Souza e Veloso (2015, p. 192), “as mulheres foram absorvidas pelo Serviço Social porque as representações a respeito delas se afinavam com o perfil requerido para o

sujeito profissional. Os valores que se desejavam transmitir eram aqueles que se pensava serem detidos pelas mulheres”. O ideário da ajuda, da paciência, do cuidado com o ser humano foram representações que contribuíram para destinar às mulheres a inserção em profissões como o Serviço Social.

Além da pujante marca do trabalho feminino, há uma dimensão importante do papel da Igreja e sua doutrina social na formação dos quadros profissionais amalgamada por uma visão de mundo conservadora.⁷⁸ A formação profissional estava inserida numa lógica que privilegiava a reprodução do papel da mulher na sociedade no período da institucionalização da profissão.⁷⁹

Ao se reportar aos primeiros documentos que norteavam a formação em Serviço Social da antiga Escola Técnica de Assistência Social “CecyDodsworth”, atualmente Faculdade de Serviço Social da UERJ, Silva (1995) percebe que há um processo de naturalização de determinadas habilidades que são imputadas às mulheres e aos homens. A partir dos estudos de Guacira Lopes Louro, a autora analisa que no processo de institucionalização do Serviço Social ocorre a chamada “escolarização do doméstico”.

Para Silva (1995), no período que se criava as primeiras escolas de formação profissional em Serviço Social havia, no que diz respeito à regulamentação da educação pública e ao mercado de trabalho, um controle significativo dos papéis de gênero. O Plano Nacional de Educação, de 1937, que se desdobra na Lei Orgânica do Ensino Secundário, recomenda tratamentos diferenciados na escolarização de homens e mulheres. Em 1941, em plena “Ditadura do Estado Novo”, comandada por Getúlio Vargas, é aprovado um “Estatuto da Família” que dispunha sobre a organização e a proteção dos núcleos familiares. O trabalho das mulheres era uma questão relevante para estas legislações que visavam restringir o trabalho feminino ao julgo de suas famílias, ou seja, ao controle de seus pais e/ou maridos. Dessa forma, o Estado agiu enfaticamente para delimitar o papel de homens e mulheres na sociedade.

⁷⁸ Para Barroco (2010, p. 74), “a presença do conservadorismo moral, no contexto de origem do Serviço Social, é evidenciada: na formação profissional, no projeto social da Igreja Católica e na cultura brasileira, através das ideias positivistas”.

⁷⁹ Cisne (2012, p. 48-49) destaca que “a adequação das(os) aspirantes à carreira de Serviço Social a esse perfil ideopolítico e, sobretudo moral, articulava-se também a uma formação profissional com caráter mais doutrinário do que científico, vinculada ao projeto de recristianização da sociedade defendido pela Igreja Católica. Assim, essa formação permitia o preparo do laicato para uma intervenção na ‘questão social’, mediante um viés moralizante e individualizado, direcionado à família operária, sobretudo às mulheres e às crianças”.

É necessário ressaltar que a atuação majoritária das mulheres em serviços sociais, por exemplo, está associada a uma socialização anterior à escolha da profissão, tendo em vista que as mulheres já desempenhavam papéis “análogos” no espaço doméstico. O processo histórico de escolarização dessas funções remete ao período do crescimento da industrialização, pois, ao não prescindir do trabalho das mulheres, houve a necessidade criar espaços tidos como mais “apropriados” em relação ao papel que se espera das mulheres. De acordo com Silva (1995, p. 27), “há uma tentativa de conciliação entre as necessidades do mercado de utilização da força de trabalho disponível e a necessidade de manutenção dos papéis sociais historicamente definidos no contexto social”.

Silva (1995) destaca que eram oferecidas disciplinas como higiene, economia doméstica, higiene mental, arte culinária aplicada ao Serviço Social, puericultura, dentre outras, nos cursos oferecidos pela antiga Escola Técnica de Assistência Social “CecyDodsworth”. É desta experiência de formação que se conforma o primeiro curso oficial de formação em Serviço Social sem vinculação com instituições religiosas, porém, repondo, a partir de novos aspectos, a naturalização do papel das mulheres.

De acordo com Silva (1995, p. 32),

A Escola Técnica de Assistência Social ‘CecyDodsworth’ é a primeira escola oficial de Serviço Social, isto é, que não tinha uma vinculação imediata com a Igreja, daí, não se encontrar no currículo disciplinas diretamente associadas à religião. Este fato traz uma peculiaridade, no que se refere à afirmação profissional do curso, por apresentar, num primeiro olhar, uma certa distância de uma formação ético-religiosa do assistente social e uma maior ‘autonomia’ de procedimentos (mais doutrinários do que ‘profissionais’), como é possível visualizar nos programas das primeiras escolas católicas.

Em suma, a autora ressalta que no Brasil, o processo de institucionalização do Serviço Social implicou vínculo estreito entre o papel social das mulheres e o papel da profissão na sociedade.

A formação social das mulheres também foi apreendida por Barroco (2010) em sua análise sobre a difusão do pensamento conservador no Serviço Social. Para a autora, o papel social das mulheres é composto pela naturalização de virtudes e dedicação que, ao se adequar aos padrões conservadores, exige um perfil que legitime as regras e hierarquias da sociedade e a superioridade masculina. Para terem acesso ao mercado de trabalho, as mulheres (da pequena burguesia) não poderiam escolher carreiras que colocassem em questão os seus princípios e valores, ou seja, deveriam “voltar-se às atividades que, tidas como ‘próprias à mulher’, não demandem uma ruptura com seu papel social” (BARROCO, 2010, p. 79).

Iamamoto (2008, p. 49) destaca a importância de compreender que esta profissão “incorpora o peso da educação da mulher e da imagem da feminilidade construída socialmente pela cultura dominante”. A autora ressalta ainda que os estereótipos criados sobre o Serviço Social estão vinculados às características construídas e impostas às mulheres.

Noutros termos,

A imagem social da profissão e do profissional encontra-se profundamente estigmatizada pelos estereótipos criados em torno da mulher, aparecendo como uma extensão profissionalizante de seu ‘papel na sociedade’, como uma alternativa à vida doméstica e à participação política. As figuras da mãe, da educadora e do sacerdote se mesclam na imagem social dessa profissão, de precária base técnico-científica, que historicamente tendeu a valorizar ‘dons’, os atributos de classe ‘naturalizados’ como essenciais à tarefa educativa e moralizadora junto às classes subalternas (IAMAMOTO, 2008, p. 49).

Essa noção desenvolvida por Iamamoto (2008) sobre o fato de o Serviço Social se apresentar como uma “extensão profissionalizante” às mulheres, tendo em vista que estas já exerciam “naturalmente” este papel na sociedade (em decorrência da educação sexista e moralizante) foi incorporada em outros estudos posteriormente.

Contudo, é importante assinalar que a tese que afirma a extensão dos trabalhos tradicionais desempenhados por mulheres no âmbito doméstico para justificar sua inserção no mercado de trabalho não pode ser generalizada para quaisquer situações. Souza-Lobo (2011) adverte para a necessidade de particularizar, em situações concretas, como este pressuposto se manifesta em determinados casos. Na verdade, é salutar apreender o modo pelo qual as relações de trabalho se imbricam com as representações simbólicas, construindo a legitimidade da divisão sexual do trabalho.

Para Souza-Lobo (2011, p. 157),

As tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constituem, às vezes, por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem força, mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Entretanto, **mais do que a transferência das tarefas, são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social. Não existe forçosamente uma coincidência da divisão sexual do trabalho na esfera da produção e da reprodução**, de tal forma que sempre as tarefas masculinas numa e noutra esfera tenham a mesma natureza. O mesmo ocorre com as tarefas femininas (grifos nossos).

Neste sentido, buscamos apreender que no processo de institucionalização do Serviço Social houve aspectos que podem denotar a “extensão dos papéis femininos”, especialmente se levarmos em conta que foram as mulheres dos segmentos mais abastados que comporiam os primeiros quadros profissionais. Contudo, é questionável se podemos apreender como

mera “extensão das tarefas domésticas”, pois, as mulheres oriundas da pequena burguesia, possivelmente já participavam de ações e atividades que extrapolavam o lar, especialmente na organização das práticas de ajuda, caridade e filantropia, mas, também, desfrutando do acesso às mercadorias, à cultura e à educação (mesmo de cunho patriarcal).

Outro fator essencial diz respeito às exigências postas ao trabalho das mulheres nos serviços sociais. No âmbito do Serviço Social, o foco da ação estava direcionado às famílias proletárias, no intuito de combater possíveis desvios de condutas ou desajustamentos. As mulheres foram centrais para pensar como atuariam na disseminação desses valores, tanto do ponto de vista das mulheres que prestavam os serviços sociais quanto no âmbito das mulheres usuárias dos serviços que deveriam cumprir este papel em sua própria família. De acordo com Souza e Veloso (2015, p. 194), “buscava-se intervir sobre a família da classe operária, utilizando-se da mulher como um instrumento privilegiado de reprodução do controle social, já que esta possuía os valores que se desejavam veicular junto às famílias”.

A família se configura como um espaço privilegiado de produção e reprodução desta sociabilidade no qual as mulheres estão inseridas. Se existe uma relação de dependência com relação aos salários dos homens, há também um papel fundamental que cumpre o trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres. “Ao realizarem trabalhos domésticos não remunerados e serem amplamente responsáveis pelos cuidados com os filhos, as mulheres realizam funções essenciais para um funcionamento contínuo e uniforme do sistema capitalista” (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 195).

Feitas estas considerações, é necessário afirmar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi um processo simples de adequação das tarefas domésticas já executadas para o espaço público (SOUZA; VELOSO, 2015). A mercantilização da força de trabalho das mulheres as coloca num patamar distinto daquele relegado ao espaço doméstico. Inclusive, esse momento foi duramente combatido, disseminando ideias de que haveria uma desorganização do lar e da família das mulheres que ocupavam os postos no mercado de trabalho.

Embora a inserção das mulheres de famílias proletarizadas no mundo do trabalho não fosse novidade, a ligeira, porém constante escolarização e formação profissional das mulheres para as tarefas de cuidado contribuía, seguramente, para que as mulheres passassem a ocupar postos de trabalhos que iam surgindo, especialmente, na prestação de serviços que exigiam tais qualificações.

Para essas mulheres, o Serviço Social apresentou-se como uma oportunidade de inserção profissional em um mercado de trabalho que até então era destinado, em sua grande maioria, aos homens. [...] A legitimidade e a aceitação das mulheres na profissão de assistente social, no que se refere ao gênero, dão-se em razão de essa profissão demandar qualidades e atributos considerados femininos, ou seja, a mulher desempenhava, na esfera profissional, atividades semelhantes às que desempenhava na esfera doméstica. Era, portanto, uma saída para se profissionalizarem com a atenuação dos preconceitos e da discriminação (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 196).

Souza e Veloso (2015, p. 198) acrescentam ainda que

[...] o gênero esteve presente na institucionalização da profissão, conformando a ‘escolha’ tanto do sujeito como do alvo da intervenção profissional: a mulher. Elas eram vistas como portadoras dos valores que se pretendiam veicular e reforçar no seio da classe trabalhadora e, por meio delas, intentava-se estabelecer o controle dessa parcela da população.

Em suma, a noção de características atribuídas às mulheres e as necessidades de intervenção daquele período foi um fator fundamental para que as mulheres ocupassem prioritariamente as fileiras do Serviço Social como profissão que se despontava na divisão social do trabalho. Neste sentido, é necessário que consideremos as determinações da divisão sexual do trabalho para conformar esta profissão. Igualmente necessário é desconstruir no interior da categoria qualquer percepção de que haveria um dom ou uma qualidade natural que repercute na escolha das mulheres pelo Serviço Social.

Com estas considerações, podemos apreender que há uma interação entre as determinações da fase monopolista do capitalismo, a crescente ampliação da divisão social e técnica do trabalho às respostas do Estado em face da questão social. Ou seja, observa-se a dinâmica de inserção das mulheres no mercado de trabalho (especialmente pela via dos serviços a partir dos anos 1930) e o peso da educação/formação sexista e patriarcal imposta às mulheres para se adequarem às exigências burguesas de tal período.

Há que se ressaltar que estas determinações não se limitam ao processo de emergência e institucionalização do Serviço Social. Embora o contingente profissional ainda seja hegemonicamente composto por mulheres⁸⁰ (SIMÕES, 2012), atualmente verificamos uma expressiva parcela de profissionais oriundos/as das classes trabalhadoras, aspecto que contribui para mudar substancialmente a imagem profissional.

Iamamoto (2010, p. 104) destaca estas mudanças explicitando que

No Serviço Social tem-se um contingente profissional, *hoje proveniente de segmentos médios pauperizados, com um nítido recorte de gênero: uma categoria*

⁸⁰ De acordo com a PNADS de 2009, as mulheres representavam 92,2% do total de assistentes sociais no Brasil.

profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres. A condição feminina é um dos selos da identidade profissional [...] Com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto as discriminações a ela impostas no mercado de trabalho (com diferenciais de remuneração e renda em relação aos homens, de níveis de formação em relação às exigências tecnológicas, maior índice de desemprego, exercício de funções menos desqualificadas etc) (grifos da autora).

Desse modo, a existência da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, que impõe um papel subalterno e desvalorizado às mulheres, conforme apontam Kergoat (2009) e Nogueira (2006), implica diretamente nas condições e nas relações de trabalho que as/os assistentes sociais estão submetidas/os. O desprestígio social, a flexibilidade contratual, os baixos salários, por exemplo, encontram um verdadeiro esteio na divisão sexual do trabalho, sendo esta extremamente funcional aos interesses capitalistas de exploração e degradação do trabalho.

Embora a maior parte das produções aqui trabalhadas ressaltem a questão da educação sexista, da escolarização do doméstico e a autoidentidade dos trabalhos já desempenhados pelas mulheres no lar, ressaltamos a necessidade de compreender o modo pelo qual a divisão sexual do trabalho opera indo além destas determinações. Ou seja, organizando uma lógica de inserção das mulheres no mercado de trabalho, respondendo tanto às demandas das mulheres por romperem o silêncio do espaço privado quanto aos interesses do capital de explorar as mulheres remunerando-as abaixo dos salários pagos aos homens.

Percebemos, assim, que o Serviço Social não se torna uma profissão hegemonicamente feminina apenas pelo fato de as mulheres já serem as sujeitas históricas das atividades de ajuda, filantropia e caridade. Ao contrário, a localização prioritária das mulheres no âmbito da esfera reprodutiva, relegadas, especialmente, aos trabalhos domésticos e à ampliação do setor de serviços como uma alternativa de trabalho para as mulheres brasileiras a partir dos anos 1930, pode ser uma chave de análise que explicita as marcas da divisão sexual do trabalho no Serviço Social.

Diante das questões apresentadas, podemos destacar a pertinência das análises que consideram não só a dimensão de gênero, no âmbito da identidade profissional, mas também a necessidade de apreender as determinações da divisão sexual do trabalho como um dos fatores que influenciam as condições em que se concretiza o trabalho dos/as assistentes sociais.

Após discutirmos o processo histórico de emergência do Serviço Social e sua relação com as determinações da divisão sexual do trabalho, será necessário trazer à baila a discussão sobre a categoria trabalho, que fundamenta nossa discussão sobre o Serviço Social e as

relações patriarcais de gênero. A seguir buscaremos abordar a compreensão da profissão como trabalho e sua inserção na divisão social do trabalho.

3.2 O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social do trabalho e o significado social da profissão

Diante da compreensão da sociedade capitalista madura, da questão social e das formas de intervenção do Estado burguês, compartilhamos da premissa inaugurada por Marilda Yamamoto (1982), especialmente na caracterização do papel do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, pois a autora considera ser uma especialização do trabalho coletivo inserida na divisão social e técnica do trabalho, uma profissão que atua na reprodução das relações sociais hegemônicas pelo capital.

Yamamoto (2009) destaca que devemos compreender a reprodução das relações sociais como um processo de reprodução da totalidade do processo social e, com isso, de determinado modo de vida. Neste caso, como reprodução de relações sociais capitalistas. O Serviço Social, como uma profissão umbilicalmente vinculada às necessidades da ordem monopólica, não está alheio ao movimento de produção e reprodução das relações sociais. Neste sentido, Yamamoto (2009, p. 75) reafirma que o Serviço Social “não pode fugir a essa realidade. As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas”.

Também é necessário ressaltar a concepção de reprodução das relações sociais defendida por Yamamoto (2009). A autora considera que esse processo não se encerra na produção de mercadorias, mas incorpora também as atividades que, não sendo diretamente produtivas, contribuem com o movimento do capital em direção à extração de mais-valia. Assim, o Serviço Social está integrado ao contexto de criação das condições necessárias para a reprodução da força viva de trabalho que, por sua vez, deve estar apta para a extração de mais-valia.

Ao caracterizar-se como uma das profissões que contribuem para ampliar as bases de reprodução da força de trabalho, Yamamoto (2009) destaca que o Serviço Social também pode atuar junto à classe trabalhadora, difundindo a ideologia da classe burguesa dominante. Ou seja, pode atuar tanto no âmbito do controle da força de trabalho ocupada e excedente pela via da difusão da ideologia dominante.

Contudo, a caracterização do Serviço Social nessa relação hegemônica pelo capital não torna inócua a possibilidade das projeções da classe trabalhadora também incidirem na profissão. Reconhecer o papel que cumpre o trabalho do/a assistente social na sociedade capitalista é uma condição para perceber que é possível se colocar numa direção que fortaleça os interesses dos segmentos dos/as trabalhadores/as.

Iamamoto (2009, p. 94) sintetiza que,

Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, monoliticamente, necessidades que lhe são exclusivas: participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente.

Em suma, é possível que os/as assistentes sociais alterem significativamente o conteúdo político de sua prática profissional, podendo tornar-se um instrumento a serviço da classe trabalhadora. Iamamoto (2009) ressalva que este giro só pode ser efetivado quando há mediação entre os interesses de ambas as classes, tendo em vista que o Serviço Social não atende, exclusivamente, apenas as projeções de uma classe. Desse modo, só poderá fortalecer o projeto empreendido pela classe trabalhadora mediando com a classe social antagônica – a classe burguesa –, que detém os meios de produção e hegemônica as finanças.

Os limites e as possibilidades do Serviço Social contribuir com as projeções da classe trabalhadora não é um ato reduzido à escolha individual e política do/a assistente social. Ao contrário, é mediado pela sua condição de trabalhador assalariado e pela sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Além disso, por se tratar de uma profissão composta majoritariamente por mulheres, levando em conta os imperativos das relações patriarcais de gênero, as determinações da divisão sexual do trabalho também se fazem presente.

Tal como já sinalizamos, a discussão sobre o Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho coletivo é um legado que remonta à publicação, em 1982, da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. Granemann (1999), por exemplo, ressalta o mérito dessa obra por ter estabelecido uma interlocução pioneira com o pensamento de Marx e a profissão. Assim, a concepção do Serviço Social como um tipo de trabalho está associada ao entendimento do processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, como demonstrou Marilda Iamamoto, na década de 1980.

Para compreender essa profissão é necessário romper com uma visão endógena do Serviço Social que pode nos levar a uma interpretação messiânica e/ou fatalista da profissão (IAMAMOTO, 2010). Isso implica compreender esta atividade profissional como um tipo de

especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Para isso, é necessário incorporar uma análise das mudanças do mundo do trabalho que repercutem na profissão e entender o processo em que o/a assistente social ingressa no circuito do valor, ou seja, na relação de mercantilização da sua força de trabalho expressa no assalariamento. Além disso, a análise do Serviço Social como trabalho exige que se reconheça o papel desta profissão na produção e/ou redistribuição do valor e da mais-valia produzida.

Em obras posteriores, Yamamoto (2010; 2011) também reafirma a centralidade da análise de 1982 sobre o Serviço Social inserido na dinâmica da produção e da reprodução das relações sociais. De acordo com Yamamoto (2010, p. 25),

Quando se indaga como o Serviço Social participa da produção/reprodução da vida social, a atenção volta-se à *produção e reprodução da vida material*. Os homens têm necessidades sociais e carecimentos a satisfazer e, por meio do trabalho, buscam produzir objetos úteis; objetos estes que, na moderna sociedade burguesa, são mercadorias produto do capital, e, portanto, portadoras de valor-trabalho e de mais-valia (grifos do autor).⁸¹

É importante apreender nesta análise que a produção social não se resume a produção de valores de uso materiais (na ótica do capital, valores de uso e de troca, ou seja, produção de mercadorias) necessários à subsistência humana, ao contrário, se trata da produção de relações sociais entre seres humanos que personificam as classes sociais. No capitalismo, a produção e a reprodução das relações sociais abarcam não só a criação das condições materiais de existência, mas uma gama de ideias e representações que sustentam esse modo de vida. Nesse ângulo de análise, as condições da produção são, simultaneamente, um processo de reprodução, noutros termos, “a reprodução é a continuidade do processo social de produção” (IAMAMOTO, 2009, p. 46).

O movimento da produção e da reprodução das relações sociais é um processo histórico que remete às formas pelas quais homens e mulheres procuram garantir a sua própria reprodução como espécie humana. A produção (e a reprodução) da existência humana tem como fundamento o trabalho que, por sua vez, é a forma pela qual se expressa o intercâmbio entre seres humanos e a natureza com a finalidade de produzir valores de uso úteis à espécie humana.

⁸¹ Essa elaboração sobre a centralidade da produção e reprodução das relações sociais é reafirmada por Marx e Engels (2007) ao compreenderem que o primeiro ato histórico da humanidade é a satisfação das suas necessidades, ou seja, a produção das condições materiais para a existência humana (comer, morar, beber, vestir), ou seja, manter-se vivo. Contudo, nesse processo criam-se novas necessidades e, num movimento incessante, homens e mulheres se objetivam na realidade historicamente determinada sendo forjado a construírem respostas que atendam aos seus carecimentos.

Para Marx (2013, p. 255),

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. **Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.** [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (grifos nossos).

É importante captar nesta citação de Marx que, por meio do trabalho, homens e mulheres não alteram somente a natureza externa, mas também a sua própria existência enquanto seres sociais. Também é interessante problematizar, nessa breve citação de Marx sobre o trabalho, o que pode ser caracterizado como “natureza externa” no pensamento do autor. Partimos da premissa que os homens e as mulheres são seres sociais, fundados no e pelo trabalho, mas que não prescindem das esferas orgânicas e inorgânicas da vida. Embora a história do desenvolvimento do ser social demonstre o significativo recuo dos seres humanos das imposições da natureza biológica, a existência desses seres está hipotecada a sua condição como seres vivos, portadores de uma dimensão biológica.

Nas palavras de Lukács (2013, p. 130),

[...] certamente se verifica um ininterrupto afastamento da barreira natural, mas jamais a sua supressão completa; o homem, membro ativo da sociedade, motor de suas transformações e de seus movimentos progressivos, permanece, em sentido biológico, um ente ineliminavelmente natural: sua consciência, em sentido biológico – apesar de todas as decisivas mudanças de função no plano ontológico –, está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo; considerando o fato universal dessa ligação, a base biológica da vida permanece intacta também na sociedade.

Não é nossa intenção instrumentalizar a leitura de Lukács no tomo II da “Ontologia do Ser Social” e nem a concepção de “natureza externa” utilizada por Marx no capítulo V d’O Capital. Ou seja, não pretendemos utilizar estas elaborações desconsiderando as mediações históricas e o conjunto dessas obras, que podem apontar outros resultados no âmbito da compreensão do trabalho e desenvolvimento do ser social.⁸²

⁸² No que diz respeito ao papel do trabalho no processo de objetivação do ser social, Lukács irá apontar duas formas sob as quais o pôr teleológico se objetiva – a posição teleológica primária e a posição teleológica secundária⁸². Nogueira (2006, p. 124) evidencia que é a “relação de transformação direta entre o ser social e a natureza que podemos atribuir o significado de posição teleológica primária”. A referida autora aponta, ainda, que com o avanço e a complexificação da humanidade, a práxis social mais desenvolvida demonstra uma posição teleológica secundária, ou seja, uma “[...] práxis social interativa, que tem como objetivo o convencimento dos outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico” (2006, p. 125). Nogueira (2006)

Contudo, na passagem transcrita de Marx, em “O Capital”, podemos problematizar que o trabalho não se reduz à manipulação da natureza orgânica e inorgânica (compreendida como os bens naturais) pelos homens e pelas mulheres. Por natureza externa também podemos compreender a intervenção em outros seres humanos, portadores de uma dimensão orgânica ineliminável, porém com constante recuo da barreira natural que se insere num processo de incessante determinação social. Em nossa interpretação, o trabalho pode ser considerado como uma forma de intervenção mais complexa, que abarca tanto a manipulação da natureza empírica (orgânica e inorgânica) quanto a vida de outros homens e mulheres. Assim sendo, por meio do trabalho é possível incidir também na consciência, nos modos de ser e no processo de reprodução de outros seres humanos, ou seja, na natureza externa ao ser que trabalha. Em nossa compreensão, o trabalho não se reduz a produção de valores uso material (coisas, produtos, mercadorias), pois o trabalho abarca as atividades que, no processo de produção e reprodução capitalista, incide sobre a vida, a consciência e/ou as condições gerais de reprodução da força de trabalho. Em suma, esse processo demarca um salto ontológico que não apenas modifica coisas, pois, vai além, transforma a humanidade, a única portadora da capacidade teleológica do trabalho.⁸³

Percebemos, assim, que esta interpretação da citação marxiana pode contribuir para apreender o Serviço Social (assim como outras práticas profissionais) como especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social e técnica do trabalho. Contudo, a construção da concepção do Serviço Social como trabalho percorreu outros matizes a partir dos anos 1980, passando pela discussão do processo de trabalho, do trabalho produtivo e improdutivo em

também reitera que não se deve estabelecer uma posição “binária e dual”, entre estas duas posições. É de nosso conhecimento que autores como Lessa (2007), a partir de uma influência da obra de Lukács, compreendem o Serviço Social no âmbito das posições teleológicas secundárias, que tem no trabalho a sua forma, mas, se distingue do trabalho propriamente dito – as posições teleológicas primárias – nas formas mais evoluídas da sociabilidade. Nesta formulação, o Serviço Social não pode ser compreendido como trabalho, mas como “complexo ideológico” que advém das posições teleológicas secundárias. Neste campo de análise, o trabalho é compreendido apenas como uma mediação entre o homem e a natureza. Ou seja, a compreensão sobre a ideia de “natureza externa”, interpretação nossa do texto de Marx, não se aplica às formulações que na categoria profissional buscaram compreender o Serviço Social a partir da reflexão de Lukács. Sobre a discussão em tela, Almeida e Alencar (2011, p. 134) fazem a seguinte síntese: “apoiados nas reflexões de Lukács sobre o significado do trabalho na constituição do ser social, constitui-se no complexo estruturante da vida social, a partir do qual surgem e se articulam todos os demais complexos sociais. Deste modo, o Serviço Social, por não poder ser considerado trabalho, visto que não transforma a natureza produzindo um valor de uso material, não pertence a este complexo, mas ao da ideologia, dada a natureza de sua função na divisão social e técnica do trabalho”.

⁸³ Há que se destacar, mesmo brevemente, que diante do capitalismo há determinações que incidem diretamente sobre essa concepção de trabalho, moldando-o a partir da centralidade da mercadoria (ou seja, a centralidade da alienação dos/as que produzem), na ausência de condições objetivas para que aqueles/as que só detêm a força de trabalho possam produzir e pela apropriação privada do produto do trabalho alheio pelos capitalistas.

Marx, da inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, entre outras elaborações.⁸⁴

De forma geral, é salutar destacar a interpretação de Granemann (1999, p. 158) sobre a concepção de trabalho nas obras de Marx, pois consideramos uma síntese importante para iniciarmos essa discussão. Para a autora, o trabalho

1) é uma relação, para a maioria dos trabalhadores, mediada. E tanto mais os homens desenvolvem a tecnologia e suas relações, **tanto mais distantes estarão do trabalho imediatamente relacionado com a natureza**. 2) na medida exata em que se desenvolve o modo de produção capitalista dele envolve com sua lógica todos os âmbitos da vida social. Vale dizer até mesmo aqueles que não trabalham na elaboração da natureza. 3) **importa pouco se um trabalho se realizou mais próximo ou mais distante da matéria de trabalho**, se foi realizado no mesmo espaço físico ou em diferentes lugares, todos eles contribuíram no processo de produzir o produto e de construir a riqueza do capitalista, pelo que se lhes extraiu de mais-valia (grifos nossos).

A partir desses três pontos a autora sustenta que a concepção do Serviço Social como trabalho está hipotecada à percepção de que o desenvolvimento do capitalismo forjou a necessidade de um conjunto de profissões que, não necessariamente vinculadas ao espaço fabril, são essenciais para a reprodução desse sistema. As determinações do trabalho no capitalismo, ao envolver a totalidade da vida social, repercutem diretamente naqueles/as que trabalham, independentemente se estão diretamente vinculados à manipulação da natureza para a produção de valores de uso.

Isso implica reconhecer o caráter coletivo e social do trabalho e, com isso, compreender como o Serviço Social se insere em diversos processos de trabalho. É necessário ressaltar que compartilhamos da análise de Barbosa *et al* (1998, p. 111) na qual o “trabalho é compreendido como processo social de transformação que visa a atender necessidades sociais de reprodução humana”. Barbosa *et al* (1998) destacam que a formulação marxiana sobre o trabalho explicita o caráter processual desta atividade. Isso implica reconhecer que as finalidades, o objeto e os meios de trabalho constituem o chamado “processo de trabalho”. No capitalismo, o processo de trabalho possui uma dupla determinação: produz simultaneamente valores de uso e valores de troca como uma condição imanente da reprodução do capital. Nesse sistema, impera a supremacia do valor de troca diante do valor de uso que responde às necessidades sociais dos seus produtores.

⁸⁴ Destacamos as contribuições de Iamamoto (2008, 2009, 2010, 2011), Almeida e Alencar (2011), Granemann (1999).

Com estas considerações sobre trabalho e processo de trabalho, Barbosa *et al* (1998) ressaltam que é necessário compreender o amplo campo de intervenção profissional e os distintos processos de trabalhos em que se inserem os/as assistentes sociais. Ao mesmo tempo, também destacamos que o trabalho do assistente social não deve ser compreendido independentemente das diversas instituições que os/as profissionais se vinculam. Ou seja, a inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho deve ser particularizada, levando em conta as distintas requisições de cada espaço sócio-ocupacional que, por sua vez, implica em diversos processos de trabalho no qual se insere o/a assistente social.

Ao partir do pressuposto do Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho coletivo, Almeida e Alencar (2011) defendem que esta análise deve incorporar o debate sobre o trabalho nos serviços para situar as particularidades no exercício profissional vinculado às ações desenvolvidas pelo Estado, empresas e instituições da sociedade civil. Para isso, recupera a concepção marxiana de processo de trabalho e do papel do trabalho nos serviços.

Marx (1978, p. 78) define os serviços, ao discutir o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo no capitalismo, como “uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade”. Assim, o trabalho no setor de serviços não produz coisas empíricas, objetivos e produtos. O seu valor de uso está contido no uso do trabalho em si. Costa (2010) resalta que, mesmo adquirindo uma expressão mercantil, as atividades de serviços não podem ser caracterizadas como mercadorias. A incorporação das atividades de serviços na dinâmica do capital consiste em mercantilizar a utilidade, ou seja, o valor de uso do trabalho.

Convém resgatar a contribuição de Mandel (1982) que, ao analisar as tendências do desenvolvimento capitalista, percebe um constante desenvolvimento da divisão social do trabalho. Sob a “crescente socialização objetiva do trabalho” a ampliação da divisão do trabalho só é viável com a tendência de centralização imposta pelo capitalismo. Uma das formas que se expressa essa tendência é o aumento das funções intermediárias como comércio, transportes e comunicação, por exemplo, ocasionando certa independência crescente dessas funções. Mandel (1982) salienta que a diminuição do tempo de giro do capital exige o aperfeiçoamento dessas funções intermediárias.

Nestas condições, há um crescimento do capital investido na esfera da circulação, dos serviços e da reprodução que tem como objetivo aumentar as formas de extração da mais-valia. Algumas tendências do significado da expansão do setor de serviços podem ser sintetizadas em cinco aspectos:

1) a tendência a uma expansão geral das funções intermediárias, em consequência da contraposição entre uma divisão crescente do trabalho e uma crescente socialização objetiva do trabalho [...] 2) a tendência a uma vasta expansão tanto dos custos de venda [...] quanto do crédito ao consumidor [...] 3) as possibilidades de crescimento das necessidades culturais e civilizadoras da população trabalhadora (educação, saúde, lazer), como algo distinto do mero consumo de mercadorias [...] 4) a expansão da produção de mercadorias que não é absolutamente parte do chamado 'setor de serviços', mas é resultado da centralização crescente de certas formas de produção que antes eram basicamente privadas [...] 5) o crescimento do número de trabalhadores assalariados empregados de forma improdutiva [...]. Esse crescimento é, portanto, resultado da tendência à supercapitalização do capitalismo tardio (MANDEL, 1982, p. 281-282).

O resgate do papel das atividades de serviço no capitalismo monopolista tem como objetivo situar como essa modalidade atinge uma importância peculiar justamente diante das mudanças na produção e reprodução social no capitalismo. Para Costa (2010, p. 101), “com o crescimento dos serviços, alteram-se não apenas as fronteiras da divisão social e técnica do trabalho, [...] mas, essencialmente, a função que têm os serviços no processo de acumulação capitalista, na realidade atual”. Contudo, é importante destacar, conforme Almeida e Alencar (2011, p. 139), que “os serviços passaram a ter, na fase monopolista do capital, uma função estratégica, mas nunca concorrente ou substituta, em relação à produção material”. O autor e a autora ainda afirmam que os serviços são funcionais à lógica do capital e suas formas de enfrentar as crises de superprodução.

Dessa forma, é importante destacar que tais mudanças conformam o processo de institucionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo inserida na lógica da prestação de serviços sociais pela via, prioritariamente, das políticas sociais. A proliferação do trabalho no setor de serviços responde às necessidades do capitalismo monopolista, assim como a profissionalização do Serviço Social.

Feitas essas breves considerações sobre a concepção do Serviço Social como trabalho, cabe sinalizar dois desafios elencados por Yamamoto (2011) sobre o desenvolvimento dessa perspectiva de análise. Para a autora, é necessário particularizar, na análise profissional, a tensão entre trabalho concreto e trabalho abstrato, observando não apenas a qualidade e a materialidade destes, mas o seu significado social à luz da teoria do valor. O segundo desafio posto pela autora diz respeito à percepção de que não existe um único processo de trabalho do assistente social, mas, ao contrário, “existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado” (IAMAMOTO, 2011, p. 429).

Com relação aos pressupostos apresentados, é necessário compreender que esta perspectiva analítica do Serviço Social implica em reconhecer os sujeitos que trabalham, assim como os distintos espaços sócio-ocupacionais que requisitam o Serviço Social.

Nas palavras de Yamamoto (2010, p. 64),

Alguns traços, aparentemente dispersos, organizam o perfil social e histórico do assistente social. Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. Este recorte de gênero explica, em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico.

Verifica-se que esta profissão, hegemonicamente composta por mulheres, não está desvinculada das determinações da “divisão sexual do trabalho”, como uma expressão peculiar da divisão do trabalho na sociedade capitalista. Contudo, conforme já discutido no primeiro capítulo, esta forma de divisão é anterior à consolidação da sociedade burguesa.

O trabalho do/a assistente social é requisitado pelas elites dominantes como forma de contribuir no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. O significado social dessa profissão é atravessado pelos interesses das classes sociais antagônicas, sendo expressão, simultaneamente, das necessidades do capital e do trabalho. Contudo, as respostas coletivas da profissão podem ser refratárias às imposições da ordem capitalista, ou seja, é possível projetar a atuação do Serviço Social em prol das lutas e reivindicações dos trabalhadores/as.

Procuramos construir uma abordagem que associa a emergência da profissão e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e, com isso, introduzimos o debate sobre a concepção do Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho coletivo. Essa análise visa reconhecer as características ontológicas do trabalho e sua manifestação na realidade concreta, na sociabilidade regida pelas relações sociais de produção capitalista. Por isso, reconhecemos que é necessário compreender como o Serviço Social se insere em processos de trabalhos coletivos, especialmente pela via da prestação de serviços nas políticas sociais. Isso implica reconhecer as transformações ocorridas no mundo do trabalho e o aumento da intervenção do Estado no âmbito da questão social que repercutem no surgimento, ampliação e mercantilização das atividades do setor de serviços, tais como, educação, saúde, previdência social, cultura.

Compreender o Serviço Social como trabalho também implica o reconhecimento dos *sujeitos e sujeitas que trabalham* e suas peculiaridades. No caso dessa profissão, reconhecer que majoritariamente as mulheres compõem essa categoria não deve ser resultado de análise

meramente quantitativa. Ao contrário, implica relacioná-la com as determinações das relações patriarcais de gênero amalgamadas nas determinações de classe na sociedade capitalista.

Por isso, optamos por construir no primeiro item deste capítulo, uma discussão que incorpore a divisão sexual do trabalho, como uma particularidade da divisão social do trabalho, que repercute diretamente nas profissões femininas, dentre estas o Serviço Social. Nesse caminho foi possível compreender as determinações da divisão sexual do trabalho para analisar o trabalho dos/as assistentes sociais. Pensar o trabalho do assistente social na sociedade capitalista e patriarcal é um exercício que requer compreender a dinâmica peculiar de mercantilização da força de trabalho das mulheres. Na conjuntura atual, reforça-se a necessidade de análises que correlacionam as relações patriarcais de gênero, o racismo e a dimensão de classe na conformação da categoria profissional, levando em conta que os quadros profissionais estão sendo requeridos cada vez mais nas camadas empobrecidas da população.

Além disso, é importante salientar que a inserção das mulheres, como força de trabalho assalariada, no mercado de trabalho, é um processo acompanhado pela desvalorização de seu trabalho, da flexibilidade e da desigualdade de direitos e salários, em relação à inserção dos homens. No limite, essa constatação transparece os vínculos espúrios do modo de produção capitalista com as relações patriarcais de gênero que repõem uma divisão sexual do trabalho que produz a base material das desigualdades entre os homens e as mulheres.

Diante desse desafio, faremos a seguir alguns apontamentos sobre o processo de construção da renovação do Serviço Social e do seu atual projeto profissional crítico. Compreendemos que nos últimos quarenta anos a profissão empreendeu um esforço teórico e político que visava criticamente questionar o seu papel e sua funcionalidade na sociedade capitalista contemporânea. Neste processo, a profissão criticou seus fundamentos e o seu significado social, assim como abriu um espaço importante para a discussão do papel das mulheres na gênese, na institucionalização e no desenvolvimento da profissão no Brasil. Ou seja, faz-se necessário recuperar, mesmo que brevemente, este percurso histórico que possibilitou que as reflexões travadas nos itens anteriores fossem possíveis.

3.3 Atual projeto profissional crítico e feminismo

Restará de nós
 algo mais que o gesto ou a palavra:
 Esse desejo candente de liberdade,
 Essa intoxicação,
 contagiam-se!

*Gioconda Belli*⁸⁵

A discussão sobre a problemática das “relações patriarcais de gênero”, da “questão da mulher”, da “condição feminina”, dos “estudos de gênero”, das “relações sociais de sexo” é parte da história recente do Serviço Social brasileiro. A possibilidade de problematizarmos os temas como o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e a educação sexista no âmbito da profissão e do conjunto da sociedade é parte de um legado que deve ser apreendido no processo de renovação do Serviço Social a partir da construção do atual projeto profissional crítico, doravante denominado de Projeto Ético-político.

Esta é uma questão fundamental, pois, sem as transformações sociopolíticas operadas na realidade brasileira a partir dos anos 1960 e sem as respostas profissionais às requisições postas ao Serviço Social, é impensável que esta profissão questionasse a dimensão das relações patriarcais de gênero na conformação da imagem e da autoimagem profissional, que contribui, significativamente, para o processo de subalternidade da profissão na realidade atual. Ou seja, é no bojo do processo de renovação do Serviço Social e na sua tentativa de negar o peso do conservadorismo que podemos vislumbrar as condições históricas para a discussão de temas afeitos ao feminismo.

A partir dessas considerações, desdobraremos esta discussão em três eixos de análise. O primeiro resgatará o processo sócio-histórico da renovação da profissão no Brasil, o segundo apontará alguns elementos sobre a construção do atual projeto profissional crítico e, por fim, faremos alguns apontamentos para problematizarmos a relação deste projeto que atualmente possui maior vigor no Serviço Social com o feminismo, demarcando possíveis convergências e divergência ao longo da histórica recente, tanto da profissão quanto do próprio movimento feminista.

⁸⁵ BELLI, Gioconda. Restará de nós. In: _____. *O olho da mulher*. Diamantina: Arte Desemboque, 2012.

3.3.1 A renovação do Serviço Social no Brasil

Antes de tratarmos do processo de renovação do Serviço Social no Brasil é necessário estabelecer uma interlocução com o “Movimento de Reconceituação” da profissão na América Latina. Cabe destacar que a renovação da profissão no Brasil é parte do processo de “reconceituação” que ocorreu na maior parte dos países latino-americanos.

Segundo Netto (2011 p. 146), “a reconceituação é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social tradicional e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características”. Este processo se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas, envolvendo várias lutas pela libertação nacional que eclode a partir do final da década de 1950, a exemplo da Revolução Cubana em 1959.

A reconceituação está intrinsecamente vinculada à conjuntura econômica, social e política da América Latina. Para Netto (2011 p. 146), “a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento”. Ao questionar a atuação dos profissionais frente às expressões da questão social, ao pensar sua intervenção observando as realidades regionais e nacionais, ao questionar a eficácia da própria intervenção, ao relacionarem prioritariamente com os novos protagonistas, especialmente os ligados a classe trabalhadora e com a conjuntura de colapso do padrão de desenvolvimento capitalista e seus pactos políticos e ascenso de outras projeções societárias no continente, os assistentes sociais “estavam minando as bases tradicionais de sua profissão” (NETTO, 2011 p. 146).

Este movimento permite uma espécie de “grande união” profissional que abre a via da “reconceituação” do Serviço Social. Entretanto, esta “grande união” objetivamente se esfarinha. Dois fatores são preponderantes: a perspectiva burguesa de modernização por vias ditatoriais e seu caráter repressivo que acabou derrotando as alternativas democrático-reformistas ou revolucionárias, de modo que não houvesse a superação do desenvolvimentismo; e o segundo fator que se refere à própria composição diversificada desta “grande união” que colocava em xeque o Serviço Social tradicional.

Feitas estas considerações, abordaremos o processo de renovação da profissão, destacando como ocorre a erosão do intitulado “Serviço Social Tradicional” e seu processo de laicização, em suma, a sua crise e renovação, no Brasil, a partir de 1960. Antes, cabe fazer a

seguinte ressalva sobre a compreensão que adotamos neste trabalho sobre o Serviço Social tradicional, sendo este configurado como uma,

[...] prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais paramentada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressupondo o ordenamento capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 2011, p. 117-118).

Também cabe salientar que a crise do Serviço Social na América Latina não pode ser restringida às fronteiras da profissão. De acordo com Netto (2011, p.142), tal crise “é um fenômeno internacional, verificável, [...], em praticamente todos os países onde a profissão encontra um nível significativo de inserção na estrutura sócio-ocupacional”. A partir dos anos 1960, acontecimentos nas esferas econômicas, sociais, culturais, artísticas e políticas irão abalar o cenário mundial e estes terão relevância para pensar a “Reconceituação” do Serviço Social.

Para o autor,

[...] gestou-se um quadro favorável para a mobilização das classes sociais subalternas em defesa dos seus interesses imediatos. Registram-se então amplos movimentos para direcionar as cargas da desaceleração do crescimento econômico, mediante as lutas de segmentos trabalhadores e as táticas de reordenação dos recursos das políticas sociais dos Estados burgueses. [...] O conteúdo das demandas econômicas [...] entrecruza-se e conflui com outras demandas sociais e culturais: começam a cristalizar-se reivindicações referenciadas a categorias específicas (negros, mulheres, jovens) [...] (NETTO, 2011 p. 143).

Com este cenário se forjam as condições necessárias para promover a contestação das bases do Serviço Social tradicional.⁸⁶ Para Netto (2011), o questionamento da ordem burguesa, suas instituições, a crise do WelfareState e de um conjunto de políticas sociais impacta diretamente a legitimidade do Serviço Social.

A partir de meados da década de 1960, a profissão irá vivenciar no Brasil a chamada “renovação”, tendo desdobramentos na sua atuação, formação e organização profissional. É importante ressaltar que neste período o Brasil estava em plena ditadura militar, e que o processo da renovação não pode ser compreendido sem levar em consideração as condições objetivas que o Serviço Social estava submetido. Netto (2011) ressalta que a análise da

⁸⁶ Netto (2011) resguarda que este cenário não irá afetar apenas o Serviço Social, mas todas as profissões que situam no campo da reprodução das relações sociais.

renovação deve ser tomada na sua pluricausalidade e na sua multilateralidade. O autor também adverte que, no caso brasileiro, a renovação não pode ser analisada se não levar em consideração o ciclo ditatorial – sua dinâmica e sua crise. No entanto, Netto (2011) destaca que isso não significa pensar que a renovação do Serviço Social se constituiu como uma estratégia da autocracia burguesa, já que se pode perceber que houve uma clara tentativa de legitimação do “Serviço Social tradicional” pela ditadura.

O reordenamento do Estado, política e economicamente, comandado pelo padrão de modernização conservadora, a ampliação da malha industrial e o desenvolvimento de uma industrialização pesada, impõem ao Serviço Social um cenário novo, no que diz respeito à sua prática e formação profissional. Esse processo em curso promoveu uma ampliação significativa do mercado de trabalho dos/as assistentes sociais, conforme já era perceptível desde os anos 1940.

O ciclo autocrático burguês também coincide com o acirramento da questão social e suas múltiplas expressões que serão administradas pela via das políticas sociais setoriais da ditadura. Ressalta-se que estas políticas sociais são orientadas a partir dos interesses dos monopólios, assim como todas as ações estatais. Sob a doutrina de “segurança nacional”, o Estado ditatorial realiza uma série de reformas, afetando significativamente os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, demandando maior quantidade de técnicos/as e novas especialidades. Cabe salientar, que a reorganização e ampliação do mercado de trabalho para os/as assistentes sociais não se deve apenas ao Estado, abarcando também as empresas privadas, particularmente as empresas monopolistas e grandes estatais.

É a partir dessas condições que Netto (2011, p. 136-137) avalia que a “autocracia burguesa cria os suportes histórico-sociais para a evicção do Serviço Social tradicional”. O autor “atribui à autocracia burguesa a função precipitadora de um processo de erosão do Serviço Social tradicional que lhe é anterior e cujo desfecho, como se verá, ela [autocracia burguesa] conferiu uma direção particular” (*idem*). A conjuntura econômica, política e social do final da década de 1950, em pleno desenvolvimento da indústria pesada, demandava ao Serviço Social novos mecanismos de intervenção nas sequelas da questão social que, além das abordagens individual e grupal, exigia intervenções de caráter comunitário.

A abordagem nas comunidades conduzirá a consequências como a inserção de disciplinas sociais, que despertam o profissional para as problemáticas macrossociais construindo análises e intervenções mais voltadas para a realidade brasileira, e a inserção dos assistentes sociais em equipes multiprofissionais. O relacionamento do Serviço Social com outras profissões e novos aparelhos estatais também terá papel fundamental neste processo. É

a partir dessas duas condições aludidas que podemos apreender a erosão das bases do Serviço Social tradicional no Brasil.

Num curto prazo de tempo, o novo processo profissional começou a polarizar intensamente os quadros mais jovens da categoria dos assistentes sociais. Contribuía para isso, de um lado e fortemente, o cenário sociopolítico brasileiro e, igualmente, um caldo de cultura internacional: a temática de superação do subdesenvolvimento dava a tônica nas ciências sociais, na atividade política e imantava interesses governamentais e recursos em programas internacionais – estava-se em plena era do desenvolvimentismo (NETTO, 2011 p. 138).

Até este momento não se trata especificamente de uma crise no Serviço Social tradicional, entretanto, ela já é sinalizada. Nos próximos anos, em que a crise se evidencia, a referida erosão ganha formas mais intensas. Percebe-se que “seus detonadores de fundo são extraprofissionais: compreendem o estágio de precipitação da dinâmica sociopolítica da vida brasileira, entre 1960-61/1964, com aprofundamento e a problematização do processo democrático na sociedade e no Estado” (NETTO, 2011 p. 139).

É necessário retomar outro elemento importante que se iniciou neste período. De acordo com Netto (2011, p. 125), “o Serviço Social ingressa no circuito da universidade justamente no lapso de vigência da autocracia burguesa”. Sob os preceitos da política educacional da ditadura, a formação profissional viu-se penetrada pelas exigências da universidade e do regime autocrático. Essa incursão da profissão no complexo universitário possibilitou a interação com outras áreas, recebendo de fato as influências da sociologia, antropologia e psicologia social. Além disso, a entrada de jovens docentes, que se formaram na transição para o ciclo ditatorial, irá aos poucos promover uma heterogeneidade no interior da formação profissional. A inserção do Serviço Social no circuito da universidade e o consequente afastamento da formação profissional dos centros ligados à Igreja são aspectos decisivos para compreender o processo de laicização da profissão.

Cabe salientar que a “estratégia autocrático-burguesa se desdobrava para a produção de profissionais aptos para atender as demandas modernizadoras” (NETTO, 2011, p. 129). No entanto, neste processo contraditório se instaura as possibilidades da formação de assistentes sociais marcados pelas lutas sociais e estudantis da época. Assim, o processo de laicização do Serviço Social terá um relevo especial no que diz respeito à renovação da profissão.

Para Netto (2011, p. 131), a renovação do Serviço Social significou

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, a base do rearranjo de suas tradições e da assunção de contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotado de

legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, da validação teórica, mediante a remissão as teorias e disciplinas sociais.

A referida renovação deve ser compreendida como um processo global, onde surge, a partir da laicização da profissão uma diversidade de perspectivas profissionais. A renovação implica necessariamente o surgimento de pluralismo profissional, inédito em momentos anteriores, embasados na tentativa de legitimação prática e validação teórica. Constitui-se um avanço para a profissão, mesmo com as vertentes que posteriormente seriam questionadas.

Netto (2011, p.135) sintetiza quatro elementos que condensam aspectos decisivos da renovação, como também apontam para além do esforço da validação teórica. Os elementos apontados pelo autor são: “a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político”, antes inexistente; “a crescente diferenciação das concepções profissionais”, neste caso, levando em consideração a aproximação com diferentes tradições teórico-metodológicas; a “sintonia da polêmica profissional teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea” e, por fim, a “constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo, mas não exclusivamente, inseridos na vida acadêmica”.

Erodidas as bases do Serviço Social tradicional, Netto (2011, p.154) destaca três vertentes principais que se desenvolveram no processo de renovação da profissão.⁸⁷ Cabe salientar que a renovação não pode ser apreendida de forma linear, e devem ser considerados seus lapsos e à luz da dialética se deve identificar a continuidade e a ruptura de certos processos.

A primeira vertente apontada é a *modernizadora*, tendo como base um esforço de adequação do Serviço Social, e do seu arcabouço instrumental, às exigências impostas a partir do ciclo autocrático burguês e sua inserção na dinâmica do desenvolvimentismo. O grande marco dessa perspectiva são os seminários de teorização do Serviço Social, organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), o de Araxá e o de Teresópolis. É nítido um esforço de compreender o papel da profissão no processo de

⁸⁷ É necessário não perder de vista que estes processos foram simultâneos e que explicitaram tensões no interior da categoria. Segundo Netto (2011 p. 163), cabe fazer a seguinte ressalva: “as específicas relações entre as políticas cultural e educacional da autocracia com o processo de renovação que o Serviço Social experimenta no Brasil [...] a perspectiva modernizadora [...] pode desenvolver-se com o subsequente aporte de uma universidade burocratizada e ideologicamente neutralizada; a reatualização do conservadorismo seria bastante problematizada sem o contributo que lhe forneceu a expansão dos veios irracionistas, intimistas e psicologistas na cultura tolerada pela autocracia. A intenção de ruptura seria impensável sem a tendência cultural das correntes progressistas e de esquerda até 1968/1969, sem o desenvolvimento do ‘marxismo acadêmico’ e sem as marcas do novo irracionismo que irrompe quando já ia avançada a crise da ditadura”.

desenvolvimento do Brasil. Desse modo, percebe-se que esta perspectiva cumpria um papel funcional à ordem burguesa e suas reformas. Netto (2011, p. 155) afirma que a perspectiva *modernizadora*

[...] aceita como inquestionável a ordem sociopolítica que deriva de abril [...] ela reporta aos seus valores mais tradicionais, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses modernos [...].

No entanto, cabe observar que os segmentos mais conservadores da profissão se mostram contra esta perspectiva, principalmente no que diz respeito à laicização da formação. A hegemonia da perspectiva modernizadora será questionada a partir dos anos 1970, particularmente a partir da crise da autocracia burguesa.

A segunda perspectiva, a *reatualização do conservadorismo*, agrega os segmentos mais inflexíveis com as mudanças daquele período histórico. Com o cariz da modernidade, tal perspectiva recupera a visão de mundo derivada da tradição católica e também recupera os traços microscópicos da intervenção profissional.

Para Netto (2011, p. 157),

[...] recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético de raiz marxiana.

A terceira vertente é caracterizada como *intenção de ruptura*. Essa perspectiva pressupõe uma ruptura com o Serviço Social tradicional e ao contrário das outras duas vertentes se realiza uma crítica teórica, metodológica, ideológica e política ao denominado “Serviço Social tradicional”. Um marco significativo para essa perspectiva é o chamado “Método BH”, alusão a “primeira formulação de um projeto profissional de ruptura com o tradicionalismo que se tem conhecimento no Serviço Social” (GUERRA, 2015, p. 42), construído pelos professores da Universidade Católica de Belo Horizonte.

De acordo com Netto (2011, p. 159), essa perspectiva tinha a “pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista) quer com seus paradigmas de intervenção (o reformismo conservador)”. Esta tendência também resgata críticas feitas no período pré-1964 e recebe relevante influência do “Movimento de Reconceituação” do Serviço Social na América Latina.

Um momento significativo, expressão da *intenção de ruptura*, é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que aconteceu entre os dias 23 a 27 de setembro de 1979, em São Paulo. O Congresso teve papel significativo na afirmação da renovação do Serviço Social e teve como eixo central a temática “Serviço Social e política social”. O III CBAS acontece num contexto de luta efervescente pela transição democrática brasileira. A profissão quebra o silêncio e se manifesta de maneira opositiva à ditadura, convidando e homenageando representantes dos/as trabalhadores/as, como até então não era de praxe.

É válido observar, conforme Guerra e Ortiz (2009), que após o Congresso da Virada o Serviço Social não foi mais o mesmo no campo da formação, do exercício profissional e da organização política da categoria. Em linhas gerais, tal evento explicita a ruptura com o monopólio do conservadorismo profissional ou, em outras palavras, circunscreve um clima de renovação histórica na profissão, substituindo os representantes da classe dominante pelos da classe subalternizada. Além disso, inaugurou um marco no processo de politização tanto de estudantes quanto de profissionais de Serviço Social do Brasil, demonstrando a direção social e os novos rumos que esta profissão pretendia trilhar. Por outro lado, significou a instalação de um pluralismo de perspectivas políticas, ainda tido como novidade no meio profissional, que movimentava e redimensionava profundamente a profissão.

A vertente mais crítica do processo de renovação do Serviço Social irrompe numa recusa, denúncia e crítica ao Estado ditatorial que vigora no Brasil. Era nítida no interior da profissão a conformação de uma orientação respaldada na associação com um projeto societário que negava o ciclo autocrático e buscava construir lutas de caráter anticapitalista e contra o projeto do capital. A esse respeito, explana Guerra e Ortiz (2009, p.128):

[...] o que o terceiro CBAS mostra é o amadurecimento da vanguarda da categoria, que militando em outros movimentos sociais e sindicais, vai acumulando forças e competências teórico-políticas para conformar uma nova direção estratégica da profissão.

A vinculação do Serviço Social brasileiro a um projeto societário que vislumbrava a ruptura com a ordem burguesa impactou diretamente na construção da profissão no decorrer da década de 1980. Ao reconhecer a dimensão ideológica da intervenção profissional, a “virada” do Serviço Social supôs que fosse estabelecida uma relação com a classe trabalhadora que até então não havia possibilidade de ser concretizada, seja do ponto de vista do modo como a profissão se organizava e compreendia sua funcionalidade quanto do ponto de vista da própria conjuntura brasileira. Instituiu-se uma nova frente profissional articulada

diretamente com os movimentos sociais e demais sujeitos coletivos vinculados à classe trabalhadora.

Diante do debate afluído no congresso, Guerra e Ortiz (2009) apontam que a decisão pela construção de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro e a adoção de um novo perfil profissional, como também o entendimento da necessidade de revisar o currículo mínimo de Serviço Social, são alguns dos frutos da “virada”, que incidiram não apenas no exercício profissional, mas também na formação dos agentes profissionais.

Em suma, a renovação do Serviço Social se configura como uma reação da profissão ao seu tradicionalismo, que no contexto da autocracia burguesa não poderia ser totalmente validado. Com a crítica ao tradicionalismo e a partir do processo de laicização serão colocados desafios ao Serviço Social que vão além da categoria profissional, pois, este processo implicou diretamente na conformação do vínculo do projeto profissional com um projeto atrelado aos valores verdadeiramente emancipatórios. Pensar o processo da renovação da profissão significa apreender o conjunto das relações sociais capitalistas e seus desdobramentos no âmbito político, cultural, econômico, assim como apreender na particularidade brasileira os desafios postos ao trabalho e à formação profissional dos/as assistentes sociais.

3.3.2 O atual “Projeto Ético-Político” do Serviço Social: tensões e desafios

Diante da exposição sobre o processo de renovação do Serviço Social brasileiro é possível constatar a atualidade deste legado e o seu papel primordial na construção do atual projeto profissional crítico. De acordo com Forti e Coelho (2015, p. 25), “o atual projeto profissional crítico do Serviço Social brasileiro – projeto ético-político – [...], representa desdobramento do veio de inspiração mais crítica do Movimento de Reconceituação, iniciado na profissão a partir de meados dos anos 1960”.

Este veio de inspiração crítica, caracterizado por Netto (2011) como vertente da “intenção de ruptura”, aponta para avanços e limites na construção do atual projeto profissional pós-1970. Tais avanços e limites podem ser identificados no decorrer da década de 1980, especialmente com a revisão curricular, em 1982, e com a reformulação do Código de Ética profissional, em 1986. Entretanto, a consolidação deste projeto é ainda mais recente,

pois, só com os avanços da década de 1990 foi possível perceber o vigor intelectual e político da profissão.

No que diz respeito ao debate da ética profissional, é importante ressaltar que se constitui no interior da profissão, um indiscutível avanço, possibilitando a construção de um novo código, haja vista a não compatibilidade dos instrumentos anteriores com o perfil profissional que se forjava na conjuntura dos anos 1980.⁸⁸ De acordo com CFAS *apud* Barroco (2010, p. 176), “aponta-se para a necessidade de uma nova ética profissional que reflita uma vontade coletiva, superando a visão acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe”. Assim, o Código de Ética de 1986 afirma um compromisso do Serviço Social brasileiro com os interesses da classe trabalhadora.

Para Iamamoto (2012, p. 121),

O código de ética de 1986 emerge como uma expressão tardia do debate da reconceitualização. Representou importante ruptura política com o tradicionalismo profissional: expressa um compromisso ético-político de construção de uma prática articulada àqueles que participam da sociedade por intermédio de seu trabalho [...] rompendo com o mito da neutralidade profissional.

Ao mesmo tempo em que o Código de Ética de 1986 representou um avanço para o conjunto da categoria profissional, nele repercute alguns equívocos da própria perspectiva de intenção de ruptura. Neste Código, comparece uma visão das relações sociais a partir da dualidade, e não da contradição, e verifica-se uma fragilidade no debate da ética no decorrer da década de 1980.

De acordo com Barroco (2010 p. 176-77),

O código expressa uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, peculiaridades e dinâmicas da ética. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora, sem estabelecer a mediação dos valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata a que pretende negar.

O Código de Ética de 1986 explicita uma profunda mudança na concepção de ética e do trabalho profissional (negando o conservadorismo, os valores burgueses e confessionais, afirmando um compromisso com a classe trabalhadora na transformação da sociedade e a

⁸⁸ Embora não tenhamos a pretensão de abordar todo o debate sobre a construção sócio-histórica da ética profissional no Serviço Social, convém destacar os Códigos brasileiros de 1965 e 1975, que possuem um caráter despolitizante e acrítico em face da intervenção profissional. Forti e Coelho (2015, p. 23) ainda destacam que o Código de 1975 “é emblemático no que se refere ao conservadorismo que molda a profissão, haja vista as suas diretrizes legitimando e conferindo ao Estado o direito de dispor sobre as atividades dos profissionais, bem como defendendo, sem distinção, o respeito à política administrativa da instituição empregadora”.

laicização) materializando, assim, o sentido da “virada”. Contudo, apenas com o Código de Ética de 1993 é que serão superados os equívocos mecanicistas que Barroco (2010) ressalta, pautando, assim, um compromisso com os valores emancipatórios e universais que não se restringem aos interesses de determinada classe.

Outro aspecto contemporâneo a esse debate compareceu na construção do currículo de 1982. Conforme Netto (1984) *apud* Guerra e Ortiz (2009), tal currículo conferiu ao Serviço Social a existência de uma teoria e de uma metodologia próprias como requisitos indispensáveis para a cientificidade da profissão, objetivando a superação da subalternidade. Cabe assinalar que este currículo visava formar um profissional apto a responder às novas requisições postas ao Serviço Social pelo mercado de trabalho, bem como fortalecer um novo projeto profissional que se vinculava ao projeto societário da classe trabalhadora. Apesar de este currículo superar o ensino do Serviço Social a partir do caso, do grupo e da comunidade, ele conforma outro equívoco criando as disciplinas de história, teoria e metodologia do Serviço Social e, dessa forma, criando uma dicotomia entre a teoria e o método. Esses impasses serão superados apenas na construção do currículo de 1996.

A perspectiva da intenção de ruptura marca um momento decisivo na história do Serviço Social: a tentativa de romper com o conservadorismo que historicamente impregnou a profissão. Os acontecimentos da década de 1980, conforme já discutidos nos item anterior, incrementam o processo de renovação da profissão contribuindo para emergir o atual projeto profissional crítico do Serviço Social, bem como a sua conexão com o projeto societário comprometido com uma nova ordem social, na qual é explicitada a necessidade da emancipação e realização plena da liberdade.

Dessa forma, é necessário ressaltar que existem vínculos profundos entre projetos societários e projetos profissionais. Esses vínculos implicam, necessariamente, afirmar que todo projeto profissional está imbricado de uma visão de mundo e de homem que se traduz em uma relação de negação ou afirmação de determinado projeto de sociedade.

Netto (2007) identifica que os projetos societários refletem uma concepção macrossocial, sendo possível apreender formulações para a totalidade da sociedade. Para o autor, esses projetos estão impregnados por relações de poder, ou seja, na afirmação de um projeto de sociedade não existe neutralidade diante das contradições e conflitos de classe.

Os projetos profissionais

(...) apresentam a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para seu exercício, prescrevem normas para o

comportamento dos profissionais e estabelecem e as bases da sua relação com os usuários e com os serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2007 pág. 144).

Feita esta consideração sobre a relação entre projetos profissionais e projetos societários, é importante destacar, conforme já mencionamos no item anterior, que o projeto profissional construído pelo Serviço Social é “fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital” (IAMAMOTO, 2011, p. 223). Assim, tal projeto profissional seria impensável sem as condições históricas postas na década de 1980 e sem as respostas coletivas empreendidas pelos profissionais daquela época.

O atual projeto ético-político do Serviço Social tem sido comumente analisado a partir dos seus pilares fundamentais. Tais elementos basilares estão assentados no Código de Ética profissional de 1993, que expressa os princípios e os valores que esta categoria defende, nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, bem como na Lei de Regulamentação da Profissão 8662/1993. Iamamoto (2011) destaca que este projeto se realiza em diferentes dimensões da profissão, como por exemplo, nos seus instrumentos legais, nas manifestações coletivas da categoria, nas articulações políticas com outras categorias profissionais, no trabalho desempenhado nos inúmeros espaços ocupacionais e no ensino universitário.

Também compartilhamos das análises realizadas por Forti e Coelho (2015) e Guerra (2015) que reafirmam o papel do exercício profissional dos/as assistentes sociais para a realização deste projeto. As autoras destacam a importância de analisar a materialização do PEP no âmbito das condições postas pelo exercício profissional. Fora do exercício profissional o PEP pode se restringir a mera teleologia ou intenção, sem a busca de meios para sua objetivação.

Para Forti e Coelho (2015, p. 25),

[...] não cabe supor que tal projeto, apesar de não ser plenamente materializado – não poder se esgotar na presente realidade cotidiana do trabalho profissional –, prescindir do trabalho profissional cotidiano, pois, mesmo que saibamos que projetos são antecipações ideais, não decorrem da, nem se dirigem à contemplação. São antecipações que pretendemos que venham a existir, isto é, pretendemos que se materializem [...] (grifos nossos).

O exercício profissional é um espaço privilegiado para a materialização do PEP. Conforme as autoras, a viabilidade histórica do Projeto Ético-político deve ser analisada mediante as condições concretas em que se realiza o trabalho do assistente social. Devemos levar em conta os ditames da conjuntura das políticas sociais e das instituições, assim como as

requisições postas pelos empregadores. Afinal, “uma profissão é resultado de necessidades sociais [...]; nossa identificação e nossa finalidade profissional não são independentes das respostas profissionais às necessidades daqueles que procuram os assistentes sociais nas instituições – muito ao contrário” (FORTI; COELHO, 2015, p. 27-28).

Conforme a posição defendida por Forti e Coelho (2015, p. 28), nos cabe apreender este projeto a partir de uma dupla determinação que envolve tanto as condições objetivas do exercício profissional quanto às respostas profissionais operadas pelos sujeitos, noutras palavras, “as condições de trabalho, a competência profissional e a direção social assumida na realização das atividades cotidianas”.

Na mesma direção de análise, também ressaltamos a contribuição de Iamamoto (2011, p. 230-231) ao destacar que

Trilhar da análise da profissão ao seu efetivo exercício supõe articular *projeto de profissão e trabalho assalariado*; ou o *exercício da profissão nas condições sociais concretas de sua realização mediada pelo estatuto assalariado e por projeções coletivas profissionais* integradas ao horizonte coletivo das classes trabalhadoras na luta pela conquista e ampliação de direitos como estratégia contra-hegemônica. Em outros termos, a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento da arena sócio-histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto. [...] não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e os resultados derivados de sua efetivação (grifos da autora).

Iamamoto (2011) ressalta o papel da condição de assalariamento a que estão submetidos/as os/as profissionais do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho dos/as assistentes sociais deve ser considerada, pois impacta diretamente nas condições concretas em que se processa o exercício profissional. Contudo, a análise dessa determinação deve estar associada às projeções coletivas da categoria, suas formas de enfrentamento e a relação com as projeções coletivas da classe trabalhadora. Tais projeções reoxigenam a viabilidade histórica do Projeto ético-político profissional à medida que tais lutas vislumbram a emancipação humana.

Com estas considerações, percebemos que este projeto é um processo em construção permanente e sua materialidade ou objetivação não ocorrem em contextos abstratos. Devemos apreender na história concreta as suas possibilidades reais de efetivação, isso significa retomar o acúmulo construído pela categoria nos últimos cinquenta anos levando em conta os inúmeros desafios do tempo presente.

Dentre os desafios que se apresentam ao fortalecimento do Projeto ético-político profissional, identificamos que a relação com o feminismo emerge como uma potência que

radicaliza alguns de seus pressupostos, especialmente no tocante ao debate da emancipação humana.

3.3.3 Feminismo e Serviço Social: possíveis conexões no processo de construção do atual projeto profissional crítico

Tem sido recorrente na literatura profissional a identificação dos princípios fundamentais do Código de Ética como elementos que norteiam a direção social do Projeto Ético-político. Tais princípios são expressão do amadurecimento teórico e político da categoria que buscou associar o atual projeto profissional crítico a um projeto de sociedade que preze pela emancipação dos homens e das mulheres.

Decorrem do Projeto Ético-político uma gama de princípios e valores que visamos legitimar e outros “desvalores” que objetivamos desconstruir nesta sociedade. De acordo com Barroco (2012), a autonomia, a liberdade, a emancipação, o pluralismo e a diversidade são exemplos de valores que vislumbramos projetar para superar a sociabilidade regressiva a que estamos submersos diante das imposições capitalistas, racistas e patriarcais. As expressões de exploração, arbítrio, preconceitos, discriminação e autoritarismo são “desvalores” que impregnaram a sociabilidade burguesa.

Na “contracorrente” dos valores que hegemonomizam a sociedade capitalista contemporânea, o Serviço Social assume compromissos, como por exemplo,

I. reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; [...] VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...] VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 1993).

Estes compromissos nos permitem afirmar que é possível construir uma relação mais estreita entre projeto profissional e feminismo. Ambos se nutrem das mesmas perspectivas, assumindo os valores emancipatórios e negando os chamados “desvalores”. Cabe ressaltar que concebemos o feminismo como um movimento social que constrói um projeto de sociedade alternativo aos ditames do capitalismo e do patriarcado. Isso significa afirmar que o

campo do feminismo que podemos associar aos compromissos do Projeto Ético-político precisa nutrir uma visão de mundo anticapitalista e que expresse os compromissos com a emancipação humana. Ou seja, as expressões do feminismo orientado por perspectivas socialistas e materialistas⁸⁹. Tal demarcação é necessária, pois é notório que nem todo feminismo se reivindica num campo da ruptura com a sociabilidade burguesa, conforme análise de Gurgel (2009; 2010).

Iamamoto (2010) também acrescenta que há um vínculo crucial entre o processo de renovação do Serviço Social no Brasil e as lutas empreendidas pelas mulheres historicamente.

Noutros termos,

O processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com vigor no combate ao último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de redemocratização da sociedade e do Estado no país (IAMAMOTO, 2010, p. 105).

Cisne (2012) também destaca o papel da luta das mulheres e do feminismo para o Serviço Social. Para a autora, o feminismo contribui no processo de renovação da profissão, assim como contribui com a materialização do atual projeto profissional crítico que se declara em prol da emancipação humana e contra todas as formas de opressão.

Após a delimitação desse percurso de análise, consideramos salutar explorar criticamente a relação entre o Serviço Social e o feminismo. Tal relação foi permeada de tensões que ainda não foram efetivamente superadas. No entanto, a apreensão dessa relação deve ser considerada a partir da conjuntura e dos distintos projetos de sociedade que permeiam tanto o Serviço Social quanto o próprio feminismo.

É importante ressaltar que até durante o período de emergência e institucionalização do Serviço Social havia no feminismo uma construção que tinha como centralidade a luta pelo direito ao voto das mulheres. As lutas pelo sufrágio feminino mobilizaram mulheres em todo o mundo. De acordo com Alves e Pitanguy (1985, p. 44), a luta sufragista “mobilizou, nos momentos de ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna esta luta um dos movimentos políticos de massa de maior significação no século XX”. No Brasil, esta luta teve

⁸⁹ A história do feminismo é profundamente marcada por distintas concepções teóricas e políticas. Destacamos dois campos distintos, porém, convergentes em grande parte das suas análises, especialmente no âmbito da compreensão da centralidade da divisão sexual do trabalho. Chamamos de feminismo socialista o desdobramento iniciado pelas feministas que se articularam em torno da II e III Internacional Comunista que, explicitamente, reivindicavam o legado de Marx e Engels. O feminismo materialista francófono articula-se a partir de 1970 na esteira dos estudos sobre patriarcado e divisão sexual do trabalho, dos quais Christine Delphy e Daniele Kergoat são grandes expoentes e referências. Ambas as perspectivas apontam para a necessidade de articulação do capitalismo com formas de opressão em virtude do sexo, orientação sexual e “raça”/etnia visando sua superação.

destaque a partir do início do século XX, tendo como expoente Bertha Lutz que se vinculava à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Cabe destacar, conforme Gurgel (2009), que uma particularidade do movimento sufragista brasileiro assenta-se na ausência de grandes mobilizações populares, fator verificável nas lutas pelo voto feminino na Europa e nos Estados Unidos.

Ao se ater às particularidades do movimento sufragista no Brasil e sua relação com o Serviço Social, Inácio (2013, p. 129) ressalta que

[...] a orientação liberal do Movimento Sufragista o distancia da profissão, apesar de ter em comum a presença de mulheres da burguesia, uma vez que o Serviço Social surge no seio da Igreja Católica, que busca recuperar seus privilégios em face da influência das ideias liberais e socialistas.

Desse modo, podemos perceber, tomando como exemplo o movimento sufragista, que havia um distanciamento significativo entre o Serviço Social e o feminismo que emergia nos anos 1930-1940. Convém ressaltar que toda a formação profissional, assim como as requisições postas ao trabalho do assistente social, prezavam por um perfil que reforçasse a submissão da mulher na família e a centralidade das mulheres para o cuidado familiar, ou seja, o reforço da educação sexista e das relações patriarcais de gênero.

Lisboa (2010) é mais enfática e afirma que há um profundo desencontro na história do Serviço Social em relação às lutas feministas. Para a autora, uma profissão com aproximadamente 95% de mulheres na categoria, permaneceu afastada das principais lutas feministas. Tal constatação já explicitaria o grau de distanciamento entre a profissão e o feminismo na história.

Lisboa (2010) apresenta três eixos de análise que se desdobram na sua crítica sobre o descompasso entre o feminismo e o Serviço Social. A primeira se assenta no processo histórico e na construção do estatuto acadêmico da profissão; a segunda no âmbito do processo de institucionalização e a terceira direcionada ao discurso técnico hegemônico no interior da categoria.

A autora critica o “estatuto acadêmico” do Serviço Social, demarcando críticas a três momentos históricos, são eles: o período de consolidação do Serviço Social no Brasil, a tentativa de secularizar a formação com influência do funcionalismo e o momento da “Reconceituação” com expressiva influência do marxismo.

No processo histórico de consolidação do Serviço Social no Brasil, a autora demarca o peso da influência da Igreja católica e a conformação de uma premissa de que havia uma “vocação” para exercer a profissão. Tal processo também repercutiu na naturalização das

funções que as mulheres deveriam exercer no âmbito público, como por exemplo, as tarefas de cuidado, higiene, tutela e ajuda. No segundo momento, a autora esclarece que a tentativa de secularização e laicização da profissão incorporou as marcas do funcionalismo positivista que tem como perspectiva a defesa de uma neutralidade na produção do conhecimento. Talcott Parsons, uma importante referência do funcionalismo estadunidense que despontava como teórico de grande influência na profissão, contribuía teoricamente para a legitimação dos discursos hegemônicos sobre os papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Acrescenta que tais teorias importadas estavam desconectadas com a dinâmica da realidade brasileira.

Na década de 1960 o feminismo explicitou de forma contundente sua recusa aos papéis estabelecidos para os homens e as mulheres. A bandeira política do direito ao corpo, o uso da pílula e a crescente onda de visibilidade da sexualidade das mulheres e de gays, lésbicas e bissexuais também pode ser considerada um elemento que coloca o Serviço Social, de orientação funcionalista, na contramão das ideias feministas.

Lisboa (2010) também destaca que, embora o movimento de renovação do Serviço Social tenha proporcionado avanços significativos, especialmente pela negação da importação de esquemas explicativos da realidade, contudo,

[...] ao incorporar a teoria marxiana, a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero (LISBOA, 2010, p. 67).

A referida autora compreende que a relação entre o Serviço Social e o marxismo contribuiu para ofuscar debates emergentes no cotidiano profissional, como por exemplo, os referentes à sexualidade e ao gênero. A ênfase nas relações de classe, segunda a autora, obstaculizaria a percepção de outras dimensões das relações sociais.

Para nós a relação entre Serviço Social e marxismo (que se manifesta na produção do conhecimento, na organização da categoria profissional e no exercício profissional) contribuiu, ao contrário de Lisboa (2010), para que os temas emergentes naquele período pudessem ampliar a compreensão e atuação profissional sobre e na realidade. A aproximação do Serviço Social com as lutas feministas é um fator importante para que se considere o processo de renovação da profissão. É importante destacar que a renovação desta profissão foi marcada pela atuação das mulheres assistentes sociais que, por sua vez, são parte de um legado das lutas feministas por maior participação das mulheres na vida pública.

Nesta direção de análise, corroboramos com Inácio (2013, p. 124) ao identificar que é no contexto da “virada” que o Serviço Social

[...] busca consolidar uma nova legitimidade profissional, agora ancorada na articulação com os movimentos sociais e das classes trabalhadoras, [...] aproxima-se das lutas e ideias feministas, rompendo com sua marca antifeminista que lhe é peculiar na origem da profissão.

Inácio (2013) aponta que a virada profissional buscou romper com o histórico conservadorismo presente na profissão, e, com isso, empreendeu um relevante diálogo com os movimentos sociais e com as experiências de organização feminista. A renovação do Serviço Social e a rearticulação do movimento feminista no Brasil encontram sintonia na conjuntura política do país no final dos anos 1970. As lutas pela democracia e a recusa à Ditadura colocaram a profissão e as lutas feministas do mesmo lado.

Cabe sinalizar brevemente que o feminismo a partir dos anos 1960 se vincula ao conjunto de transformações sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais. É necessário perceber que os desafios postos ao feminismo estão atrelados às mudanças que ocorreram, especialmente na ascensão do “regime de acumulação flexível” e no modo de regulamentação da vida, conforme destacado por Harvey (2012).

É interessante notar que as mudanças desse período inauguram um novo ciclo de lutas que são portadoras de cunho verdadeiramente emancipador. Contudo, a ofensiva do capital se esforça para que tais lutas não se vinculem às demandas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras que buscam a ruptura com a ordem do capital.⁹⁰

É neste terreno contraditório que Inácio (2013, p. 130) afirma que

[...] a conjuntura mundial dos anos 1960, com a emergência de movimentos libertários, propiciou uma primeira vinculação do Serviço Social aos movimentos sindicais e sociais, dentre eles, os movimentos de mulheres e feministas, configurando um momento significativo pela possibilidade de aproximação entre o Serviço Social e o feminismo no país.

Se em escala mundial os movimentos de liberação conquistaram notoriedade nos anos 1960, no Brasil, diante de um regime autocrático, o feminismo só adquire papel substantivo a

⁹⁰ Para Vinagre (2011, p. 61), “[...] as lutas particulares são necessárias e constituem mesmo uma mediação política estratégica entre a consciência individual alienada, produto da sociabilidade liberal/burguesa, as práticas de resistência voltadas à conquista e ampliação dos chamados direitos humanos, no plano da emancipação política, e à consciência revolucionária, que pode levar à superação da sociedade burguesa e à emancipação humana”.

partir de 1970. Só com o retorno de inúmeras mulheres do exílio e com a organização da luta pela anistia, que envolveu majoritariamente as mulheres brasileiras, que podemos perceber a rearticulação do movimento feminista no Brasil. O espaço unitário de resistência democrática naquele contexto (final dos anos 1970) era extremamente amplo, envolvendo movimentos sindicais, pastorais, estudantil, intelectuais e artistas, categorias profissionais, movimento de mulheres e LGBT. Tanto o Serviço Social brasileiro quanto as feministas estavam articuladas em torno de um projeto comum: a democratização da sociedade brasileira. Tal contexto se aprofunda durante a década de 1980, momento em que a luta pela anistia e pelas eleições diretas já ganham destaque na cena pública brasileira, assim como coincide com o maior envolvimento do Serviço Social com as classes trabalhadoras e com a tradição marxista.

Inácio (2013, p. 138) aponta que

A dinamização do feminismo marxista e socialista durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, marcada pela disputa entre os grupos de mulheres classistas, que analisavam a opressão das mulheres como uma questão de classe social, e os segmentos feministas, que buscavam relacionar a opressão particular das mulheres à exploração capitalista, contribuiu para uma primeira aproximação do Serviço Social ao feminismo, uma vez que a profissão também passa a incorporar a tradição marxista.

Sendo assim, a década de 1980 é momento privilegiado para pensar a relação do atual projeto profissional Serviço Social com o feminismo. Fruto das inúmeras lutas contra a violência doméstica, travadas na década de 1980, surgem as primeiras casas de apoio às mulheres em situação de violência e as primeiras delegacias de defesa da mulher, assim como, em 1985, cria-se o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Além disso, o movimento de mulheres construiu várias ações e articulações em torno da Constituinte de 1988 para assegurar direitos civis e sociais às mulheres, como por exemplo, o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres no âmbito da sociedade conjugal.

Com as primeiras experiências de políticas e serviços voltados às mulheres temos a inserção de assistentes sociais nestas atividades. Assim, a partir do conjunto de políticas públicas voltada para as mulheres, especialmente, no âmbito do enfrentamento a violência, emerge um importante espaço sócio-ocupacional para as/os assistentes sociais.

Para Oliveira (2009), a confluência de fatores como, por exemplo, a maior visibilidade dos movimentos de mulheres e a inserção de assistentes sociais nas políticas sociais voltadas às mulheres impactaram diretamente na emergência dos primeiros estudos sobre a questão da mulher no Serviço Social brasileiro.

[...] a visibilidade, os questionamentos que as feministas faziam sobre as desigualdades políticas, sociais, econômicas e culturais das mulheres influíram na inserção das assistentes sociais no movimento feminista. Por outro lado, as políticas e serviços no campo dos direitos das mulheres [...] empregavam várias assistentes sociais. Estes fatores foram determinantes para o aparecimento de estudos e pesquisas sobre as mulheres, na área do Serviço Social (OLIVEIRA, 2009, p. 86).

Em sua pesquisa, Oliveira (2009) também explica que a relação entre as assistentes sociais e o feminismo é marcada por tensões e desafios que envolvem a esfera pública e privada da vida social. “O feminismo acontece na vida das assistentes sociais numa relação que envolve vida privada, trabalho, militância política. Estas práticas instigam uma mudança [...] enquanto mulher e como assistente social” (OLIVEIRA, 2009, p. 99). É importante ressaltar que esta autora percebe que o Serviço Social vivenciava um momento peculiar na década de 1980, tendo em vista as mudanças operadas com o processo de renovação da profissão, que permitia a profissão um maior vínculo com as lutas e movimentos sociais da época. Ou seja, a conjuntura interna da profissão, associada ao momento de ascensão dos movimentos de mulheres, deixava a profissão mais refratária à influência feminista.

A partir dos anos 1990, com a hegemonia do atual projeto profissional crítico, o debate do feminismo se insere na categoria, influenciando a formulação dos instrumentos jurídicos e normativos que regulamentam o Serviço Social. De acordo com Inácio (2013, p. 142-143),

O debate feminista ingressa de forma mais ampla no Projeto Ético-Político do Serviço Social nos anos 1990, por meio da adoção da expressão ‘gênero’, o que pode ser observado na literatura profissional, nos instrumentos normativos da profissão, como o Código de Ética (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996) e na organização política da categoria. A introdução do debate feminista sob a ótica do ‘gênero’ ocorre no momento em que a profissão aprofunda o debate sobre ética, marxismo e Serviço Social, sob a influência de autores marxistas do porte de Gramsci (1891-1937) e especialmente Lukács (1885-1971).

Conforme já aludimos no início deste item, os compromissos assumidos com o Código de Ética de 1993 demarcam sintonia com os anseios do feminismo que visam eliminar radicalmente as desigualdades entre os homens e as mulheres. A opção do Serviço Social por um projeto de sociedade sem nenhuma forma de dominação de gênero está estreitamente associada ao sentido da luta feminista. No entanto, Inácio (2013) destaca que neste momento havia uma conjuntura adversa para a consolidação da relação do Serviço Social com o movimento feminista. Tal relação é mediada, especialmente, no âmbito da produção do conhecimento, pela introdução da categoria gênero na profissão.

Souza e Veloso (2015) ressaltam que a incorporação da categoria analítica gênero no Serviço Social data do início dos anos 1990. Deste período até os dias atuais, podemos perceber um crescimento qualitativo e quantitativo que implica em tensões e desafios.

[...] afirmar que o debate sobre relações de gênero está presente no Serviço Social não significa que isso se dê sem problemas ou equívocos conceituais e teóricos. Se, por um lado, é sabido que a discussão sobre relações de gênero não está ausente do campo do Serviço Social, sabe-se, por outro, que há muito ainda a ser amadurecido em relação ao tema. Assim, há que se ressaltar a diferença entre afirmar que o gênero está ausente do debate teórico-metodológico em Serviço Social e que o debate existe, porém com problemas a serem debatidos e lacunas a serem preenchidas (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 186).

A consolidação dos chamados “estudos de gênero” na sociedade ocorre a partir de fortes influências do pós-estruturalismo. A hegemonia desses estudos polarizam com o princípio de universalidade, próprio da modernidade, assim como flexibiliza a centralidade das classes sociais do ponto de vista da análise e da possibilidade de transformação das estruturas sociais, conforme o pensamento de Santos (1996).

Lisboa (2010), por exemplo, afirma que a teoria marxiana é insuficiente para analisar situações como exploração e abuso sexual, violência contra as mulheres, dentre outras determinações das relações de gênero, raça/etnia e sexualidade. A autora acredita que os chamados “estudos de gênero” são capazes de promover um deslocamento analítico, extrapolando os limites definidos pelas teorias androcêntricas. A autora demarca a permanência do afastamento do Serviço Social com o feminismo e sugere que

[...] as teorias feministas e os estudos de gênero constituam-se em um aporte teórico-metodológico significativo para o Serviço Social, uma vez que surgem para questionar todas as formas de dominação, expor novas áreas de conflitos sociais (extrapolando os conflitos de classe), que requerem formas próprias de análises das relações, da construção social da diferença sexual, da sexualidade, da reprodução da discriminação no trabalho e, sobretudo da cultura, aqui pensada como ‘práticas que produzem sentido’ (LISBOA, 2010, p. 68).

Sobre estas afirmações de Lisboa (2010), é importante perceber que as inúmeras transformações ocorridas no pós-1960 validam essa leitura que, para nós, é equivocada e não consegue inferir considerações sobre a ineficácia do método materialista histórico dialético. Essas transformações desafiaram as teorias advindas da modernidade que se esforçavam em construir uma concepção mais universal sobre as relações sociais. De acordo com Simionato (2009, p. 05), a “crise das ideologias, o proclamado fim das utopias, devido ao colapso do socialismo real nos países do leste europeu, e o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocaram em debate o projeto da modernidade”. Abre-se um cenário

para a adoção de caminhos alternativos para conhecer a realidade, produzir conhecimento, assim como novas formas de enfrentamento e lutas contra as diversas formas de opressão, que até então não eram abordadas nas organizações de esquerda tradicionais, tais como partidos, sindicatos etc.

Muitos acusavam (e ainda acusam) a tradição marxista por cunhar uma concepção fechada sobre as classes sociais como expressão do antagonismo entre burguesia e proletariado, entre capital e trabalho. Teóricos como Santos (1996) percebem no avanço das lutas específicas (das mulheres, por exemplo) os sinais de que o marxismo estava equivocado ao sugerir o proletariado como classe fundamental do processo de transformação social.

Na contramão das afirmações de Lisboa (2010) e de teóricos que utilizam os chamados “estudos de gênero” para invalidar a contribuição da tradição marxista para compreender estes debates salientamos as produções que se inspiram no vigor do método materialista histórico dialético. A primeira diz respeito à compreensão de que o patriarcado, o racismo e o capitalismo se relacionam de forma recíproca, ou, nos termos cunhados por Saffioti (2004), patriarcado-racismo-capitalismo formam um “*novelo*” que permite certa mobilidade entre estas formas de dominação, porém nenhum destes pode prescindir dos demais. A segunda se refere à compreensão das feministas materialistas francófonas, as relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe são consubstanciais e coextensivas, conforme destaca análises de Falquet (2008; 2013) e Devrux (2011), além das contribuições de Cisne (2013; 2014).

Contudo, cabe salientar que a aproximação do Serviço Social com os estudos acerca das relações patriarcais de gênero ocorre num momento de avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva no Brasil. Essa conjuntura adversa também impacta a produção do conhecimento sobre gênero. A partir de influências pós-modernas os debates sobre gênero se distanciam bruscamente do marxismo e de concepções modernas de mundo. Assim, parte significativa dos “estudos de gênero” da década de 1990 se distanciaram de uma crítica radical à sociabilidade capitalista e à divisão sexual do trabalho como elemento central da relação de dominação/exploração das mulheres.

Estas mudanças operadas com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva impactam diretamente não só as formas de organização da classe trabalhadora, como, por exemplo, os partidos e os sindicatos, mas, fundamentalmente, os movimentos de mulheres, LGBT e de negros e negras.

Para Cisne (2013, p. 184),

[...] nos anos 1990, que a institucionalização do feminismo atinge seu auge por meio de um fenômeno que convencionamos chamar de ‘onguização’. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) se espriam nacionalmente e o feminismo profissionalizado passa a se consolidar em detrimento do feminismo como movimento social. Esse feminismo profissionalizado reedita, em grande medida, o feminismo bem-comportado e encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e demais organismos financiadores das ONGs, trazendo, portanto, grandes implicações e desafios para a luta das mulheres [...].

Na mesma direção política que Cisne (2013), Gurgel (2009) também explora os impactos para o movimento feminista na década de 1990 a partir de sua generalizada institucionalização. A autora destaca que esta não é uma tendência exclusiva do feminismo, e reafirma os impactos deste processo para o conjunto da classe trabalhadora.

De acordo com Gurgel (2010, p. 22),

[...] a institucionalização dos movimentos sociais em ONGs de forma subordinada aos interesses e exigências dos organismos internacionais e do grande capital significa, pois, um retrocesso em relação ao poder de resistência da classe trabalhadora. O feminismo, em particular, acompanhou essa tendência hegemônica, já iniciada na década passada, no processo de redemocratização. E passou por vários dilemas internos, ao se deparar com um grande número de ONG’s, em substituição aos antigos grupos feministas.

Jules Falquet (2003, p. 20) também explicita esse cenário, avaliando de forma geral o movimento feminista,

Apesar das diferenças que existem de um país para outro, o movimento feminista parece ter se transformado em um conjunto de ONGs profissionalizadas que se organizam em redes muito especializadas e fortemente dependente de financiamentos externos, que trabalham com o marco da ‘perspectiva de gênero’ em coordenação com instâncias governamentais, consultoras especializadas e centros universitários ou extra universitários de pesquisa, enquanto a vida cotidiana de mulheres (alimentação, educação, saúde, habitação, salário etc.) piora drasticamente com os efeitos da mundialização neoliberal capitalista.⁹¹

Em suma, a hegemonia pós-moderna sobre os “estudos de gênero” e o contexto regressivo para o avanço de movimentos sociais com perspectivas anticapitalistas, especialmente os feministas, demarcam um cenário adverso, a partir da década de 1990, e explicita desafios para a consolidação de uma relação entre o Serviço Social e o feminismo.

⁹¹ Tradução nossa. Texto original: “[...] apesar de las diferencias que existen de un país a otro, el movimiento feminista parece haberse transformando em um conjunto de ONGs profesionalizadas que se organizanem redes muy especializadas fuertementedependientes de financiamentos externos, que trabajan em el marco de la ‘perspectiva de género’ encoordinación com instancias gubernamentales, consultoras especializadas y centros universitarios o parauniversitarios de investigación, mientras que la vida cotidiana de las mujeres (alimentación, educación, salud, vivienda, trabajo remunerado etc.) empeora dramaticamente bajo losefectos de lamundialización neoliberal-capitalista”.

Em síntese,

[...] tal contexto coloca Serviço Social e feminismo em lados opostos, reatualizando, sob novas bases, a oposição entre Serviço Social e feminismo. Pelo exposto, nos é possível afirmar que a década de 1990, ao mesmo tempo em que permite uma incorporação do debate feminista por meio do conceito de ‘gênero’ na profissão, promove um distanciamento entre o Serviço Social e o feminismo, uma vez que este é absorvido na lógica do neoliberalismo e da pós-modernidade. A introdução do debate feminista no Projeto Ético-Político nos anos 1990 representou um avanço, mas ocorreu num momento em que houve um deslocamento das vertentes feministas socialistas e marxistas, consubstanciadas nos enfoques do *Sistema Capitalista-Patriarcal* e das *Relações Sociais de Sexo-Divisão Sexual do Trabalho*, em favor do debate *Gênero-Classe Social*, com a adoção da categoria ‘gênero’, uma categoria em disputa entre abordagens pós-modernas e marxistas (INÁCIO, 2013, p. 153).

Com estas considerações, percebemos que a partir da década de 1990 há uma tensão no âmbito da construção do PEP e o feminismo. Poderíamos sintetizar estas tensões da seguinte maneira: (1) A década de 1990 demarca um refluxo dos movimentos sociais de caráter anticapitalista, (2) cresce quantitativamente e qualitativamente os “estudos de gênero” com orientação pós-moderna no meio acadêmico e nos movimentos sociais, (3) o Serviço Social brasileiro afirma a hegemonia do Projeto Ético-político que está imerso de valores universalistas (contrário às análises fragmentadoras da realidade) de cunho radicalmente emancipador e, por fim, (4) a profissão busca (re)construir sua relação com o feminismo, enquanto expressão do movimento social das mulheres e sua visão de mundo antipatriarcal.

Dessa forma, pensar a relação do Serviço Social com o feminismo é também procurar identificar o papel que cumpre os “estudos de gênero” na década de 1990. Diante disso, como incorporar os “estudos de gênero” levando em conta que o Projeto Ético-político possui uma orientação teórico-política marxista? Mesmo levando em conta que a interlocução do Serviço Social com o marxismo na década de 1990 já não se reduzia aos esquemas e manuais utilizados largamente entre 1970-1980, ou seja, o marxismo que o Serviço Social incorporava estava muito mais suscetível ao debate da opressão das mulheres, dos/as LGBT, dos/as negros e negras, assim como de outros temas emergentes.

Se nos anos 1990 ainda foi possível verificar a aproximação e o afastamento dessa relação entre o feminismo e o Serviço Social, é possível verificar que tal “desencontro” foi superado na primeira década dos anos 2000? Essa questão faz parte da indagação que norteia essa pesquisa, que diz respeito aos avanços, limites e possíveis retrocessos que a incorporação dos “estudos de gênero” propiciou ao Serviço Social. Estes temas serão debatidos no próximo capítulo desta dissertação.

4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO

Todos os oprimidos, inclusive as mulheres, necessitam agora, urgentemente, escrever e reescrever sua própria história para exibi-la e corrigir as falsificações. Ao mesmo tempo, esta tarefa deve ser realizada em meio ao calor da luta por sua emancipação e como instrumento para a mesma.

*Evelyn Reed*⁹²

4.1 A produção do conhecimento no Serviço Social e suas particularidades

É de grande consenso no âmbito do Serviço Social brasileiro que esta profissão responde por parcela da produção do conhecimento no âmbito das ciências sociais e humanas. Isto se dá de forma mais notável com o surgimento do primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social, ofertado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), nos anos 1970.

Ainda que a produção de conhecimento no Serviço Social não tenha sido uma exclusividade do período pós-1970, pois, desde sua gênese mostra seus vínculos com o arcabouço teórico das ciências sociais e humanas, este momento demarcou uma preocupação por parte da profissão em responder às demandas de qualificação de docentes e pesquisadores/as da área e um significativo influxo da pesquisa e da produção de conhecimento científico na profissão.

Lara (2011) nos indica que desde a origem da profissão podemos constatar os vínculos do Serviço Social com a ciência burguesa. Para que seja possível compreender este vínculo mencionado é necessário nos remeter, mesmo que brevemente, a alguns traços marcantes do processo de institucionalização da profissão no Brasil.⁹³

⁹² REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 12-13.

⁹³ A discussão sobre a gênese e algumas características do processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil foi apresentada no terceiro capítulo desta dissertação.

A emergência da profissão na divisão social e técnica do trabalho só pode ser aludida se considerarmos as condições do capitalismo monopolista e do avanço da luta de classe que impõe necessidades de intervenção do Estado nas expressões da questão social por meio das políticas sociais públicas. Acresçamos a esta brevíssima síntese o peso das inflexões católicas que, na realidade, marcaram o desenvolvimento da profissão no Brasil.

Interessa-nos chamar a atenção para o fato de que a predominância do pensamento conservador religioso na emergência do Serviço Social recebeu, posteriormente, certa fundamentação teórica com a aproximação à sociologia norte-americana, diante da necessidade de aprimorar as técnicas interventivas utilizadas pela profissão. Em suma, “o Serviço Social nasce e se desenvolve na órbita desse universo teórico. Passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos [19]40” (IAMAMOTO, 2008, p. 26). Para validar essa assertiva de Iamamoto (2008), basta retomarmos o peso das encíclicas papais (*Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*) e das metodologias funcionalistas de ação: caso, grupo e comunidade.

Entretanto, como bem destacou Lara (2011), a incorporação das ciências sociais e humanas pelo Serviço Social ocorrida no período em questão deu-se de forma acrítica, contribuindo para que os/as assistentes sociais no Brasil captassem a realidade social de forma fragmentada.

A recepção *acrítica* das ciências sociais e humanas marcou o início do Serviço Social. As abordagens europeias, em especial a interpretação durkeimiana do sistema da divisão do trabalho, a peculiar teorização sobre o normal e o patológico e sua relação com as matrizes do pensamento católico integram as bases teóricas do Serviço Social em uma óptica [*sic*] restauradora e moralista. Com a consolidação das ciências sociais e sua consequente fragmentação que deu margem à consolidação da sociologia, a escola norte-americana, com as elaborações de Mary Richmond, designa ao exercício do assistente social a noção de uma *ciência social sintética aplicada* (LARA, 2011, p. 31, grifos do autor).

A interlocução acrítica do Serviço Social com as ciências sociais e humanas também pode ser verificada a partir dos anos 1950 com os influxos da “teoria da modernização” frente ao contexto do desenvolvimentismo brasileiro (LARA, 2011). Contraditoriamente, a possibilidade de questionar as balizas teóricas funcionalistas e conservadoras que orientavam a profissão deu-se no contexto da modernização conservadora quando, no intento de responder aos anseios dos setores populares, a funcionalidade do trabalho profissional é posta em questão num amplo processo que se convencionou chamar por Movimento de

Reconceituação do Serviço Social na América Latina, cuja expressão no Brasil ficou conhecida como renovação da profissão, conforme apresentamos no terceiro capítulo.

A partir dos anos 1960, especialmente com a deflagração da ditadura militar no Brasil, a categoria profissional iniciou um longo processo de problematização sobre seus objetivos, métodos e metodologias, procedimentos e ações profissionais. Deste processo, que culminou na renovação do Serviço Social brasileiro, Netto (2011) destaca a importância da perspectiva de “intenção de ruptura”, que se traduziu num esforço do Serviço Social em desvencilhar-se das suas características tradicionais. Assim, a renovação implicou um conjunto de reflexões no campo da formação e do exercício profissionais. Cabe destacar que, a partir de 1960, a formação profissional em Serviço Social foi compelida simultaneamente por três fatores decisivos: a sua inserção no circuito universitário, a interlocução com outros profissionais e áreas do conhecimento e o movimento estudantil.⁹⁴ A partir dessa perspectiva tem-se a interlocução da profissão com a teoria social crítica que, embora permeada de equívocos, propiciou um importante salto de qualidade na construção de um conhecimento alternativo ao ranço conservador.

Lara (2011, p. 35) sintetiza a trajetória de influências teóricas na produção do conhecimento no Serviço Social da seguinte forma:

[...] podemos dizer que o Serviço Social iniciou-se sob as balizas da teoria social da igreja, passou para a concepção positivista de uma sociologia conservadora permeada por ecletismos e, no *movimento de reconceituação*, sobre influências de um leque amplo de abordagens teóricas das ciências sociais, que vai desde as perspectivas funcionalistas, fenomenológicas, passando pelo vulgarismo teórico, até as fontes de uma teoria social crítica (grifos do autor).

Vale salientar que o processo de construção do conhecimento no Serviço Social resguarda os vínculos com as peculiaridades de cada contexto histórico. Ou seja, devemos apreender as influências teóricas e as respostas profissionais levando em conta as necessidades sociais de cada época.

A partir dos anos 1980 o Serviço Social aprofundou sua aproximação com a teoria social crítica, ampliou sua percepção sobre o papel dos movimentos sociais e da luta de classes como categorias fundamentais para a compreensão da realidade (LARA, 2011). É neste período que a visibilidade da produção do conhecimento no Serviço Social ganhou

⁹⁴ “A reforma educacional, instaurada pela ditadura militar, refuncionaliza o sistema educacional, principalmente no que concerne ao ensino superior, adequando-o ao modelo econômico, no que se refere ao Serviço Social. Nesse sentido, a refuncionalização e expansão do ensino superior passam a oferecer, em todo o país, cursos de Serviço Social, ocasionando a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário” (KEMEYAMA *apud* LARA, 2011, p. 37).

maior notoriedade. A pesquisa passou a ser encarada como elemento fundamental na formação profissional, sendo, portanto, necessário que os/as assistentes sociais desenvolvessem uma atitude investigativa que lhes subsidie o trabalho profissional. Esse redimensionamento foi também perceptível nas entidades representativas, como a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e, especialmente, com a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais (CEDEPSS), em 1987, que, junto aos programas de pós-graduação da época, contribuíram para reafirmar a centralidade da pesquisa. Agrega-se a estes fatores o reconhecimento do Serviço Social como área de produção do conhecimento por parte dos órgãos de fomento à pesquisa, dentre estes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Lara (2011) destaca que a pesquisa deve ser apreendida a partir de um vínculo intrínseco com a formação e o exercício profissional, pois a atuação profissional frente às expressões da questão social pressupõe a investigação e a compreensão da realidade social, tornando possível a realização de ações profissionais que correspondam aos interesses do segmento atendido. Desse modo, devemos apreender a atitude investigativa como elemento crucial do trabalho do/a assistente social⁹⁵.

Ao aprofundar esta perspectiva de análise, Mota (2013) tem compreendido o Serviço Social brasileiro como profissão e como área de produção do conhecimento, destacando ser esta uma particularidade da profissão no Brasil.⁹⁶ Mota (2013) destaca quatro elementos que demarcam a caracterização do Serviço Social como área de conhecimento: a incorporação da bibliografia produzida pela categoria nas produções recentes das ciências sociais e humanas no Brasil; a abertura de mercado editorial; o crescimento de profissionais de outras áreas que procuram as pós-graduações em Serviço Social para qualificação e a crescente demanda de

⁹⁵ Ao corroborar com Lara (2011), Setúbal (2013, p. 65) ressalta que “a produção do conhecimento pela via da pesquisa é o caminho que possibilita o rompimento do Serviço Social com a pseudoconcreticidade, por provocar no profissional o desejo de se movimentar [...] no sentido de que o pensar e o agir possam interagir dialeticamente”.

⁹⁶ Para Mota (2013, p. 18), o Serviço Social brasileiro vem se constituindo como área do conhecimento “enquanto nas outras realidades predomina uma concepção da profissão de inspiração predominantemente (não exclusivamente) técnico-interventiva e, por vezes, terapêutica”.

profissionais assistentes sociais para participarem de bancas de mestrado e doutorado de outras áreas do conhecimento.⁹⁷

Para Mota (2013, p. 18),

[...] o Serviço Social, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão.

A autora destaca que o objetivo da sua análise não era contribuir para uma percepção que segmenta e dicotomiza o espaço da investigação e o espaço do trabalho profissional. Ao contrário, a análise construída por Mota (2013) nos permite perceber que há patamares diferenciados entre a área de conhecimento e exercício profissional sem, contudo, existir uma hierarquização entre estes espaços.

Compreender o Serviço Social como área do conhecimento também implica reconhecer o protagonismo e a resistência da categoria no âmbito ideológico e teórico ao conservadorismo e do pós-modernismo. Conforme as reflexões de Mota (2013) sinalizam, esta área tem sido identificada como um espaço de fruição e afirmação da razão crítico-dialética no âmbito das ciências sociais e humanas no Brasil.

Netto (1996) percebeu que, desde a década de 1990, a profissão vem se colocando num patamar relativamente consolidado no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento. Destacou também o processo de renovação da ABESS (que após a reorganização tornou-se a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS) e sua conseqüente conformação enquanto fórum privilegiado de debates acerca da formação profissional.

O crescimento de uma produção bibliográfica própria com fluxos constantes em várias áreas da atuação profissional e o crescimento dos cursos de pós-graduação são indicadores relevantes do quanto o Serviço Social se consolidou na produção do conhecimento (NETTO, 1996). Soma-se a isto, o papel cumprido pelos periódicos da área que, desde a década de 1990, contribuem na socialização do acúmulo produzido pela categoria (NETTO, 1996; SETÚBAL, 2013) e dentre as quais se encontram como principais referências as revistas:

⁹⁷ Netto (1996) destaca que na entrada dos anos 1990 o Serviço Social já promovia inúmeras interlocuções com a economia política, a sociologia e a filosofia.

Serviço Social e Sociedade, seguida das revistas *Ser Social*, *Em Pauta*, *Políticas Públicas* e *Katálisis*.⁹⁸

Ainda que se reconheçam tais avanços, é necessário consolidar a legitimidade do Serviço Social junto às classes subalternas, adensar o conteúdo da ruptura com o conservadorismo e construir os canais suficientes para socializar o acúmulo produzido (NETTO, 1996). A superação de tais lacunas urge diante do preocupante distanciamento entre os/as profissionais do campo e as vanguardas acadêmicas; das mudanças do perfil socioeconômico dos/as estudantes de Serviço Social e do visível empobrecimento do universo cultural da categoria decorrente das condições objetivas de fragilidade na formação profissional, baixa remuneração e precarização das condições e relações de trabalho.

Essas condições tencionam o atual projeto profissional crítico e, com isso, constroem barreiras para a afirmação da ruptura com o conservadorismo arraigado na cultura profissional, afinal,

[a] década de oitenta consolidou, no plano ideopolítico, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Essa ruptura não significa que o conservadorismo foi superado no interior da categoria profissional; significa, apenas, que (...) posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente (NETTO, 1996, p. 111).

Conjuntamente, não esqueçamos também o quanto o colapso do “socialismo real”, na década de 1990, como o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) impactou as esquerdas e tornou o cenário mundial mais favorável à ofensiva neoliberal.

O pensamento pós-moderno ganhou espaço, principalmente no meio acadêmico, desqualificando a razão dialética e colocando-a no mesmo patamar da razão positivista. O materialismo histórico dialético tornou-se demasiado anacrônico e a totalidade tornou-se sinônimo de totalitarismo. Segundo Netto (1996), esta crítica não se apresenta como antimarxista, mas realiza-se sob duas formas principais e completares: a crítica à ortodoxia como forma de flexibilizar as possibilidades de análise e a crítica às lacunas (e não aos equívocos) na tentativa de demonstrar a insuficiência do marxismo. Poderíamos dizer que estas críticas, por vezes silenciosas e sutis, não isentaram a produção do conhecimento no Serviço Social (CANTALICE, 2013).

⁹⁸ No decorrer deste capítulo trataremos com maior aprofundamento o papel desses periódicos para a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro.

Frente a estes avanços e desafios, convém explorar as indagações de Bourguignon (2013) sobre a particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. Para a autora, faz-se necessário compreender o significado ontológico da pesquisa, visto que em todo o processo de desenvolvimento da humanidade os seres humanos sempre buscaram formas de conhecer a realidade para melhor responderem às suas necessidades. Este é um movimento existencial e laborativo empreendido por homens e mulheres ao longo da história.

Bourguignon (2013) afirma que a pesquisa é parte da natureza do Serviço Social. O exercício profissional implica em uma permanente busca de conhecimentos sobre a realidade social que tem como objetivo subsidiar a atuação profissional.

A pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela inserção histórica na divisão sociotécnica do trabalho [...]. É constitutiva e constituinte porque faz parte da natureza da profissão e aparece e se desenvolve socialmente, ao desvendar a complexidade do real e nele buscar as possibilidades de intervenção (BOURGUIGNON, 2013, p. 49).

Com estas considerações, a referida autora nos evidencia que uma dimensão fundamental da particularidade da pesquisa no Serviço Social assenta-se na própria finalidade da profissão: enfrentar as demandas decorrentes da questão social em suas múltiplas expressões. Nesse processo de atuação frente à questão social, os/as assistentes sociais desenvolvem uma atitude investigativa que, por meio de um referencial teórico-metodológico, possibilita tanto desvelar a realidade quanto mistificá-la.

Bourguignon (2013) também enfatiza outras duas dimensões da particularidade da pesquisa no Serviço Social. A primeira diz respeito à centralidade dos sujeitos nas pesquisas desenvolvidas na área. Trazer os sujeitos sociais, usuários/as das políticas públicas e sociais, para as pesquisas da área é um desafio posto ao Serviço Social. Para Bourguignon (2013), é fundamental considerar o modo como os/as usuários se relacionam com a realidade social, suas práticas de resistências e estratégias coletivas de protagonismos.⁹⁹

A terceira dimensão dessa particularidade diz respeito à necessidade de retorno e construção de mecanismos de devolutivas aos/às usuários/as e sujeitos das pesquisas. Ou seja, é necessário construir esforços para que as pesquisas da área tenham alcance social. Bourguignon (2013) reitera que a pesquisa da área deve estar orientada pelo atual projeto

⁹⁹ A autora ressalva que “estamos nos referindo a um sujeito que tem em sua natureza uma dimensão coletiva, pois em sua singularidade e relações particulares expressa vinculações de classe. O que não pode ocorrer, e este é um cuidado metodológico que precisamos desenvolver, é subtraírmolos, no processo da pesquisa, a condição de sujeito deste cidadão e enfatizarmos a sua condição de objeto” (BOURGUIGNON, 2013, p. 51).

profissional crítico e, por essa razão, deve romper os muros da academia buscando construir formas de interação que possibilitem reflexões e ações no âmbito do exercício profissional.

As considerações de Bourguignon (2013) são indispensáveis para a construção de um conhecimento crítico e propositivo, corroborando com a assertiva de Marx (2010) sobre o caráter revolucionário que a teoria pode assumir ao ser apoderado pelas massas. Desse modo, a pesquisa na área do Serviço Social não deve fazer concessões à especulação teórica, ao reducionismo e aos particularismos que vêm dominando as pesquisas nas ciências sociais e humanas.

Feitas estas considerações, afirmamos que a pesquisa e a produção do conhecimento são fundamentais para que o Serviço Social avance na construção do atual projeto profissional crítico. É neste processo que se vislumbra identificar as lacunas, os equívocos e os desafios postos à profissão. Essas considerações não colocam em xeque a característica interventiva da profissão, no entanto, pretendemos mostrar “a íntima relação existente entre teoria e prática e a condição de centralidade que esses processos devem ocupar na formação e na vida profissional” (SETÚBAL, 2013, p.76).

4.1.1 A interlocução do Serviço Social com o campo de estudos feminista

No capítulo anterior problematizamos que o processo de institucionalização do Serviço Social implica uma análise do quadro social. Contudo, dizer isso significa também destacarmos que as relações patriarcais de gênero e a divisão sexual do trabalho são fundamentais para que se compreenda a forte marca feminina na profissão, assim como seus traços de subalternidade.

Silva (1993) problematiza a invisibilidade da então chamada “condição feminina” no interior do Serviço Social. A autora percebe que o debate da identidade profissional havia sido colocado em questão com o “movimento de reconceituação” a partir dos anos 1960, culminando com a revisão das diretrizes curriculares na década de 1980. Contudo, para a autora, essa redefinição, com forte influência marxista e de articulação com os interesses dos grupos populares, não significou uma problematização da inserção majoritária das mulheres na profissão, ou seja, não problematizou a chamada “condição feminina” no Serviço Social.

Para a autora, a ausência do debate de gênero na profissão invisibilizou características que marcam os próprios sujeitos que atuam na profissão. Salienta que é necessário ultrapassar

a “constatação amorfa ou indiferente” (SILVA, 1993, p. 22) de que as mulheres são maioria na profissão desde a sua gênese. Precisamos problematizar, por exemplo, a ausência do debate sobre “a lógica da divisão sexual do trabalho na distribuição das ocupações no mercado segundo o sexo” (SILVA, 1993, p. 23). Já Lisboa (2010, p. 67) constata que “andamos em descompasso com os estudos feministas e/ou estudos de gênero, e [...] esse desencontro contribuiu para consolidar um estatuto acadêmico e uma administração do saber que reproduz a questão de gênero e legitima a dominação masculina”.

Neste sentido, consideramos pertinente ampliar os estudos, especialmente na formação profissional, sobre as temáticas acumuladas pelo campo de estudos feministas para contribuir na formação de um/a profissional que desvende a realidade em suas múltiplas expressões, objetivando construir uma intervenção qualificada na realidade social. Para isso, é um permanente desafio inserir os temas acumulados pelo feminismo, como por exemplo, o debate das relações patriarcais de gênero.

[...] situar gênero nos núcleos de fundamentação da formação: fundamentos teórico-metodológicos da vida social; da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e do trabalho profissional, desdobrando os conteúdos nos fundamentos do Serviço Social, das políticas sociais, dos processos de trabalho e da sociabilidade, da ‘questão social’ e da ética, garantindo que as pesquisas e o conhecimento acumulado no tema situem-se em um lugar orientador para a formação profissional (MOREIRA, *et al*, 2006, p. 09).

Para Souza e Veloso (2015, p. 161), no que diz respeito aos estudos acadêmicos sobre gênero no Serviço Social, “o que se percebe é que nem sempre a utilização do termo ‘gênero’ significa a apropriação da categoria analítica gênero”. Para a autora e o autor, “gênero corresponde ao processo histórico e social de transformação dos sujeitos em homens ou mulheres, situando-os em condições determinadas no interior de uma sociedade marcada por particularidades e especificidades de gênero”.

Assim, a autora e o autor percebem que o “gênero” faz parte das relações sociais e, com isso, também integra o cotidiano dos/as assistentes sociais. Para que a categoria profissional tenha condições de avançar no seu cotidiano de trabalho é essencial que se consiga descortinar a trama das relações patriarcais de gênero que estão, muitas vezes, invisibilizadas no trabalho, nas políticas sociais e na vida singular de cada usuário/a.

Em suma, Souza e Veloso (2015, p. 183) defendem que,

dois pontos têm contribuído para o aumento da importância da categoria ‘relações de gênero’ na reflexão sobre as relações sociais. São eles, a análise da formação e da intervenção profissional que ocorrerão em relações sociais constituídas e constituintes das relações de gênero e a análise da profissão propriamente dita, que é

composta majoritariamente por mulheres, salientando-se forte presença do gênero na constituição da identidade profissional.

Para a autora e o autor, privilegiar o estudo da temática “gênero” na formação profissional contribuiria para ampliar a compreensão do Serviço Social sobre as relações sociais, assim como influenciaria diretamente no modo como os/as profissionais poderiam construir sua intervenção na realidade e no seu próprio reconhecimento como sujeitos/as históricos no mundo.

Souza e Veloso (2015) também defendem que há uma ligação entre a questão social e o gênero e que esta ligação deve ser apreendida, à medida que constatamos que gênero é uma dimensão importante das relações sociais, estando ligado aos fatores políticos e econômicos de cada sociedade. Ou seja, entendemos, que tal compreensão e debate são pertinentes no trabalho dos/as assistentes sociais. Para nós, a compreensão da questão social na particularidade latino-americana reclama a percepção do papel das mulheres, especialmente negras e indígenas, cujos desdobramentos podem ser verificados na realidade atual como, por exemplo, o dilema da feminização da pobreza.

A autora e o autor ressaltam que a incorporação da categoria analítica gênero no Serviço Social data do início dos anos 1990. Deste período até os dias atuais, podemos perceber um crescimento qualitativo e quantitativo que implicam em tensões e desafios.

[...] afirmar que o debate sobre relações de gênero está presente no Serviço Social não significa que isso se dê sem problemas ou equívocos conceituais e teóricos. Se, por um lado, é sabido que a discussão sobre relações de gênero não está ausente do campo do Serviço Social, sabe-se, por outro, que há muito ainda a ser amadurecido em relação ao tema. Assim, há que se ressaltar a diferença entre afirmar que o gênero está ausente do debate teórico-metodológico em Serviço Social e que o debate existe, porém com problemas a serem debatidos e lacunas a serem preenchidas. Acreditamos que a produção sobre gênero seja considerável no campo do Serviço Social, sobretudo em sua expressão quantitativa. Já no aspecto qualitativo, avaliamos que o rigor teórico-metodológico ainda não alcançou os mesmo níveis observados em outras áreas do conhecimento [...] (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 186).

De forma contraditória, a década de 1990 expressou um cenário de maior possibilidade para que o Serviço Social pudesse apreender as problemáticas que se desenvolvem a partir das relações patriarcais de gênero.

A maioria político-intelectual adquirida pela profissão a partir do início dos anos 1990 possibilitou, em grande parte, a recuperação da teoria crítico-dialética em aspectos não suficientemente trabalhados: a cultura, a relação indivíduo-sociedade, a heterogeneidade das classes, o reconhecimento da diversidade e do direito à expressão dos grupos socialmente discriminados, como os negros e as mulheres. Essa recuperação levou à possibilidade de um contato do Serviço Social com a

ontologia do ser social, bem como fundamentou a construção de uma projeção ético-política dirigida à emancipação política e humana, que se popularizou sob a denominação de Projeto Ético-Político (MOREIRA, *et al*, 2006, p. 06-07).

A partir dessas considerações, acreditamos ser necessário construir um caminho que consolide a interlocução do Serviço Social com o acúmulo do feminismo marxista e do feminismo materialista francófono. Os avanços e os limites identificados no processo de problematização das determinações da divisão sexual do trabalho nesta profissão devem subsidiar, igualmente, que o Serviço Social construa as condições internas necessárias para que estes temas tomem o devido espaço na formação e no trabalho profissional.

Também é necessário ressaltar os avanços do ponto de vista das relações patriarcais de gênero. O Serviço Social tem se posicionado de maneira muito qualificada no âmbito das lutas em defesa da seguridade social, em defesa da educação pública presencial de qualidade e se constituído como referência em determinadas temáticas na área das ciências sociais. Como o Serviço Social, profissão composta majoritariamente por mulheres, conseguiu romper o cerco e o “confinamento” feminino ao espaço privado para avançar na construção de um projeto profissional crítico e acumular uma significativa bagagem teórico-acadêmica, sendo, inclusive, referência para outras áreas? Essa é uma questão que deve ser analisada, pois a realidade está em constante movimento e a contradição é parte inerente da história dos homens e mulheres.

Além das imposições das relações patriarcais de gênero também há resistências explícitas e/ou silenciosas.¹⁰⁰ Compreender este processo implica perceber os elementos de continuidade e ruptura. Se ainda há muito o que avançar na produção do conhecimento sobre a temática em tela, sem dúvidas, esta profissão já empreendeu um esforço primoroso: formou (e continua formando) inúmeras mulheres capazes de protagonizar, seja na produção do conhecimento seja no trabalho profissional, processos de resistências às relações patriarcais de gênero amalgamadas na trama racista e capitalista.

¹⁰⁰ As resistências explícitas podem ser percebidas nos posicionamentos críticos das entidades da categoria, nas lutas construídas em parcerias com movimentos feministas e outras organizações populares. No que diz respeito às resistências silenciosas, estamos nos referindo aos/às profissionais que traduzem na formação e no exercício profissional ações capazes de problematizar a opressão decorrente das relações patriarcais de gênero.

4.2 A construção teórico-metodológica da pesquisa

O esforço teórico-metodológico que realizamos no decorrer deste trabalho parte da premissa de que “a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas do conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência” (MINAYO, 1998, p. 27).

O esforço proposto tem como finalidade (re)construir uma abordagem ontológico-materialista das relações patriarcais de gênero, que vislumbra retomar “a preocupação com as causas primeiras” (GUERRA, 2011, p. 55). Procuraremos compreender a história em sua processualidade dialética e, portanto, não objetivamos a produção de um conhecimento especulativo e abstrato. Desse modo, concordamos com Lara (2011, p. 209) que “[...] o conhecimento aliado à ação radical torna-se o caminho para edificação de uma nova forma histórica, pautada pela emancipação do homem, bem distintas das condições atuais apresentadas [...]”.

Buscamos, à luz do método materialista histórico-dialético, compreender as relações patriarcais de gênero, a partir de uma abordagem ontológico-materialista. O método de análise materialista histórico dialético legado por Karl Marx e Friedrich Engels, constitui uma elaboração teórica profunda. Por comportar concepções construídas em permanente diálogo com o seu tempo histórico, este legado está disposto em inúmeras obras que indicam os caminhos percorridos pelos autores para compreenderem o seu objeto de estudo: a sociedade burguesa.

A partir da inspiração marxiana, Netto (2011, p. 58) explicita que esta perspectiva teórico-metodológica implica a articulação entre “três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a mediação”. Sobre o método de análise, Minayo (1998, pág. 65) esclarece que

O materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na sociedade [e] a dialética refere-se ao método de abordagem deste real. Esforça-se para entender o processo histórico em seu dinamismo, provisoriedade e transformação. Busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos e classes sociais), e realizar a crítica das ideologias, isto é, do imbricamento do sujeito e do objeto, ambos históricos, comprometidos com os interesses e as lutas sociais de seu tempo.

Feitas estas considerações, a partir dos pensamentos de Minayo (1998) e Netto (2011), é necessário buscar no próprio Karl Marx os vestígios que dão conteúdo e coesão ao método materialista histórico e dialético. Marx afirma que a questão central é a compreensão da produção material, ou seja, “como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de

indivíduos socialmente determinada [...]. [Contudo,] quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais” (MARX, 2008, p. 237-239). Desse modo, para compreender a questão da produção material, Marx se debruçou sobre as condições históricas do desenvolvimento da sociedade burguesa.

Nas palavras de Netto (2011, p. 17), “pode-se circunscrever como problema central da pesquisa marxiana, a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”.

O papel decisivo da produção material é abordado por Marx no conjunto do seu pensamento, especialmente ao explicitar que da produção social erige um conjunto de relações sociais, ou seja, um modo de vida, pois é produção (e reprodução) da existência de homens e mulheres como seres sociais.

Para Marx e Engels (2007, p. 42),

[...] essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas de consciências – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca em diferentes aspectos).

O esforço de pensar a importância da produção social num dado momento histórico e em permanente movimento/reciprocidade desses aspectos são características fundamentais da elaboração do método. Faz-se necessário destacar a centralidade da dialética, no conjunto do pensamento marxiano, como um dos elementos fundamentais para compreender este método de análise e sua potência.

Marx incorpora aspectos do conceito hegeliano de dialética, sob as bases de uma concepção materialista da história, absorvendo a elaboração de modo que a dialética opere pelo princípio da contradição (tese, antítese e síntese). Ao partir da premissa de que a realidade não é autoevidente, Marx busca ir além das aparências e compreende que o ser das coisas precede o conceito, ou seja, parte do real e avança para aquilo que não é evidente.

O elemento da negatividade é essencial na dialética hegeliana. A dialética de Hegel é negativa, à medida que ela é movida pela contradição. Na perspectiva hegeliana comparece a ideia de tese, antítese e síntese, ou seja, o movimento da negação da negação inerente à

dialética.¹⁰¹ Contudo, pode-se apontar que o pensamento hegeliano demonstra limitações ao apreender a essência do ser humano como a sua consciência de si, ou seja, autonomiza a relação entre o sujeito e o objeto para o âmbito da razão.¹⁰²

Marx concebe a relação entre o sujeito e o objeto pela via da práxis, ou seja, vincula sua elaboração teórica a uma perspectiva revolucionária.¹⁰³ Dessa forma, a síntese no pensamento marxiano é sempre provisória, incessante e aberta. Nas palavras de Konder (2009, p. 31), “Marx promoveu a modificação do conceito hegeliano de dialética, na medida em que promoveu o casamento dele com uma perspectiva revolucionária”. Tal perspectiva reconhece o papel do trabalho na autocriação humana e, com isso, o papel da classe trabalhadora, como única força social capaz de levar às últimas consequências o processo de emancipação da humanidade.

A compreensão da práxis é fundamental no pensamento de Marx. Já nos “Manuscritos de 1844”,¹⁰⁴ Marx apontava a práxis como caminho para superar os dualismos mecânicos do subjetivismo e objetivismo. Para ele,

[...] a solução das próprias oposições *teóricas* só é possível de um modo *prático*, só através da energia prática do homem, e por isso a sua solução não é de modo nenhum apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma tarefa vital real, a qual a *filosofia* não pôde resolver precisamente porque a apreendia *apenas* como tarefa teórica (MARX, 2015, p. 353, grifos do autor).

É neste sentido acima descrito que Marx reconhece que a tarefa histórica da filosofia é desmascarar a alienação. “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535). Noutros termos: “O poder material

¹⁰¹ Marx (2015, p. 369-370) aponta a negatividade como princípio motor e gerador da dialética hegeliana ao explicitar que “Hegel apreende a auto-geração do homem como um processo, a objetivação como desobjetivação, como exteriorização e como superação dessa exteriorização; que ele, portanto, apreende a essência do trabalho e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem real, como resultado do seu *próprio trabalho*”. Em outra obra ressalta, “quanto aos que desconhecem a linguagem hegeliana, dir-lhes-emos a fórmula sacramental: afirmação, negação e negação da negação” (MARX, 2009, p.121, grifos do autor).

¹⁰² “Hegel transforma o homem em homem da consciência de si, em vez de reconhecer na consciência de si a consciência de si do homem, quer dizer, de um homem real, que vive num mundo real, objetivo, e é condicionado por ele” Marx (A sagrada família) *apud* Konder (2009, p. 29).

¹⁰³ “A relação entre teoria e práxis é, para Marx, teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente” (VÁZQUEZ, 2011, p. 111).

¹⁰⁴ “Marx não teria conseguido avançar em sua concepção da práxis se não lhe tivesse dado o novo e rico conteúdo com que aparece nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. [...] Não só lhe imprime um novo conteúdo – considerada como práxis produtiva ou trabalho humano – como também à luz desse novo enfoque se enriquece igualmente o conteúdo da práxis social” (VÁZQUEZ, 2011, p. 121).

tem de ser derrubado pelo poder material, no entanto, também a teoria se transforma em poder material, assim que se apodera das massas” (MARX, 2010, p. 44).

Em busca de saturar a dialética e a consciência hegeliana de condições materiais, Marx (2008, p. 47) afirma que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”.

É neste sentido que Marx critica as formulações hegelianas, apontando que “as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existências, em suas totalidades”.

Compreender a realidade como totalidade das relações sociais, a partir de um movimento que incorpora o universal, o singular e o particular é um desafio necessário ao conhecimento que se propõe a desvendar a realidade, visando não cair em análises que fragmentam e segmentam a realidade. Para que isso não ocorra, é necessário compreendermos a realidade, buscando ir além das aparências, ou seja, apreender a concreticidade do real como “síntese de múltiplas determinações” e “unidade do diverso”. Marx nos mostra que esse movimento visa compreender a realidade do abstrato ao concreto, ou seja, uma maneira de apropriação, no pensamento, que permite apreender a realidade concreta. Ao debater o método na economia política, Marx (2008, p. 258-259) afirma que,

[...] o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta.

Esse exercício empreendido por Marx expõe a centralidade de pensar a realidade como “totalidade concreta”. Isso implica que o pensamento deve apreender a processualidade e a permanente articulação das categorias que se apresentam na realidade como “formas de vida, determinações de existência” (MARX, 2008, p. 265).¹⁰⁵ A produção do conhecimento

¹⁰⁵ Em sua obra “Miséria da Filosofia”, Marx acrescenta que “os mesmo homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto às relações que exprimem. Elas são produto histórico e transitório” (MARX, 2009, p. 126).

científico deve, portanto, buscar apreender no pensamento esse “todo” como forma de se aproximar cada vez mais da realidade concreta.

Na construção de um pensamento verdadeiramente ontológico, Marx realiza uma crítica contundente ao “Sr. Proudhon”, que nos remete à problemática em tela: “os economistas nos explicam como se produz nessas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem essas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra” (MARX, 2009, p. 120-121).

Pensar o movimento histórico da realidade concreta é um desafio ao conhecimento que se vincula à práxis revolucionária e que não compreende a história da humanidade como um tipo de síntese fechada e estanque. Esse desafio se coloca também para compreendermos as relações patriarcais de gênero na sociedade capitalista. É necessário compreender as relações patriarcais de gênero na sua gênese e consolidação, porém, igualmente é necessário apreender os seus limites e as suas possibilidades de superação. Neste sentido, acreditamos que o método de análise materialista histórico dialético é o mais adequado para esta pesquisa, oferecendo suporte para que nós atinjamos os nossos objetivos.

A presente proposta de estudo tem por objetivo realizar um balanço teórico-crítico da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro nos últimos 16 anos, no que diz respeito às reflexões sobre as relações patriarcais de gênero, buscando levar em consideração as distintas abordagens, tais como: relações de gênero e relações sociais de sexo.

O estudo da produção do conhecimento não está à margem dos desafios conjunturais que repercutem no conjunto da sociedade. É evidente que o contexto de globalização e mercantilização da educação influenciam diretamente na produção do conhecimento científico. Neste cenário, a produção do conhecimento está cada vez mais submetida aos interesses das empresas, contribuindo para redimensionar o papel e a autonomia das universidades, impulsionando um saber pragmático adequado a um modelo operacional de universidade.

Avaliamos a existência de impactos significativos na qualidade das pesquisas, especialmente no que diz respeito ao processo de pesquisa e definição metodológica. A recorrente opção pelo aligeiramento das pesquisas bibliográficas nos parece um exemplo desse processo degenerativo no que se refere à investigação e à produção de conhecimento,

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de

procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

De modo a não permitir a desqualificação das pesquisas bibliográficas, as autoras acima citadas também ressaltam a importância da delimitação de critérios e de procedimentos metodológicos para uma pesquisa bibliográfica, evidenciando que a pesquisa é uma atitude teórico-prática incessante que busca construir sucessivas aproximações com a realidade. Deste modo, para elas, é necessário reconhecer o caráter histórico dos objetos de estudo (seja temporal, seja da própria consciência e representação coletiva deste objeto), a relação de identidade entre o sujeito e o objeto, o conteúdo ideológico das análises e, por fim, a dimensão qualitativa-quantitativa de determinado objeto.

Cabe destacar que a pesquisa bibliográfica “difere da revisão bibliográfica, uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

Optamos por uma pesquisa bibliográfica que subsidie uma imersão no conhecimento teórico já produzido acerca da temática que selecionamos no Serviço Social nos últimos 16 anos. Nesse sentido, nossa pesquisa aproxima-se da metodologia conhecida como “estado da arte”. Esta pesquisa, apesar de se aproximar deste tipo de procedimento metodológico, não deve ser encarada nos seus aspectos inventariantes e descritivos. As pesquisas denominadas “estado da arte” ou “estado do conhecimento” “são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar” (FERREIRA, 2002, p. 258).

Convencionalmente, as pesquisas denominadas estado da arte costumam priorizar como fonte de pesquisa o acervo de resumos de dissertações e teses, anais dos principais eventos da área e/ou periódicos principais da área (FERREIRA, 2002). Contudo, há inúmeras limitações no processo de definição do material por meio da leitura dos resumos, especialmente pela ausência de objetividade e capacidade de demonstrar o conteúdo dos trabalhos. Nas palavras de Gomez-Minayo e Costa-Thedim(2003, p. 126) “no caso das teses e dissertações, grande parte dos resumos apresenta absoluta falta de rigor, de sequência lógica e de precisão na linguagem”.

Diante da necessidade de acompanhar e sistematizar o conhecimento já produzido pelas diversas áreas do conhecimento, as pesquisas denominadas estado da arte podem contribuir para identificar as tendências, os limites e os desafios postos à produção do conhecimento.

Romanowski e Ens (2006, p. 39) destacam a importância deste tipo de estudo:

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Neste trabalho, embora tenhamos a necessidade de construir um levantamento temporal da produção do conhecimento, não objetivamos lançar mão das abordagens quantitativas tanto no âmbito da totalidade da produção quanto na construção de proporcionalidades deste “todo” em relação à amostra de pesquisa. Esse caminho escolhido não coloca em demérito as pesquisas que procuram situar a totalidade de produção de um determinado acervo como fonte primordial de análise. Porém, para conseguir construir aproximações sucessivas com o nosso objetivo geral (compreender como o Serviço Social brasileiro incorporou os estudos sobre a categoria gênero em sua produção do conhecimento nos últimos 16 anos) optamos por não restringir nossa análise a um único acervo, como por exemplo, os anais de um determinado evento, ou uma revista ou teses e dissertações de um determinado programa.¹⁰⁶

Considerando a viabilidade da construção de uma pesquisa que abarque esse período histórico para um curso de mestrado, optamos por construir um caminho que priorizasse os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq com o tema gênero e os periódicos da área com avaliação A1 e A2 pela CAPES por meio do *qualis*periódicos de 2015.¹⁰⁷ O caminho empreendido na pesquisa buscou então cruzar os dados levantados dos grupos de pesquisa com a totalidade dos artigos encontrados sobre esta temática.

Assim, cabe reafirmar que esta pesquisa não tem por finalidade construir apenas um estudo descritivo da produção do conhecimento. Ao contrário, objetivamos uma investigação

¹⁰⁶ Em geral as pesquisas denominadas “estado da arte” procuraram realizar um “inventário” de determinada fonte. Por exemplo, estas pesquisas buscam traçar o perfil da produção a partir de determinados anais, banco de teses, determinadas revistas e periódicos. Assim, nesta metodologia é possível extrair com maior afinco o perfil e as tendências de determinada produção escolhida para análise.

¹⁰⁷ “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. [...] Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. [...] A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade, de A1 a C, sendo A1 o estrato mais elevado”. Tal definição foi retirada do site da CAPES: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-dados-graduacao/7422-qualis>>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

que busca apreender como o Serviço Social brasileiro incorporou os estudos sobre gênero, em suas distintas abordagens e, com isso, emerge a necessidade de identificarmos não só os avanços, mas também as lacunas que devem ser preenchidas na produção teórica desta profissão. Estas lacunas, por sua vez, possuem relação umbilical com a intervenção e formação profissional dos/as assistentes sociais e, ao ser mediatizada com o atual projeto profissional crítico, está simultaneamente atrelada a um projeto de sociedade.

Feita as devidas considerações, apresentaremos o percurso empreendido nesta pesquisa evidenciando os caminhos realizados para chegarmos ao material que será analisado no próximo item. Para alcançar os objetivos propostos neste projeto de pesquisa, considerando a viabilidade temporal deste estudo, utilizaremos como banco de dados fundamental a produção teórico-científica dos grupos de estudos e pesquisa da área do Serviço Social que possuem gênero em suas linhas de pesquisa. Inicialmente, consultamos no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) os grupos de pesquisa na área do Serviço Social, obtendo um total de 70 grupos cadastrados¹⁰⁸ com a palavra gênero no nome do grupo ou nas palavras-chave das linhas de pesquisa.¹⁰⁹

Subdividimos os grupos por região e identificamos que o nordeste possui a maior quantidade de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, seguido do sudeste, sul, centro-oeste e norte, conforme observável na tabela 1.

Tabela 1 - Total de grupos de pesquisa por região

| Total de grupos de pesquisa por região | | |
|--|----|--------|
| Norte | 07 | 10% |
| Nordeste | 22 | 31,43% |
| Centro-Oeste | 06 | 8,57% |
| Sudeste | 20 | 28,57% |
| Sul | 15 | 21,43% |
| TOTAL | 70 | 100% |

Elaboração do próprio autor desta dissertação, Leonardo Nogueira Alves.

¹⁰⁸ Verificar nos anexos a lista dos 70 grupos de pesquisa mapeados.

¹⁰⁹ Consulta realizada em novembro de 2015 da seguinte maneira: Termo de busca: Gênero. Consulta por grupo. Campos de busca: Nome do grupo; Nome da linha de pesquisa; Palavra-chave da linha de pesquisa, objetivo da linha de pesquisa. Área do conhecimento: Grande Área – Ciências Sociais Aplicadas, área – Serviço Social.

Ao levar em conta o volume de trabalhos produzidos por estes grupos nos últimos 16 anos, optamos por selecionar grupos de pesquisa vinculados às universidades que possuem programas de pós-graduação na área do Serviço Social, excluindo apenas aqueles grupos vinculados à Economia Doméstica, conforme explicaremos a seguir as razões desta escolha.

De acordo com o Relatório da Capes (2013) e com o “Seminário Síntese: acompanhamento de meio termo SNPG” (2015), a área do Serviço Social possui 33 Programas de pós-graduação, sendo 78,8% vinculados a instituições públicas. Deste total, 23 cursos possuem área básica em Serviço Social, 05 em Política Social, 03 em Políticas Públicas e 02 em Economia Doméstica. Para este estudo, não utilizaremos os grupos de pesquisa vinculados os Programas de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Verificamos que a maior parte dos programas de pós-graduação em Serviço Social se concentram nas regiões sudeste e nordeste, conforme a tabela 2.

Tabela 2 - Programas de Pós-graduação na área do Serviço Social

| Programas de Pós-graduação na área do Serviço Social (2015) por região | |
|--|----|
| Norte | 02 |
| Nordeste | 11 |
| Centro-Oeste | 03 |
| Sudeste | 10 |
| Sul | 05 |
| TOTAL | 31 |

Exceto “Economia Doméstica da UFV e da UFRPE”. Elaboração do próprio autor desta dissertação, Leonardo Nogueira Alves.

A delimitação dos grupos de pesquisa vinculados a instituições de ensino com Programas de pós-graduação na área do Serviço Social não foi aleatória. Os programas de pós-graduação nesta área do conhecimento, além da formação de mestres(as) e doutores(as) que atuam na profissionalização do(a) assistente social, também têm contribuído, significativamente, na formação de uma gama de pesquisadores(as). Privilegiamos nesta pesquisa (que se aproxima de um estado da arte) a análise da produção científica que repercute e se desdobra em outros estudos na área do Serviço Social. Ou seja, a produção científica que ao longo destes quinze anos foi a referência para o diálogo do Serviço Social com os estudos sobre gênero. Ao abarcar os líderes e vice-líderes de grupos de pesquisa estamos privilegiando a trajetória de construção do conhecimento sobre gênero no Serviço

Social, sem a intenção de desmerecer a produção que não está vinculada aos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. Tais pesquisadores/as, ao dedicarem o estudo sobre o tema nos últimos anos, contribuíram significativamente para a socialização do debate das relações patriarcais de gênero, seja por meio de artigos, livros, dissertações e/ou teses. Além disso, por meio de palestras, apresentação de trabalho, orientações de doutorado, mestrado e graduação.

Setubal (2013) reforça o peso e a importância da pós-graduação para a produção teórica nesta área. A autora destaca que, do ponto de vista da produção do conhecimento, há uma particularidade do Serviço Social em relação às demais áreas, dentre estas, a mineralogia, a botânica, a física e a química, por exemplo, tiveram grande fluxo na produção do conhecimento anterior à institucionalização da pós-graduação no Brasil. Com a proliferação das universidades, a partir de 1950, percebe-se um aumento exponencial da produção científica. Neste momento, há uma vinculação dos institutos e fundações especializadas (principalmente aquelas ligadas à administração pública que atuavam no campo da pesquisa) com as universidades que estavam se consolidando e construindo as primeiras experiências da pós-graduação.

Na área do Serviço Social, ao contrário, a pesquisa só apresentou-se de forma mais consolidada e sistematizada com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação. Embora a já houvesse certo investimento em pesquisa e na produção do conhecimento no período anterior aos primeiros programas de pós-graduação, estes esforços não eram tão expressivos como o são hoje.

Nesta direção de raciocínio, Setubal (2013, p. 94) destaca a importância da pós-graduação para a produção do conhecimento no Serviço Social e faz a seguinte ressalva:

[...] temos de reconhecer, sem, contudo, atribuímos uma importância ímpar no processo da construção do conhecimento no Serviço Social e diminuirmos as iniciativas realizadas anteriormente e fora desse contexto, que foi a partir da criação da pós-graduação na área, principalmente após a saída dos primeiros mestres e doutores, que a pesquisa se tem apresentado de forma mais sistematizada e acentuada.

Tendo em vista as questões levantadas, como já referidas, optamos pelos grupos de pesquisa inseridos nas instituições de ensino que possuem programas de pós-graduação na área do Serviço Social. Feito este esclarecimento, nos deparamos com um total de 47 grupos de pesquisa e com uma vasta produção do conhecimento que, inclusive, extrapola o campo de discussão das relações patriarcais de gênero *strictu sensu*. Na tabela a seguir, sistematizamos estes 47 grupos por regiões da federação e unidades de ensino superior:

Tabela 3 - Grupos de Pesquisa em Universidades com PPG separados por Região e IES

| Grupos de Pesquisa em Universidades com PPG separados por Região e IES | | | |
|---|---|---|------------------------|
| Região | IES | Grupo de Pesquisa | Total de Grupos |
| Norte (02) | UFAM | 1. GEPPSSAM-Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas 2. Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas | 4 |
| | UFPA | 1. GEP Interfaces 2. Trabalho, estado e sociedade na Amazônia | |
| Nordeste (10) | FUFPI | 1. Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas 2. Saúde Mental | 17 |
| | FUFSE | Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ) | |
| | UCSAL | 1. Grupo de Pesquisa Serviço Social e Questão Social 2. Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia e Controle Social | |
| | UECE | 1. Relações Étnico-raciais: cultura e sociedade 2. Trabalho, sociabilidade e lutas sociais | |
| | UFAL | Trabalho, Reprodução Social e Políticas Sociais | |
| | UFMA | 1. Grupo de estudos, pesquisa e extensão sobre democracia, direitos humanos e políticas públicas 2. Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e feminismos | |
| | UFPE | 1. Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas 2. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Política Pública e Sociedade – GEPPS 3. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas 4. Grupo de Estudos sobre Álcool e outras Drogas – Gead | |
| | UFRN | Trabalho, Ética e Direitos | |
| | UERN | Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações Sociais de Gênero e Feminismo (GEF) | |
| UEPB | Ação Cultural Camponesa: Núcleo de Estudos Rurais | | |
| Centro-Oeste (02) | UFMT | 1. Núcleo de Estudo sobre a Mulher e as Relações de Gênero – NUEPOM 2. Serviço Social e Espaços Sócio-ocupacionais | 5 |
| | UNB | 1. Feminismo, Direitos e Políticas 2. GENPOSS - Gênero, Política Social e Serviços Sociais - Laboratório de ensino, pesquisa e extensão 3. Trabalho, Educação e Discriminação – TEdis | |
| | PUC- | Assistência social no Brasil: história e realidade atual | |

| | | | |
|-------------------------|--------|--|----|
| Sudeste (05) | RIO | | 13 |
| | PUC-SP | Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento – NEPE | |
| | UERJ | 1. Observatório do Trabalho no Brasil 2. Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas 3. Programa de Estudos sobre Política Social e Desigualdades | |
| | UFF | 1. Direitos Humanos e Sociais 2. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidades de Gênero 3. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Política, Movimentos Sociais e Serviço Social 4. Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos, Sociais e Cidadania – NUDHESC 5. Núcleo de Pesquisas Proteção Social, Gênero, Famílias e Gerações 6. Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero | |
| | UFRJ | 1. Núcleo de Políticas Públicas, Indicadores e Identidades 2. Transversões - saúde mental, desinstitucionalização e abordagens psicossociais | |
| Sul (04) | PUC-RS | 1. Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência 2. Grupo de pesquisa em Gerontologia Social 3. Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos | 8 |
| | UCPEL | Políticas Sociais, Programas de Transferência de Renda, Gênero e Pobreza | |
| | UEL | 1. Envelhecimento - Gênero – Saúde 2. Grupo de Pesquisa sobre Violência de Gênero 3. Políticas Públicas, Gênero, Família | |
| | UFSC | NUSSERGE - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero | |
| Total | 23 | 47 | |

Elaboração do próprio autor desta dissertação, Leonardo Nogueira Alves.

Diante do exposto, deparamo-nos com duas grandes questões de ordem metodológica: a primeira diz respeito às dificuldades de encontrar um acervo disponível *online* que tenha sido produzido pelos grupos de pesquisa. A segunda diz respeito às dificuldades de equalizar qual produção deveria ser priorizada para análise, pois levamos em conta que em inúmeros grupos as teses e dissertações também são produções que partem do acúmulo histórico dessas trajetórias de pesquisa. Os artigos de revistas e de congressos especializados, embora traduzam resultados e sínteses de esforços anteriores, não eram a única fonte de produção a ser recolhida dos grupos de pesquisa.

Nesta direção, optamos por realizar um levantamento das teses dos líderes dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. Acreditávamos que em tais teses estavam expressos o conteúdo e a direção social das análises sobre gênero no âmbito do Serviço Social brasileiro. Entretanto, percebemos que grande parte dos/as líderes dos grupos de pesquisa levantados (47 grupos de pesquisa inseridos em universidades com pós-graduação) não haviam elencado com centralidade este tema nas suas investigações de doutorado. Também é fundamental destacar que desses 47 grupos nem todos discutem as relações patriarcais de gênero como elemento central na investigação. Como o levantamento dos grupos foi bastante amplo, percebemos que muitos grupos possuíam a temática “gênero” nas suas linhas de pesquisa sem, contudo, esta discussão ser alvo das investigações do grupo. Acresce a este fator as dificuldades de conseguirmos virtualmente as teses dos/as líderes dos grupos de pesquisa que haviam estudado este tema no doutorado.¹¹⁰

Diante dessas dificuldades, optamos por realizar um levantamento nos principais periódicos da área do Serviço Social avaliados pela CAPES (Revistas: *Argumentum*, *Em Pauta*, *Katálisis*, *Políticas Públicas*, *Ser Social*, *Serviço Social e Sociedade*, *Temas e Contextos* e *Temporalis*) mantendo o recorte temporal dos últimos 16 anos (2000-2015). Essas revistas foram selecionadas, especialmente, pela sua regularidade e capacidade de intervenção regional e nacional na profissão. Também levamos em consideração as avaliações da CAPES por meio do *qualis*periódicos de 2015.

Cabe destacar que inicialmente pretendíamos mapear apenas a produção das revistas *Serviço Social e Sociedade*, *Temporalis* e *Katálisis*. A revista *Serviço Social e Sociedade* foi criada em setembro de 1979 e se tornou uma das principais revistas da área, sendo o primeiro periódico de circulação nacional diretamente voltado para as reflexões sobre a profissão. Com mais de trinta anos de intervenção no debate profissional, a revista mantém uma periodicidade trimestral, atingindo mais de 100 números lançados.

Considerando a relevância da revista *Serviço Social e Sociedade* para a produção do conhecimento na profissão, Silva (1999, p. 53) faz a seguinte afirmação:

¹¹⁰ Inicialmente, havíamos identificado onze teses que poderiam ser analisadas conforme este recorte temático. No entanto, apenas quatro teses estavam disponíveis virtualmente nos bancos e repositórios *online*. As teses disponíveis eram de autoria de Marlene Teixeira (*Polícia e prostituição feminina em Brasília: um estudo de caso*), Márcia Santana Tavares (*Os novos tempos e vivências da “solteirice” em compasso de gênero: ser solteira e solteiro em Aracaju e Salvador*), Mirla Cisne (*Feminismo, luta de classe e consciência militante feminista no Brasil*) e Virgínia Paes Coelho (*Visitando a história a partir dememórias femininas: mudanças e permanências na socialização da mulher 1960-1990*).

[...] a revista *Serviço Social & Sociedade* tem se transformado em um veículo relevante e fundamental para a construção do Serviço Social, constituindo-se, portanto, em espaço de debate das temáticas mais relevantes nas diferentes conjunturas e, ao mesmo tempo, expressando-se como espaço plural do pensamento da categoria profissional, pelo elevado número de matérias publicadas, nas décadas consideradas, e pelo grande número de autores que tiveram oportunidade de expressar seu pensamento.

A revista *Temporalis* também havia sido previamente escolhida pela sua capacidade de circulação nacional e por ser um periódico vinculado à ABEPSS. A *Temporalis* foi criada em 2000, pela ABEPSS, e possui edições semestrais nos últimos dezessete anos. Convém destacar que esta revista também é fruto de um processo anterior. Destacadamente, nos referimos ao acúmulo produzido em torno dos Cadernos ABESS (antiga denominação da atual ABEPSS). Estes cadernos subsidiaram discussões fundamentais para a profissão, especialmente, no âmbito da formação profissional, haja vista o processo de revisão curricular que culminou nas Diretrizes da ABEPSS de 1996.

Por fim, havíamos selecionado a revista *Katálisis*, criada em 1997, em Santa Catarina, com publicações semestrais e ininterruptas até 2015. Atualmente, a revista possui publicações quadrimestrais. Desde 2008 a revista é avaliada e classificada com *qualis* CAPES A1 na área do Serviço Social. Esta revista surgiu antes da criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, atualmente, possui colegiado próprio que lhe confere autonomia frente aos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social que lhe dão sustentação.

Entretanto, optamos por dar prosseguimento ao mapeamento dos artigos nas revistas classificadas pela CAPES com estratificação A1 e A2. Esta mudança propiciou ampliar, especialmente no ponto de vista regional, a capacidade de capilarização da produção teórica do Serviço Social brasileiro. Ao percebermos que parte significativa dos grupos de pesquisa que versavam sobre a temática das relações patriarcais de gênero estava no eixo sudeste-nordeste, optamos por verificar a produção das demais revistas com estratificação A2. Uma nova busca foi realizada e incorporamos as revistas: *Em Pauta*, *Políticas Públicas*, *Ser Social*, *Argumentum* e *Temas e Contextos*.

Cabe destacar que não é apenas a avaliação da CAPES que motivou a inclusão desses periódicos em nossa pesquisa. Abarcar estas revistas se mostrou numa possibilidade efetiva de apreender as produções que ainda se localizam nas revistas que possuem abrangência regional. Além disso, também possibilitou contato com produções que são vinculadas aos programas de pós-graduação, pois os periódicos da área, ainda que não sejam diretamente um

produto exclusivo dos programas, são parte de um esforço coletivo de pesquisadores da determinada unidade acadêmica.

A revista *Em Pauta*, por exemplo, desde 1993 vem contribuindo para o debate sobre teoria social e realidade contemporânea com edições semestrais e regulares. Vinculada à Faculdade de Serviço Social da UERJ e ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ, esta revista tem se afirmado como um veículo de comunicação que prioriza discutir os processos sociais da realidade brasileira, latino-americana e mundial, atentando-se aos desafios conjunturais da realidade. O comitê editorial da revista *Em Pauta* dedicou, no decorrer dos vinte e quatro anos de existência da revista, duas edições temáticas voltadas para a discussão de “gênero”, sendo uma em 1995 e outra em 2011.

A revista *Políticas Públicas* também tem sido um espaço fundamental de socialização da produção do conhecimento, desde 1995. Possui vinculação expressa com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na região nordeste. Com publicações semestrais e ocasionalmente edições especiais, o comitê editorial da revista *Políticas Públicas* dedicou uma edição em 2010 com a seguinte temática: políticas públicas, gênero, etnia e geração.

A revista *Ser Social*, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UNB), possui edições semestrais e regulares desde 1998. A revista busca priorizar os temas no âmbito da política social, do Serviço Social e das reflexões interdisciplinares. Também cabe notar que nesse ínterim, a revista *Ser Social* dedicou duas edições ao tema das relações patriarcais de gênero em 2008, procurando dar ênfase na relação entre gênero e política social e na questão do trabalho das mulheres.

A revista *Temas e Contextos*, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), possui como eixo organizador, a questão social e suas expressões no Brasil, com ênfase nas políticas sociais, direitos humanos e processos sociais. Entre 2002 a 2005 a revista foi lançada com frequência anual e a partir de 2006 passou a ser editada semestralmente.

Por fim, a revista *Argumentum*, que se encontra vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A *Argumentum* possui publicações regulares desde 2009 e procura dar ênfase aos temas relacionados à política social, ao Estado e a sociedade.

Fizemos uma busca em todos os volumes dessas revistas compreendidos no lapso temporal de interesse da pesquisa. Algumas fontes estavam disponíveis virtualmente nos *sites* das próprias revistas. Apenas três revistas – Serviço Social e Sociedade, a Revista

Temporalis e a Revista Em Pauta – não estavam totalmente disponíveis *online*. Para acessar tais edições foi necessário acessar a biblioteca da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e os acervos pessoais de docentes no Rio de Janeiro. Apenas as edições da revista Em Pauta (2000-2006) não foram consultadas por dificuldades de acessar o acervo.¹¹¹

Inicialmente, fizemos a leitura de todos os títulos e subtítulos que constavam nos sumários das revistas. Quando houve dúvidas sobre o conteúdo que o título poderia remeter, fez-se necessário realizar a leitura do resumo. Caso as dúvidas permanecessem em relação ao conteúdo e à temática a ser investigada, também foi necessária à leitura prévia da introdução. A partir desse levantamento construímos um banco de dados com os artigos dessas oito revistas especializadas da área do Serviço Social, totalizando 152 artigos publicados em dezesseis anos sobre a temática “gênero” e suas abordagens correlatas. É necessário ressaltar que não incluímos nessa quantidade as resenhas, resumos de teses e dissertações e entrevistas com a temática em discussão. A totalidade e o percentual de artigos selecionados podem ser verificados na tabela 4, a seguir.

Tabela 4 - Total de artigos por periódico

| Total de artigos por periódico | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-------------|
| Periódico | Quantidade de artigos | % |
| Revista Argumentum | 05 | 3,29 |
| Revista Em Pauta | 11 | 7,24 |
| Revista Katálisis | 27 | 17,76 |
| Revista Políticas Públicas | 25 | 16,45 |
| Revista Ser Social | 20 | 13,16 |
| Revista Serviço Social e Sociedade | 15 | 9,87 |
| Revista Temas e Contextos | 24 | 15,79 |
| Revista Temporalis | 25 | 16,45 |
| Total | 152 | 100% |

Elaboração do próprio autor desta dissertação, Leonardo Nogueira Alves.

Feito este levantamento e construída uma sistematização da totalidade dos artigos publicados nos periódicos A1 e A2 acrescido da revista Temporalis, optamos por realizar um

¹¹¹ No momento que se processava esta pesquisa a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) passava (e ainda passa) por uma grave crise que impacta diretamente no seu funcionamento. Diversos setores estavam fechados, dentre estes, a sede da revista Em Pauta.

cruzamento simples dos dados levantados.¹¹² Levamos em consideração todos os grupos de pesquisa selecionados nas universidades com programa de pós-graduação. Em seguida, selecionamos no máximo dois artigos por líder e vice-líder que foram publicados nesses periódicos de 2000 a 2015, totalizando dezesseis anos de produção do conhecimento.

As revistas A1 e A2 e a revista *Temporalis* enriqueceu a amostra e preservou a perspectiva de capilarização nacional que consideramos fundamental, haja vista que estas revistas estão distribuídas em todas as regiões do país, com exceção da região norte. Os periódicos mapeados possuem significativa abrangência nacional, sendo vinculados aos programas de pós-graduação de todas as regiões, exceto da região norte.

Após esse cruzamento, identificamos que apenas vinte e um grupos de pesquisa, dos quarenta e sete que originalmente comporiam a amostragem, possuíam publicações de seus/suas líderes e/ou vice-líderes nas revistas selecionadas, conforme a sistematização expressa na tabela 5.

¹¹²Esse cruzamento de dados foi fundamental porque contribuiu para que preservássemos o recorte dos grupos de pesquisa inseridos em pós-graduações possibilitando ampliar o material a ser analisado. Como partimos dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e encontramos obstáculos na seleção do material a ser pesquisado (fontes diversas e não disponíveis na rede), buscar os artigos das revistas A1, A2 e *Temporalis* permitiu, efetivamente, que fosse possível verificar as produções que dos grupos que foram publicadas nestes periódicos.

Tabela 5 - Lista de Grupos de Pesquisa/CNPq com produção nos periódicos A1, A2 e Temporalis

| Lista de Grupos de Pesquisa/CNPq com produção nos periódicos A1, A2 e Temporalis | | | |
|---|--------------------------------|-------------------------------------|--------|
| Nome do Grupo | Líder | Vice-líder | IES |
| Direitos Humanos e Sociais | Nívia Valença Barros | Rita de Cassia Santos Freitas | UFF |
| Feminismo, Direitos e Políticas | Debora Diniz | Lívia Barbosa Pereira | UNB |
| GENPOSS - Gênero, Política Social e Serviços Sociais - Laboratório de ensino, pesquisa e extensão | Marlene Teixeira Rodrigues | - | UNB |
| Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas | Vitoria Regia F. Gehlen | - | UFPE |
| Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência | Patrícia Krieger Grossi | - | PUC-RS |
| Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações Sociais de Gênero e Feminismo (GEF) | Mirla Cisne Álvaro | Fernanda Marques | UERN |
| Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas | Jaileila de Araújo Menezes | Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro | UFPE |
| Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e | Silvane Magali Vale Nascimento | Marly de Jesus Sá Dias | UFMA |
| Grupo de Pesquisa Serviço Social e Questão Social | Márcia Santana Tavares | Josimara Aparecida Delgado | UCSAL |
| Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos | Beatriz Gershenson | - | PUC-RS |
| Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidades de Gênero | Virginia Paes Coelho | - | UFF |
| Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos, Sociais e Cidadania – NUDHESC | Rita de Cassia Santos Freitas | Nívia Valença Barros | UFF |
| Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas | Solange Maria Teixeira | Masilene Rocha Viana | UFPI |

| | | | |
|---|---------------------------------|-----------------------------------|------|
| Núcleo de Pesquisas Proteção Social, Gênero, Famílias e Gerações | Nívia Valença Barros | Rita de Cassia Santos Freitas | UFF |
| NUSSERGE - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero | Luciana Patrícia Zucco | Teresa Kleba Lisboa | UFSC |
| Políticas Públicas, Gênero, Família | Cassia Maria Carloto | - | UEL |
| Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas | Dayse de Paula Marques da Silva | - | UERJ |
| Saúde Mental | Lucia Cristina dos S. Rosa | - | UFPI |
| Trabalho, Educação e Discriminação – TEDis | Silvia Cristina Yannoulas | Carolina Cassia Batista Santos | UNB |
| Trabalho, estado e sociedade na Amazônia | Vera Lúcia Batista Gomes | | UFPA |
| Trabalho, Ética e Direitos | Rita de Lourdes de Lima | Silvana Mara de Moraes dos Santos | UFRN |
| Total: 21 grupos | | | |

Elaboração do próprio autor desta dissertação, Leonardo Nogueira Alves.

Após selecionarmos os artigos publicados pelos líderes e vice-líder dos vinte e um grupos de pesquisa identificados na tabela anterior, nos deparamos com um universo de quarenta e sete artigos publicados em todos os periódicos pesquisados, conforme tabela 6.

Tabela 6 - Artigos publicados pelos grupos selecionados

| Artigos publicados pelos grupos selecionados | | |
|---|------------------------------|-------------------|
| Periódico | Quantidade de artigos | Percentual |
| Revista Argumentum | 02 | 4,25% |
| Revista Em Pauta | 03 | 6,28% |
| Revista Katálysis | 09 | 19,15% |
| Revista Políticas Públicas | 06 | 12,76% |
| Revista Ser Social | 05 | 10,64% |
| Revista Serviço Social e Sociedade | 06 | 12,76% |
| Revista Temas e Contextos | 06 | 12,76% |
| Revista Temporalis | 10 | 21,27% |
| TOTAL | 47 | 100% |

Elaboração do próprio autor desta dissertação, Leonardo Nogueira Alves.

A partir desse mapeamento, realizamos uma leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Caso ainda tivéssemos dúvidas sobre a proposta e o objetivo do trabalho, incluímos a leitura da introdução. Esse contato imediato foi fundamental para conseguir traçar critérios que fundamentaram as escolhas dos artigos pesquisados.

Os artigos selecionados para análise seguiram alguns critérios quantitativos e qualitativos. No que diz respeito ao primeiro, fizemos uma delimitação de, no máximo, quatro artigos por grupo de pesquisa, podendo ser de autoria do/a líder, do/a vice-líder e/ou autoria coletiva. No caso de produções coletivas, optamos preferencialmente por autoria conjunto do líder e do vice-líder. Do ponto de vista qualitativo, priorizamos os trabalhos de autoria individual que estivessem ligados às trajetórias de pesquisa dos autores (resultados de teses, dissertações ou orientações de pesquisa na graduação e pós-graduação). Além disso, com a leitura exploratória que realizamos inicialmente, priorizamos os trabalhos que demonstravam interesse e aproximação com os eixos categóricos que pretendemos analisar. A partir destes critérios, estabelecemos como amostra 17 artigos conforme a tabulação a seguir.

Tabela 7 - Artigos selecionados para análise

| Artigos selecionados para análise | | | | |
|--|---|--------------------------|------------------------------------|---|
| Ano | Título | Caráter do artigo | Revista | Eixo |
| 2002 | Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de “empoderamento” | Resultado de pesquisa | Revista Katálysis | Organização das mulheres e reflexões feministas |
| 2002 | O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida | Resultado de pesquisa | Revista Serviço Social e Sociedade | Trabalho |
| 2005 | A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza | Resultado de pesquisa | Temas e Contextos | Famílias, políticas sociais e violência contra mulher |
| 2005 | A condição paradoxal que constitui o feminismo: dilemas sobre igualdades e diferenças | Ensaio teórico | Revista Serviço Social e Sociedade | Organização das mulheres e reflexões feministas |
| 2006 | Gênero, políticas públicas e centralidade na família | Ensaio teórico | Serviço Social e Sociedade | Famílias, políticas sociais e violência contra mulher |
| 2009 | A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer | Ensaio teórico | Revista Katálysis | Sexualidade e identidade de gênero |
| 2010 | Gênero e Serviço Social: determinações e implicações históricas | Ensaio teórico | Revista Temporalis | Serviço Social |
| 2010 | Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços | Ensaio teórico | Revista Katálysis | Organização das mulheres e reflexões feministas |
| 2010 | Reinterpretando gênero, geração e identidade com trabalhadores(as) do SUAS, no município de Aracaju/se. | Resultado de pesquisa | Revista Políticas Públicas | Famílias, políticas sociais e violência contra mulher |
| 2011 | “Sexo pelo sexo” para os homens e “sexo por amor” para as mulheres | Resultado de pesquisa | Revista Em Pauta | Sexualidade e identidade de gênero |

| | | | | |
|-------------------|---|-----------------------|----------------------------|---|
| 2011 | Feminização ou feminilização? apontamentos em torno de uma categoria | Ensaio teórico | Temporalis | Trabalho |
| 2012 | O desenvolvimento do capital no campo no contexto atual e os impactos nas relações de gênero | Ensaio teórico | Revista Políticas Públicas | Organização das mulheres e reflexões feministas |
| 2012 | Política social, famílias e gênero: temas em discussão | Ensaio teórico | Revista Argumentum | Famílias, políticas sociais e violência contra mulher |
| 2012 | Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher | Resultado de pesquisa | Temporalis | Famílias, políticas sociais e violência contra mulher |
| 2013 | Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul | Resultado de pesquisa | Temas e contextos | Sexualidade e identidade de gênero |
| 2014 | Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe - uma análise feminista-materialista | Ensaio teórico | Revista Temporalis | Organização das mulheres e reflexões feministas |
| 2014 | Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações | Resultado de pesquisa | Serviço Social e Sociedade | Serviço Social |
| Total: 17 Artigos | | | | |

Elaboração própria.

Após a demonstração do percurso teórico-metodológico desenvolvido, prosseguiremos com a análise da seguinte maneira: primeiro faremos uma apresentação geral dos artigos por áreas temáticas para, em seguida, apresentarmos a compreensão dos eixos de análise: utilização das categorias gênero, relações sociais de sexo e/ou relações patriarcais de gênero; patriarcado e divisão sexual do trabalho; perspectivas de articulação das categorias classe, “raça”/etnia com as relações patriarcais de gênero e Serviço Social.

Na apresentação por área temática, expusemos os artigos sem realizar inferências sobre o conteúdo e os caminhos teórico-metodológicos que os autores adotaram. Procuramos manter as expressões utilizadas e, por isso, aparecerão entre aspas. Em seguida, faremos uma exposição com reflexões dos eixos de análise mencionados no parágrafo anterior, procurando situar, a partir do acúmulo construído nesta dissertação, como as categorias de análise que subsidiam a compreensão das relações patriarcais de gênero têm sido incorporadas nestas produções.¹¹³

4.3 A produção do conhecimento a partir das áreas temáticas

Inicialmente, gostaríamos de afirmar que temos a clareza de que a sistematização de cinco áreas temáticas é insuficiente para dar conta da grandeza e da variedade de conteúdos discutidos pelos autores. Além disso, compreendemos que o debate das relações patriarcais de gênero atravessa a vida social e, por isso, qualquer exercício de classificação temática pode ser complexo e ocultar determinações expressas nas reflexões dos/as autores/as.

No entanto, para facilitar a exposição, procuramos subdividir cinco áreas temáticas para agrupar os artigos na exposição. É interessante notar que essa forma de classificação também pode contribuir para que, na leitura inicial das reflexões expostas nos artigos, as distintas abordagens sobre a mesma temática transpareçam.

Feitas estas considerações construímos uma subdivisão por área temática e classificamos 5 artigos no eixo “organização das mulheres e reflexões feministas”, 2 artigos no eixo “trabalho”, 5 artigos no eixo “famílias, violência contra as mulheres”, 3 artigos no

¹¹³ Para subsidiar a análise das categorias a partir do pensamento dos/as autores/as, optamos por construir fichas de leitura que tinham como objetivo tabular e organizar a compreensão das categorias a partir dos artigos analisados. Esta ficha de leitura era composta pelos seguintes elementos: identificação da revista, título do artigo, autoria, caráter do artigo, área temática, resumo, palavras-chave, objetivos e as citações referentes ao tratamento dado às categorias analisadas.

eixo “sexualidade e identidade de gênero” e 2 artigos no eixo “Serviço Social”. Tudo isso será indicado na tabela 8, a seguir:

Tabela 8 - Quadro de artigos selecionados por periódico e área temática

| Revistas | Áreas Temáticas | | | | | |
|----------------------------|---|----------|--|------------------------------------|----------------|-------|
| | Organização das mulheres e reflexões feministas | Trabalho | Famílias, políticas sociais e violência contra as mulheres | Sexualidade e identidade de gênero | Serviço Social | Total |
| Argumentum | | | 1 | | | 1 |
| Em Pauta | | | | 1 | | 1 |
| Katálisys | 2 | | | 1 | | 3 |
| Políticas Públicas | 1 | | 1 | | | 2 |
| Ser Social | | | | | | 0 |
| Serviço Social e Sociedade | 1 | 1 | 1 | | 1 | 4 |
| Temas e Contextos | | | 1 | 1 | | 2 |
| Temporalis | 1 | 1 | 1 | | 1 | 4 |
| Total: | 5 | 2 | 5 | 3 | 2 | 17 |

Elaboração do próprio autor desta dissertação, Leonardo Nogueira Alves.

4.3.1 Organização das mulheres e reflexões feministas

Nessa área temática apresentaremos as contribuições de Lisboa (2002), Osterne e Gehlen (2005), Santos e Oliveira (2010), Nascimento (2012) e Cisne (2014). Do ponto de vista da regionalidade, quatro publicações são vinculadas aos grupos de pesquisa da região nordeste e uma da região sul. A seguir, faremos uma exposição dos artigos por ano de publicação.

Como parte dos resultados da pesquisa de doutoramento, no artigo intitulado “Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de empoderamento”, Lisboa (2002) procura analisar o processo de empoderamento de mulheres migrantes que vivem nas periferias de Florianópolis, procurando dar ênfase ao modo como as “condições” de gênero, raça/etnia e classe se articulam.

A autora pesquisa, por meio do método biográfico, a história de vida das mulheres miscigenadas entre brancos e indígenas, ou seja, de origem “cabocla”. Essas mulheres, impulsionadas por agentes externos participam de vários processos de lutas, dentre estes, a luta por moradia. As entrevistadas pela autora participaram de associações comunitárias, assembleias, cooperativas etc. Para Lisboa (2002, p. 36), as mulheres “conquistaram nesta luta um poder afirmativo que as transformou em sujeitos políticos, com fala própria, com capacidade para intervir, decidir, deliberar e [...] lutar por objetivos importantes para suas vidas e das comunidades em que vivem”.

Para subsidiar essa análise, Lisboa (2002) recorre à contribuição dos estudos feministas para compreender os processos de “empoderamento” das mulheres caboclas. A autora realiza uma crítica aos pressupostos de homogeneidade da experiência social das mulheres. Assim, é necessário compreender como as condições de gênero, classe, raça/etnia, nacionalidade, classe e sexualidade conformam uma heterogeneidade da categoria mulher. Além desse elemento, também destaca que é um legado do feminismo a demonstração de que o “sexismo, o classismo e o racismo são formas de opressão e violência que permeiam as relações sociais, definindo padrões assimétricos entre homens e mulheres” (LISBOA, 2002, p. 37). Para a autora, há um processo de alquimia que conforma as especificidades dessas mulheres caboclas, mães, moradoras das periferias etc.

Essa análise também permite pressupor que o conteúdo dos fluxos migratórios deve ser analisado considerando as assimetrias entre homens e mulheres. Para isso, Lisboa (2002) exemplifica esse pressuposto ao identificar as tendências de “feminização da pobreza” e “feminização da migração”.

Em sua análise, a autora procura incorporar uma “*perspectiva de gênero*” que, por sua vez, permitiria ressignificar a história, a sociedade, a cultura e a política a partir de uma perspectiva das mulheres. Para Lisboa (2002), essa perspectiva proporciona desconstruir as relações de poder entre os gêneros, os estatutos construídos sobre os homens e as mulheres, assim como implica numa nova postura frente à concepção de mundo, os valores e o modo de vida.

Ao incorporar a chamada “*perspectiva de gênero*”, Lisboa (2002) procura particularizar a análise do papel das mulheres nos fluxos migratórios. Os fluxos migratórios podem ser de caráter individual ou coletivo, espontâneo ou forçado. Entretanto, os processos migratórios analisados pela autora possuem relação explícita com a histórica expropriação de terras que expulsou os camponeses do meio rural para as cidades. A autora também relata processos como separação e/ou viuvez, busca por acesso aos serviços de saúde e serviços de assistência que também motivaram as migrações das mulheres pesquisadas. Lisboa (2002) também destaca o peso das “redes” sociais no processo de aculturação das migrantes, constituídas pelos próprios familiares, pelos vínculos estabelecidos nas comunidades, Organizações Não Governamentais (ONG’s), movimentos sociais e partidos políticos. Para a autora, Esses “agentes externos” impulsionaram a tomada de consciência dessas mulheres, politizando sua vida doméstica e os processos sociais que vivenciavam.

Esse processo de consciência pode ser apreendido na formulação de Lisboa (2002) como parte do processo de “empoderamento” das mulheres. A autora incorpora a noção “empowerment” da sociologia estadunidense, notadamente do pensamento de John Friedmann.¹¹⁴ Lisboa (2002) avalia que é necessário construir uma visão de poder que não apenas oprima e produza exclusão, mas, ao contrário, um poder que revalorize, afirme e reconheça os sujeitos, procurando potencializar suas ações, reconhecendo os sujeitos que são oprimidos, dotando-os de capacidades para o seu protagonismo na tomada de decisões.

A partir de uma concepção “desconstrucionista” que afirma uma “nova” perspectiva de poder, Lisboa (2002) compreende que o empoderamento das mulheres implica uma ruptura com o “poder patriarcal” fundado na opressão. O poder das mulheres deve ser fundado por vários recursos como: a eliminação da “vulnerabilidade de gênero”, o respeito à integridade das mulheres, a paridade na tomada de decisões, o poder para afirmar-se no mundo com reciprocidade, o poder para reconhecer-se nas instituições e na cultura, o poder para obter recursos necessários à sua satisfação, a vivência de relações de igualdade entre homens e mulheres etc.

A partir da elaboração de John Friedmann, Lisboa (2002) incorpora a noção de que existem três tipos de empoderamento fundamentais para as mulheres: o social, o político e o

¹¹⁴ John Friedmann nasceu na Áustria em 1926 e atualmente vive nos Estados Unidos. Estudioso das formas de desenvolvimento alternativo, Friedmann foi um dos responsáveis pela noção de empoderamento largamente utilizada no mundo inteiro. Para Friedmann *apud* Lisboa (2002, p. 42) o empowerment “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício da cidadania”.

psicológico. A autora destaca que, para que seja viável construir essa nova perspectiva de poder, é imprescindível edificar mudanças profundas na sociedade.

Lisboa (2002) percebe que a gênese do empoderamento das mulheres caboclas migrantes assenta-se na luta pela moradia. A partir da participação de espaços coletivos como as ONG's, as mulheres passaram a buscar seu direito por moradia. Essas formas de luta proporcionaram uma mudança qualitativa na vida das mulheres, exemplificado no processo de participação do espaço público e exercício da cidadania.

O processo de 'empoderamento' das mulheres iniciou-se, primeiramente, na aquisição do espaço doméstico, espaço onde ocorrem as relações de produção e reprodução do cotidiano e onde elas desenvolvem sentimentos de autoconfiança. Neste espaço, também ocorreram muitas lutas relacionadas à divisão de papéis e à igualdade das relações de gênero: elas rebelaram-se contra as relações pautadas pelo patriarcalismo e contra a vigência da ética do cuidado somente para as mulheres. A 'conquista da casa' levou as mulheres a iniciarem seu engajamento político, pois essa luta travou-se no espaço público. Ela impactou no despertar de sua consciência crítica, em sua participação em grupos e associações organizativas, na percepção das contradições da realidade, na descoberta de suas carências e necessidades, no sentimento coletivo de estar compartilhando com muitas outras mulheres uma situação comum e de mesma identidade (LISBOA, 2002, p. 43).

Em suma, o processo de empoderamento das mulheres caboclas e sua inserção na vida pública significou, com base na pesquisa realizada, uma redefinição dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Essa mudança é constatada nas mudanças de responsabilidade para com o lar e na ampliação da participação das mulheres nas organizações comunitárias que repercutiu numa problematização sobre sua própria condição de mulher, da sua submissão em relação aos maridos. Lisboa (2002) salienta que o processo de empoderamento dessas mulheres foi uma experiência coletiva que encontra na conquista da casa própria um elemento crucial para politizar suas relações familiares.

Para Osterne e Gehlen (2005), existe um dilema intrínseco ao desenvolvimento do feminismo. Essa tema será alvo das reflexões contidas no artigo "A condição paradoxal que constitui o feminismo: dilemas sobre igualdades e diferenças", no qual as autoras realizam algumas reflexões teóricas, especialmente a partir da obra de "*Cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*", de autoria da historiadora estadunidense Joan Scott.

As autoras defendem a tese de que a "histórica oposição entre igualdade/diferença que, em última instância, termina por constituir-se uma armadilha, no interior da qual se coloca o pensamento e também a ação das mulheres, persiste aparecendo como um tema fecundo para o debate" (OSTERNE; GEHLEN, 2005, p. 141-142). Assim, o debate em tela tem ocupado

preocupações distintas, seja no âmbito da produção do conhecimento seja na luta política das mulheres.

Desde a Revolução Francesa as mulheres têm empreendido esforços na luta pela igualdade. A problemática gira em torno da defesa de que as diferenças sexuais não podem ser afirmadas como pretexto para a promoção de desigualdades. No decorrer do tempo, o feminismo também construiu uma abordagem que procura dar ênfase nas diferenças que existem entre homens e mulheres.¹¹⁵

As autoras recorrem ao pensamento de Elisabeth Badinter e Joan Scott, evidenciando suas divergências na interpretação do dilema igualdade/diferença. Se para Badinter é um equívoco a prioridade da diferença em detrimento da igualdade,¹¹⁶ para Scott, não há como tomar uma posição frente a este dilema, sendo que tanto igualdade quanto feminismo é resultado do próprio desenvolvimento do feminismo. Dito isto, a autora envereda pela contribuição de Scott destacando que a questão da igualdade/diferença deve ser compreendida como um paradoxo constituinte do feminismo. O sentido do termo “paradoxo” deve ser apreciado na conformação de ambiguidades inerentes ao próprio feminismo e não como algo pejorativo e incompleto, fruto da incapacidade das mulheres de resolverem este dilema.

Em suma, “no que pese a polêmica da dualidade entre igualdade/diferença, parece estar mais do que claro que esta, por ser uma falsa questão, também será uma falsa escolha” (OSTERNE; GEHLEN, 2005, p. 163).

No artigo “Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços”, Santos e Oliveira (2010) buscam discutir os limites e as possibilidades das lutas por igualdade de gênero empreendidas pelo movimento feminista, identificado como sujeito político central deste processo. As autoras partem da premissa de que o modo como os homens e as mulheres vivem (tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo) é um produto das relações sociais. Como esta sociedade é organizada a partir da

¹¹⁵ Para ampliar a compreensão sobre a problemática do feminismo da diferença, cabe fazer a seguinte citação: “as feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista que predominava na França, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e de Jacques Derrida [...], passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649). Para maior detalhamento do pensamento das autoras, verificar: NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em

¹¹⁶ “Indagada sobre a possibilidade de uma estrada certa para o feminismo, Badinter responde que a estrada certa seria retornar a um modelo universalista, no qual a semelhança entre os sexos seria mais importante do que as diferenças” (OSTERNE; GEHLEN, 2005, p. 144).

lógica do modo de produção capitalista, as condições postas por essa sociabilidade devem ser consideradas numa análise das relações gênero.

As autoras prosseguem sua linha de raciocínio procurando trazer à baila a discussão do significado da construção social do gênero, do patriarcado e da divisão sexual do trabalho como elementos centrais para compreender a luta feminista no contexto da sociedade capitalista. Ancoradas no pensamento de Heleieth Saffioti, Santos e Oliveira (2010) destacam que os estudos sobre relações de gênero contribuem em três aspectos fundamentais, sendo estes, a percepção de que as desigualdades de gênero são construções sociais, a desnaturalização e o processo de historicização das desigualdades e, por fim, a incorporação de uma base subjetiva e simbólica da subordinação das mulheres para além da dimensão material. Também destacam a necessidade de compreender a dinâmica que emerge nos contextos em que, além da luta de classes, as características de raça e orientação sexual se entrelaçam à dinâmica das relações de gênero. Assim, para as autoras é preciso considerar essas dimensões de forma mais ampla e não reduzida ao debate da luta por “equidade de gênero”. Ao contrário, faz-se necessário lutar pela “igualdade substantiva” que, por conseguinte, é incompatível como a ordem do capital e suas características basilares de exploração e desigualdade.

Também demarcam, do ponto de vista histórico, que a emergência da propriedade privada deve ser considerada para pensar os processos de subordinação das mulheres. Para as autoras, com essa forma de propriedade também emerge formas de organização do trabalho e relações familiares que incidem diretamente sobre o modo de socialização de homens e mulheres. Passa a ser relegado às mulheres as tarefas de cuidado e quando são inseridas no espaço público assumem tarefas consideradas femininas que também se associam ao cuidado. Incorporando as análises de Helena Hirata e Daniele Kergoat, as autoras ressaltam que a divisão sexual do trabalho contribui para separar e hierarquizar os trabalhos que passam a ser considerados femininos e masculinos.

Santos e Oliveira (2010) também defendem que é necessário compreender como a construção social dos homens e das mulheres está subsumida ao patriarcado. As autoras ampliam esta análise evidenciando que há uma relação intrínseca entre o capitalismo e o patriarcado que conformam as relações de gênero. Ou seja, na perspectiva de análise defendida no artigo em tela, não é possível compreender as relações de gênero fora do contexto da exploração/dominação patriarcal-capitalista. Fundamentam que o sistema capitalista se beneficia da opressão das mulheres e que para romper com essa situação é

necessário construir uma luta ampliada por uma nova condição política, econômica e social que possibilita garantir uma efetiva igualdade entre homens e mulheres.

A partir dessas constatações sobre o modo como se gesta a opressão das mulheres as autoras procuram expor como a luta feminista se interpõe diante dessas desigualdades. Ressaltam que tem sido fértil a interlocução de setores do feminismo com organizações coletivas da classe trabalhadora como, por exemplo, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. É neste terreno que se reitera o desafio de articular o “feminismo crítico” com um projeto emancipatório. Santos e Oliveira (2010) salientam que esse desafio não pode prescindir de uma interlocução com o marxismo. As autoras ressaltam que é necessário romper com a dicotomia entre as lutas específicas e as lutas gerais. A partir de uma percepção de que o feminismo não possui uma trajetória linear, Santos e Oliveira (2010) destacam o potencial da luta feminista que, articulada numa perspectiva da classe trabalhadora, conseguiu lograr conquistas históricas no âmbito dos direitos civis, trabalhista e sociais. As autoras exemplificam como frutos do feminismo vinculado à classe trabalhadora a melhoria nas condições de trabalho, o direito ao voto, as lutas por educação e saúde no Brasil e na Europa no período do século XIX ao século XX.

No âmbito da particularidade brasileira e latino-americana, reforçam que o movimento feminista, especialmente a partir da década de 1970, passa a ter fortes vínculos com a resistência às ditaduras que vigoravam no continente, assim como passa a ter articulações mais expressivas como movimentos de recorte étnico/racial e de orientação sexual. A partir dos anos 1980, tensionando a relação com o Estado, o feminismo começa a se colocar nas lutas por políticas públicas, notadamente, com reivindicações de ações do poder público para enfrentar a violência contra as mulheres. Neste período o movimento feminista alcança conquistas importantes a exemplo das delegacias especializadas em atendimento às mulheres. Entretanto, quando o receituário neoliberal passa a vigorar com expressividade no Brasil a partir de 1990, uma tendência de “*onguização*” influencia grande parte dos movimentos feministas que passam a executar parte dos serviços públicos que deveriam ser responsabilidade do Estado. Para Santos e Oliveria (2010), esse processo complexo envolve também uma discussão sobre a autonomia das organizações feministas.

No entanto, “a luta das mulheres e do movimento feminista tem tido alguns resultados expressivos, sobretudo, a partir dos anos 2000” (SANTOS, OLIVEIRA, 2010, p. 17). Tais avanços são exemplificados com quatro mecanismos de destaque: a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a convocação das conferências nacionais, a construção de planos nacionais de políticas para as mulheres e a aprovação da Lei Maria da

Penha. Contudo, tais conquistas ocorrem num momento de regressão de direitos do trabalho e, conseqüentemente, impactam na garantia integral dessas conquistas.

Por isso, o processo de emancipação das mulheres não se encerra na luta restrita aos marcos da sociedade capitalista. Estas lutas podem promover certos avanços, contudo, não colocam em xeque seu elemento fundamental: a desigualdade fruto do antagonismo de classe. Daí, reforçam a necessidade de construção de um projeto de emancipação articulado aos interesses da classe trabalhadora envolvendo as temáticas de raça e orientação sexual na construção de uma nova sociabilidade.

No artigo denominado “O desenvolvimento do capital no campo no contexto atual e os impactos nas relações de gênero”, Nascimento (2012) tem como finalidade compreender as transformações no âmbito do campo brasileiro e analisar os impactos desses processos na vida das mulheres.

A autora retoma os elementos do processo de modernização da agricultura, desde 1960, com o incremento de insumos químicos e introdução de máquinas, haja vista a necessidade de subsidiar o aumento da produtividade. Este é um processo que envolve, fundamentalmente, o Estado e o capital internacional expresso nos investimentos de empresas transnacionais. O processo de industrialização da agricultura brasileira propiciou a manutenção da concentração fundiária, da monocultura e possibilitou uma hegemonia do capital financeiro com suas transações comerciais internacionais com ênfase na produção em larga escala para exportação. São estas as bases do agronegócio brasileiro que produziu e produz efeitos deletérios para os/as camponeses.

A autora busca particularizar o modo pelo qual as mudanças no campo (com o avanço do agronegócio) interfere na vida das mulheres. Nascimento (2012) retoma elementos da caracterização de Danièle Kergoat sobre a divisão sexual do trabalho e seus princípios de separação e hierarquização para exemplificar o modo pelo qual as mulheres vivenciam a realidade camponesa. Assim, destaca que desde 1950 existem ações do Estado voltadas para reiterar o papel das mulheres na reprodução, na higiene, na educação alimentar, no cuidado com as crianças etc.

Com o cenário neoliberal no Brasil a partir dos anos 1990 a situação de campo se complexifica ainda mais. “A dinâmica de acumulação do capital, focada nesse modelo agrícola e mineral, reatualiza as desigualdades regionais já existentes no país. [...] algumas regiões transformam-se [...] em espaços [...] para a economia de enclave necessária ao capital”(TAVARES, 2012, p. 276). Fazendo referência à divisão sexual do trabalho, a autora percebe que a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo relegava as mulheres a uma

sub-representação (ou invisibilidade) nos levantamentos e dados oficiais sobre a participação das mulheres na agropecuária. Esse fator acarreta inúmeros entraves como, por exemplo, nas políticas públicas. Tavares (2012) também constata que, embora houvesse na Constituição de 1988 uma designação de que a titularidade da terra estivesse em nome da mulher, havia uma baixa representação das mulheres beneficiárias da reforma agrária na condição de titulares da propriedade.

Além disso, Tavares (2012) percebe que esse modelo de agricultura impacta diretamente o conjunto dos camponeses, mas, reflete de forma particular nas mulheres. Como a proporção de mulheres que se inserem prioritariamente na produção para subsistência é quase sete vezes maior que os homens, o avanço do capital sobre a fauna, a flora, o controle das sementes e dos bens naturais impõem óbices a continuidade do trabalho desempenhado pelas mulheres. Nas palavras da autora, “as mulheres do campo e da floresta passaram a conviver com a diminuição de recursos naturais dos quais retiravam sustento alimentar das suas famílias, e de onde auferiam renda com os produtos dali oriundos [...]” (TAVARES, 2012, p. 278).

Tavares (2012) também percebe que, com avanço das orientações neoliberais, há uma retração das políticas públicas que atendem ao campo e com isso acentua uma sobrecarga do trabalho das mulheres que se colocam como responsáveis pelo cuidado, pela saúde e pela educação dos membros familiares. Ou seja, a ausência de determinados serviços públicos provocam o aumento da carga de trabalho das mulheres na produção e reprodução social. Outro desdobramento do avanço do capital pode ser verificado na saída das mulheres jovens para as cidades em busca de melhores condições de trabalho, assim como a saída de muitos homens do campo têm implicado que as mulheres se tornem “chefes de família” em condições extremamente adversas. A autora também afirma que é necessário efetivar políticas sociais que contribuam na construção da autonomia das mulheres no mundo do trabalho como creches e abrigo para idosos. Por fim, Tavares (2012) ressalta a necessidade da realização de uma reforma agrária estruturante capaz de alterar os padrões impostos pelo capitalismo no campo.

No artigo denominado “Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista”, Cisne (2014, p.133) busca “analisar os fundamentos teóricos e políticos da opção pela utilização da categoria relações sociais de sexo consubstanciada com as relações sociais de “raça”/etnia e de classe nos estudos feministas”. Para justificar esta opção, Cisne (2014) construirá, a partir de uma perspectiva feminista materialista, uma crítica aos chamados “estudos de gênero”, demonstrando suas implicações teóricas e políticas. De

acordo com a autora, as “discussões de gênero” são difundidas no Brasil a partir do artigo de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, em detrimento dos estudos feministas e estudos sobre a mulher.

A partir de uma abordagem do feminismo materialista francófono, Cisne (2014) procura evidenciar o significado da utilização prioritária da categoria “relações sociais de sexo”. Conforme a autora, esta elaboração tem sua origem na língua francesa e seu sentido deve ser apreendido levando em consideração que no português as palavras *rapport* e *relations* possuem a mesma tradução. Ambas designam “relação”, porém *rapport* possui um significado de relações de caráter amplo, entre grupos e classes. Por sua vez, *relations* designa relações interpessoais. Uma *rapport* deve ser apreendida como uma relação estruturante. Por isso, na língua francesa o feminismo cunhou a expressão *rapports sociaux de sexe* que significa relações [*rapports*] sociais de sexo.

Cisne (2014) adverte que os estudos sobre as relações sociais de sexo surgem na França em meados nos anos 1980 vinculado aos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, sendo esta um ponto de notável acúmulo das perspectivas feministas que se inspiram no marxismo. Já o conceito de “gênero” estaria vinculado a outro contexto e, marcado pela academia estadunidense, subsidia intervenções mais institucionalizadas e menos conflitantes, sendo estes estudos fortemente difundidos na América Latina pelos organismos internacionais.

Cisne (2014) sintetiza críticas contundentes aos estudos de gênero, dentre estas, a centralidade nos aspectos simbólicos (forte ênfase culturalista) em constante polarização com a dimensão material, a difusão da existência da dicotomia sexo/gênero que propicia a naturalização da categoria sexo (sendo que o sexo é uma construção histórica e social) e a ocultação do conteúdo conflitante das relações sociais de sexo. A partir de Heleieth Saffioti, a autora também acrescenta que gênero é uma palavra polissêmica e de baixo nível de compreensão fora da academia. Desse modo, os estudos de gênero possuem pouca capacidade de serem assimilados pelas mulheres, especialmente da classe trabalhadora que não tem formação universitária e que são sujeitas da luta feminista.

Após explicitar a acepção da expressão relações sociais de sexo e de realizar uma crítica aos estudos de gênero, Cisne (2014) busca tecer considerações sobre a necessidade de articulação das relações sociais de sexo, classe e “raça”/etnia. Também incorpora a fundamentação do feminismo materialista francófono ao entender que as relações sociais são consubstanciais e coextensivas. Para a autora, essa perspectiva se aproxima com o pensamento de Heleieth Saffioti que identificou que o patriarcado, o racismo e o capitalismo

formam um novelo ou, simplesmente, um *nó*. Nestas perspectivas, as relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe não são adicionais, mas estão em constante dinamismo produzindo a realidade concreta. Sendo assim, só num exercício de abstração é possível compreendê-las de formas fragmentada.

Em suma, a “utilização prioritária do termo ‘relações sociais de sexo’ [...] não deixa dúvida no que diz respeito ao seu vínculo com a ideia de antagonismo social correspondente as relações de exploração e dominação” (CISNE, 2014, p. 146). Além disso, a compreensão das relações sociais de sexo devem estar sempre atreladas às dinâmicas de “raça”/etnia e classe e as respostas a estas formas de opressão devem ser, sobretudo, coletivas. Ou seja, um amplo esforço dos movimentos sociais e partidos de esquerda na construção de um projeto feminista, antirracista e anticapitalista.

4.3.2 Trabalho

Nessa área temática apresentaremos as contribuições de Coelho (2002) e Yannoulas (2011). No artigo intitulado “O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida”, Coelho (2002) analisa os fatores que repercutem na qualidade de vida das mulheres trabalhadoras urbanas e seus reflexos nas relações familiares. Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa que subsidiou a construção da tese de doutorado da autora. Neste texto Coelho (2002) procura dar ênfase às relações que se estabelecem a partir do ingresso das mulheres no mercado de trabalho levando em conta seus desdobramentos no espaço privado. Por fim, a autora coloca em destaque o papel do Estado e das políticas públicas diante dos carecimentos que se apresentam às mulheres neste contexto.

Para Coelho (2002), são as mulheres que arcam com os “ônus” da sua inserção no mercado de trabalho. Para adensar essa constatação, a autora explora alguns considerações sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho, dentre estas, a baixa remuneração, as dificuldades de negociações coletivas para ampliação dos direitos (muitas vezes se reduzem a questões relacionadas à maternidade), a discriminação implícita e/ou explícita, o assédio sexual, entre outras.

De acordo com a autora, se a inserção dos homens no mundo do trabalho não tem sido pautada por fatores familiares, a mesma constatação não se infere sobre o emprego feminino. A responsabilização das mulheres pelas tarefas domésticas interfere diretamente nas

possibilidades de inserção feminina no mercado de trabalho. Conforme Coelho (2002) argumenta, os homens não são compelidos a problematizarem sua inserção no mercado de trabalho por possuírem filhos/as. Já as mulheres, antes de se inserirem no mundo do trabalho, terão de analisar fatores como:

[...] estado conjugal e a presença de filhos, agregados à idade e à escolaridade destes e a organização do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar, muito embora hoje a necessidade econômica e a existência de emprego tenham papel fundamental em suas decisões (COELHO, 2002, p. 68).

No entanto, Coelho (2002) também observa que a inserção das mulheres no mercado de trabalho representa um avanço significativo. A autora percebe que este processo é encarado como uma realização pessoal, espaço de valorização da sua individualidade e capacidades.

Ao permanecerem nos seus respectivos empregos as mulheres enfrentam novos desafios, dentre estes, as poucas mudanças no âmbito privado. Ainda compete às mulheres a responsabilidade com o trabalho doméstico e os homens não tem sido suscetíveis a mudanças na lógica de organização das tarefas da casa, noutros termos, “o caminho que vem sendo construído pelos homens situa-se hoje mais no campo da ajuda do que propriamente da partilha de responsabilidade” (COELHO, 2002, p. 72). Nessas condições aludidas, as mulheres se submetem a um cotidiano profundamente estressante, acumulando várias funções que produzem um imenso desgaste físico e emocional.

Por fim, a autora destaca que as mulheres ainda convivem com um Estado que transfere para a sociedade e para as famílias os encargos com a produção e reprodução social. Essa desresponsabilização impacta diretamente na vida das mulheres que mantêm um ritmo extenuante. Destarte, é necessário afirmar que as mulheres não devem ser as únicas responsáveis pelos encargos familiares. Por sua vez, estes encargos devem ser compartilhados com os homens e, sobretudo, com o Estado.

Yannoulas (2011), no artigo denominado “Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria” tem como objetivo apresentar as diferentes conceitualizações aplicadas na compreensão do modo com as mulheres acessam o mercado de trabalho. A autora defende que feminilização e feminização são categorias distintas, embora sejam explicitamente complementares. Em resumo, a feminilização tem como fio condutor uma abordagem quantitativa. Essa conceituação prioriza a verificação do contingente de mulheres que atuam em determinadas profissões e ocupações. A feminização implica uma abordagem qualitativa, ou seja, uma análise sobre o modo como se opera essa entrada

“massiva” de mulheres e as modificações daí decorrentes. Assim, o significado da feminização inclui o significado de feminilização e o expande qualitativamente.

A autora situa este debate a partir da análise da profissão docente e destaca que na América Latina a emergência de um “corpo docente” aconteceu paralelamente ao processo de feminização deste segmento.¹¹⁷ Tal profissão foi considerada uma ocupação ideal para as mulheres que, por sua vez, cumpriam uma função de professora e mãe. A formação de um corpo docente majoritariamente feminino requisita às mulheres capacidade de transmissão de normas e valores, difusão do conhecimento (não produzem, nem criticam, apenas repassam o saber produzido) e habilidades para lidar com crianças de forma pedagógica.

Esse dilema é parte do movimento posto pela divisão sexual do trabalho, conforme a autora sinaliza e incorpora a elaboração de Danièle Kergoat. Para sintetizar o movimento percebido pela autora, ao distinguir o conteúdo teórico e político das abordagens feminização e feminilização, identificamos que a análise dos impactos da divisão sexual do trabalho é fundamental.

Postulamos que existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação (feminilização, contabilidade de pessoas de sexo feminino ou fêmeas) e a progressiva transformação qualitativa da mesma (feminização, caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão). Com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações e o trabalho perde prestígio social. Sob outra perspectiva, quando as profissões se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (função dos cuidados) (YANNOULAS, 2011, p. 284).

Por fim, Yannoulas (2011) ressalta que esta discussão é recente na realidade brasileira. Só a partir de 1990 essa categoria passa a ser incluída nos estudos sobre o mundo do trabalho. O desafio posto para esse debate exige ir além das abordagens quantitativas, identificando as recentes configurações da divisão sexual do trabalho e suas formas de precarização, exploração e flexibilização do trabalho das mulheres.

¹¹⁷Yannoulas (2011) resguarda que na Europa, por exemplo, o processo de “feminização” da profissão docente se deu de forma tardia, com inúmeros conflitos e estava associado à saída dos homens para atuar nas guerras e ao processo de instauração de educação mista entre crianças. Já na América Latina, a obrigatoriedade do ensino escolar e a formação de um corpo docente (já feminino) ocorreram quase paralelamente.

4.3.3 Família, políticas sociais e violência contra as mulheres

Nessa área temática apresentaremos as contribuições de Carloto (2005; 2006) Tavares (2010), Freitas *et al* (2012) e Grossi *et al* (2012). Nesta área, é possível considerar o caráter de regionalidade visualizando que três publicações têm origem nos grupos da região sul, um da região nordeste e um da região sudeste.

Para Carloto (2005), no artigo intitulado “A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza”, é crescente, na realidade brasileira, a quantidade de famílias em que as mulheres são as principais provedoras econômicas, mesmo tendo como principal fonte de sustento os benefícios de transferência de renda.

Neste trabalho a autora sistematizou reflexões e dados de uma pesquisa realizada com usuárias do Programa Bolsa-Escola em Londrina. As sujeitas da sua pesquisa foram as mulheres em situação de extrema pobreza que, entre 2003 e 2005, eram responsáveis economicamente por seus lares. Carloto (2005) identificou que 38% das famílias cadastradas no programa eram chefiadas por mulheres.

A autora procurou dar ênfase na problematização da concepção de família, sendo esta identificada por seu caráter histórico e mutável a depender das formas de organização da sociedade. Ou seja, para Carloto (2005) é equivocado compreender a problemática da *família* de forma homogênea como se esta fosse portadora de um modelo mais apropriado que outros. Sendo a família uma criação histórica, as formas de divisão de papéis dentro desta também não é natural. Ao contrário, é a partir do século XVIII – período em que as famílias transitam de uma unidade de produção para uma unidade de consumo – que se estabelece uma rígida dicotomia entre o público e o privado, entre o econômico e o pessoal no contexto da nascente sociedade capitalista.

Para Carloto (2005), também se estabelece uma rígida divisão sexual do trabalho com foco no isolamento das mulheres ao espaço doméstico. A autora destaca que mesmo sendo alocadas nos espaços de produção social, as mulheres permaneceram responsáveis pela esfera doméstica. Reafirma-se, assim, um modelo de família ideal e harmônica (homem, mulher e filhos/as), onde não haveria conflitos decorrentes dos papéis desempenhados com vistas à reprodução dos valores e da moral burguesa. No entanto, Carloto (2005) busca demonstrar que não há um modelo ideal de família, ao contrário, esta perspectiva, inclusive, oculta a diversidade de famílias e as precárias situações que muitas mulheres pobres vivenciam ao serem responsáveis pelo sustento das suas famílias.

Sobre o perfil socioeconômico da amostra pesquisada (38% das usuárias do programa “Bolsa-Escola” em Londrina), Carloto (2005) identificou que 80% das mulheres se concentravam na faixa etária de 30 a 49 anos. Além disso, 28% possuíam 03 filhos, sendo que a maioria destes (57,49%) estava na faixa etária de 07 a 15 anos. A autora explicita que este perfil identificado implica reconhecer as necessidades de ampliação da educação infantil e as dificuldades das mulheres acessarem melhores alternativas no mercado de trabalho.

Carloto (2005) também ressalva que é necessário problematizar a concepção de chefia de família e núcleo familiar. Nem sempre a chefia de família é atribuída pela dimensão econômica (as vezes possui uma conotação geracional) e os núcleos familiares não são necessariamente conjugais. A autora também vai além problematizando que a concepção chefia familiar tem sido utilizada demonstrando quase que uma “anomalia” das famílias chefiadas por mulheres.

A autora apreende que a utilização do termo “chefia feminina” pode contribuir para identificar as famílias pobres em situação de desvantagens e vulnerabilidade. Carloto (2005) também constatou que as mulheres associam a chefia de família não só a manutenção econômica, mas, ao fato de terem responsabilidades com o cuidado dos filhos. Além disso, a pesquisa constatou que as entrevistadas percebiam que a dimensão do cuidado era mais apropriada às mulheres. Assim, identifica-se uma legitimação dos papéis que cabem às mulheres nessa condição de chefes de família. Algumas apontaram que sua condição atual se deve a ausência de uma figura masculina que cumpriria este papel.

Por fim, Carloto (2005) salienta que o crescimento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres é uma tendência internacional e deve ser analisada de forma articulada ao fenômeno de “feminização da pobreza”. Também destaca que as características de classe e etnia também devem ser consideradas para a construção de propostas de políticas públicas de enfrentamento a condição de pobreza dessas mulheres.

No artigo intitulado “Gênero, políticas públicas e centralidade na família”, Carloto (2006) objetiva refletir sobre o “enfoque dado às mulheres nas políticas públicas de combate à pobreza, a partir da centralidade na família” (CARLOTO, 2006, p. 139). Em face da massiva inserção de assistentes sociais nas políticas públicas, a autora percebe que este é um tema que demanda investimentos na formação e no trabalho profissional. A autora destaca que o Serviço Social brasileiro empreendeu críticas às visões neoliberais presentes nas políticas públicas por meio das noções de cidadania, justiça social e desigualdade, porém a profissão realizou um crítica contundente a partir do conceito de gênero.

Isso porque, para Carloto (2006), o conceito de gênero está ancorado materialmente na divisão sexual do trabalho e está intimamente vinculado aos fatores políticos e econômicos de cada sociedade. Para a autora, a complexidade das relações sociais implica construir uma abordagem que considere as relações hierárquicas de poder entre gênero, classe e raça/etnia. Assim sendo, Carloto (2006) incorpora a noção de coextensividade das relações de classe e gênero, com base em Danièle Kergoat; e a noção de *nó* elaborada por Heleieth Saffioti no qual as dimensões de gênero, raça/etnia e classe estão fundamentalmente articuladas e imbricadas.

Carloto (2006) também nota que a utilização do conceito de gênero não pode ser tratado como sinônimo de “mulher”. Neste sentido, a autora revela preocupações com a deliberada utilização da noção de “transversalidade de gênero” nas políticas públicas pois esta noção pode ocultar ações com ênfase nas mulheres. Assim, o Estado precisa formular políticas que reconheçam que as mulheres encontram-se, majoritariamente, em condições de desigualdade. Adiante, a autora incorpora a concepção “bidimensional de gênero” proposta por Nancy Fraser e irá defender que as políticas públicas precisam incorporar uma “perspectiva de gênero” que, por sua vez, deve implicar num reconhecimento da desigualdade que atravessa a vida das mulheres.¹¹⁸

Feito estas considerações, Carloto (2006) afirma que as aborgens que problematizam a relação entre gênero e políticas públicas centram-se no seguintes temas: relação entre os papéis de gênero no âmbito privado e a alocação das mulheres como beneficiárias dos programas de combate à pobreza, concepções de igualdade, cidadania, a transferência de responsabilidades do Estado para as famílias e, notadamente, para as mulheres.

O que vem ocorrendo, conforme a autora sinaliza, é um processo de instrumentalização dos papéis imputados às mulheres como forma de responsabilizá-las pela possibilidade de desempenho das políticas sociais no neoliberalismo.

A premissa básica é que não só as mulheres são mais confiáveis como mães, como são mais confiáveis que os homens na aplicação correta do benefício e tão ou mais capazes do que eles, garantindo assim a eficácia dos programas. [...] A principal estratégia das políticas focalizadas centradas nas famílias tem sido a entrega de bens

¹¹⁸ Nancy Fraser é uma filósofa estadunidense que se destacou na literatura acadêmica a partir dos seus estudos sobre a concepção de justiça na perspectiva feminista. Esta autora formulou uma tese de que “gênero” deve ser tratado numa perspectiva bidimensional, ou seja, possui duas dimensões, sendo estas, a distribuição e o reconhecimento. Na perspectiva de distribuição percebemos que o gênero está atrelado a divisão do trabalho e reafirmando a dicotomia trabalho produtivo e reprodutivo. Assim, na perspectiva de distribuição o gênero atua conformando uma estrutura econômica que gera injustiças. Na perspectiva do reconhecimento, gênero atua nas representações culturais e simbólicas – codifica o masculino e o feminino - produzindo na ordem um status que gera injustiças, dentre estas, a baseada no androcentrismo.

ou atividades de capacitação que reforçam as habilidades consideradas adequadas às donas-de-casa e mães, não-trabalhadoras. Exemplos de programas são os de provisão direta de alimentos, de combate à desnutrição, de planejamento familiar, de erradicação do trabalho infantil, de fornecimento de gás de cozinha, e os programas Bolsa-escola e Bolsa-família (CARLOTO, 2006, p. 145).

Acresce a este cenário em que o neoliberalismo reitera os papéis historicamente atribuídos às mulheres, as transformações que ocorrem no âmbito das famílias, especialmente a chefia familiar feminina que tem sido acompanhada do crescimento da pobreza entre as mulheres. Diante da própria “condição de gênero” (responsabilidade pela esfera doméstica, violência doméstica, ausência de serviços públicos) as mulheres não têm conseguido extrapolar essa situação que se traduz na feminização da pobreza e ficam dependentes de programas seletivos, focalizados e transitórios. Frente a este contexto, é necessário construir ações no âmbito das políticas públicas que possibilitem as mulheres condições objetivas para sua autonomia pessoal, com autosustentação financeira, acesso a educação e a saúde (valorizando seus direitos reprodutivos), ampliação da participação das mulheres na definição dessas políticas etc.

Por fim, a autora procura compreender o significado do eixo matricialidade sociofamiliar do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Embora seja um avanço no âmbito da política de assistência social, este eixo tem reiterado um enfoque “familista”, no qual afirma-se uma centralidade da mulher-mãe. Assim, a ênfase na família contribuiu para reproduzir o papel imputado às mulheres e as responsabiliza por atribuições que são coletivas (da sociedade, do Estado e dos homens do grupo familiar).

No artigo denominado “Reinterpretando gênero, geração e identidade com trabalhadores(as) do suas, no município de Aracaju/SE”, Tavares (2010) procura sistematizar uma experiência de formação com profissionais do SUAS. A autora analisa o processo de desconstrução dos papéis de gênero com recorte geracional na construção de identidades. O trabalho da autora tem como base as reflexões travadas no decorrer da disciplina “Tópicos Especiais: Gênero, Geração e Construção de Identidades” no Curso de Especialização “A Política de Assistência Social sob a Perspectiva da Consolidação de Direitos”. Neste artigo, Tavares (2010) procura discutir sua compreensão sobre gênero, geração e identidade. Em seguida, a autora registra alguns destaques acerca do modo pelo qual os/as cursistas reagiram às discussões em sala de aula.

Para a autora, as reflexões do senso comum sobre as relações de gênero são atravessadas pela representação física dos seres humanos. Tavares (2010) parte de uma concepção que diferencia o sexo do gênero. Para ela o sexo refere a características biológicas

e o gênero às características culturais. Assim, gênero ultrapassa as características físicas e implica a percepção do modo pelo qual as ideologias e a política sobre os papéis atribuídos a cada gênero são disseminadas pela família, pelo Estado e pela religião. No âmbito da compreensão das identidades, Tavares (2010, p. 115) sintetiza que está é uma “representação e, por isso, não pode ser considerada uma entidade fixa”.

Sobre a categoria idade/geração a autora destaca esta “expressa relações de poder, mas envolve outra dimensão, a temporal, que é tanto ‘natural’ como social, por meio da qual elabora e reelabora seus sentidos” (TAVARES, 2010, p. 115). Além disso, Tavares (2010) adverte que os elementos geracionais devem ser analisados observando as particularidades de gênero e de classe social. Na perspectiva adotada, “gênero e idade/geração atuam como dimensões estruturantes de análise da vida social. Expressam relações básicas, por onde se entrelaçam subjetividades, identidades e se projetam trajetórias” (TAVARES, p.115).

No que diz respeito às temáticas tratadas na disciplina ministrada Tavares sintetiza que foram tratados

[...] a origem do termo gênero e sua utilização como categoria de análise da realidade social, destacando seu caráter fluido e dinâmico que, por meio da intersecção entre classe social, raça/etnia e geração a que pertencem cada indivíduo, entre outras variáveis, produz noções de masculinidade/feminilidade e sugere a possibilidade de constituição de diferentes arranjos de gênero. No segundo módulo, discutimos a incerteza que acompanha a sociedade moderna e tem levado os indivíduos a enfrentarem situações de risco impensadas para gerações anteriores, cuja influência se faz notar no processo de constituição de sua identidade pessoal e social e a construção de subjetividades correspondentes. Para tanto, discutimos o conceito de idade/geração e destacamos as novas formas e códigos que regem as relações entre os gêneros e gerações na sociedade atual.

A partir desta conteúdo abordado, Tavares (2010) procurou possibilitar que os/às cursistas refletissem sobre a forma como o gênero e a geração influenciam a construção das identidades dos indivíduos, buscando evidenciar como esses elementos impactam nas configurações familiares e nas vivências desses sujeitos. Por isso, gênero e geração deve ser adotados como recortes norteadores das ações na política de assistência social.

As observações da autora sobre esse processo formativo apontam que havia uma justaposição entre valores modernos e arcaicos evidenciados quando a turma discutia o papel das mulheres, especialmente, no âmbito do exercício da sua sexualidade. Apresentavam, ainda, “dificuldade de compreenderem que a identidade sexual dos indivíduos é elaborada em contextos sócio-históricos específicos e não se restringe ao binarismo, as relações entre os sexos, podendo ultrapassar os padrões heteronormativos” (TAVARES, 2010, p. 117).

Por isso, a autora conclui que diante dos processos de intensa precarização do trabalho, intensificação da pobreza, da desigualdade social e da centralidade do papel das mulheres como responsáveis pela reprodução do grupo familiar, faz-se necessário ampliar os espaços de discussão sobre estas temáticas tratadas no curso. Tavares (2010) também reforça que é imprescindível suscitar estas temáticas entre os trabalhadores/as do SUAS para que sejam construídos estudos e pesquisas sobre o perfil dos usuários e suas necessidades, subsidiando a intervenção dos profissionais que atuam na política de assistência social.

No artigo “Política social, famílias e gênero: temas em discussão”, Freitas *et al* (2012) procuraram refletir sobre as políticas sociais voltadas para as famílias empobrecidas e lugar que as mulheres ocupam em face da ênfase na matricialidade sóciofamiliar dessas políticas. As autoras buscaram analisar este tema à luz de estudos realizados com usuárias do Programa Bolsa Família no município de Niterói/RJ.

Para estas autoras, pensar a relação entre proteção social, famílias e relações de gênero é um desafio fundamental para a construção de políticas que vislumbrem atender as necessidades dos sujeitos.

As autoras afirmam que a centralidade da família nas políticas sociais, especialmente na assistência social, tem se justificado com o argumento de que tais políticas poderiam ter maior potencial e impactar nas condições de vida da população usuária. No entanto, Freitas *et al* (2012) partem da concepção de que é necessário discutir o significado das famílias na realidade contemporânea problematizando o histórico papel que as mulheres ocupam no cuidado, na proteção e da educação do grupo familiar. Por isso, as autoras indicam que é possível que as políticas com centralidade nas famílias podem reiterar o papel historicamente designado às mulheres.

Também nos indicam que é necessário compreender as mudanças recentes na composição das famílias à luz das relações de gênero. Para as autoras, é imprescindível detectar como se dão as relações entre os homens e as mulheres que fazem parte das famílias beneficiárias dessas políticas. Dando ênfase ao Programa Bolsa Família (PBF), Freitas *et al*(2012) identificaram que o modo pelo qual os homens e as mulheres convivem com este programa guarda singularidades. As mulheres percebem o seu papel para com o PBF devido uma ideia de que a maternidade, ou seja, a responsabilidade com os filhos, implica num encargo diferente com o programa em relação aos homens. A ideia de que o PBF está atrelado a prole faz com que os homens se desresponsabilizem. Contudo, as autoras identificaram um elemento contraditório: as mulheres passam a fazer sozinhas a gestão desse benefício e concluem que

Isto pode gerar certo poder à mulher – não um poder que provoque grandes mudanças nas relações de gênero ou traga maior independência, mas traz a experiência de decidir sobre o destino deste dinheiro que é, em sua grande maioria, utilizado na compra de material escolar, roupas e sapatos para os filhos, bem como alimentos e utensílios para casa, além de – em menor proporção – pagarem contas de água, luz e gás (FREITAS *et al*, 2012, p.117).

Ou seja, as autoras perceberam que, mesmo reforçando o papel da mulher no cuidado e reponsabilidade com o grupo familiar, é possível que as mulheres possam construir estratégias de relativa autonomia, especialmente em contextos de separação e desemprego. Em suma, “se este por um lado reforça os papéis de gênero, possui também uma dimensão contraditória digna de ser ressaltada, pois efetivamente coloca a mulher como a principal gestora desse dinheiro” (FREITAS *et al*, 2012, p. 123).

No trabalho denominado “Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher”, Grossi *et al* (2012, p. 155) procuraram “verificar os avanços e desafios da Lei Maria da Penha na implementação das políticas de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Estado do Rio Grande do Sul”. As autoras se valeram de depoimentos de mulheres usuárias e de profissionais da rede de enfrentamento à violência doméstica.

Para as autoras, a violência doméstica contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos e atinge milhares de brasileiras independentemente da idade, classe social, escolaridade e da etnia, sendo que os principais agressores são, via de regra, os próprios cônjuges.

As autoras buscaram definir a violência contra a mulher, utilizando a legislação em vigor que trata do tema – a Lei Maria da Penha. Essa forma de violência se “caracteriza por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (GROSSI, *et al*, 2012, p. 156). A partir dessa caracterização sobre a violência doméstica contra as mulheres, as autoras sinalizaram a importância da implementação de políticas públicas que articulem as diversas esferas da vida social (educação, saúde, trabalho) como forma de ir além da dimensão do cuidado com os efeitos dessa forma de violência, mas, vislumbrando a construção de mecanismos de prevenção.

Grossi *et al* (2012) também destacaram que o Brasil é um país que ocupa a 80º posição no Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG). Este é um mecanismo que avalia as diferenças do desenvolvimento humano entre homens e mulheres de 146 países do mundo. Diante dessa posição do Brasil no IDG e levando em consideração os mecanismos já

aprovados no país como, por exemplo o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, as autoras alegam que é necessário políticas públicas com transversalidade de gênero. De acordo com as autoras,

A noção de transversalidade de gênero – ou *gender mainstreaming* – surgiu dos movimentos feministas internacionais, os quais constataram que as mudanças em relação à situação das mulheres no mundo têm sido pouco expressivas. Essa proposta prevê políticas transversais a todas as áreas e níveis de governo, atuando como estímulo para reformar e modernizar o aparelho estatal, além de incorporar aportes da sociedade civil na definição, execução e avaliação das ações junto às mulheres (GROSSI, *et al*, 2012, p. 160).

Além da transversalidade de gênero nas políticas públicas, Grossi *et al* (2012) salientaram que os princípios de intersetorialidade e a interdisciplinaridade devem fazer parte da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Esses dois princípios implicam, necessariamente, na capacidade de funcionamento de uma rede de serviços que envolva amplas ações (governamentais e comunitárias).

No que concerne ao estudo sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio Grande do Sul, Grossi *et al* (2012) verificaram que ainda é um desafio socializar com as mulheres os direitos já garantidos a exemplo da Lei Maria da Penha.

As autoras também perceberam que o “ciclo da exclusão” é um passo importante para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres. Por isso, é necessário compreendermos o processo de “feminização da pobreza” para romper com essa lógica em busca da “igualdade de gênero” por meio do “empoderamento” das mulheres. Acrescentam que, “se o exercício da cidadania, o direito a ter direitos, é negado pela violência, tem-se, conseqüentemente, a negação do sujeito de direitos, questão fundamental em casos de violência doméstica na esfera familiar” (GROSSI, *et al*. 2012, p. 164).

4.3.4 Sexualidade e identidade de gênero

Nessa área temática apresentaremos as contribuições de Teixeira (2009), Zucco e Frazão (2011) e Aginskyetal (2013). Estes trabalhos estão localizados na contribuição de grupos do sul e do centro-oeste.

Teixeira (2009), no artigo intitulado “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?”, parte da constatação de que as políticas públicas voltadas à

prostituição, no Brasil, têm passado por mudanças que transitam da prevalência de uma abordagem no campo da intervenção policial e sanitária para uma aproximação com os movimentos de prostitutas. O objetivo da autora é evidenciar as iniciativas do legislativo brasileiro, a partir de 2003, sobre a regulamentação da prostituição.

De acordo com Teixeira (2009), a partir do último quarto do século XX emerge um conjunto de movimentos de prostitutas que reivindicam o reconhecimento da prática da prostituição como “um trabalho como outro qualquer”. É nesse contexto que os termos “trabalhadores do sexo”, “profissionais do sexo” e “comércio do sexo” passam a serem utilizados. É também a partir dessa conjuntura que a prostituição passa a ser alvo de debates e lutas no âmbito da cidadania e dos direitos sociais.

Teixeira (2009, p. 69) também acrescenta que

A emergência do movimento feminista e a agenda construída em torno da opressão feminina e do questionamento da naturalização da desigualdade entre mulheres e homens ensejaram a formulação de toda uma nova perspectiva epistemológica – os estudos de gênero – e foram elementos importantes no processo desencadeado no âmbito da prostituição.

Esses “avanços” foram tencionados pelo contexto da epidemia de HIV/AIDS que acabou reforçando as abordagens estritas no campo da saúde e da repressão policial. Aos poucos as experiências desses movimentos no Brasil e no mundo foram demonstrando que ações contra a discriminação e a repressão eram fundamentais. As ações de organização desencadearam a construção do I Encontro Nacional de Prostitutas, realizado no Rio de Janeiro em 1987. Dois anos depois, em 1989, funda-se, por ocasião do segundo encontro nacional, a Rede Nacional de Profissionais do Sexo. A questão fundamental era inserir as discussões sobre a prostituição nos debates sobre a cidadania.

Mais adiante, a partir de 2000, iniciativas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), envolvendo organizações que atuam nos direitos das prostitutas aprovaram uma nova versão da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). De acordo com Teixeira (2009, p. 70) “o novo CBO traduz o reconhecimento por parte do TEM da ‘profissional do sexo’ como uma trabalhadora e inovou ante o modelo tradicionalmente adotado no país para o enfrentamento da questão da prostituição”.

Já o tema da discriminação da prostituição foi colocado em discussão no Congresso Nacional pela primeira vez em fevereiro de 2003, por meio de um projeto de autoria do então deputado federal Fernando Gabeira (PT-RJ). Este deputado submeteu um projeto de lei (PL) que trata da exigibilidade de pagamento por serviços de natureza sexual e

suprimia os artigos relativos à prostituição do Código Penal. Esse PL tramitou por cinco anos e duas legislaturas e encontrou resistência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, passando por pareceristas como Aloísyo Nunes (PSDB-SP), João Campos (PSDB-GO) e Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA, atual Democratas).

Em síntese, a autora identifica os avanços obtidos neste período com as mudanças na CBO e ao mesmo tempo evidencia os limites encontrados no legislativo para enfrentar a discriminação e garantir cidadania às prostitutas. Com isso, Rodrigues (2009) destaca que se mantém a lógica de rupturas e permanências no campo da prostituição no Brasil.

Com o objetivo de analisar os discursos presentes nas capas das revistas *Nova* e *Men's Health*, Zucco e Frazão (2012) apresentaram no artigo denominado “Sexo pelo sexo para homens e sexo por amor para mulheres” as reflexões de uma pesquisa sobre os discursos sobre sexualidade em revistas consideradas femininas e masculinas.

As autoras identificaram que o prazer e o sexo ganharam visibilidades em todas as edições das duas revistas pesquisadas. No entanto, “a celebração sexual propagada por *Nova* e *Men's Health* está ancorada em um energia sexual inerente aos comportamento e às sensações corporais, restrita a um mecanismo fisiológico, portanto, passível de ser domesticada e modelada” (ZUCCO e FRAZÃO, 2011, p. 149).

Estas revistas atuam na transmissão de representações sobre os papéis e os lugares que o sexo ocupa na vida dos homens e das mulheres. Desse modo, conforme as autoras identificaram, estes magazines contribuem para retirar o obscurantismo que permeia o significado do sexo, especialmente para as mulheres. Entretanto, contraditoriamente, estas revistas acabaram por tratar o prazer da excitação sexual como algo sigiloso e estendem essa qualidade ao ato sexo propriamente dito.

Outra consideração fundamental das autoras é a constatação de que há um nítido tom de prescrição e/ou orientação. Tal afirmação é captada na utilização da metáfora “guia” destinado a instrumentalizar o conhecimento sobre o sexo. As autoras perceberam que na revista feminina era explícito a ideia de que as mulheres eram carentes de informação e reafirmavam a importância do sexo. Já na revista masculina a ênfase estava na ausência da familiaridade dos homens para com as mulheres, sendo essa familiaridade apresenta-se como uma condição para o seu próprio prazer. Acresce a estas considerações, o forte apelo ao consumo que torna o sexo e o prazer mercadorias similares a qualquer produto que se encontra no mercado. O sexo torna-se uma publicidade significativamente lucrativa.

Em suma, ao mesmo tempo que as revistas dão uma ênfase no caráter prescritivo, também realizam uma afirmação de que o sexo é importante para a sexualidade dos homens e

das mulheres. As assimetrias e hierarquias de gênero não são rompidas com essa constatação, ao contrário, para as autoras, as revistas acabam por repor uma noção de “sexo por amor” para as mulheres (provedoras do amor) e “sexo pelo sexo” para os homens (provedores do prazer).

O trabalho intitulado “Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul” de autoria de Beatriz Gershenson Aginsky, Guilherme Gomes Ferreira e Marcelli Cipriani Rodrigues tem como objetivo discutir as vivências das pessoas travestis e transexuais no âmbito do sistema de segurança pública.

As autoras e o autor destacam que é fundamental levar em consideração os debates sobre a diversidade sexual e a identidade de gênero como matéria de investigação e atuação profissional dos assistentes sociais. Para Aginsky *et al* (2013), o aprofundamento das desigualdades sociais impactam diretamente na população LGBT. Nestes contextos reforçam-se os padrões binários de gênero, o machismo, o sexismo e a heteronormatividade.¹¹⁹ Assim, nesta sociedade, as instituições corroboram com os modelos opressores de controle da sexualidade e da identidade de gênero. Neste sentido, demarcam o papel do Estado e das políticas de segurança pública.

Noutras palavras,

[...] a sexualidade e as performances de gênero são vigiadas e controladas por esses aparelhos estatais, a forma como isso acontece reside na preparação para a vida heterossexual com a docilização do corpo e a domesticação e normalização da sexualidade (afirmando o que se pode e o que não se pode fazer numa ordem social específica) até a repressão e conseqüente disciplinamento dos sujeitos que fogem daquilo que é socialmente considerado moralmente bom (AGUINSKY *et al*, 2013, p. 49).

Prosseguindo com este raciocínio, as autoras e o autor enfatizam que a experiência social das pessoas travestis e transexuais não correspondem, necessariamente, com o conjunto de valores e estigmas que, em muitos casos, são atribuídas a elas. E a ausência de reconhecimento social das suas identidades criam obstáculos para essas pessoas, diariamente violadas no respeito a sua identidade de gênero autopercebida, vivenciem sua cidadania.

¹¹⁹ Para Aginsky *et al* (2013, p. 49) a heteronormatividade deve ser percebida como “uma produção sócio-histórica e cultural se estabelece em forma de parâmetro, demonstrando uma maneira específica de como todos em seu modo de vida, de ser e de viver devem exercer e expressar sua sexualidade. Logo, para aqueles que não atendem à supremacia da regra, que escapam da generalização, resta sentir cotidianamente a produção e a reprodução de tratamentos discriminatórios que, atravessados por outras possíveis opressões, radicalizam ainda mais as manifestações da questão social”.

Do ponto de vista institucional, Aginsky *et al* (2013) identificaram que havia serviços destinados ao combate à violência contra a mulher que se negavam a receber e acolher mulheres trans vítimas de agressões. Também constataram que, mesmo existindo uma legislação que regulamenta o uso do “nome social” no serviço público do estado do Rio Grande do Sul, as pessoas trans estavam sendo deliberadamente identificadas por seus nomes de registro nos espaços da segurança pública. Nos presídios, Aginsky *et al* (2013) relataram que há por parte das pessoas trans certo entendimento de que é necessário omitir seu modo de vida, hábitos e trejeitos com o objetivo de serem respeitadas pelos agentes de segurança do Estado. Diante desses fatores, as autoras e o autor defendem a criação de mecanismos de proteção que reconheçam e respeitem as particularidades das pessoas trans. Além disso, salientam que tais mecanismos devem levar em consideração as históricas assimetrias e desigualdades que estas pessoas vivenciam.

4.3.5 Serviço Social

Nesta área temática apresentaremos as contribuições de Cisne (2012) e Lima (2014). Cabe destacar ambas as publicações são vinculadas a grupos do nordeste, especificamente, do estado do Rio Grande do Norte.

No trabalho denominado “Gênero e Serviço Social: determinações e implicações históricas”, Cisne (2010) busca problematizar a “marca de gênero” na profissão (tanto no perfil dos/as assistentes sociais quanto do público usuário) analisando a institucionalização do Serviço Social e as mediações que podem ser feitas a partir da categoria gênero.¹²⁰ Para autora, perceber a “marca de gênero” na profissão é um passo fundamental para problematizar a histórica subalternidade das profissões exercidas predominantemente por mulheres.

A partir da elaboração de Danièle Kergoat sobre a divisão sexual do trabalho e de Heleieth Saffioti sobre o patriarcado, Cisne (2012) afirma que a compreensão desta profissão deve ser realizada considerando o papel destas categorias na sociedade capitalista e as determinações da dinâmica da divisão social e técnica do trabalho. De acordo com Cisne (2012), os homens e as mulheres possuem formas de socialização distintas, calcada numa

¹²⁰A autora apreende que o Serviço Social está inserido nas relações sociais que, por sua vez, possui determinações estruturantes sendo estas, “o gênero, a classe e a raça/etnia”.

educação sexista na qual o sistema patriarcal mobiliza a família, a Igreja e a escola como instituições que contribuem para introjetar e sedimentar os papéis historicamente imputados pela divisão sexual do trabalho.

No que diz respeito ao surgimento do Serviço Social e a construção de uma “marca feminina” na profissão, Cisne (2012) procura, inicialmente, identificar os nexos entre a questão social, a fase monopolista do capital e as necessidades de atuação do Estado para assegurar a produção e reprodução da ordem social. Em seguida, a autora destaca que a emergência do Serviço Social no Brasil está atrelada ao “projeto de recristianização da sociedade” que incorporou uma base doutrinária que associava as mulheres à Virgem Maria. Mediante uma concepção positivista, as mulheres são responsabilizadas pelos “problemas sociais” da família e devem assumir um compromisso com o equilíbrio e bem-estar por meio de uma postura maternal de sacrifício, abnegação, bondade e pureza. Assim, a igreja “exerceu um papel determinante para naturalização dos papéis e qualidades socialmente construídos sobre a mulher” (CISNE, p. 150).¹²¹ Isto posto, as assistentes sociais que se formaram nesta perspectiva portavam o perfil necessário para incidir nas expressões da questão social. Reproduziam a ideia que as mulheres eram as responsáveis pelo bem-estar na família e contribuíam para para despolitizar a questão social.

Esse papel desempenhado pelo Serviço Social é colocado em questão no processo de renovação da profissão, a partir dos anos 1970, com a crítica ao conservadorismo. No que concerne o enfrentamento ao conservadorismo, Cisne (2012) considera que a busca pela emancipação das mulheres é fundamental para o trabalho profissional que é majoritariamente desempenhado e destinado às mulheres, especialmente da classe trabalhadora.¹²²

Desse modo, a autora reitera que é fundamental discutir as relações de gênero no âmbito da profissão, procurando dar espaço para as discussões sobre a emancipação das mulheres e possibilidades de articulação com o movimento feminista como forma de potencializar o Projeto Ético Político Profissional.

¹²¹“O temor, o sentimento de culpa, do pecado, da inferioridade que a Igreja Católica difundiu na educação das mulheres fomentou a reprodução da desvalorização destas, mediante interpretações bíblicas como a do mito de Eva. Segundo esse mito, a mulher é percebida como herdeira de Eva e, por esta ter sido feita da costela de Adão com objetivo de tirá-lo da solidão, é considerada como secundária e complementar ao homem, nascida apenas para servi-lo, assim como todas as mulheres devem servir aos seus maridos. Sendo herdeiras de Eva, as mulheres ainda carregam a culpa do *pecado original*, da perda do *paraíso*, sendo responsabilizadas por todos os males da humanidade” (CISNE, 2012, p. 151).

¹²² “A luta por igualdade e emancipação das mulheres, portanto, deve – senão exige – ir além do discurso formal da justiça, da *igualdade de oportunidades*, na medida em que a justiça legal não leva à igualdade substantiva. A luta das mulheres, entretanto, se pauta num movimento pela verdadeira liberdade e igualdade (substantiva), põe em xeque as estruturas da ordem capitalista” (CISNE, 2012, p. 156).

Lima (2014), no artigo denominado “Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações”, tem como objetivo conhecer como está situado a discussão das “questões de gênero” na formação em Serviço Social a partir de uma pesquisa realizada com professores e estudantes dos cursos presenciais que participavam da Oficina Nacional de Graduação da ABEPSS realizada no Rio de Janeiro.

A autora argumenta que a emergência do Serviço Social está atrelado ao contexto de agudização da questão social e resguarda três características fundamentais, sendo estas: a relação com a Igreja, a relação com a burguesia e a sua constituição como uma profissão amplamente ligada às mulheres.

Assim, a partir do pensamento de Marilda Iamamoto, Lima (2014) ressalta que o peso da imagem socialmente construída do papel das mulheres recai sobre a profissão. Para esta autora, a conformação da subjetividade feminina (que implica docilidade, abnegação, fragilidade, sensibilidade) vai ao encontro das requisições postas às chamadas “profissões femininas”. Com estas considerações, Lima (2014) procura discutir a relação entre a divisão sexual do trabalho e o Serviço Social no Brasil.

A princípio, a autora busca localizar o significado do processo de formação social do País situando o peso do modelo de família patriarcal instaurado desde o processo de colonização. Lima (2014) afirma que este modelo de família, no qual o pai detém o poder, incidirá na posição dos homens no âmbito político e econômico. A autora analisa que mesmo com as transformações da modernidade esta estrutura continua vigorando. No entanto, houveram tensões explícitas como, por exemplo, o próprio movimento feminista e as produções do conhecimento que formularam o conceito de “gênero” a partir de 1960.

Sobre a relação entre a divisão sexual do trabalho e a inserção no mercado de trabalho, Lima (2014, p. 52) destaca que “as “escolhas” profissionais feitas pelo indivíduo se encontram ligadas às construções sociais feitas acerca dos gêneros”. Noutros termos, “são consideradas profissões femininas as que congregam em si as características que se imaginam adequadas às mulheres, e são consideradas profissões masculinas aquelas que apresentam características que se esperam dos homens” (p. 54). Diante dessas considerações, Lima (2014) percebe que a influência da divisão sexual do trabalho na profissionalização do Serviço Social reiterando, também, que o público usuário dos serviços que os/as assistentes sociais se vinculam é notadamente composto por mulheres negras.

No âmbito da formação profissional, Lima (2014) evidencia que é necessário aprofundar a temática em discussão a partir do núcleo de fundamentos do trabalho profissional articulado aos demais núcleos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A autora

concebe que as temáticas (gênero, sexualidade, raça) contribuem para adensar a análise da realidade e das expressões da questão social. Por isso, Lima (2014) concebe que estes temas não podem ser eletivos na formação profissional, ao contrário, devem ter um espaço delimitado nos cursos, contribuindo no processo de preparação do/as estudantes que irão adentrar nos campos de estágio supervisionado.

No que diz respeito aos resultados da pesquisa aplicada, Lima (2014) constatou que a maior parte das pessoas entrevistadas eram mulheres, que todas as regiões apresentavam grupos de pesquisa sobre “gênero”, que todas as universidades pesquisadas haviam disciplinas que tratavam deste tema e, no entanto, todas as regiões (exceto o sudeste) apresentavam disciplinas de caráter eletivo.

Após a apresentação desses resultados, Lima (2014) conclui explicitando alguns desafios, tais como: necessidade de disciplinas no formato obrigatório e anterior à entrada dos/as graduandos/as no estágio supervisionado obrigatório, a importância dos estudos sobre a temática gênero incorporarem os debates sobre raça/etnia e diversidade sexual e, por fim, a afirmação de um caráter transversal que relacione os debates sobre gênero com o conjunto das disciplinas do curso.

4.4 A compreensão das categorias que subsidiam a discussão das relações patriarcais de gênero

Para que seja possível apreender como o Serviço Social incorporou as discussões do que tem sido denominado como “estudos de gênero”, faz-se necessário verificar o modo como determinadas categorias de análise – que oferecem suporte analítico para estes estudos – têm sido utilizadas na produção do conhecimento. É indispensável retomar que a problemática de fundo está situada na seguinte questão: que concepções de gênero repercutem na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro? Acreditamos que a análise do modo como determinadas categorias se apresentam é uma alternativa que possibilita identificar como as diversas concepções comparecem teoricamente.

Conforme discutimos ao longo desta dissertação, nossa compreensão está assentada numa percepção de que as relações patriarcais de gênero possuem determinações materiais (patriarcado, divisão sexual do trabalho) e somente devem ser aludidas levando em

consideração as determinações de classe e “raça”/etnia.¹²³ Diante dessa constatação abordada nos capítulos I e II da presente dissertação, delineamos que nossa prioridade era perceber como as categorias patriarcado, divisão sexual do trabalho e a articulação entre as relações patriarcais de gênero, “raça”/etnia e classe se apresentavam nas produções analisadas.

Também buscamos perceber quais as abordagens eram utilizadas como chave de análise para compreender as relações entre os homens e as mulheres em sociedade, sendo estas: relações de gênero, relações patriarcais de gênero e relações sociais de sexo. E, por fim, destacamos como prioridade conhecer quais as leituras sobre o Serviço Social que estas abordagens teóricas proporcionam.

A seguir, analisaremos o modo como estas categorias foram desenvolvidas nas produções que compuseram a amostra de nossa pesquisa.

4.4.1 Divisão sexual do trabalho e patriarcado

Ao sistematizarmos a produção que analisamos, percebemos que dos 17 artigos, 09 (52,94%) fazem menção à divisão sexual do trabalho. Cabe notar que nem todos demonstraram um alinhamento no que concerne à relação umbilical entre a divisão sexual do trabalho e o patriarcado, sendo explicitamente demarcado apenas nos artigos de Santos e Oliveira (2010), Nascimento (2012) e Cisne (2010; 2014).

De forma geral, alguns textos explicitam claramente o que seria o significado desta forma de divisão do trabalho e outros incorporam o significado e os impactos, mesmo sem demonstrar uma definição explícita. A principal referência utilizada (diretamente e indiretamente) pode ser localizada na elaboração da feminista materialista Danièle Kergoat, com exceção do trabalho de Freitas *et al* (2012) que enfatizou seu pensamento a partir da contribuição de Pierre Bourdieu.

É importante ressaltar, conforme Lima (2014, p. 53), que o “termo divisão sexual do trabalho é utilizado na linguagem sociológica com acepções muito diferentes, contudo ele remete em geral a uma abordagem descritiva explicativa, na qual se mostra que há uma

¹²³ Para nós, as categorias existem independentemente do olhar dos analistas. Mesmo que muitos autores/as não privilegiem os estudos destas categorias, a realidade impõe uma dinâmica em que as apresenta recorrentemente na vida social. Ou seja, estudar a divisão sexual do trabalho, por exemplo, não é uma opção teórica para compreender as relações entre os homens e as mulheres, mas uma determinação *sinequa non* para conhecer, efetivamente, esta sociabilidade.

diferenciação entre os sexos nas atividades sociais”. Essa diversidade de abordagens está presente na produção do Serviço Social brasileiro. Porém, conforme debatemos no Capítulo 1 desta dissertação, perceberemos que a lógica da separação e da hierarquização (elaborada por Danièle Kergoat) está presente em todas as discussões como um denominador comum entre as abordagens.

Neste sentido, a síntese de Yannoulas (2011, p. 276) é esclarecedora e merece ser realçada:

Essa divisão está fundada em relações sociais que estabelecem grupos antagônicos (homens e mulheres), que desenvolvem atividades diferenciadas, construídas socialmente (não são decorrência de determinações biológicas), com fundamentos em bases materiais que não são unicamente ideológicas, as quais, portanto, são passíveis de periodização e comparação intercultural; e, fundamentalmente, são relações sociais hierárquicas entre homens e mulheres. Trata-se de uma relação de poder, de dominação, não neutra ou complementar, mas, sim, contraditória. A industrialização e a urbanização ancoraram-se em uma divisão sexual do trabalho antiga, reciclaram-na e a utilizaram para manter as desigualdades em contextos de suposta igualdade. A nova divisão sexual (e social) do trabalho outorgou novos sentidos aos conceitos de trabalho (trabalho produtivo) e de não trabalho (o trabalho reprodutivo), de público e privado, e estabeleceu, separadamente, as esferas feminina e masculina, as quais, respectivamente, se materializam em: *não trabalho: doméstico, reprodutivo, gratuito, privado e feminino*, por seus aspectos, contrastando como *trabalho: industrial, produtivo, remunerado, público e masculino* (grifos do autor).

Noutro ângulo de análise, Freitas *et al* (2012) utilizam a concepção de Pierre Bourdieu em sua obra, “A dominação masculina”, para demonstrar processos que contribuem para “problematizar” os esquemas do autor a despeito de pesquisas que mostram a inversão de papéis entre os homens e as mulheres beneficiárias de políticas sociais.

Pierre Bourdieu (1999) é um autor que enfatiza que os esquemas de dominação se utilizam de oposições entre adjetivos considerados, naturais e que embasam as relações de dominação; por exemplo, o sistema dos adjetivos cardeais – elevado/baixo, direito/torto, rígido/flexível – como forma de enfatizar o antagonismo construído acerca de características masculinas e femininas. Neste tipo de classificação, as tarefas das mulheres têm menor valor do que as dos homens. A estes, pela sua força e inteligência (a tão enfatizada, razão masculina) caberiam as tarefas de maior valor. Por isso, o pesado é atribuído ao homem, ficando as mulheres, mais frágeis, com o que seria mais leve.

Destacamos também a percepção dos impactos da divisão sexual do trabalho na sociedade, a exemplo das seguintes citações:

A rígida divisão de papéis e trabalho, opondo a esfera produtiva à esfera reprodutiva, coloca no senso comum, como modelo de família ‘normal’, os homens como provedores e as mulheres como responsáveis pela esfera doméstica, numa composição familiar onde moram na mesma casa: pai, mãe e, preferencialmente,

(nos dias atuais), dois filhos. Sabemos, sem precisar recorrer a nenhum estudo mais aprofundado, que este modelo não corresponde à realidade tanto no que diz respeito aos arranjos familiares quanto ao que concerne à manutenção econômica (CARLOTO, 2005, p. 04)

[são atribuídas] funções que reforçam estereótipos sobre práticas eminentemente femininas, reafirmando ‘lugares’ de homens e de mulheres no espaço da produção, divisão essa que estrutura quase sempre a hierarquia entre os sexos no trabalho. A remuneração salarial apresenta diferenças para as mesmas atividades realizadas por homens e por mulheres e nos mesmos postos de ocupação. As mulheres quase sempre se localizam na periferia do processo produtivo nesses investimentos, ainda que apresentem os mesmos níveis ou mais de escolaridade do que os homens (NASCIMENTO, 2012, p. 277).

Assim, identificamos que todos os elementos comumente tratados quando se aborda a divisão sexual do trabalho são desdobramentos da lógica de separação e hierarquia entre os trabalhos considerados femininos e masculinos.

A análise da divisão sexual do trabalho se adensa quando algumas autoras percebem haver uma relação entre esta forma de divisão do trabalho e o patriarcado, conforme sinalizamos no Capítulo 2. Ao concordar com o pensamento das autoras, a divisão sexual do trabalho pode ser considerada a base material do patriarcado, conforme Saffioti (2004) esclarece. Tais considerações podem ser verificadas nas abordagens de Cisne (2010), Santos e Oliveira (2010) e Nascimento (2012). Neste sentido, o trecho de Cisne (2010, p. 147) é esclarecedor e enaltece a compreensão que desenvolvemos nesta dissertação.

A divisão sexual do trabalho é uma das grandes determinações do patriarcado e, portanto, da desigualdade de gênero e da exploração da mulher. Ela é entendida como relação social e, como tal, é histórica, portanto, sujeita a transformações, contudo mantém seus dois *princípios organizadores* que funcionam como *invariantes* nestas categorias: a *hierarquia*, que valoriza mais o trabalho masculino em detrimento do feminino; e a *separação* entre o que é trabalho do homem e da mulher (grifos da autora).

Percebemos, assim, que se parte significativa (52,94%) dos trabalhos procuraram demonstrar o significado e/ou os impactos da divisão sexual do trabalho, apenas 3 (17,65) fizeram associação diretamente com o patriarcado. Dessa forma, a ausência de uma abordagem mais sólida, que articule o patriarcado como elemento fundamental na realidade brasileira, se constitui numa lacuna na produção do conhecimento sobre “gênero” no Serviço Social. Acreditamos que esta constatação não é se constitui num fenômeno restrito à área do conhecimento analisada nesta pesquisa, ao contrário, o abandono da discussão sobre o patriarcado na sociedade, especialmente na realidade brasileira, tem sido largamente colocado em desuso sobre o argumento de que o patriarcado não possui base histórica e sustentação empírica.

Para nós, conforme expusemos nos Capítulos 1 e 2 desta dissertação, as relações sociais que os homens e as mulheres estabeleceram em sociedade foram profundamente marcadas pela divisão sexual do trabalho que, posteriormente, se constitui na base material do surgimento de formas mais complexas de subordinação das mulheres. Estas formas mais complexas permanecem determinando à realidade social e, por isso, consideramos que as “relações patriarcais de gênero” se constituem numa chave analítica capaz de desvelar o tempo presente. Sendo assim, a articulação destas duas categorias (patriarcado e divisão sexual do trabalho) é fundamental para compreendermos as determinações que assumem os “estudos de gênero”, largamente incorporados no Serviço Social.

4.4.2 Utilização das categorias gênero, relações sociais de sexo e/ou relações patriarcais de gênero

No Capítulo 2 desta dissertação nos dedicamos à apreensão da problemática do “gênero” a partir do materialismo histórico dialético. Expusemos alguns argumentos que nos levam a trabalhar com a expressão *relações patriarcais de gênero* por acreditarmos que as dimensões do patriarcado e da divisão sexual do trabalho contribuem para adensar o significado das relações que os seres humanos estabelecem nesta sociabilidade fundamentada no novo patriarcado-racismo-capitalismo.

Antes de remetermos ao modo como a dimensão de “gênero” foi incorporada na produção do Serviço Social, cabe compreendermos a síntese construída por Lima (2014, p. 51) sobre a emergência desses estudos.

[...] as discussões e análises na academia levaram ao surgimento e à expansão do conceito de gênero. A primeira utilização do termo data de 1955 e foi proposto por John Money para descrever o conjunto de condutas atribuídas aos homens e às mulheres. Contudo, a diferença conceitual entre gênero e sexo foi nitidamente definida por Robert Stoller em 1968. Esse autor definiu sexo como o aspecto anatômico e fisiológico da espécie humana e gênero como relacionado ao significado que cada sociedade atribui ao sexo (Gomáriz, 1992). Tal conceituação foi retomada pelo movimento feminista e se constitui numa ‘ferramenta útil’ para discutir as diferenças socialmente construídas entre os sexos.

Essa breve síntese da autora é fundamental para apreendermos o significado e as polêmicas enfrentadas pelos/as estudiosos/as da área. Qual a maneira mais adequada de se remeter à sociabilidade construída historicamente, a partir de relações contraditórias, eivadas

de desigualdades? A problemática em tela repercutiu diretamente na produção do conhecimento no Serviço Social, demonstrando uma ampla aceção da mesma questão.

A incorporação da categoria “gênero” no Serviço Social não é recente, ao contrário, para Veloso (2000), desde o final dos anos 1980 a profissão tem incorporado essa discussão. No entanto, o autor ressalva que também inúmeros estudos haviam abordado a “questão da mulher”. Quais seriam os elementos que particularizam este tema a partir dos anos 2000?

Identificamos que houve um aprofundamento analítico e uma significativa ampliação do arcabouço teórico-conceitual que sintoniza o debate do Serviço Social com as principais discussões que estão sendo travadas nas ciências sociais, no âmbito das discussões sobre as relações patriarcais de gênero.¹²⁴ Percebemos uma considerável preocupação analítica em 12 trabalhos, ou seja, 70,58% do total de artigos analisados procuraram desenvolver uma compreensão sobre o que seria “gênero”. Identificamos três blocos que podem demonstrar o perfil deste debate na produção analisada.

O primeiro bloco de influência pós-estruturalista, que incorpora a ênfase na dicotomia sexo e gênero a partir das influências de Joan Scott. Ou seja, um conjunto de trabalhos que ao incorporarem os “estudos de gênero” se preocupam em demonstrar que o sexo se refere à esfera biológica do ser humano e o gênero à esfera social. Ressaltamos que nesse campo, as contribuições de Judith Butler e Michel Foucault subsidiaram parte dos debates, porém, é no texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de autoria da historiadora Joan Scott, que, majoritariamente, essa bibliografia irá se embasar. Destacamos os trabalhos de Lisboa (2002), OsterneeGehlen (2005), Tavares (2010), Zucco e Frazão (2011) e Lima (2014).

O segundo bloco procurou dar ênfase na relação entre gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho. Há uma tentativa de posicionar as “relações de gênero” a partir da imbricação dessas categorias. Identificamos os artigos de Cisne (2010), Santos e Oliveira (2010) neste grupo.

O terceiro bloco é representado pelo corte teórico com os “estudos de gênero”, com a recuperação da contribuição do feminismo materialista francófono. Utiliza-se prioritariamente o termo relações sociais de sexo. Localizamos o estudo de Cisne (2014).

Além desses trabalhos, há um grupo que, embora não tivessem explicitado qualquer concepção do significado da categoria “gênero”, se preocupou em analisar as relações sociais

¹²⁴ Visualiza-se na bibliografia uma sintonia com as principais referências teóricas das correntes que buscam compreender a temática em discussão. Há, notadamente, um predomínio estadunidense e francês, além de um diálogo com expoentes do feminismo brasileiro como Heleieth Saffioti e Elisabeth Souza-Lobo.

em constatação de interação que envolvem gênero, “raça”/etnia, classe, idade, sexualidade etc. Destacamos os trabalhos de Yannoulas (2011), Carlotto (2005; 2006) e Freitas *et al* (2012).

No que diz respeito ao primeiro bloco, a preocupação com a delimitação do que seria “gênero”, em contraposição ao sexo (tido como estritamente biológico), levou muitos trabalhos a exporem suas reflexões a partir de uma perspectiva que privilegia a esfera da cultura para compreender as relações sociais. “Gênero” passa a ser definido como categoria relacional, construção simbólica, relação de poder, performance e, até mesmo, como um elemento da ruptura epistemológica reivindicada pelos analistas da crise de paradigmas da modernidade. Essas definições amplas podem ser verificadas nas citações a seguir:

[...] gênero é uma categoria relacional que busca explicar a construção de um tipo de diferença entre os seres humanos e não pode ser reduzida à mulher. Gênero é mais que uma categoria, é uma teoria ampla que abrange hipóteses, interpretações, categorias e conhecimentos relativos ao conjunto de fenômenos históricos construídos em torno do sexo. [...] O gênero é uma construção simbólica e contém o conjunto de atributos designados às pessoas a partir do sexo. O gênero está assentado no corpo de cada pessoa (LISBOA, 2002, p. 38).

No senso comum, ainda permanecem representações acerca das diferenças entre os sexos, calcadas na fisicalidade. Mas, ser fêmea não significa ser uma mulher, nem tampouco ser macho, significa ser um homem. Nascemos machos/ fêmeas e aprendemos a ser homem e a ser mulher. Enquanto o termo sexo refere-se às características fisiológicas relativas à procriação, à reprodução biológica, a expressão gênero traz um componente cultural, isto é, ser homem ou ser mulher não implica apenas na fisiologia, mas também em assimilar comportamentos, desempenhar papéis e funções tidas como masculinas e femininas. [...] Podemos, portanto, definir o gênero como um produto social que é assimilado, representado, institucionalizado e repassado de uma geração para outra e, traça os parâmetros do que é ser homem e ser mulher. Dessa forma, o gênero estrutura relações de poder desiguais, assimétricas, fazendo com que a mulher permaneça com uma posição subalterna na organização da vida social [...] Butler (2003) ressalta o caráter fluido, contingente do gênero e o define como uma identidade tenuemente esculpida no tempo, que se materializa num espaço externo através de uma *repetição estilizada de atos*. Para ela, a realidade de gênero é inventada através de performances sociais que se repetem. [...] Em suma, o gênero, enquanto significado cultural assimilado pelo corpo sexuado pode reunir outros arranjos (TAVARES, 2010, p. 114-115, grifos do autor).

Nestas citações fica explícita a exacerbação de uma abordagem “culturalista” para definir o que seria o “gênero”. Os elementos fundamentais estão situados no caráter simbólico, no subjetivo, nas performances e no caráter transitório. Além disso, cabem duas considerações profundamente problemáticas: “gênero” é considerado uma “relação de poder” e uma “ruptura epistemológica”.

No que diz respeito à afirmação de que o “gênero” pode ser considerado uma relação de poder, conforme percebemos nos trabalhos de Tavares (2010) e Freitas *et al* (2012), é necessário reafirmar, conforme já debatemos no Capítulo 2 desta dissertação, que, apartado

das categorias divisão sexual do trabalho e patriarcado, o “gênero” tende a não conseguir situar o significado da construção social e histórica das relações de dominação/exploração que as mulheres estão submetidas. “Gênero” em si mesmo não denota relação de poder alguma, no entanto, a “relação de gênero” subsumida ao patriarcado-heterossexista, ao racismo e ao capitalismo produz uma série de desigualdades entre os homens e as mulheres. A posição de Carlotto (2006, p. 141) é salutar neste sentido: “qualquer sistema sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade”.

Acresce a esta linha de argumentação, as seguintes citações do segundo bloco que referimos que possibilitam contrapor a noção de que “gênero” por si só significa uma relação de poder:

As relações de gênero são construídas historicamente, sendo fundamental analisar como estão estruturadas as relações sociais, considerando o processo dinâmico dos indivíduos se relacionarem entre si. É no movimento entre as determinações socioestruturais, as conquistas culturais e as iniciativas dos indivíduos em sua singularidade que se definem formas de ser e agir quanto às relações de gênero [...]. Assim, vão sendo construídos e redefinidos papéis que mulheres e homens assumem na sociedade. [...] A categoria gênero contribui para desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional [...]. A relevância social dos estudos e das lutas neste campo, dentre outros aspectos, consiste na articulação de diferentes dimensões da vida social para compreender como a subordinação da mulher e a dominação masculina foram historicamente construídas, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 12).

O esclarecimento sobre o caráter relacional e histórico das construções sociais sobre os sexos implica considerar que as significações atribuídas ao masculino e ao feminino são desenvolvidas nas interfaces de relações sociais mais amplas, o que remete a uma mediação com outras dimensões, como as de classe, etnia e geração (CISNE, 2010, p. 155).

Em resumo, “tomando o patriarcado como indissociável dos mecanismos de dominação-exploração do sistema capitalista, é, pois, impossível trabalhar as dimensões de gênero fora desse contexto” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 14). Dessa forma, considerar gênero como uma relação de poder apartado de outras determinações concretas da realidade social é uma opção teórica inconsistente.

Outra direção complexa que tem uma forte tônica pós-estruturalista pode ser percebido na argumentação de que os “estudos de gênero” promoveram uma ruptura epistemológica ao denunciarem as relações de poder. Conforme sinaliza Osterne e Gehlen (2005), “gênero” permite explicar a dualidade que se coloca entre a subordinação feminina e a dominação masculina. Os estudos de gênero teriam, para estas autoras, proporcionado uma ruptura epistemológica porque trata “exatamente do reconhecimento da dimensão da desigualdade

social por muito tempo subsumida na dimensão econômica, no interior das teorias de classe ou nas de estratificação social” (OSTERNE; GEHLEN, 2005, p. 158). Teixeira (2009, p. 69) também destaca brevemente que a “agenda construída em torno da opressão feminina e do questionamento da naturalização da desigualdade entre mulheres e homens ensejaram a formulação de toda uma nova perspectiva epistemológica – os estudos de gênero”.

De imediato, cabe sinalizar que a recusa das relações de exploração/dominação e/ou das desigualdades que atravessam a vida das mulheres já havia sido alvo de denúncias e de formulações teóricas. Basta remetermos ao leito histórico do feminismo socialista, que desde o século XIX, na Europa, descortinou o falso isolamento do âmbito privado, ocupando tribunas e manifestações. Ou até mesmo aos processos de mobilização das mulheres na Revolução Francesa, conforme destaca Gurgel (2009).¹²⁵ Ademais, existiu até os anos 1970 uma gama de produções sobre esta temática, a exemplo de Simone de Beauvoir, Kate Millet, BetyFriedan, Shulamith Firestone etc. Essa percepção de que os “estudos de gênero” propiciaram uma ruptura epistemológica é, notadamente, uma visão pós-estruturalista que identifica ser a própria porta-voz dessa ruptura.¹²⁶ O que isso significa? Com a negação das teses estruturalistas que buscavam explicar a sociedade por meio dos sistemas sociais e das estruturas sociais incorrendo em equívocos ao abrir possibilidades de invisibilizar o potencial das ações dos sujeitos, o pós-estruturalismo produz uma noção que supervaloriza as ações dos sujeitos diante da sociedade. Cabe notar que o chamado pós-estruturalismo não empreendeu apenas uma crítica às análises estruturalistas, ao contrário, incorporou a recusa aos esquemas explicativos da realidade a partir das metanarrativas modernas e suas concepções de mundo.

Assim, para os/as estudiosos/as que se valem do pós-estruturalismo e da concepção de “gênero” como parte do processo de ruptura epistemológica, os chamados “estudos de gênero” são tidos como alternativa de análise em detrimento à outras abordagens como, por exemplo, o marxismo. Santos (1996) aponta que as lutas das mulheres, a partir de 1960, emergem num contexto de alternativa à “tradicional” luta de classes. Ou seja, para além de uma formulação teórica, determinadas abordagens influenciam ações políticas que podem ser colidentes com uma interpretação da sociedade do movimento político das classes. Assim, impacta diretamente na perspectiva adotada nesta dissertação de que as relações patriarcais de

¹²⁵Para Gurgel (2009, p. 09), se referindo à atuação das mulheres na Europa, período da revolução francesa “[...] em quase meio século, as mulheres realizaram ações radicais de combate a sua exclusão da soberania popular, inaugurada com a sociedade moderna que se propôs a eliminar todo tipo de desigualdade já que insurge com o lema da *igualdade, liberdade e fraternidade*”.

¹²⁶ Esse aspecto foi brevemente desenvolvido no segundo capítulo dessa dissertação.

gênero, “raça”/etnia e classe estão amalgamadas, sendo que esta constatação deve extrapolar os limites analíticos, contribuindo para ações verdadeiramente libertadoras.

Diante dessas questões, a contribuição de Cisne (2014), na esteira do feminismo materialista francófono, é fundamental. “O conceito de gênero tende à eufemização das relações de poder e do antagonismo social, dada a sua ancoragem no culturalismo” (CISNE, 2014, p. 147). A autora opta pela utilização da expressão “relações sociais de sexo” por acreditar, fundamentalmente, que esta opção enfatiza o caráter de antagonismo, ou seja, as relações de poder que se desenvolvem na sociedade e as desigualdades sociais decorrentes desta.¹²⁷

No entanto, cabe sinalizar que a expressão “relações sociais de sexo” também não consegue transpor, automaticamente, o imediato sentido das relações de dominação/exploração. Embora a ênfase no antagonismo entre os sexos seja um elemento de destaque nesta abordagem, a ausência de uma referência ao patriarcado ou às “relações patriarcais” pode contribuir para uma dificultosa apreensão da problemática das relações entre homens e mulheres na particularidade da formação social brasileira. As marcas do patriarcado (enquanto sistema de exploração/dominação) nesta sociedade e o peso do papel do patriarca (embora não seja o único elemento, o papel do “*homem patriarca*” é notório como elemento que reforça o machismo e a opressão das mulheres e das pessoas LGBT) ainda exerce uma função fundamental na realidade brasileira. Assim, embora acreditemos que a elaboração francófona é responsável por subsidiar grande parte das análises sobre os fundamentos das relações patriarcais de gênero, não optamos pela utilização prioritária da expressão “relações sociais de sexo”.

4.4.3 Perspectivas de articulação das categorias classe, “raça”/etnia com as relações patriarcais de gênero

Inúmeras perspectivas de articulação entre as relações patriarcais de gênero, classe e “raça”/etnia estão presentes no debate da profissão. Do total, 9 trabalhos (52,94%) abordaram

¹²⁷ Esse aspecto encontra-se já elucidado no item 2.4 do segundo capítulo, intitulado: “Materialismo histórico dialético e feminismo: uma relação profícua”.

a importância de levar em consideração que “gênero” está sempre articulado e determinado por outras relações sociais. Algumas se vinculam diretamente com as abordagens que elucidamos no Capítulo 2 (o novo de Heleieth Saffioti e a consubstancialidade do feminismo materialista francófono) e outras produções apenas se referem à articulação entre essas esferas da vida.

Também podemos perceber que em alguns momentos a articulação se faz entre o “gênero” e a classe e entre o patriarcado e o capitalismo. Às vezes, sobressai uma noção de relação e, outras vezes de sistema. Essa divergência pode ser compreendida no processo histórico de negação do chamado “sistema patriarcal” que foi largamente difundido com os “estudos de gênero” do campo pós-estruturalista. Para Zucco e Frazão (2011, p. 148), por exemplo, “as identidades sexuais são tomadas como construções das sociedades e sustentadas por um conjunto de significados articulados a outras referências, como o sistema de parentesco, as classificações etárias, a origem social, a raça e a etnia”. As elaborações vinculadas ao pensamento pós-estruturalista tendem a compreender a sociedade sem uma referência na concepção de totalidade.¹²⁸ Sendo assim, tanto o patriarcado quanto o capitalismo não são constructos estruturantes para estas abordagens.

Noutra direção teórica e política, podemos destacar a contribuição de Santos e Oliveira (2010), que sintetiza uma análise que considera tanto a relação entre o “gênero” e a classe quanto entre o patriarcado e o capitalismo. Além disso, também consideram as dimensões de “raça”/etnia e orientação sexual.

Se consideramos a construção social dos gêneros como imbricada num processo mais complexo que compreende as várias dimensões de como a sociedade está estruturada e de como em cada conjuntura se alteram a composição e a dinâmica da luta de classes, é possível articulá-la, também, a outras dimensões como a de raça e de orientação sexual, uma vez que as situações de opressão se acentuam na medida em que estas relações se entrelaçam [...] observar, em cada momento histórico, as complexas relações entre gênero, raça/etnia e o capitalismo. Entendemos, assim, que a busca pela igualdade de gênero está para além da equidade entre masculino e feminino, ou mesmo da conquista de um novo papel para a mulher na sociedade. O que só pode ser obtido com a igualdade substantiva na vida social, na qual mulheres e homens de diferentes raças/etnias, orientação sexual e identidade de gênero, possam vivenciar sua diversidade sem opressão [...] (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 12-13).

¹²⁸ “A totalidade não é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade ‘formas de ser, determinações da existência’ elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo” (LUKÁCS, 2012, p. 297).

Sobre a relação estreita entre os modos históricos de dominação/exploração, as autoras também acrescentam que “o sistema do capital articula exploração do trabalho com dominação ideológica e se apropria da lógica e valores do sistema patriarcal” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 14). Embora percebam uma correlação entre estes sistemas, as autoras acabam compreendendo o capitalismo como uma lógica de exploração econômica e o patriarcado como uma dominação ideológica. Para nós, mesmo que possamos captar certas prevalências em momentos específicos, a partir da perspectiva do novo elaborado por Saffioti, é impossível realizar esta cisão. O patriarcado também possui uma base fundamentalmente econômica que, ao impor uma divisão sexual do trabalho, forja um modo de vida que, por sua vez, implicará em valores, normas, papéis sociais etc.

Alguns trabalhos buscam compreender essas formas de opressão fundamentalmente no campo da subjetividade e da construção de condições para o empoderamento das mulheres. Para nós, é necessário ter cautela ao localizarmos o patriarcado ou o “gênero” num âmbito estritamente dos valores como percebemos na análise a seguir:

Como trabalhadoras domésticas, moradoras de comunidades da periferia, enfrentaram vários tipos de discriminação tendo como norte uma subjetividade de classe que, imbricada com as condições de gênero e etnia, produziram uma alquimia na subjetividade destas mulheres. Se por um lado a condição de classe foi um estigma, por outro, a condição de gênero e etnia teve uma conotação de ‘empoderamento’ – orgulho de serem da raça bugra, valores de solidariedade, teimosia e resistência, identificação em torno da figura da mãe e de uma causa comum – impulsionando essas mulheres a lutarem pelos seus direitos. A ‘alquimia’ das categorias sociais (gênero, classe, etnia) reelaborou os significados das trajetórias das mulheres caboclas como sujeitos políticos. Estas, no processo conflitivo e dialético de construção de sua subjetividade, de um lado lutando contra a discriminação de gênero, classe e etnia e, de outro, afirmando sua identidade de mulheres bugras lutando por uma causa comum, tiveram na conquista de sua autoestima e autoconfiança um alicerce fundamental para sua luta e para o seu ‘empoderamento’ (LISBOA, 2002, p. 45).

Outras elaborações indicam possibilidades de articulação, porém não desenvolvem tais perspectivas. Isso pode ser verificado no texto de Osterne e Gehlen (2005) ao afirmarem que, a partir de Heleieth Saffioti, existe uma relação “osmológica” entre patriarcado e capitalismo. Ou no artigo de Aginskyetal (2013, p. 48), “o capitalismo, enquanto sistema de dominação econômico que acirra e aprofunda cada vez mais as discrepâncias de uma sociedade de classes, se alia a outras estruturas de dominação para a manutenção do *status quo* de grupos dominadores”. Tais estruturas de dominação seriam as identidades de gênero e orientação sexual, dentre outras características. Afinal, “quando a violência de gênero e sexualidade é combinada com intersecções de classe social e raça/etnia, entram em cena [...] mecanismos

seletivos dos sujeitos que são preferencialmente capturados por sistemas que visam reproduzir e manter a ordem” (AGUINSKY *et al*, 2013, p. 48).

Também é necessário destacar a elaboração de Carloto (2006) e de Cisne (2014), que afirmam a perspectiva de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais. A partir da ideia de coextensividade das relações sociais, conforme sinalizou Kergoat, e da concepção de nó, construída por Saffioti, Carloto (2006, p. 142) explicita que “o conceito de gênero [...] deve estar articulado a classe e raça/etnia [...]. As relações de classe e de gênero são sempre coextensivas: tanto para as mulheres como para os homens só podem ser analisadas conjuntamente.

Essa perspectiva é, posteriormente, aprofundada por Cisne (2014) ao defender que as relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe são consubstanciais e coextensivas, sendo perspectiva fundamental para compreender as formas como se estabelecem as relações de dominação/exploração na sociedade atual.

[...] é impensável estudar as relações sociais entre os sexos dissociadas das dimensões de ‘raça’/etnia e de classe. Para sermos mais claras, partimos do pressuposto de que classe, ‘raça’ e relações sociais de sexo (incluindo a sexualidade) não compõem apenas relações superpostas, tampouco adicionais ou mesmo com ‘intersecções’, como defende Crenshaw (1995), entre as relações de ‘gênero’ e ‘raça’. Ao considerar, por exemplo, que elas seriam relações adicionais, ou seja, somáveis, cairíamos na segmentação positivista de entendê-las como relações separadas e não enoveladas, como nos propõe Saffioti (CISNE, 2014, p. 142-143).

Dessa forma, concordamos com Carloto (2006) e com Cisne (2014) ao afirmarem ser necessário apreender as relações sociais em seu caráter dinâmico e articulado. Com base no arcabouço já discutido no segundo capítulo, reafirmamos as perspectivas de consubstancialidade das relações sociais e do novelo ou nó patriarcado-racismo-capitalismo.

Também ressaltamos que estas perspectivas de análise se desdobram, politicamente, em orientações e formas de lutas presente nos movimentos sociais, partidos, sindicatos etc.

[...] cremos na relevância dos sujeitos coletivos em torno de uma luta classista, ou seja, centralizados por um projeto de classe, que é o ponto comum entre todas as lutas que buscam o fim das desigualdades sociais. Todavia, tal projeto deve, necessariamente, incorporar a luta feminista e antirracista para que possamos pensar em uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração (CISNE, 2014, p. 147).

Por isso, enaltecemos que estas elaborações não se restringem aos “muros” do pensamento e/ou da elaboração teórica. Ao contrário, são perspectivas que influenciam os

sujeitos sociais e suas formas de resistência às formas de exploração/dominação decorrentes das relações patriarcais de gênero, “raça”/etnia e classe.

4.4.4 A análise do Serviço Social a partir do “gênero”

Conforme discutimos no Capítulo 3 desta dissertação, as relações patriarcais de gênero devem ser consideradas para analisar o Serviço Social no Brasil. Avaliamos pertinente apreciar as determinações da divisão sexual do trabalho e a relação do feminismo com o atual projeto profissional crítico. Para isso, optamos por percorrer tanto uma análise do significado da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista quanto o processo de formação de um mercado de trabalho para as mulheres no Brasil, haja vista que os/as assistentes sociais encontram-se numa relação de assalariamento.

Podemos perceber que apenas 04 (23,53%) trabalhos explicitaram considerações sobre esta mediação que julgamos fundamental: as relações patriarcais de gênero e o Serviço Social. Dos 04 trabalhos que problematizam este assunto, 03 são provenientes do estado do Rio Grande do Norte. Isso pode demonstrar que esta preocupação ainda está localizada em determinados grupos de pesquisa e não conseguiu espalhar para o conjunto da produção do conhecimento da área.

No que diz respeito às determinações do “gênero”, Santos e Oliveira (2010, p. 19) afirmam que “a questão de gênero não é determinante e central para a explicação da subalternidade da profissão, mas certamente tem que ser considerada como uma dimensão que traz implicações para aprofundar esta subalternidade”. Ou, nas palavras de Cisne (2010, p. 147),

Trata-se de percebermos a profissão inserida não apenas na divisão social e técnica, mas, também, na divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista. Com isso, podemos perceber que o problema não está nas mulheres em si, mas na forma como o capitalismo se apropriou do patriarcado, reproduzindo uma lógica de segmentação hierárquica entre atividades ditas masculinas e femininas, de forma a atender aos seus interesses.

Lima (2014) procura demonstrar os fundamentos da constatação de que o Serviço Social é uma profissão composta majoritariamente por mulheres.

A explicação para essa predominância deve-se ao fato de a subjetividade feminina, na forma como foi e é construída socialmente, apresentar a mulher como ‘um ser para os outros’, que tende a desprezar o próprio desejo frente aos do marido e filhos, que aceita um lugar secundário na distribuição de recursos e benefícios grupais, sacraliza as funções de mãe e esposa, associando a estas as qualidades de fragilidade, intuição, abnegação, docilidade, sensibilidade, entre [...]. Neste sentido, as chamadas ‘profissões femininas’ — e entre elas encontra-se o Serviço Social — são mais procuradas por mulheres justamente porque tais profissões exigem dos(as) profissionais docilidade, sensibilidade, serviço ao outro, abnegação etc. As mulheres, que tiveram sua subjetividade construída a partir desses atributos, encontram sua ‘vocação’ nessas profissões, pois estas remetem a valores que lhes foram ensinados ao longo da vida [...] (LIMA, 2014, p. 47).

Ao analisar esse trecho de Lima (2014), percebemos que a autora procura dar destaque à identidade entre a socialização feminina e as profissões consideradas femininas. Embora este não seja um equívoco, acreditamos que é necessário ir além desta constatação. É preciso que se busque nos fundamentos da divisão sexual do trabalho não apenas o conteúdo da socialização feminina, mas também o significado e a funcionalidade da inserção majoritária de mulheres em determinadas profissões. A alocação prioritária de mulheres em determinadas atividades não é acidental para o desenvolvimento das forças produtivas, ao contrário, é uma forma peculiar do capitalismo ampliar o *quantum* de mais-valia apropriada dos trabalhadores e trabalhadoras.

Há também considerações sobre a relação da profissão com os/as usuários/as. Cisne (2010) e Lima (2014) procuraram acentuar que, além da profissão ser majoritariamente composta por mulheres, o vasto público usuário que o Serviço Social lida é amplamente feminino.

[...] o trabalho profissional além de desenvolvido hegemonicamente por mulheres é também desenvolvido majoritariamente para mulheres. Isso ocorre porque o Serviço Social, desde a sua institucionalização como profissão, trabalha com as políticas sociais; e são as mulheres as que mais lidam e demandam essas políticas tanto por serem responsabilizadas pela questão social como também por serem, segundo Mézáros, 70% dos pobres do mundo (CISNE, 2010, p. 54).

[...] o Serviço Social é uma profissão formada prioritariamente por mulheres oriundas da classe trabalhadora e, como tal, além de mediatizada por um forte recorte de classe social, também é mediatizada por predominância de mulheres pardas ou negras. Esse também é o perfil das usuárias dos serviços sociais, a quem os(as) assistentes sociais prestam serviços (LIMA, 2014, p. 55).

As citações anteriores chamam atenção para que percebamos os desafios que estão postos ao exercício profissional. Cisne (2010) e Grossi et al (2012) também acrescentam que estes desafios estão conectados com o atual projeto profissional crítico construído pela categoria. Dessa forma, compreender o perfil dos/as usuários/as é fundamental para que seja

possível construir ações que resultem na defesa dos direitos sociais e, mais do que isso, na possibilidade de apreensão crítica das relações patriarcais de gênero. Para Lima (2014, p. 55),

Deste modo, o Serviço Social — como profissão predominantemente feminina, com público usuário majoritariamente feminino e com ações voltadas para as expressões da questão social mediatizadas por questões de classe social, gênero, raça/etnia e orientação sexual — precisa, necessariamente, ter um processo de formação profissional que considere tais questões como fundamentais, e não simplesmente como discussões acessórias que não têm verdadeira centralidade no processo de formação profissional.

Lima (2014) salienta que a formação profissional precisa inserir estas temáticas como discussões fundamentais, não apenas como conteúdos opcionais. Concordamos com a autora e acreditamos que a compreensão da profissão não pode prescindir de uma apropriação crítica das relações patriarcais de gênero e suas determinações.

Após essas considerações iniciais sobre o modo como o Serviço Social procurou discutir as relações patriarcais de gênero a partir da nossa aproximação com os artigos analisados, podemos sistematizar algumas considerações que julgamos pertinente para avançar na interlocução da profissão com os estudos sobre as relações entre homens e mulheres nesta sociedade capitalista.

Acreditamos que se faz necessário identificar algumas lacunas e desafios que devem ser apreendidos à luz de uma perspectiva crítica, em consonância com o atual projeto profissional crítico construído nos últimos anos pela categoria profissional dos/as assistentes sociais.

Identificamos que a compreensão do significado do patriarcado permanece um “gargalo”, sendo esta forma de dominação/exploração muitas vezes tratada apenas como ideologia ou como valores difundidos na sociedade. Acresce a este fator, a ausência de mediações com a dinâmica das relações patriarcais de gênero ao se estudar questões como a sexualidade e a identidade de gênero. Acreditamos que essa lacuna entre o patriarcado e o “gênero” proporcionou uma ênfase em abordagens culturalistas. Assim, muitas vezes as abordagens do campo culturalista acabam por atuarem como “complemento analítico” de categorias que são identificadas apenas no âmbito da base material, como por exemplo, a divisão sexual do trabalho. Para nós, esse movimento expressa a construção de uma fundamentação de base eclética e, em alguns casos, uma argumentação contraditória.

Outra lacuna identificada diz respeito à incorporação da elaboração desenvolvida por Heleieth Saffioti. Se o pensamento desta autora foi vastamente incorporado, isso não significa dizer que suas principais conclusões — a exemplo da sua consideração sobre a “ordem

patriarcal de gênero” – se fazem presentes nas elaborações. Dessa forma, mesmo que se considerem os elementos que conectariam o patriarcado e/ou a divisão sexual do trabalho à dinâmica da ordem capitalista, a elaboração sobre “gênero” é fortemente centrada em Joan Scott que, por sua vez, nega o que ela caracteriza como “ladainha classe, raça e gênero” (SCOTT, 1989, p.04), aspecto fundamental na obra de Saffioti.

Dessa forma, o desafio posto passa pela afirmação de perspectivas que procuram construir uma leitura que envolva o antagonismo e as contradições das relações sociais engendradas por homens e mulheres. Ou seja, perspectivas que procurem abordar a totalidade das relações sociais historicamente construídas, considerando a relação entre universalidade, singularidade e particularidade. Neste caso, conforme já discutimos ao longo da dissertação, a opção pela expressão relações patriarcais de gênero pode contribuir para que a profissão adense uma leitura crítica dos “estudos de gênero”, possibilitando construir ações profissionais que vislumbrem a ruptura com o novo patriarcado-racismo-capitalismo.

Sem dúvidas, consolidar o debate sobre as relações patriarcais de gênero na produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro é um imperativo fundamental que contribui para adensar o conteúdo do atual projeto profissional crítico construído pelas/os assistentes sociais. As relações patriarcais de gênero se apresentam, diuturnamente, aos/as assistentes sociais seja no trabalho seja na formação profissional, repondo a necessidade de uma defesa intransigente dos direitos humanos. Sem desconsiderarmos os limites dos direitos humanos na sociedade capitalista (FORTI; MARCONSIN; FORTI, 2013), nos cabe destacar que se captarmos criticamente as possibilidades nesse campo, situaremos a possibilidade de articulação entre as ações profissionais em prol desses direitos e as diretrizes do atual projeto crítico do Serviço Social brasileiro. Ou seja, poderemos captar que as ações profissionais em prol desses direitos, principalmente em face do processo em curso de evidente ataque às conquistas dos trabalhadores, podem representar via de resistência à atual e recorrente contraposição aos direitos civis, políticos e sociais, melhor dizendo, à desumanização da vida.

Em suma, é necessário enfrentar as relações patriarcais de gênero que, amalgamadas na trama da sociedade capitalista, produzem inúmeras formas de opressão, repondo as degradantes condições de vida que os/as trabalhadores/as estão submetidos/as nesta sociedade de classes. A recusa a esta sociabilidade marcada pelo patriarcado, racismo e heterossexismo é uma condição histórica para que seja possível construir relações sociais verdadeiramente humanas e livres. Nas palavras de Rosa Luxemburgo, “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.

*Thiago de Mello*¹²⁹

A construção do conhecimento é sempre uma tarefa instigante. Envolve dedicação, astúcia, curiosidade, rigor, planejamento, insistência e, sobretudo, coerência. Na verdade, há um emaranhado de características que poderiam ser listadas na difícil e árdua tarefa da produção científica. No entanto, todo este esforço tem um caráter eminentemente transitório. O destaque à provisoriedade do conhecimento não tem nenhuma pretensão de fazer coro com as investidas pós-modernas que afirmam o caráter fugidio, efêmero e aparente das relações sociais. Ao contrário, é por acreditarmos que o movimento e a contradição são inerentes à história da humanidade que podemos reconhecer o caráter sempre instigante e incessante da pesquisa e da produção do conhecimento.

Acresce-se ao caráter provisório dois elementos que julgamos imprescindíveis: o primeiro nos remete à compreensão de que todo conhecimento é produzido coletivamente. Qualquer reflexão travada ao longo dessa dissertação seria muito mais arriscada sem um diálogo fraterno com os homens e as mulheres que outrora já nos indicavam caminhos, atalhos e, algumas vezes, estradas esburacadas em terrenos erodidos, afinal, “a colheita é comum, mas o capinar é sozinho...”.¹³⁰ O segundo elemento diz respeito à impossibilidade de erigir numa sociedade cindida em classes um conhecimento neutro, descomprometido com qualquer visão de mundo ou projeto de sociedade. Diante dessa impossibilidade, resta-nos situar o terreno que nos encontramos e que se vincula diretamente com a conclusão dessa dissertação.

¹²⁹ MELLO, Thiago de. Para os que virão. In: *Poesia comprometida com a minha e a tua vida*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

¹³⁰ ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro encontra-se fechada. Literalmente fechada. A UERJ expressa exatamente o conteúdo que se espera de uma universidade, ou seja, que as instituições que recebem essa denominação sejam, efetivamente, um *universo de diversidade*. A universidade mais popular do Brasil, em outras palavras, ousamos novamente dizer: A universidade mais popular do Brasil, precursora da política de cotas está violentamente ameaçada por uma estratégia vil de sucateamento da educação que tem como horizonte criar as condições objetivas para processos de privatização. A defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada é mais que um mero “*jogo de palavras*”. É uma bandeira de primeira ordem para enfrentar a ofensiva conservadora no Brasil, no estado e município do Rio de Janeiro. Frente ao contexto antidemocrático e aos incontáveis retrocessos que estamos vivenciando, nos resta oferecer, além de muitas lutas, um material simbólico que representa dois esforços, simultaneamente, articulados: a resistência para construir o conhecimento num momento tortuoso de nossa história e a insistência em não abrir mão de uma perspectiva que não separa o presente do futuro e que, por isso, encontra no fosso de contradições a possibilidade de construir estratégias de emancipação da humanidade.

É nesta conjuntura onde o *pessimismo de razão* se contrapõe ao *otimismo da vontade* que estamos concluindo esta dissertação. Na verdade, estamos procurando delinear algumas linhas que expressam considerações finais nesse trabalho que não se limitou apenas aos dois anos do curso de mestrado em Serviço Social. Esta dissertação é uma síntese coletiva de reflexões que vêm sendo problematizadas ao longo de nossa formação humana e profissional. Das inúmeras questões que já se apresentaram e nossa trajetória, um desafio se impôs obrigando-nos articular dois campos que julgamos imbricados: o Serviço Social brasileiro e as relações patriarcais de gênero.

Diante desses desafios, buscamos aprofundar a nossa compreensão sobre a gênese, o desenvolvimento e o significado da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista retomando, para este fim, a leitura dos clássicos de Karl Marx e Friedrich Engels antes mesmo de enveredarmos para as concepções feministas. Mesmo não encontrando nos fundadores do marxismo a acepção contemporânea da divisão sexual do trabalho, concebemos que os fundamentos desta divisão estavam relacionados ao surgimento da propriedade privada e da apropriação dos frutos do trabalho. A constatação de Engels sobre a posse dos instrumentos de trabalho a partir da divisão das atividades exercidas no âmbito da família será um aspecto nevrálgico que irá fundamentar uma vasta elaboração teórica feminista sobre os alicerces da opressão que as mulheres estão sujeitadas.

A divisão sexual do trabalho pode ser apreendida como a base material que organiza as relações entre os homens e as mulheres. O processo de socialização, a construção de papéis determinados e a alocação das mulheres no espaço privado e dos homens no espaço público são desdobramentos de uma divisão nada harmônica ou complementar que se consolidou ao longo da história. O desenvolvimento capitalista incorporou e reinventou essa forma de divisão dos espaços prioritários para homens e mulheres, ao perceber que essa lógica pode impulsionar sua lucratividade assentada na exploração e apropriação da mais-valia. Não é ocasional que existam dois fenômenos fundamentais nessa lógica: a destinação preeminente das mulheres aos empregos temporários, sazonais, precários e com menores salários e, possivelmente como consequência do primeiro, o processo de feminização da pobreza que se traduz numa articulação espúria entre as relações patriarcais de gênero, “raça”/etnia e classe.

A discussão sobre a divisão sexual do trabalho permitiu-nos um olhar objetivo para os “estudos de gênero”, fazendo-nos entender que não há nenhuma possibilidade de construir uma análise apartada entre estes dois elementos enquanto vigorar uma brutal divisão do trabalho entre homens e mulheres. Após essa constatação, percebemos que havia outro imbróglio que merecia um olhar mais apurado: a esfinge do “patriarcado”. Sendo este considerado um modo de dominação/exploração, era preciso localizá-lo na história e, por isso, nosso estudo iniciou justamente pelo elemento que faz com que o patriarcado subsista enquanto um modo de opressão das mulheres. Aos poucos fomos percebendo que divisão sexual do trabalho, patriarcado e gênero são construções deslocadas apenas abstratamente, pois, na realidade concreta, estão intimamente acoplados.

Os homens e as mulheres são seres sociais dotados de uma capacidade autoprodutiva. Por meio do trabalho (marca que distingue os seres sociais dos demais seres orgânicos), o ser humano busca as condições necessárias para sua reprodução e é nesse processo que são engendradas relações sociais contraditórias que, ao mesmo tempo, indicam tanto aspectos civilizacionais quanto valores regressivos. A conformação das relações patriarcais de gênero nessa perspectiva nada mais é do que a simples edificação de relações sociais fundadas na sociabilidade em que o poder (econômico e simbólico) é dos homens por meio da reafirmação da divisão sexual do trabalho. Destarte, a manutenção das relações patriarcais de gênero se constitui em um óbice a qualquer processo civilizatório. Seria demasiado pensar que os indicadores de violência contra mulheres e LGBT são obstáculos concretos para o avanço civilizacional da humanidade? Em nossa opinião, evidentemente, não!

Neste ano em que completamos o centenário da Revolução Russa, em 1917, o avanço do conservadorismo tonifica a necessidade de construirmos formas de enfrentar as relações

patriarcais de gênero. Morreram em 2016 mais de trezentas pessoas LGBT vítimas de crimes violentos e bárbaros, conforme o levantamento do Grupo Gay da Bahia. De acordo com o mapa da violência contra as mulheres brasileiras, entre os anos de 2000 e 2010, 43,5 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Com esses dados, o mapa demonstrou que o Brasil ocupa o 7º lugar no ranking de homicídios de mulheres no mundo. Com base no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal sobre assassinatos de jovens no Brasil, instaurada no Senado Federal, constatou-se 53% das vítimas são jovens e que 77% são negros/as.¹³¹ A ofensiva conservadora tem atuado na realidade brasileira difundindo projetos contrários a chamada “ideologia de gênero” e o projeto “escola sem partido”. Essas iniciativas corroboram com a manutenção do patriarcado e do racismo na sociedade brasileira, assim como impede a formação de uma consciência crítica que problematiza as contradições derivadas das relações de classe.

Por isso, buscamos evidenciar que existem dimensões distintas, porém, que estão profundamente conectadas na realidade social. O esforço de apreender as relações patriarcais de gênero associadas às dinâmicas de classe e “raça”/etnia proporcionou o diálogo com duas abordagens que, embora distintas, são, significativamente, semelhantes. Referimo-nos ao pensamento de Heleieth Saffioti (que desenvolveu a tese de que o capitalismo, o racismo e o patriarcado se enlaçaram e/ou se enovelaram) e à elaboração do feminismo materialista francófono que nos indica que as relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe são consubstanciais e coextensivas. O esforço de análise dessas autoras, por conseguinte, é legatário de um conjunto de elaborações teóricas e lutas políticas que têm sua origem nos processos históricos de unidade do feminismo com o proletariado Europa do século XIX. Assim, as reflexões travadas aqui fazem parte de um processo coletivo para compreender os avanços, os “ranços” e o potencial dessas articulações visando construir um projeto de completa emancipação dos seres humanos.

Feitas estas considerações, prosseguimos com a tentativa de compreender o Serviço Social a partir da crítica às relações patriarcais de gênero. A percepção de que esta profissão é eminentemente feminina, assim como o fato dos/as assistentes sociais atuarem, majoritariamente, com mulheres na condição de população usuária de seus atendimentos corroboram com a necessidade de maior aprofundamento da temática das relações patriarcais de gênero no meio profissional. A partir dos anos 1930, com a redução dos postos de trabalho

¹³¹ Para consulta, verificar: <https://homofobiamata.wordpress.com>, Relatório da CPI sobre assassinatos de jovens no Brasil disponível no site do Senado Federal e o <http://www.mapadaviolencia.org.br/>.

das mulheres no setor secundário, conforme Saffioti (2013), Madeira e Singer (1975), as mulheres ocuparam, paulatinamente, os empregos do setor terciário, dentre estes, na função de assistentes sociais nas instituições públicas, privadas e filantrópicas.

Para nós, faz-se necessário ir além da visão amorfa de que as mulheres são explicitamente a maioria da categoria profissional e do público usuário. Além disso, julgamos pertinente avançar nas análises que se centram predominantemente na analogia do trabalho doméstico com o trabalho do/a assistente social (assim como nas demais profissionais na esfera dos cuidados).

Como o nosso ponto de partida é a compreensão do Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social e técnica do trabalho - conforme Marilda Yamamoto havia sinalizado desde a década de 1980 – ou, noutros termos, do/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a, é necessário que a nossa análise não se centre, exclusivamente, nos efeitos, mas nos fundamentos da divisão sexual do trabalho que produzem a opressão.

Isso quer dizer que, mais do que constatar uma autoidentidade entre o trabalho doméstico e o Serviço Social e/ou a socialização feminina e a profissão, nossa análise deve buscar evidenciar o potencial analítico da divisão sexual do trabalho para descortinar a funcionalidade da opressão. Isso implica dialeticamente compreender esta divisão no âmbito da produção e da reprodução social como parte de um único processo. Se a bibliografia da área enfatizou a socialização e a formação social das mulheres que, por sua vez, estão no âmbito da reprodução social, quais as determinações da divisão sexual do trabalho na produção social? Como isso repercute no Serviço Social?

Dialeticamente podemos elaborar a seguinte questão: existem profissões subalternas por que as mulheres nelas atuam ou as mulheres ocupam determinadas profissões por que a razão de existência destas já expressa determinado grau de subalternidade? Para nós, a emergência de uma profissão na divisão social e técnica do trabalho já nos indica qual o sujeito/a que está apto para as requisições que se apresentam como demandas aos/às agentes profissionais. A questão de fundo é que se reduzimos a inserção das mulheres em profissões como o Serviço Social porque as mesmas já desempenhavam este papel, podemos, mesmo que indiretamente, analisar a divisão sexual do trabalho apenas pelos seus desdobramentos na sociedade na reprodução social. Neste sentido, é imperioso avançar nos estudos que apreendam as particularidades do trabalho profissional à luz da divisão sexual do trabalho na produção social.

Acreditamos que este desafio adensa o conteúdo e o significado da “virada” profissional. Tendo em vista que o atual projeto profissional crítico deve ser considerado a partir das condições objetivas do exercício profissional, as determinações da divisão sexual do trabalho nas instituições em que os/as assistentes sociais se vinculam constroem diretamente a apreciação desse projeto. Pensar a relação do atual projeto crítico de profissão defendido por segmentos da categoria profissional dos/as assistentes sociais com a problematização das relações patriarcais de gênero implica uma aproximação constante do exercício profissional com as questões que estamos aventando, ou seja, com a possibilidade de os/as assistentes sociais privilegiarem a crítica e o enfrentamento ao machismo, ao sexismo, à homo-lesbo-transfobia, ao racismo etc. Por isso, identificamos que a relação entre o atual projeto profissional crítico e o feminismo com recorte classista pode potencializar e munir o Serviço Social para enfrentar os constrangimentos impostos pela dinâmica das relações patriarcais de gênero.

Após estas considerações, construímos no último capítulo da dissertação uma análise da produção do conhecimento no Serviço Social. De antemão, é fundamental notar o potencial dessa categoria profissional. Nas entranhas das relações patriarcais de gênero, as mulheres assistentes sociais protagonizaram a construção de um conhecimento socialmente referenciado e que serve de referência para muitas áreas de estudo nas ciências sociais e humanas. A pesquisa e a produção do conhecimento no Serviço Social possui uma característica elementar diante da proximidade dos/as profissionais com o seu público usuário. A possibilidade de construir estratégias de devolutivas aos sujeitos envolvidos nas pesquisas faz com que o conhecimento produzido possa se tornar força material alicerçando a atuação profissional e a resistência dos/as que vivem diante das amarras da sociedade dirigida pelo capital.

Com estas preocupações e apontamentos nos empenhamos em compreender como o Serviço Social havia incorporado os estudos sobre “gênero” nos últimos dezesseis anos. Optamos por priorizar uma aproximação com os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. Para nós, os grupos cumprem uma dupla função: atuam na pesquisa e na formação de pesquisadores e contribuem para suprir na formação profissional o debate de temas que em muitas universidades não são priorizadas nem na graduação nem na pós-graduação. Também priorizamos os grupos das universidades com pós-graduação, buscando selecionar aqueles com significativa trajetória de pesquisa no período investigado. Doutra lado, nos empenhamos significativamente para sistematizar os principais periódicos da área. A seleção e a

catalogação desse material ultrapassam os limites desta dissertação, podendo, inclusive, ser alvo de outras pesquisas futuras.

Verificamos, a partir do material analisado, avanços importantes que demonstram a densidade das análises realizadas, a interlocução com pesquisadores de relevo na literatura feminista. Além disso, a sintonia com temas fundamentais ligados ao trabalho profissional como, por exemplo, a problemática da centralidade da família nas políticas sociais, a violência contra a mulher, os desafios da luta pela emancipação das mulheres, os impactos do desenvolvimento capitalista, a relação entre “gênero” e a profissão etc.

No entanto, também verificamos o que podemos chamar de “lacunas” ou desafios a serem enfrentados diante de uma ofensiva aberta e/ou velada do neoconservadorismo. Inicialmente, identificamos a ausência de interlocução com o pensamento feminista anterior a década de 1970, quando emerge os chamados “estudos de gênero”, aspecto que confirma a invisibilidade do pensamento de Simone de Beauvoir, conforme destaca Souza (2010). Também destacamos a ausência de debatedoras fundamentais do chamado feminismo socialista como Alexandra Kollontai e Clara Zetkin.

Percebemos, ainda, a ausência do debate sobre heterossexismo na discussão que se relaciona à sexualidade e a identidade de gênero. A apreensão do termo patriarcado é extremamente vasta: de sistema de opressão à ideologia. É considerado também como um valor presente na sociedade. Avaliamos que esta ausência de compreensão do significado do patriarcado no movimento de produção e reprodução social pode ser verificada na ênfase culturalista para compreender o “gênero”. Outro elemento identificado por meio do presente estudo diz respeito à incorporação seletiva do pensamento de Heleieth Saffioti. Por vezes, esta autora pode aparecer no debate da violência, no debate do patriarcado, na relação entre “gênero” e classe. Porém, em larga proporção, a suas principais considerações não são tematizadas, como é o caso da compreensão da subsunção das relações de gênero ao novo patriarcado-racismo-capitalismo. Por fim, mencionamos ter identificado que a compreensão da relação entre “gênero” e o Serviço Social, ao se apropriar do debate da divisão sexual do trabalho, procura enfatizar as características que decorrerem da reprodução social, aspecto que não consideramos um equívoco, porém, uma lacuna que precisa ser aprofundada.

Assim, consideramos que o Serviço Social precisa aprofundar a interlocução com estudos das relações patriarcais de gênero a partir de um horizonte que não segmenta o “gênero” como portador exclusivo da transformação social. Ao contrário, é importante considerar a dinâmica consubstancial ou enovelada da tríade patriarcado-racismo-capitalismo. Isso será possível se adensarmos nossa vinculação com os segmentos mais avançados do

feminismo que, incansavelmente, vêm denunciando as armadilhas de uma concepção restrita e fragmentada do “gênero”. Por isso, para nós, as expressões “relações patriarcais de gênero” e “relações sociais de sexo”, ainda que distintas, são as que mais se aproximam da perspectiva aventada nesta dissertação. Tais perspectivas vão ao encontro das formulações radicadas num projeto societário alternativo à ordem do capital e adensam o significado e o conteúdo das análises no campo da teoria social crítica de inspiração marxiana e marxista. Com isso, acreditamos o Serviço Social potencializa tanto a formação quanto o exercício profissional a partir do momento que passa a refletir sobre as relações patriarcais de gênero.

No entanto, não basta reflexão. Também é necessário construir ações propositivas que extrapolem os limites da academia. Neste sentido, é imprescindível retomar as considerações sobre a necessidade do Serviço Social edificar uma relação mais estreita com o movimento feminista de base classista. “Se muito vale o já feito, mais vale o que será [...] e o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir”.¹³² Se já avançamos na “intenção de ruptura” com o conservadorismo presente na profissão, mesmo carecendo de aprofundar uma crítica radical aos fundamentos do Serviço Social tradicional,¹³³ ainda é necessário enraizar no conjunto da profissão o questionamento das relações patriarcais de gênero na profissão. Desafio que deve ser reiterado diante do avanço conservador na sociedade brasileira que impõe uma agenda de retrocessos que afeta explicitamente os direitos sociais e civis dos trabalhadores e, especificamente, das mulheres, negros/as e LGBT. Como a história não é um processo estanque, ao contrário, é aberta e síntese de múltiplas determinações, a possibilidade de construir uma ofensiva dos setores explorados e dominados não é nenhum devaneio, afinal, [...] o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando” (ROSA, 2015, p. 31).

¹³² Canção “O que foi feito deveras” de autoria de Fernando Brant, Márcio Borges e Milton Nascimento.

¹³³ Conforme tem sinalizado a professora Marilda Iamamoto nos ciclos de debates sobre os 50 anos do movimento de reconceituação na América Latina realizados na UERJ. Para esta pesquisadora, o Serviço Social não realizou uma crítica ampla e sistematizada acerca das bases conservadoras que fundamentaram a profissão na sua emergência. Este aspecto possui desdobramentos complexos na realidade atual.

REFERÊNCIAS

- ABESS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (Com base no currículo Mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível: <http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996pdf> Acesso em: 27 de jul. 2015.
- ABEPSS. Grupo temático de pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios. In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Brasília, n. 27, p. 233-241, 2014.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ALMEIDA, N. L. T. e ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ALVAREZ, Sonia E. Em que Estado está o feminismo latino- americano: uma leitura crítica das políticas públicas com ‘perspectiva de gênero’. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Míriam (Orgs). **Cadernos Sempreviva**. Gênero nas políticas públicas: impasses e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, p. 09-25, 2000.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- ANDRADE, Carlos Drummond. **Antologia poética**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- ANDRADE, Joana El-Jaick. **O marxismo e a questão feminina**: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário. Tese de doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, Feminismos e enfoque de gênero. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 11, p. 98-108, 2001.
- BARBOSA, R. N. B; CARDOSO, F. G; ALMEIDA. A categoria ‘processo de trabalho’ e o trabalho do assistente social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 58, ano XIX, p. 109-130, 1998.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BELLI, Gioconda. **O olho da mulher**. Tradução de Sílvia Diogo. Diamantina: Arte Desemboque, 2012.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, L. F; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Tradução Guilherme Joao de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Katálisys**, Florianópolis, v.10, n. especial, p. 46-54, 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CAMPILHO, Matilde. **Jóquei**. São Paulo: Editora 34, 2015. [Edição original: CAMPILHO, Matilde. **Jóquei**. Lisboa: Tinta-da-China, 2014].

CANTALICE, Luciana B. de O. **As incidências do pensamento pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. 245 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

CAPES. **Relatório de avaliação 2010-2012 Trienal 2013**. Área Serviço Social e Economia Doméstica. Brasília: MEC/CAPES, 2013.

CAPES. **Documento de área Trienal 2013**. Área Serviço Social e Economia Doméstica. Brasília: MEC/CAPES, 2013a.

CAPES. **Seminário síntese: Acompanhamento de meio termo SNPG**. Brasília: MEC/CAPES/Coordenação da área de Serviço Social, 2015.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, Feminismos e feminismo marxista. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 11, p. 98-108, 2001.

_____. Notas sobre a potencialidade do conceito de patriarcado para um sujeito no feminino. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, N. 4 – dez. 2011.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, 1993.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle (et al). **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Tradução de Lineimar P. Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014.

CHABAUD-RYCHTER; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL. Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução. In: KARTCHEVSKY, Andrée (et. al). **O sexo do trabalho**. Tradução de Sueli Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHEVALIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

CISNE, Miria. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. In: **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

COLLIN, Françoise. “Diferenças dos sexos (teorias da). In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

COSTA, Gilmaisa Macedo. **Indivíduo e Sociedade**: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

COSTA, Maria D. H. da. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, A. E. (Org). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DELPHY, Cristine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **Um feminismo materialista é possível**. Tradução Maria da Silva. Disponível em: www.materialfeminista.milharal.org [Originalmente: DELPHY, Christine. A materialist feminism is possible. In: Close to Home: A Materialist Analysis of Women’s Opression. Great Britain: The University of Massachusetts Press, 1984. p. 154-161].

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, N. 4 – dez. 2011.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**: Escritos de Marx e Engels. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FALQUET, Jules. Mujeres, feminismo y desarrollo: una análisis crítico de las políticas de las instituciones internacionales. In: **Desacatos**. Nº 11. P. 13-35. 2003.

_____. Repensar as relações de sexo, “raça” e classe na globalização neoliberal. In: **Mediações**. Londrina: UEL. V. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

_____. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. In: **Crítica Marxista**. Campinas: CEMARX/UNICAMP. Nº 36, 2013. P. 09-25.

FALQUET, Jules e CURIEL, Ochy (orgs.) **El patriarcado al desnudo**: tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. [Publicado inicialmente em *Questions Féministes*, nº 2 e 3, fevereiro e maio de 1978].

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Coleção clássicos sobre a revolução brasileira.

_____. A sociedade escravista no Brasil. In: IANI, Octávio (Org). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERREIRA, Norma S. de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, número 79, Agosto/2002.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____; MARCONSIN, C; FORTI, L. Direitos Humanos e serviço Social: debater é preciso. In: FORTI, Valeria; BRITES, Cristina M^a. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. 3^o ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____; COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, V; GUERRA, Y. **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuição à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. “Movimentos Feministas”. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRANCISCO, Elaine M. V; CARDOSO. Considerações ao debate da teoria do processo de trabalho. In: **(Syn)Thesis**. V. III, nº 2. Rio de Janeiro, Julho de 1999.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução**: política familiar e vida social soviética. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GOMEZ-MINAYO, Carlos; COSTA-THEMIM, S. M da Fonseca. Incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre trabalho e saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 8, n. 1, p. 125-136, 2003.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: SOF/Expressão Popular: 2010.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social. In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I. Reprodução, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

GUERRA, Y; ORTIZ, F. G. Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.19, nº 2, p. 123 – 136, jul/dez, 2009.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. 9ª Edição.

_____. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V; GUERRA, Y. **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuição à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: a auto-organização das mulheres pela história. In: **Caderno de Debates**: A Consulta Popular e o feminismo. São Paulo: Consulta Popular, 2009.

_____. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. In: **Anais do 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis, 2010.

_____. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, N. 4 – dez. 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

HAUG, Frigga. Para uma teoria das relações de gênero. In: BORON, Atilio A.; AMADEU, Javier; GONZALES, Sabrina. **A teoria marxista hoje**: Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: **Revista Tempo Social**. São Paulo/USP, v. 26, n. 1, 2014.

HIRATA, Helena; Kergoat, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez, 2007.

_____; _____. Paradigmas sociológicos revistos à luz da categoria de gênero: Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Revista Novos Cadernos NAEA** vol. 11, nº1, 2008, p.39-50. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>

HOLMSTROM, Nancy. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero. Tradução de Christine Vivier. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (et al). **O gênero nas Ciências Sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Tradução de Lineimar P. Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional. In: BONETTI, D. A et al (orgs.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

IANI, Octávio (Org). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, Andrée (et. al). **O sexo do trabalho**. Tradução de Sueli Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 86, março 2010.

KOLONTAI, Alexandra. O dia das Mulheres. In: GONZÁLEZ, Ana I. Alvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução Alessandra Ceregatti (et al.). São Paulo: Expressão Popular, 2010. [Originalmente publicado em 1913 no *Pravda*]

_____. Dia Internacional das Mulheres. In: GONZÁLEZ, Ana I. Alvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução Alessandra Ceregatti (et al.). São Paulo: Expressão Popular, 2010. [Originalmente publicado em 1920, Moscou, na ocasião do Dia Internacional das Mulheres]

_____. A família e o Estado socialista. In: MACHEL, S. et al. **A libertação da mulher**. São Paulo: Global, 1982.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LARA, Ricardo. **A produção de conhecimento no Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LENIN, Vladimir. **A contribuição da mulher na construção do socialismo**. 28 de julho de 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org> Acesso em setembro de 2015.

_____. **As tarefas do movimento operário feminino na República dos Soviets**. 25 de setembro de 1919a. Disponível em: <https://www.marxists.org>

_____. **O poder soviético e a situação da mulher**. 06 de novembro de 1919b. Disponível em: <https://www.marxists.org> Acesso em setembro de 2015.

_____. **Às Operárias**. 22 de fevereiro de 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org> Acesso em setembro de 2015.

_____. **O dia internacional da mulher**. 07 de março de 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org> Acesso em setembro de 2015.

_____. **O dia internacional das mulheres**. 08 de março de 1921. Disponível em: <https://www.marxists.org> Acesso em setembro de 2015.

_____. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

_____. **Que fazer?** problemas candentes de nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, T.C.S.; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálsys**, Florianópolis, v. 10, n. esp., 2007, p. 37-45.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontro e desencontros ao longo da história da profissão. In: **Revista Katálsys**. Florianópolis, v. 13, nº 01 p. 66-75, jan/jun. 2010.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do Homem**. 1969. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Acesso dia 01/03/12 Disponível em <http://moviments.net/espaimarx/docs/818f4654ed39a1c147d1e51a00ffb4cb.pdf>

_____. **Ontologia do Ser Social**. (Capítulo: A Reprodução – p. 133-331). 1981.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma ontologia do Ser Social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Trabalho**. Tradução Ivo Tonet. (primeiro capítulo do segundo Tomo de “Per uma Ontologia dell’ Essere Sociale”). Sem data.

MACCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

MADEIRA, F; SINGER, P. Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil (1920-1970). In: **Cadernos CEBRAP**, nº13, 1975.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas)

MARCONSIN, C.; MARQUES, M. C. S. (Org.). **Trabalho e Direitos**: conquistas e retrocessos em debate. 2º ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Capítulo VI (Inédito). Tradução de Eduardo S. Filho. São Paulo: Ciências Humanas LTDA, 1978.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas)

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Lisboa: Editora Avante 1993.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Para a questão judaica**. Tradução de José B. Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**: introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Cadernos de Paris; Manuscritos Econômicos-filosóficos**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Expressão Popular, 2015a. Coleção “Assim lutam os povos”

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; _____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELLO, Sophia de. **Antologia**. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILETT, Kate. **Política Sexual**. Tradução: Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote. 1969.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: 1998. 5ª Edição.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, E. R; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (Orgs). **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, M. R. de A; LUZ, L. C. X; SILVA, M. V; MIRALES, R; LISBOA, T. K. O lugar de gênero da formação da/o assistente social. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Recife: ABEPSS, 2006.

MOTA, Ana Elisabete. Serviço Social: profissão e área do conhecimento. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. especial, p. 17-27, 2013.

MIGUEL, L. F; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 50, Ano XVII. São Paulo: 1996.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Ed. Cortez, 2012. (Coleção - Questões de nossa época, V. 44).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOGUEIRA, Leonardo. **Relações de gênero: análise teórico-crítica**. Monografia de conclusão de curso em Serviço Social. Teófilo Otoni: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2014.

_____. Relações de gênero e patriarcado: uma contribuição crítica. In: **Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas: UNICAMP, 2015.

_____. Tendências da divisão sexual do trabalho no capitalismo contemporâneo. In: **Anais do Seminário Internacional Crise do Capital, Periferia Urbana, Lutas Sociais e Serviço Social**. Juiz de Fora: UFJF, 2015.

_____. Apontamentos sobre a categoria gênero: tensões e desafios In: **Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória: UFES, 2016.

_____. Aproximações com o feminismo materialista francês: relações sociais de sexo e consubstancialidade das relações sociais de sexo, 'raça'/etnia e classe In: **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Ribeirão Preto: ABEPSS, 2016.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Sundermann, 2015.

OLIVEIRA, Sílvia Marques Dantas de. **Gênero, questão social e Serviço Social: um olhar feminista**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social UFPE. Recife, 2009.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PESSOA, Fernando. **Poemas**. Seleção Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Poesias**. Seleção de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2014.

PETIT, Cristina Molina. 1994. El feminismo socialista contemporâneo em El ámbito anglosajón. In: AMORÓS, Celia (coord.). **Historia de La teoría Feminista**. Instituto de Investigaciones Feministas. Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

REED, Evelyn Reed. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. In: **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: **El género: La construcción cultural de la diferencia sexual**. Lamas Marta compiladora, PUEG, México. P. 35-96. [Publicado originalmente em 1975 com o título: The traffic in woman: notes on the “politicoeconomy” of sex]

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: realidade e mito.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. [Originalmente publicado em 1969]

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Movimentos Sociais: a face feminina. In: CARVALHO, Nanci (org.). **A condição feminina.** São Paulo, editora vértice, 1988.

_____. Primórdios do conceito de gênero. In: **Cadernos Pagu.** Campinas. Nº 12, p. 157-163, 1999.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu.** Campinas. Nº 16, p. 115-136, 2001.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. A questão da mulher na perspectiva socialista. In: **Lutas Sociais.** Nº 27, p. 82-100, 2011. [originalmente publicado como primeiro capítulo do livro “A mulher na sociedade de classes: realidade e mito” em 1969]

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e político na pós-modernidade.** São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Acesso em: Setembro de 2013. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade.** São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Katálisis,** Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 64-72, 2007.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Condição feminina: uma face oculta da identidade profissional do assistente social. In: **Revista Em Pauta.** Nº 2. Rio de Janeiro, 1993.

_____. A formação profissional e o gênero no Serviço Social: o começo, no Rio de Janeiro, há 50 anos. In: **Revista Em Pauta.** Nº05 P.24-34. Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Contribuições da revista para a construção do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade,** ano XX, n. 61, nov, p. 11-62, 1999.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes sociais no Brasil**: um estudo a partir das Pnads. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SOFFER, Olga; ADOVASIO, J. M.; PAGE, Jake. **O sexo invisível**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUZA, Vanessa Bezerra. **60 anos d'O Segundo Sexo**: A (in)visibilidade da contribuição de Beauvoir no debate sobre relações de gênero. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Gênero, marxismo e Serviço Social. In: **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

SOUZA, Vanessa B; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social**: desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo, Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2011.

STERNS, Peter N. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos e armas. In: FERREIRA, Verônica (orgs). **O patriarcado desvendado**: três feministas materialistas: Collette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

TEIXEIRA, Marlene. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (Orgs). **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

TOLEDO, Cecília. Breve histórico sobre o marxismo e a questão da mulher. In: A mulher a luta pelo socialismo: clássicos do marxismo. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

TRAT, Josette. "Movimentos Sociais". In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

_____. Friedrich Engels: da propriedade privada à sujeição das mulheres. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (et al). **O gênero nas Ciências Sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Tradução de Lineimar P. Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014.

VAISMAN, Ester. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da educação. Florianópolis, v. 27, n. 2, 441-459, jul./dez. 2009

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2011. Coleção Pensamento Social Latino-Americano.

VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social**: um balanço crítico-bibliográfico. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2000. 306p. Dissertação de Mestrado.

VINAGRE, Marlise. Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classe: emancipação para além da cultura. **Em Pauta**: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, nº 28, V.9. Pág. 51-63, 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/2933/2097>

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriam Pillar Grossi. In: **Estudos Feministas**. Nº 15, p.460-482, 2000.

ZETKIN, Clara. O Sufrágio feminino. Discurso pronunciado na Conferência de Mulheres Socialistas. Mannheim. 1906. In: GONZÁLEZ, Ana I. Alvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução Alessandra Ceregatti (et al.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Artigos analisados nesta pesquisa

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; FERREIRRA, Guilherme Gomes; RODRIGUES, Marcelli Cipriani. Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul. **Temas & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 47 - 54, jan./jun. 2013.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Temas & Contextos**. Porto Alegre, n. 4, dez. 2005.

_____. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Serviço Social e Sociedade**, ano 27, n. 86, p. 139-155, julho, 2006.

CISNE, Mirla. Gênero e Serviço Social: determinações e implicações históricas. **Temporalis**, Brasília, Ano 10, n. 19, p. 145-159, jan-jun, 2010.

_____. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

COELHO, Virgínia Paes. O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida. **Serviço Social e Sociedade**, ano 23, n. 71, p. 63-79, set, 2002.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívia Valença. Política social, famílias e gênero: temas em discussão. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n.2, p. 111-126, jul./dez, 2012.

GROSSI, Patrícia Krieger; VINCENSI, Jaqueline Goulart; ALMEIDA, Sônia Maria A. F; PEDERSEN, Jaina Raqueli. Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n.23, p.153-169, jan./jun. 2012.

LIMA, Rita de Lourdes. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de “empoderamento”. **Katalisys**, Florianópolis, v. 05, n. 1, p. 35-47, jan-jun 2002.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. O desenvolvimento do capital no campo no contexto atual e os impactos nas relações de gênero. **Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 273-282, out. 2012.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. A condição paradoxal que constitui o feminismo: dilemas sobre igualdades e diferenças. **Serviço Social e Sociedade**, ano 27, n. 84, p. 140-168, nov, 2005.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Katálisys**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jan-jun, 2009.

SANTOS, Silva Mara de Moraes; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Katálisys**, v. 13, n. 1, p.11-19, jan/jun, 2010.

TAVARES, Márcia Santana. Reinterpretando gênero, geração e identidade com trabalhadores(as) do suas, no município de Aracaju/SE. **Políticas Públicas**. São Luís, v.14, n.1, p. 113-120, jan./jun, 2010.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

ZUCCO, Luciana; FRAZÃO, Amanda. “Sexo pelo sexo” para homens e “sexo por amor” para mulheres. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 147-164, dez, 2011.